

Cresci sem Estado

Miguel Anxo Bastos

Cresci sem Estado

Uma Defesa do Anarcocapitalismo

Traduzido e anotado por:

Manuel Ogando e António Xavier



CATALAXIA

Título: Cresci sem Estado – Uma Defesa do Anarcocapitalismo
Autor: Miguel Anxo Bastos Boubeta
Copyright © Cataláxia

Edição © Cataláxia Editora

Tradução e anotações: Manuel Ogando e António Xavier

Anotações no posfácio: Miguel Anxo Bastos Boubeta

Revisão: Maria da Luz Baldinho e Manuel Ogando

Paginação: Manuel Ogando

Capa: Markabranka

Imagem de capa: Catedral de Chartres, vitral “O Bom Samaritano”.

Baía 44, Painel 3 – Painel de assinatura (Doação do vitral pelos sapateiros), fotografia de JBThomas4. © CC BY-SA 4.0

1ª Edição: Lisboa, Outubro de 2025

Depósito Legal

ISBN: 978-989-36411-2-5



www.catalaxia.pt

TLX
EDITORA

Este livro segue a grafia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

Os direitos de utilização e reprodução da presente obra encontram-se reservados.

Índice

Prefácio	ix
Introdução.....	xiii
O Anarcocapitalismo como Programa de Investigação	xiv
Anarquia e Anarcocapitalismo.....	1
1 A Instabilidade da Minarquia	2
2 A Possibilidade da Anarquia	8
3 A Acção Colectiva na Ausência do Estado	13
4 A Anarquia nas Relações Internacionais.....	19
5 Acerca do Imaginário da Anarquia	26
6 O Anarquismo Colectivista	32
7 O Anarcoprimitivismo	39
8 O Anarquismo Conservador.....	46
9 Sobre a Utilidade do Anarcocapitalismo.....	54
10 Sobre a Panarquia	61
Filosofia, Epistemologia e Método	65
1 Quem Faz Parte do Estado e como Este se Organiza?	66
2 O Nacionalismo Metodológico	74
3 A Tecnocracia.....	79
4 O Debate Sobre A Epistocracia	85
Estado, Governo e a Classe Política	93
1 Sobre a Anarquia na Classe Política.....	94
2 Sobre o Estado Depredatório.....	101
3 Corrupção e Estado.....	108
4 O Número e o Tamanho dos Estados.....	114
5 O Imaginário Estatal	121
6 O Estado Mundial	128
7 Isolacionismo e Não-Intervencionismo.....	135
8 O “Deep State”	141
9 Para uma Europa Dividida.....	148
10 Golpes de Estado.....	151

11	Anarquia nos Partidos	154
12	Tamanho e Grupos de Pressão	157
	Nacionalismo.....	163
1	Olimpíadas	164
2	Dois Nacionalismos: Ulster e Escócia	167
3	Nacionalismo e Língua Portuguesa	170
4	Anarcocapitalismo e Nacionalismo	173
5	A Secessão	179
6	Marxismo, neoliberalismo e nacionalismo (I)	185
7	Marxismo, neoliberalismo e nacionalismo (II)	188
	Defesa e Segurança.....	191
1	A Dimensão da Defesa	192
2	Sobre as Empresas de Segurança de Nozick.....	198
3	Sobre a Concorrência de Serviços de Defesa num mesmo Território ...	204
4	O Debate Sobre as Invasões	210
5	A Evolução dos Sistemas de Defesa	217
6	A Nova Ordem Mundial ainda Terá de Esperar	224
7	Centralismo e Catástrofe	227
8	Externalização de Fronteiras.....	229
9	Gastos Militares.....	232
10	Sobre a Defesa Europeia Centralizada.....	235
	Capitalismo, Dinheiro e Economia	241
1	O Capitalismo São Valores (I): A Poupança	242
2	O Capitalismo São Valores (II): Em Defesa do Trabalho Árduo.....	246
3	O Capitalismo São Valores (III): Responsabilidade	250
4	O Dinheiro em Anarquia.....	255
5	A Teoria Austríaca do Monopólio e o Estado	261
6	O Euro e a Nação Galega	268
7	Poder e Lei Económica.....	271
8	Controlo de Preços, a Ruína do Pequeno Comércio.....	274
9	Os Preços e a Grande Distribuição	277
10	Competência Fiscal.....	280
11	Preços.....	282
12	Em Defesa do Dinheiro em Efectivo	285
	Ciência, História e Idade Média.....	287
1	Sobre a Tecnologia	288
2	Ciência numa Sociedade Anarcocapitalista	296
3	Ciência e Estado.....	303
4	Veículos Eléctricos e Transição Energética	310
5	O Medo dos Robots e da Inteligência Artificial	313
6	A Evolução Tecnológica e o Monopólio Estatal do Conhecimento.....	316
7	União Europeia e Intervencionismo Energético.....	322

8	As Tecnologias Sociais	325
9	Reivindicar a Idade Média	332
10	Idade Média.....	335
	Sociedade.....	339
1	O Espaço para Uma Comunidade Anarcocapitalista	340
2	A Família	347
3	A Convivência com Outras Formas de Organização Social	353
	Religião.....	359
1	Comentário a Um Livro de Beniamino Di Martino (I)	360
2	Comentário a Um Livro de Beniamino Di Martino (II)	366
3	Comentário a Um Livro de Beniamino Di Martino (III)	373
4	Correspondência entre Miguel Anxo Bastos e Álvaro D. María	379
5	Comentários sobre as Festas Natalícias	388
6	Anarquismo Cristão.....	394
7	Sobre a “Opção Beneditina” de Rob Dreher	401
	Posfácio.....	408
	UM REACIONÁRIO RADICAL: O PENSAMENTO POLÍTICO DE MURRAY N. ROTHBARD.....	409
	Bibliografia	426
	Índice Remissivo	428

PREFÁCIO

No seu livro *A Sociedade contra o Estado*, o antropólogo Pierre Clastres analisa civilizações autóctones sul-americanas, criticando o etnocentrismo ocidental que impede a compreensão de formas alternativas de organização social, distintas do moderno modelo estatal. Clastres destaca que sociedades com e sem estado surgiram de necessidades distintas: as primeiras, desprovidas de meios autônomos de subsistência, recorreram à força para conquistar terras ou submeter outros povos, garantindo assim a sua sobrevivência. Já sociedades que dominavam a agricultura, e muito ou totalmente auto-suficientes, não necessitaram de um poder centralizado ou de estruturas beligerantes. A coesão social era garantida, mesmo a grandes distâncias, por laços familiares. Esta auto-suficiência “local”, é hoje replicável à escala global devido ao livre-comércio, à aproximação dos povos, e à dinâmica capitalista, que venceu todas as fronteiras.

O anarcocapitalismo, fundamentado no ‘princípio da não-agressão’, que condena o início de agressão contra pessoas ou suas propriedades, propõe uma sociedade baseada na soberania individual, propriedade privada e livre mercado, rejeitando a coerção estatal. Esta visão, articulada por pensadores como Murray Rothbard e Hans-Hermann Hoppe, ganhou relevância no contexto contemporâneo de desconfiança quase generalizada nas instituições públicas, com gênese em múltiplas intervenções governamentais questionáveis, e em políticas que nos têm trazido crises financeiras sucessivas, bem como conflitos armados que parecem não ter solução ou fim.

No entanto, exemplos concretos, mesmo dentro de sistemas estatais, ilustram a viabilidade de sistemas descentralizados e voluntários. Um caso paradigmático é o sistema de secessão das comunas do Liechtenstein. Este microestado europeu concede às suas comunas, um elevado grau de autonomia, incluindo o direito de secessão por referendo, introduzido na revisão constitucional de 2003 pelo príncipe Hans-Adam II, deixando assim de ser um “todo indivisível e inalienável”. Este modelo reflecte o espírito anarcocapitalista, permitindo que comunidades locais se auto-

organizem, desafiando a centralização e promovendo uma governança baseada no consentimento. Tal estrutura ecoa a ideia de Clastres sobre núcleos autónomos ligados por laços voluntários, adaptada ao contexto moderno.

No comércio internacional, tribunais arbitrais privados, como a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (ICC), são um outro exemplo. Em 2022, a ICC resolveu cerca de 840 disputas comerciais, envolvendo contratos de mil milhões de dólares, com base em acordos voluntários. Este sistema demonstra que a justiça pode ser administrada de forma eficiente e imparcial fora do monopólio estatal, alinhando-se com a visão anarcocapitalista de resolução de conflitos por meios privados e consensuais. Em Portugal, a resposta da sociedade civil aos incêndios florestais de 2017, em regiões como Pedrógão Grande, ilustra a força da cooperação voluntária. Iniciativas de angariação de fundos e voluntariado mostraram maior agilidade do que as respostas estatais, frequentemente criticadas por descoordenação. Também no Brasil, foi a organização e cooperação descentralizada da sociedade civil que evitou uma tragédia maior nas cheias de 2024 em Rio Grande do Sul. Estes exemplos reforçam a ideia de que o mercado e a iniciativa individual podem suprir necessidades sociais sem coerção.

O termo ‘anarquia’ é frequentemente associado a caos, mas na realidade, significa a ausência de governo coercivo, não de ordem. Como afirmou Rothbard, “o anarquismo propõe abolir o estado, a instituição normalizada de coerção agressiva”. Por sinal, essa é uma das ideias centrais do pensamento de Anxo Bastos, detalhado ao longo deste livro: a ordem deriva da anarquia, e é precisamente do estado que emana o caos. O estado é frequentemente defendido como indispensável para garantir segurança, justiça e bem-estar social, mas o anarcocapitalismo contesta esta premissa, argumentando que do estado resultam precisamente os contrários dos seus supostos objectivos.

O ideário anarcocapitalismo está em ascensão, impulsionado por uma nova geração de activistas e pela revolução digital e modelos

descentralizados. Contudo, esta dinâmica esbarra na ausência de pensadores que a acompanhem e orientem. Perante esta realidade, em concreto no quase-deserto panorama intelectual português, torna-se essencial disponibilizar uma obra que sirva como guia ou introdução à abordagem do anarcocapitalismo de forma coerente e fiel ao pensamento libertário.

Eis, Miguel Anxo Bastos, um galego de “sete costados”, um intelectual carismático, humilde e erudito, cuja defesa apaixonada do anarcocapitalismo, ancorada no corpo de ideias da escola austríaca de economia, inspira pela clareza, simpatia e capacidade de desmontar argumentos estatistas com acessibilidade e profundidade. Esta compilação de textos, produzidos ao longo de uma década para diversos meios – em particular o Instituto Juan de Mariana e o periódico galego Nós Diario -, é mais do que um livro de filosofia política: é uma verdadeira enciclopédia que orientará até o menos preparado a abordar os temas do quotidiano sob uma perspectiva libertária e anarcocapitalista.

Procurou-se anotar os textos para a conveniência do leitor português. Teve-se em conta não apenas a ligeira (mas presente) diferença cultural para a realidade espanhola e galega, mas principalmente a novidade das ideias e referências libertárias e anarcocapitalistas para a generalidade dos portugueses. Complementou-se a edição com uma bibliografia exaustiva das obras citadas, cuidadosamente organizada para facilitar a consulta e o aprofundamento dos temas tratados. Considerou-se, assim, a importância de proporcionar ao leitor um instrumento prático que oriente futuras leituras e pesquisas, especialmente tendo em conta a escassez de materiais sobre estes temas no contexto nacional.

Como promotor desta publicação, os meus agradecimentos vão para o Miguel Anxo Bastos, pelo ensejo e imediata disponibilização dos seus escritos para esta edição portuguesa. Agradeço também ao Paulo Cruchinho, que me incentivou a estabelecer contacto com o Miguel, e, em especial, ao Manuel Ogando, que, de forma graciosa, abraçou, construiu e promoveu esta edição.

António Xavier

INTRODUÇÃO

O Anarcocapitalismo como Programa de Investigação

A recente popularidade das ideias anarcocapitalistas, devida em grande parte ao fenómeno totalmente imprevisto da presidência de Javier Milei na República Argentina, abre o debate sobre como este ideário deve ser entendido: se como um projecto de investigação centrado na possibilidade de uma sociedade sem estado, ou como um programa político com um conjunto de medidas a implementar por um hipotético governo influenciado por ele. Em termos estritos, a postura correcta aproxima-se mais da primeira do que da segunda. O anarcocapitalismo não é um ideário pensado para ser implementado a partir do estado - pois seria bastante contraditório fazer uso dos seus meios económicos e do seu poder coercitivo para o levar a cabo -, mas sim a partir de fora dele, através da constituição, no futuro, de sociedades em pequena escala inspiradas nas suas ideias. Daí que a linha principal do anarcocapitalismo, derivada de Rothbard ou Hoppe, sobre a qual se encontram numerosos escritos no seu principal *think tank*, o Ludwig von Mises Institute, incida mais na questão da secessão, da fragmentação política ou da multiplicação do número de estados, do que na instauração de uma sociedade anarcocapitalista num estado já existente.

Elaborar um programa político implica também prever como seria uma sociedade futura com essas características, e essa previsão implica não apenas uma mentalidade planejadora, mas também a ideia de que podemos saber quais serão as consequências futuras de nossas acções. Algo que Friedrich Hayek, que não era exactamente um anarquista radical, mas sim um grande conhecedor e crítico do planeamento, já havia alertado há anos. Assim como alertou para a

impossibilidade de uma empresa saber antecipadamente se as suas decisões empresariais teriam ou não sucesso, não seria possível saber antecipadamente a probabilidade de sucesso ou fracasso de um projecto abrangente de uma sociedade libertária previamente concebida, mesmo que os seus projectistas fossem muito competentes. A única coisa que se poderia fazer é deixar as forças económicas e sociais livres num quadro de ausência de poder estatal monopolista e confiar no que viria a acontecer. Poderiam surgir soluções muito diferentes e todas elas válidas.

O que o anarcocapitalismo pode fazer é estudar os problemas que decorrem da própria persistência do estado e da sua actuação quotidiana, indicando como eles poderiam ser resolvidos, estudando soluções do passado ou em outros tipos de sociedades. Como programa de investigação, poderia servir para compreender muitos fenómenos históricos que agora são abordados a partir de metodologias colectivistas e enquadrados em teorias económicas, no mínimo, discutíveis. Seria útil também para compreender fenómenos políticos como revoluções e golpes de estado, partindo do princípio de que os estados também operam internamente em anarquia e de acordo com os interesses das pessoas que compõem as suas classes governantes. Os teóricos anarcocapitalistas também procuram compreender os mecanismos de coesão interna dos estados e de que maneira conseguem operar de forma coordenada através da distribuição de incentivos selectivos, incluindo, em muitas ocasiões, a corrupção, ou através de ideologias de estado que os unificam.

Mas isso não serve apenas para estudar o funcionamento interno dos estados, mas também a lógica da sua intervenção nos aspectos económicos e culturais das sociedades submetidas ao seu domínio e as teorias económicas e políticas que utilizam para o fazer. O estudo dos “intelectuais da corte” e dos processos de construção da hegemonia cultural também não são estranhos aos teóricos ancap, que elaboraram uma sofisticada crítica cultural aos processos de legitimação dos estados modernos. Por último, o outro grande pilar

do anarcocapitalismo como programa de investigação é o de dotar de um suporte teórico aos processos económicos que poderiam fazer funcionar uma sociedade deste tipo. Os anarquismos colectivistas clássicos fracassaram, entre muitas outras razões, por carecerem de um programa viável de funcionamento uma vez estabelecida a anarquia. Os exemplos das comunidades anarquistas na guerra civil espanhola são uma boa prova disso. Usar bónus por hora de trabalho como moeda ou fixar salários de acordo com as condições pessoais do trabalhador podem ser medidas inspiradas por boas intenções, mas destroem o cálculo económico e condenam à inviabilidade, quando não ao caos económico, o próprio modelo social que se pretende instaurar. Os anarcocapitalistas explicam que não basta boa vontade ou apoio social a uma medida para que ela funcione. É necessário um sistema económico que torne a anarquia viável, e este só pode ser o capitalismo de livre mercado. Não é de admirar que muitos ancaps provenham do âmbito dos estudos económicos, especialmente da escola austríaca de economia - que é a principal das escolas críticas da intervenção estatal na economia -, e, em menor medida, da escola monetarista de Chicago. Esta última tem a desvantagem de não se ter dado ao trabalho de elaborar uma teoria própria do estado, excepto algumas tentativas no âmbito da eleição pública, que não defendem posições anarquistas, mas sim contratualistas, em procura de um governo limitado. Reduzem os fenómenos sociais à economia e, portanto, não se aprofundam nos arcanos do poder político. Presumem uma espécie de legislador benevolente que, convenientemente restringido por normas constitucionais, acabaria por servir aos interesses dos cidadãos, na suposição de que estes pudessem ser conhecidos. Os modelos formais usados em economia não são uma boa base para compreender os estados.

A teoria da política externa anarcocapitalista, que é o seu ponto central, e não a economia, também faz parte de qualquer programa de investigação que pretenda compreendê-la fora dos paradigmas habituais. Esta, em coerência com o resto do programa, baseia-se na não-intervenção estatal nos assuntos internos de outros países.

Como o anarcocapitalista moderno costuma situar-se à direita do espectro político, muitos podem ficar surpreendidos por ele não apoiar intervenções externas em nome da “liberdade” ou do “mercado”, pois considera que o uso da violência não costuma ser a melhor forma de resolver os problemas, para além de reforçar o poder estatal ao legitimá-lo a tomar medidas que não tomaria em tempos de paz. Por outro lado, como toda a intervenção estatal (seguindo os ensinamentos da escola austríaca), tem consequências imprevistas que quase sempre são piores do que aquelas que se pretendia evitar. É uma perspectiva isolacionista, se assim quisermos, mas apenas no âmbito político, pois defende o livre intercâmbio comercial e cultural entre os diferentes povos da Terra. O anarcocapitalismo dá origem a um ambicioso programa de investigação social em muitos domínios e não se limita exclusivamente à economia, como muitos podem pensar, mas a todas as ciências sociais e históricas. Em especial nestas últimas, seria particularmente útil recorrer aos seus métodos para explicar os acontecimentos do passado fora dos esquemas tradicionais da historiografia dominante, em grande parte ainda marxista até hoje. Se pensamos que o marxismo não oferece boas explicações sobre os processos sociais e económicos do nosso tempo, evidentemente que também não o faria no passado. O mesmo se aplica a disciplinas como a antropologia, a sociologia ou a teoria literária, entre outras.

Mas isso não significa que o anarcocapitalismo não possa ser útil noutros domínios. Se ajuda a compreender bem a economia ou a política, pode sem dúvida ser útil para investigadores e analistas políticos. E, claro, pode servir de inspiração na hora de estabelecer propostas de políticas públicas, elaborar programas de governo, ou participar em debates nos media sobre temas controversos da agenda social.

Miguel Anxo Bastos Boubeta

Nota do Editor

O editor, em consonância com o Instituto Mises Portugal (IMP), e seguindo o exemplo do Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB), em todas as suas obras, opta pela grafia ‘estado’ com letra ‘e’ minúscula, embora a norma culta sugira a grafia ‘Estado’.* Assim como o IMP e o IMB, a revista *Veja* adota a grafia ‘estado’ desde o ano de 2007. À época, *Veja* argumentou que, “se povo, sociedade, indivíduo, pessoa, liberdade, instituições, democracia, justiça são escritas com minúscula, não há razão para escrever estado com maiúscula”.

Este editor concorda. A justificativa de que a maiúscula tem o objetivo de diferenciar a acepção em questão da acepção de “condição” ou “situação” não convence. São raros os vocábulos que possuem apenas um único significado, e ainda assim o contexto permite a compreensão e a diferenciação dos significados. Assim como a *Veja*, o editor considera que grafar estado é uma pequena contribuição para a demolição da noção disfuncional de que o estado é uma entidade que está acima dos indivíduos.

*Para além da informal ‘norma culta’, em Portugal, o Acordo Ortográfico de 1945, nas “Conclusões complementares do Acordo de 1931 - Segunda Parte – 42” estabelece: “Emprego da maiúscula inicial em palavras que designam altos conceitos políticos, nacionais ou religiosos, quando elas se usam sinteticamente. (Exemplos: a Nação, o Estado, a Raça, a Língua, a Igreja, a Religião).” À data da publicação, no *website* da Imprensa Nacional Casa da Moeda, de forma oficiosa, foram alargados os exemplos: “Bandeira Nacional; Hino Nacional; Deputado; Embaixador de Portugal; Bandeira da União Europeia, a República, a Democracia; o Socialismo; a Língua; a Arte; a Ciência; a Cultura; a Religião; a Fé; o Estado; a Nação (a nossa nação); o País (o nosso país); a Pátria (a nossa pátria); a Igreja (a Igreja Católica); a Igreja Ortodoxa; o Céu; o Paraíso; Deus; Jeová; Espírito Santo; Todo-Poderoso; Salvador; Santíssimo; Nossa Senhora; Anunciação; Sagrada Família; Assunção da Virgem; Alá; a Administração (a Administração Pública)”.

Este tópico, o do imaginário estatal e da sua equiparação a instituições como a língua ou a Igreja, é um dos temas desenvolvidos na presente obra.

Anarquia

(aˈnarˌquiˈa) ɐnɐɾˈkiɐ

substantivo feminino

1. Sistema baseado na negação de autoridade.
2. [Figurado] Desordem ou confusão, motivada por falta de direcção.
3. [Política] Sociedade constituída sem governo.

Do grego *anarkhía*, “sem governo”

Capitalismo

(.ca.pi.ta.lis.mo) kɐpitɐˈlizmu

substantivo masculino

1. [Economia] Sistema económico baseado na legitimidade dos bens privados e na irrestrita liberdade de comércio e indústria, com o principal objectivo de adquirir lucro.
2. [Política] Regime no qual o poder político está na dependência dos detentores de capitais.

De capital + -ismo

I

ANARQUIA E
ANARCOCAPITALISMO

1

A Instabilidade da Minarquia

Robert Nozick levantou há mais de 40 anos, no seu livro *Anarquia, Estado e Utopia*, a hipótese de um estado ultramínimo, encarregado apenas da prestação de serviços de segurança e justiça, deixando as demais funções, incluindo assistência social e infraestruturas, nas mãos do mercado ou da sociedade civil. A sua tese, explicada muito resumidamente, é que, se a prestação de serviços de defesa e segurança fosse deixada exclusivamente em mãos privadas, em pouco tempo surgiriam agências privadas dominantes que se imporiam e se tornariam, por sua vez, monopolistas, podendo assim explorar o consumidor desses serviços. Portanto, embora se considerasse libertário, reconhecia a necessidade de reservar o monopólio da prestação desses serviços aos estados, que, pelo menos supostamente, poderiam ser controlados por instituições concebidas para esse fim. O sempre cáustico Roy Childs não perdeu tempo em chamar essa proposta de minarquismo, e os seus defensores de minarquistas. Ayn Rand¹ igualmente expusera, anos antes, ideias semelhantes, mas dispersas ao longo da sua obra e sem um tratamento tão sistemático quanto o de Nozick. Os seus seguidores, especialmente Tibor Machan, estão, no entanto, entre os melhores defensores dessa doutrina.

É conveniente precisar, antes de analisar a viabilidade do minarquismo, que tal proposta é radicalmente nova na teoria política. É verdade que existiram historicamente estados limitados no seu alcance, ou seja, com impostos baixos e um nível

¹ Escritora e filósofa norte-americana (1905-1982), de origem russa. Desenvolveu o sistema filosófico a que chamou Objectivismo.

relativamente reduzido de intervenção na economia ou na sociedade, mas nunca circunscritos exclusivamente a estas duas funções. Os Estados Unidos, por exemplo, gozaram durante muito tempo de impostos baixos e de uma ampla liberdade económica e social, mas mantiveram muitas outras funções, como a regulação monetária, as infraestruturas de transporte e, timidamente no início, a educação obrigatória. Ou seja, tinha competência sobre muitas das funções que hoje são desempenhadas pelos estados modernos, só que ainda pouco desenvolvidas, mas com a evidente possibilidade de as poder alargar no futuro, como de facto aconteceu. O ideal de um estado pequeno e limitado, o estado de 5% proposto pelo professor Rallo² a certa altura, é o ideal do liberalismo clássico. É uma posição política legítima e pode ser perfeitamente defendida, mas tem um problema, que é o de justificar teoricamente a existência de intervenção em outras áreas além da justiça e da defesa. A defesa da intervenção estatal a partir de postulados socialistas ou social-democratas é já bem conhecida, mas não conheço justificações liberais para a mesma. O minarquista sabe-o bem e é por isso que justifica a intervenção apenas nesses dois domínios, mas mesmo esta defesa apresenta, a meu ver, problemas.

O primeiro, e não menos importante, é definir com precisão o que se entende por segurança ou defesa. Partindo de um estado justificado apenas para a defesa, é possível construir um estado pelo menos tão grande quanto o actual, só que, em vez de justificá-lo pela igualdade ou nos bens públicos, seria justificado pelas necessidades de segurança da população, entendidas de forma ampla. Autores como Barry Buzan ou Ole Wæver, associados à chamada Escola de Estocolmo, e especialistas em defesa como Loch Johnson, defendem a intervenção estatal para justificar, por exemplo, a segurança alimentar ou a segurança dos

² Juan Ramón Rallo (1984-), economista espanhol. Um dos fundadores do Instituto Juan de Mariana.

recursos naturais para poder enfrentar um conflito em condições adequadas. Também justificam políticas sociais e monetárias para defender a estabilidade social e assim evitar distúrbios internos. O mesmo acontece com a saúde pública em nome da segurança da população contra pragas ou infecções. O estado deveria fornecer as infraestruturas de transporte necessárias também por razões de segurança, assim como o controlo da imigração no país. Para não falar da ciência ou da indústria promovidas devido ao interesse estratégico da nação. A regulação dos meios de comunicação também não escapa a essa definição. Quase todas as políticas poderiam ser definidas em termos de segurança. Algo semelhante aconteceria com a justiça, sobretudo se lhe acrescentarmos o adjectivo social.

O estado minarquista baseado na justiça e na segurança poderia então ser tão grande quanto o actual, a menos que se definisse estritamente a que segurança e justiça se referem, mas ainda não encontrei uma definição mais ou menos clara de quais são os limites das mesmas e quantas intervenções e gastos poderiam ser justificados em seu nome. Não há limites de facto para as intervenções nessas áreas nem para o que se pode gastar nas mesmas. Qualquer montante seria arbitrário e corresponderia a uma determinada definição da provisão desses bens. Seria necessário ter submarinos nucleares, caças, tanques de última geração ou bastariam armas ligeiras? Usaríamos prisões, trabalhos forçados ou multas para punir os criminosos? Quanta defesa ou justiça privada seria tolerada? Seriam permitidos árbitros e formas de justiça não estatais? São questões que ainda não vi bem definidas no discurso minarquista.

Outro ponto que considero problemático é o do alcance espacial da minarquia, ou seja, quantas minarquias seriam admissíveis para os seus teóricos (um estado mundial, os estados actuais, milhares de unidades políticas como no século XIII...) e qual seria a escala mínima para permitir a sua existência.

A questão é relevante, porque a minarquia de Nozick surgiria de uma hipotética anarquia e, portanto, os estados seriam constituídos para eliminar o problema da agressão da agência dominante. Nozick não especifica quão grande seria essa agência da qual nasceria o estado minarquista primitivo. Entendo que muitos defensores desta doutrina a apresentam como uma redução dos estados actualmente existentes a um nível de intervenção muito menor, baseado apenas na defesa e na justiça, ou seja, reduzir o actual estado espanhol a níveis muito pequenos. Mas por que teria de ser assim? Poderíamos imaginar milhares de minarquias em competição, sem limite numérico e com direitos de secessão como os municípios de Liechtenstein e organizadas em anarquia entre si, o que se assemelharia mais a um modelo anarcocapitalista do que ao proposto por Nozick. Ou a secessão não seria permitida e existiria um único estado mundial? Esta questão também não me parece esclarecida nos escritos minarquistas. Por último, seria necessário discutir a viabilidade de se chegar a uma minarquia, ou seja, que os estados actualmente existentes reduzam a sua intervenção e competências para alcançar o ideal pretendido. A anarquia é muitas vezes considerada utópica, não sem alguma razão, não tanto por ser impossível, mas pela dificuldade de a alcançar a partir da situação actual. Seria muito difícil convencer a população a mudar uma situação actual em que, mesmo sendo oprimida por impostos e regulamentações, desfruta de um certo nível de protecção e bem-estar atribuído ao estado (entendo que erroneamente, como analisaremos em outro artigo), por uma situação de anarquia em que não sabe muito bem o que encontraria. É muito mais difícil ainda convencer os governantes a renunciar voluntariamente ao seu domínio de boa vontade. Para a transição para uma sociedade deste tipo é necessário, portanto, vencer a incredulidade das pessoas e a resistência dos governantes. Em qualquer caso, se isso acontecesse, seria uma batalha ideológica que exigiria um grupo de iniciadores fortemente motivados e convencidos, dispostos a gastar tempo e recursos e, em alguns casos, a sacrificar carreiras

profissionais e, em casos extremos, até mesmo a liberdade ou a vida. Para alcançar tal grau de motivação, o resultado final tem de compensar e, para facilitar uma certa coordenação na acção, deve ser dotado de alguma precisão. Irwin Schiff morreu preso por não querer pagar impostos, nenhum, pois considerava-os radicalmente imorais. Mas não creio que tivesse assumido o custo dessa punição se o prémio fosse uma mera redução nos impostos sobre as sociedades.

A longa marcha para a minarquia enfrenta problemas semelhantes aos da anarquia. Os minarquistas também teriam de se esforçar para convencer a população a renunciar aos actuais sistemas de protecção social e regulamentações trabalhistas ou a ter de pagar portagens nas estradas, por exemplo, para adoptar mecanismos de mercado cujas vantagens à primeira vista não são tão fáceis de perceber. E também teriam de vencer a resistência dos actuais governantes, que duvido muito que aceitem com aplausos as propostas minarquistas. De facto, um dos argumentos usados para criticar o anarquismo é que as suas propostas são vistas como muito radicais pela maioria das pessoas, o que afasta muitos da luta pela liberdade. Não acredito nisso. As propostas minarquistas, ainda que pouco concretas e difusas, também são percebidas como muito radicais (basta perguntar qual seria a opinião da maioria da população sobre a abolição da educação, da saúde ou das pensões públicas). O objectivo minarquista não está detalhado com precisão e, provavelmente, na altura de o implementar, haveria disputas sobre o seu alcance, como, por exemplo, qual a percentagem de impostos que seria admissível numa sociedade minarquista. Não duvido da coragem dos minarquistas, muitos deles verdadeiros e corajosos defensores do seu ideal, mas questiono a sua operacionalidade prática na hora de mobilizar apoiantes. A luta pela abolição da escravatura foi para a abolir completamente, não para melhorar a alimentação dos escravos. E nessa luta, ambas as coisas foram alcançadas, porque os esclavagistas foram obrigados a ceder. Talvez a melhor forma de alcançar a minarquia seja

ANARQUIA E ANARCOCAPITALISMO

reivindicar a anarquia. Se o que se procura são melhorias a curto prazo, muito provavelmente essa seria a estratégia mais consequente.

2

A Possibilidade da Anarquia

Entendo que o debate sobre o anarcocapitalismo é prejudicado pela questão da sua possibilidade ou impossibilidade. É óbvio que a anarquia é possível, como o demonstra a maior parte da história da humanidade (não creio que chegue a 10% da história em que fomos governados por algum tipo de entidade dotada de poder político, muito menos por estados, cuja existência como o conhecemos hoje, não será muito superior a 300 anos), e a sobrevivência contemporânea de povos sem estado, como algumas tribos remotas em África, na América ou nas ilhas do Pacífico.

O debate deveria ser outro: se alguém poderia decidir viver fora do estado, assumindo as consequências; e se isso seria ou não permitido e com que razões. Ou seja, se alguns ancaps³ e eu decidíssemos comprar um terreno numa zona despovoada, espanhola, por exemplo, para aí vivermos de forma anarcocapitalista, assumindo-o conscientemente, conhecendo as suas possíveis vantagens e as hipotéticas desvantagens que daí adviriam, incluindo uma diminuição do nível de vida ou a suposta incapacidade de estabelecermos sozinhos a justiça e a defesa.

Em todo o caso, o problema seria nosso, mas ser-nos-ia permitido fazê-lo?

Dir-se-ia rapidamente que isso não pode ser e que teríamos de nos submeter às leis comuns que nós próprios criámos?

³ ‘Anarcocapitalistas’.

Acontece que no quadro legal de Espanha não há lugar para secessões, dado que Espanha é “una e indivisível”,⁴ e que nos impediriam de o fazer pela força. Mas o que estariam a fazer não seria mais do que aplicar a violência contra um grupo de pessoas que não incomodam ninguém e que simplesmente querem viver em paz, respeitando o direito dos outros a viverem governados pela forma de estado que quiserem. E não o podiam permitir porque, se se aceita o carácter voluntário das relações, não se pode falar de estado, mas de uma associação voluntária.

Este argumento foi muito utilizado na altura para mostrar a superioridade moral do capitalismo em relação ao socialismo, uma vez que o primeiro permitiria a existência de comunidades socialistas, ao passo que o socialismo não poderia permitir as comunidades capitalistas sem se autodestruir. Penso que o mesmo argumento ético pode ser utilizado no debate entre anarquismo e minarquismo. O minarquista nunca poderá tolerar a existência de comunidades ou territórios anarquistas no seu seio sem quebrar o seu próprio argumento.

A argumentação ética no debate entre ambas as formas ideais de sociedade nunca foi muito apreciada pelos minarquistas, uma vez que os levaria essencialmente a discutir a legitimidade última do estado, bem como a questionar a sua própria origem e essência. E neste particular não sabem defender-se muito bem, pois a sua razão última é a da força contra aqueles que não partilham os seus princípios. Sentem-se mais confortáveis no debate utilitarista, que se centra no melhor funcionamento do socialismo em alguns domínios da vida social, pelo menos naquilo a que chamam segurança e naquilo a que chamam justiça. Os seus argumentos típicos são que um estado que fornecer serviços em monopólio nessas áreas, é melhor do que um sistema em que são fornecidas em regime de monopólio por privados.

⁴ Artigo 2º da Constituição Espanhola.

Mas aqui os minarquistas parecem tornar-se subitamente marxistas ou ricardianos⁵ e esquecem a teoria do valor subjectivo. A minarquia é boa ou melhor, mas apenas para o minarquista. O anarquista pode muito bem querer ou preferir os custos e benefícios da anarquia a viver sob o domínio de pessoas que ele não reconhece como tendo qualquer legitimidade para o fazer. E pode muito bem ser essa a sua preferência e, portanto, a minarquia não ser a melhor opção para ele. A questão é saber porque é que o minarquista tem de obrigar o anarquista pela força a adoptar a sua preferência?

Isto tem a ver com o facto de bens como a defesa ou a justiça serem claramente bens subjectivos. A defesa ou justiça não existe, mas sim necessidades subjectivas das pessoas, que requerem meios humanos e materiais para serem satisfeitas, como qualquer outra necessidade humana. As pessoas valorizam a sua segurança de uma forma completamente subjectiva. Algumas pessoas valorizam-na muito e sentem-se inseguras em qualquer lado e compram todo o tipo de meios para a satisfazer. Outras valorizam o risco e oferecem-se para ir para a guerra ou praticam desportos de alto risco. Algumas pessoas consideram alguns destes últimos grupos como potencialmente perigosos. Também não há acordo sobre a forma de lidar com a questão da segurança, daí os falcões apelarem ao ferro e as pombas pregarem a paz e a negociação.⁶ Qualquer definição monopolista de segurança satisfará alguns e deixará insatisfeita uma grande parte da população.

O mesmo acontece, em grande medida, com a justiça. O que é justo para uns não é justo para outros, nem tampouco o que é ou deve ser um crime, nem a sanção a aplicar. Assim, os códigos de justiça, penal ou civil, de diferentes países do mundo podem

⁵ Referência a David Ricardo (1772-1823), economista e político britânico.

⁶ No séculos XVIII e XIX, o termo “falcões da guerra” (em oposição a “pombos”) era usado de informalmente nos Estados Unidos da América, para ridicularizar os políticos que adoptavam uma postura belicista em tempo de paz.

entender os mesmos factos de forma muito distinta: podem ou não os considerar um crime e tratá-los de forma muito diferente. Um código de justiça monopolista só poderá chegar à desigualdade perante a lei, que é o que realmente acontece (se a justiça fosse realmente igual perante a lei, seria indiferente ter um bom ou um mau advogado e, por conseguinte, o estudo sério do direito). Só um sistema de justiça em anarquia poderia, através da disputa entre jurisdições, coordenar o quadro legal e limitar, na medida do possível e a possível desigualdade no acesso, da mesma forma que as desigualdades na valorização dos bens de consumo se conseguem através da coordenação pelo sistema de preços.

Outro aspecto que é frequentemente evitado no debate é a escala do fornecimento de bens ou serviços que requerem uma acção colectiva. Estamos habituados à escala do estado para a prestação de muitos serviços, não só de justiça ou de segurança, mas também de transportes ou mesmo de serviços como a electricidade, o telefone ou a água, que, segundo nos dizem, seriam muito difíceis de prestar se não houvesse uma entidade central que os assegurasse ou regulasse a sua utilização.

Estamos mesmo a pensar numa sociedade anárquica, como uma sociedade à escala dos estados actuais, só que sem governo. O resultante é que haveria muitas associações plurais, com escalas diferentes para a prestação de cada serviço em particular. Associar-nos-íamos de uma forma para um aeroporto, de outra para escolas, de outra para lojas, de outra para a construção de estradas, e assim por diante. Na vida real, isto já acontece de inúmeras formas, e há mesmo organizações como a Suíça com administrações sobrepostas por função. Bastava alargar o modelo a todas as funções. Para alguns bens, associaríamos à escala planetária, para outros à escala continental, para outros à escala regional, para outros à escala local e para outros à escala individual.

No entanto, não haveria lugar para os actuais monopólios baseados na escala geográfica ou demográfica dos estados existentes, que, como facilmente se adivinha, não têm uma escala racional, uma vez que a sua forma e demografia dependem do acaso histórico e não de qualquer concepção particularmente racional de escala para a prestação de serviços. A prova é que existem estados reconhecidos com populações que vão de dez mil a 1,6 mil milhões de habitantes. Os estados pequenos limitam-se a subcontratar os serviços que não podem ou não querem prestar a empresas ou a outros estados. A escala dos estados não é suficiente para garantir todos os serviços e, de facto, são feitos tratados (em anarquia) com elementos externos para os fornecer (incluindo tratados de defesa mútua).

O que impede então as pequenas comunidades sem governo de estabelecerem tais acordos com outras comunidades, empresas ou indivíduos externos? Gostaria de saber a resposta e também gostaria de saber o interesse que alguns têm em que essas comunidades não possam existir.

Huemer, em *The Problem of Political Authority*, assinala muito bem que as primeiras comunidades anarquistas surgirão da forma que indiquei no início: em locais muito civilizados e pacíficos que permitiriam a existência de organizações livres sem serem atacadas. Em princípio, as comunidades anarquistas e os estados poderiam coexistir sem problemas, cada um no seu lugar, e depois ver-se-ia qual funcionaria melhor, com a consequente imitação. Não percebo a lógica de querer impedir essa possível coexistência e deixar que cada um escolha. Ou sim! O estado desapareceria ao tornar-se optativo. E isso é algo que não creio que os estatistas estejam dispostos a permitir.

3

A Acção Colectiva na
Ausência do Estado

Uma das principais críticas que podem ser feitas ao anarquismo é o problema da acção colectiva, especialmente no que diz respeito à defesa. A construção de faróis, estradas, ruas e autoestradas não é um argumento muito utilizado pelos críticos do anarcocapitalismo, devido à existência de numerosos e abundantes exemplos históricos de fornecimento de todos e cada um destes bens no passado. Uma simples leitura dos romances do século XIX, como os da genial Elizabeth Gaskell,⁷ mostra como os protagonistas construíam estradas da mesma forma que investiam num rendimento perpétuo. O capital era investido na construção destas infraestruturas e as portagens eram utilizadas para pagar os juros. Coase⁸ documentou a construção de faróis privados e David Beito a de todo o tipo de instituições de caridade, incluindo hospitais, hospícios e asilos, a partir de fundações e contribuições de caridade. Em todos estes casos, o debate seria sobre a adequação da provisão privada, mas não sobre a sua impossibilidade. O argumento da impossibilidade parece estar reservado para o caso da defesa colectiva. O ponto de partida é sempre um colectivo previamente definido (normalmente baseado num estado existente, o que já faz pender a balança a favor do crítico) e argumenta-se que esse colectivo, na ausência de um estado, estaria indefeso por falta de

⁷ V. *Mary Barton: A Tale of Manchester Life*.

⁸ Ronald H. Coase (1910-2013), foi um economista e autor britânico. Recebeu em 1991 o Prémio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel, vulgo “Nobel da Economia”.

coordenação colectiva suficiente para enfrentar o invasor: normalmente, mas nem sempre, outro estado com as características do nosso. O que tento estabelecer neste texto é que, mesmo na ausência de um estado, existem inúmeras formas de um povo anárquico estabelecer um grau de acção colectiva suficiente para se defender com razoáveis probabilidades de sucesso (reconhecendo que a sociedade anárquica não tem de se defender sempre com sucesso, tal como a posse de forças armadas estatais não garante sempre uma defesa bem sucedida: existem inúmeros exemplos de estados derrotados por outros estados ou por outros agressores, como piratas, nómadas, hordas, etc.).

Os estados modernos, desde a sua constituição como tal em meados do século XVII (a data é arbitrária, mas a Paz de Vestefália de 1648 é o momento em que se institucionalizou a ideia moderna de soberania)⁹, têm vindo a expropriar lentamente a capacidade autónoma de defesa dos cidadãos, o que, ao longo do tempo, a tem deixado monopolizada e centralizada pelos detentores do poder político. A principal consequência é que a maioria da população civil não tem armas nem treino para se defender sozinha e ficaria indefesa nas mãos de um agressor (como digressão histórica e para referir realidades próximas no espaço, o historiador Bryan Ward-Perkins, no seu livro sobre *A Queda de Roma*, narra como nos tempos das invasões bárbaras do século V, apenas povos como os bretões ou os bascos conseguiram resistir com sucesso às investidas porque não tinham sido expropriados dos seus meios de defesa pelo poder romano).

Como pode então um grupo de pessoas ou uma sociedade fazer frente a um agressor na ausência de um poder político centralizado? Existem várias formas, todas elas historicamente

⁹ V. adiante III.4: O Número e o Tamanho dos Estados.

comprovadas, de como em anarquia podem ter lugar fenómenos de acção colectiva para esses fins.

A primeira são os laços familiares e comunitários. A lealdade à família, ainda hoje, é algo que não foi completamente expropriado pelos estados. Historicamente, a lealdade à família, ao clã (família alargada) ou à tribo, tem sido a principal fonte de coordenação social na ausência de um poder político centralizado. Funciona geralmente com base na autoridade (e não no poder) ou nos costumes e tradições. Os clãs funcionaram durante muito tempo como a instituição básica de defesa do grupo e, em alguns países, ainda funcionam. A rebelião triunfante dos Macabeus (esplendidamente romanceada por Howard Fast em *My Glorious Brothers*) começou como a revolta de um bando de irmãos contra o domínio do império selêucida¹⁰, que conseguiram conter e arruinar com a sua feroz guerra de resistência. Foi uma revolta iniciada na anarquia (não tinham um estado que os coordenasse) que resultou numa vitória bem sucedida. E os clãs Pashtun do Afeganistão nunca foram completamente derrotados por nenhum império colonial.

Na anarquia, as religiões podem também servir de elemento coordenador de defesa na ausência de um estado. Povos subjugados, como os polacos ou os irlandeses, encontraram na religião um factor de coordenação que lhes permitiu resistir e mesmo subjugar os seus opressores - impérios como o russo ou o britânico (a religião é também uma forma de coesão social que não necessita de um estado para funcionar). Também nada impediu que tribos ou clãs se unissem para fazer a guerra, como demonstraram as confederações índias na sua luta contra o estado americano agressor.

As lealdades ideológicas ou a consciência social também podem servir para resistir eficazmente a um agressor. As chamadas guerras servis no Império Romano foram revoltas

¹⁰ Estado grego do período helenístico, fundado no séc. IV AC.

iniciadas em anarquia por grupos de escravos fartos de serem explorados pelos seus amos aliados ao governo romano (as mais famosas foram a revolta de Spartacus¹¹ ou as revoltas nas minas de prata de Laurion). A consciência comum da sua condição servil serviu de força aglutinadora para uma acção colectiva contra um poder opressor (no caso de Spartacus, o estado teve de recorrer a um exército privado para reprimir a revolta). O mesmo acontece com a resistência ideológica construída em torno de organizações ideológicas como os partidos extra-estatais ou os sindicatos. A partilha de certos valores políticos pode servir para unir e coordenar as pessoas. Isto pode acontecer com qualquer tipo de ideologia, comunista ou conservadora, e em vários casos foi bem sucedido. Um bom exemplo são as milícias que conquistaram a independência dos estados Unidos. A luta começou por ser uma revolta contra os impostos e, após uma actuação bem sucedida, conseguiu derrotar o império britânico. Se olharmos para a sua génese, podemos ver que a vitória se deveu à coragem de um grupo de homens que, mesmo sem uma estrutura estatal, foram capazes de se coordenar e enfrentar com sucesso um inimigo organizado de forma estatizada.

As lealdades étnicas, nacionais ou culturais também serviram para se organizarem contra o invasor. A resistência francesa na Segunda Guerra Mundial ou os bandos de guerrilha espanhóis ou russos contra Napoleão podem ser exemplos significativos. Embora, sozinhas, não tenham sido suficientes para o inimigo, obrigaram-no a desviar tropas de outros locais e contribuíram para a sua derrota final. O início destes ataques ocorreu frequentemente na ausência de um estado, que tinha sido derrotado pelo estado inimigo ou colaborado com ele. Muitos fenómenos terroristas modernos, como a Al-Qaeda, o estado Islâmico ou o Irgun israelita, que conseguiu pôr fim ao mandato

¹¹ Spartacus, ou Espártaco, foi um gladiador trácio que liderou uma famosa revolta de escravos contra Roma de 73 a 71 a.C. (também chamada de Terceira Guerra Servil), tornando-se num símbolo da luta pela liberdade e resistência à opressão.

britânico na Palestina, têm também a sua origem em anarquia. Alguns destes grupos são verdadeiras proezas organizacionais e as suas inovações estão a revolucionar a forma como a guerra é travada, pois estão muito à frente dos estados que os combatem. O historiador militar Martin Van Creveld, no seu livro *The Rise and Decline of the State*, aponta para a ideia de que, sendo a guerra aquilo que molda o estado, as mudanças na forma como é travada tornarão os estados inúteis para a defesa. Da mesma forma que as armas dos estados modernos acabaram com os castelos e os senhores feudais, as novas formas de violência extra-estatal farão do estado-nação contemporâneo uma relíquia.

Por último, o dinheiro pode servir para coordenar os exércitos que lutam contra agressores organizados de forma centralizada. O pagamento de mercenários para defender um território ou o suborno de inimigos foram muitas vezes utilizados com sucesso. Os rebeldes holandeses (sem estruturas estatais reconhecidas e operando de forma descentralizada em várias províncias, numa situação de quase anarquia) resistiram ao muito poderoso e rico império espanhol do século XVII com a ajuda de mercenários contratados para o efeito. As taifas¹² hispânicas (segundo Pierre Guichard ou Rudolf Rocker, formas políticas muito próximas da anarquia) utilizaram mercenários como o Cid Campeador para a sua defesa, quer contratando-os para a guerra, quer subornando-os para não os combaterem. Já que nos tornámos literários neste texto, recomendo o excelente romance de Frank Baer sobre o período da Taifa, *El Puente De Alcántara*, para nos esclarecer. O dinheiro é uma excelente fonte de coordenação, como se pode ver no caso das empresas capitalistas, que são anarquias coordenadas pelo dinheiro e pela possibilidade de expulsão dos não-cooperantes (e que, para fins produtivos, são muito superiores à coordenação pela força do estado). Assim, também o dinheiro pode ser muito útil para coordenar a defesa de um

¹² Designação referente a um principado muçulmano independente, no contexto da história ibérica.

território e de um grupo de pessoas. O medo da perda de riqueza era o principal incentivo para os mercadores das cidades hanseáticas irem em auxílio das suas cidades irmãs, o que fizeram várias vezes com sucesso.

Poder-se-ia razoavelmente objectar a esta enumeração que muitas destas organizações de defesa anárquicas evoluíram mais tarde para estados ou foram assistidas por estados no seu desempenho. Isto é verdade em alguns casos. Mas muitos viram a oportunidade de usar a violência como um negócio e aproveitaram-na. Também é normal que qualquer grupo de pessoas numa situação de conflito recorra a todos os meios à sua disposição para derrotar o inimigo. Mas não é menos verdade que muitos deles não tiveram essa ajuda. No seu início, todas estas organizações nasceram em anarquia, como um grupo de pessoas que viram a necessidade, real ou fictícia, de lutar contra um agressor supostamente mais bem estruturado, e fizeram-no muitas vezes com sucesso. A melhor forma de organização baseia-se sempre na coordenação livre e pacífica de pessoas. Todos estes colectivos nasceram de pessoas que decidiram criar espontaneamente grupos de defesa na ausência de um estado que as pudesse defender ou, ainda, contra um estado que as queria aniquilar. À sua maneira, são empresários da violência, mas, tal como uma actividade comercial com fins lucrativos, nascem da cooperação de pessoas com um interesse comum.

4

A Anarquia nas Relações Internacionais

O estudo das relações internacionais¹³ é fascinante para um anarcocapitalista por muitas razões, mas especialmente por duas. A primeira é que nos permite observar como, num ambiente anárquico, se podem construir ao longo do tempo regras estáveis e duradouras de paz, cooperação e comércio, ou seja, como se pode construir o direito sem um poder central monopolista encarregado de o implementar. O segundo é o facto de ser uma das poucas das chamadas ciências políticas onde ainda é preservado o estudo teórico do estado como entidade e onde o estudo da anarquia em todas as suas formas não se tornou uma área marginal, mas uma parte fundamental do núcleo duro da disciplina. Muitos livros e artigos deste ramo de pensamento ocupam-se do estudo da sociedade anárquica internacional, como os trabalhos de Wendt ou Bull, entre muitos outros. De facto, as principais escolas de relações internacionais, a realista e a liberal, divergem não sobre a existência da anarquia, mas sobre a forma de lidar com ela: com pactos ou tratados, no primeiro caso, ou com instituições internacionais que a moderem gradualmente, no segundo.

Numa inteligente discussão *online* foi-me dito que a situação anárquica da ordem internacional não era assim tão clara, uma vez que nesta ordem existem fenómenos de hegemonia, segundo

¹³ Este artigo foi publicado em 2020, fazendo que os exemplos apresentados ao nível da relações entre estados, já estejam desactualizados, ou reforçados; conforme a perspectivas do leitor; que obrigou a colocar em observações uma nota explicativa de enquadramento para melhor entendimento da intenção do autor

os quais existiriam alguns estados mais poderosos do que a maioria, conhecidos na linguagem das relações internacionais como “Hegemónicos”, aos quais os estados com menor capacidade de defesa se subordinariam e obedeceriam. Os “Hegemónicos” desempenhariam as funções de um estado convencional só que desta vez em âmbito internacional. A verdade é que o sistema internacional dá a aparência de ser ordenado e não funcionar como anarquia. Actualmente, os estados cooperam pacificamente numa multiplicidade de domínios e os conflitos militares entre eles são quase inexistentes. Mas esta relativa paz na ordem mundial deve-se precisamente ao facto de esta funcionar em anarquia e, como dizia o velho Proudhon, a anarquia é a mãe da ordem.

De facto, há chefes de estado que optam por organizar a riqueza que extraem dos seus povos para a guerra e a expansão do estado em maior medida do que outros, o que leva alguns estados a preferirem obedecer-lhes em vez de os enfrentarem. A sua força relativa depende dos recursos económicos e humanos que conseguem mobilizar, mas também da sua vontade de lutar. Já houve pequenos estados muito agressivos e gigantes pacíficos, e isso mudou ao longo da história. Os mongóis, agora pacíficos, foram um povo brutal na Idade Média, enquanto os norte-coreanos, outrora pacíficos, são hoje, por graça dos seus governantes violentos, um estado pária. A estes estados violentos juntam-se, por isso, estados mais fracos, na esperança de que os primeiros os defendam de outros estados violentos mais fracos, ou então para evitar problemas com esses estados rufas. Daí as alianças, os eixos, as alianças e os blocos que ocorrem frequentemente na política internacional. Mas, mesmo assim, nunca houve uma situação de hegemonia a nível mundial. Mesmo no caso de um sistema bipolar imperfeito, como o que prevaleceu nos anos da Guerra Fria, prevaleceu uma situação de anarquia entre os dois blocos, em que nenhum conseguiu impor-se completamente sobre o outro. Estes blocos tinham, portanto, de funcionar sem uma instância superior que regulasse a sua

conduta. Ainda hoje, num sistema de relativa hegemonia americana, vemos como os estados Unidos não conseguem dominar todos os outros estados ao mesmo tempo. De vez em quando, vemos a Rússia ou a China a puxar as barbas ao velho Tio Sam e muitos pequenos estados, como a Moldávia¹⁴ ou as Filipinas¹⁵, preferem trocar as suas lealdades e sentem-se mais protegidos pelos primeiros do que pelo poder americano, já em declínio. Se a anarquia existe em tempos de blocos ou hegemonias, existirá ainda mais em épocas como as de Vestefália, caracterizados por muitos actores estatais concorrentes sem que um deles se destaque claramente, como foi o caso da anárquica civilização europeia, à qual devemos muito do florescimento histórico do nosso continente.

O sistema internacional pode dar-nos boas pistas aos anarcocapitalistas sobre o funcionamento de um sistema na ausência de um regulador monopolista. Em primeiro lugar, podemos observar como os estados existentes, procurando preservar a sua existência livre, estão alerta perante a possibilidade de uma ameaça externa que os possa privar da sua autonomia. Quando observam outro estado a aliar-se a outros ou

¹⁴ A Moldávia, desde o início do século XXI, tem moldado sua política externa num contexto de equilíbrio entre influências ocidentais e russas. Apesar dos movimentos recentes para integração na UE e na NATO, a sua posição oficial ainda hoje é de estado não-beligerante. A procura de acordos com os países de proximidade tem sido a estratégia para encontrar um proteccionismo táctico, como foram os tratados GUAM (com Geórgia, Ucrânia e Azerbaijão), de cooperação e defesa mútua; o Trio Associado (Geórgia e Ucrânia) de segurança energética no Mar Negro e acordos com a Roménia, na promoção para a integração europeia

¹⁵ Durante o século XXI a Filipinas têm gerido as suas relações internacionais em base de interesses geopolíticos a cada dado momento. Assim, o Tratado de Defesa Mútua de 1951 firmado com os USA foi posto em causa em 2016, quando da aproximação da Filipinas à China. Após 2022, retornaram ao reforço de alianças estratégicas com os USA. Ainda assim, as Filipinas tem vindo a fazer acordos com outros estados de proximidade como o Japão e a Austrália, (isto porque, entretanto, as relações com a China tiveram um volte-face com disputas de territórios no Mar da China), e encetaram a compra de armamento de defesa junto da Rússia e da Índia.

a adoptar um comportamento potencialmente ameaçador, procuram alianças entre si para contrariar esse perigo. No sistema de Vestefália acima referido, os estados faziam alianças sucessivas contra a Espanha, a França, o Reino Unido, a Prússia, etc., de maneira que foram capazes de neutralizar a cada momento a potência ameaçadora. Uma sociedade anarcocapitalista estaria também consciente das potenciais ameaças, internas ou externas, à sua liberdade e procuraria também formas de as contrariar. Alguns críticos do anarcocapitalismo pensam que uma sociedade assim ficaria inerte face à potencial emergência de um estado, ou de uma agência nozickiana dominante,¹⁶ mas, ao contrário dos nossos antepassados anarquistas pré-históricos, temos as ferramentas da história e a consciência, e saberíamos perceber quando tal ameaça existisse. Como dizem os historiadores dos estados primitivos, esses pobres povos não sabiam no que se estavam a meter quando apareceram os primeiros chefes, pois não tinham história nem conhecimento de outras realidades geográficas (recomendo as obras do Professor Claessen sobre o assunto)¹⁷, mas, ao contrário deles, nós temos consciência e poderíamos agir preventivamente, exactamente como fazem os estados perante um potencial agressor.

Podemos também aprender outro aspecto muito importante do funcionamento do sistema internacional: a utilização da exclusão e do boicote como instrumentos para alcançar a ordem. É verdade que os estados recorreram muitas vezes à violência nas suas relações, mas não é menos verdade que, numa perspectiva histórica, o recurso à violência não foi o padrão dominante. Há dois séculos que o estado espanhol está em paz com os seus vizinhos continentais, e os anos de paz com eles superam em muito os anos de guerra. Actualmente, como já referimos, os conflitos entre estados são quase inexistentes (as guerras são travadas no interior dos estados, quer para se apoderarem de

¹⁶ V. adiante V.2.: Sobre as Empresas de Segurança de Nozick.

¹⁷ Henri J. M. Claessen (1930-2022), antropólogo holandês.

outros estados, ou para a secessão interna). Além disso, observamos como o comércio, o turismo ou as transacções financeiras existem entre todos eles, sem necessidade de um poder centralizado. As cartas iam de um país para outro graças à anárquica União Postal Universal¹⁸ (e hoje o correio electrónico ou os sítios Web graças a instituições semelhantes nestes domínios). Podemos divertir-nos com festivais inter-estatais anárquicos como a Eurovisão ou desfrutar das anárquicas ligas de futebol europeias, americanas ou mundiais (o estudo das Organizações Internacionais não governamentais que funcionam por exclusão com as suas próprias regras de auto-regulação, como as instituições desportivas internacionais – UEFA, FIFA, COI, ... - , mereceria outro estudo, bem como as distorções causadas pelos estados quando querem intervir nessas organizações). O comércio internacional funciona essencialmente em anarquia, sendo a expulsão ou o boicote as principais fontes de ordem. A *Lex Mercatoria*¹⁹ medieval funcionava através da perda de reputação do comerciante incumpridor e, conseqüentemente, da sua expulsão dos mercados, da mesma forma que as grandes plataformas de comércio internacional, como a Amazon ou a Alibaba, funcionam através da Internet. Estas plataformas não dispõem de um tribunal estatal comum ao comprador e ao vendedor, que seja capaz de estabelecer a justiça em caso de incumprimento.

A ordem internacional também nos pode ensinar que, mesmo na ausência de uma lei comum para todos os povos, somos capazes de conviver em paz, tal como numa sociedade

¹⁸ Em 9 de Outubro de 1874, com o Tratado de Berna (assinado por 22 países, incluindo Portugal), foi fundada a então designada União Geral dos Correios. Em 1878, esta organização intergovernamental assumiu a sua actual designação, União Postal Universal (UPU).

¹⁹ Sistema jurídico não-codificado, originado na Idade Média, desenvolvido pelos comerciantes europeus para regulamentar suas relações comerciais transfronteiriças. Era na prática um conjunto de normas, princípios e costumes que evoluíram espontaneamente entre os próprios mercadores, visando facilitar o comércio entre diferentes jurisdições.

anarcocapitalista onde cada grupo da sua comunidade pode estabelecer regras diferentes. Os diferentes estados têm leis e regras diferentes sobre uma variedade de assuntos, desde o direito penal ao direito civil passando pelo fiscal, e, no entanto, coexistem. Nalguns casos, a lei pode até ser escolhida (casamentos, sociedades comerciais, etc.), mesmo dentro do território de um estado. A pluralidade de leis no território de um estado encontra-se, por exemplo, no direito diplomático (um embaixador que vive em Espanha não está sujeito à lei espanhola, tal como não o está um militar americano) e não vemos isso como impossível; de facto, no passado, era a norma. Um criminoso, pelo simples facto de atravessar uma fronteira, pode perfeitamente ficar impune por crimes que seriam extremamente graves do outro lado da fronteira. Isto para salientar que aquilo que é considerado inimaginável dentro do território de um estado, assistimos a todo o momento no domínio do direito internacional sem que o mundo por isso acabe (pelo contrário, vivemos numa paz generalizada). É difícil imaginar quadros jurídicos mais diferentes do que a lei espanhola e a Sharia saudita, mas vemos que os governantes de ambos os estados partilham negócios e tratados em paz e cooperação. Algo semelhante poderia muito bem acontecer numa sociedade sem estado, na qual sociedades muito diferentes viveriam, comercializando e cooperando sem necessariamente partilharem os mesmos valores.

Por último, o sistema internacional aponta para a importância da legitimidade e do reconhecimento como características fundamentais do poder político. Um estado só é considerado legítimo se os outros estados o reconhecerem como tal, caso contrário seria considerado um vulgar bandido, um terrorista ou um guerrilheiro. Mas se esse reconhecimento for conseguido, o bandido é considerado respeitável, com embaixadas e um lugar confortável na ONU. Exactamente igual ocorre dentro dos estados. O antigo bandido que ganha uma guerra e conquista um território passa a gozar de reverência e honras de toda a espécie,

é estudado com louvor nos manuais e escolas estatais e até pode assinar papéis com o seu nome que podem ser usados como meio de pagamento. A que se deve uma transmutação tão radical? A nada mais do que o génio invisível da legitimidade, que ninguém sabe exactamente em que consiste (como nos recordava o velho Guglielmo Ferrero no seu magistral livro *Power: The Invisible Geniuses of the City*), mas todos sabemos a quem é atribuído em cada momento.

A principal vantagem do sistema internacional é precisamente o facto de ser anárquico e, precisamente por isso, poder existir uma certa ordem nas relações entre as diferentes entidades estatais. Desta anarquia derivam vantagens para os indivíduos, como a impossibilidade de estabelecer meios de pagamento a nível global, uma certa concorrência fiscal ou a dificuldade de limitar as liberdades a nível global, uma vez que em qualquer um destes casos existe sempre um espaço de refúgio. Um estado global eliminaria tudo isto e não nos deixaria qualquer refúgio contra os seus abusos. Por isso, de momento, é melhor que a anarquia global continue a existir do que o potencial horror de um estado mundial único.

5

Acerca do Imaginário da Anarquia

Na releitura de um livro sobre as origens da Guerra Civil Espanhola, notei que uma das motivações dos rebeldes era acabar com a "anarquia" que reinava em Espanha na altura. Esta suposta anarquia caracterizava-se, segundo o mesmo autor, pela existência de um elevado grau de violência política promovida pelo governo republicano. Não discutiremos aqui a veracidade ou não das afirmações do autor, mas sim o seu oxímoro, pois parece-nos um pouco absurdo acusar uma situação de ser anárquica e depois afirmar que esta foi resultado de uma decisão governamental. Mas este tipo de afirmação é muito comum e tem contribuído ao longo do tempo para a confusão de muitas pessoas quanto à verdadeira natureza da anarquia.

O imaginário popular coincide com a opinião do autor do estudo sobre a Guerra Civil, no sentido em que a grande maioria da população identifica a anarquia com uma situação de desordem, violência de todos os tipos e violação repetida dos direitos de propriedade num determinado território e numa determinada fase histórica. A literatura, os filmes e, mais recentemente, as séries de televisão contribuíram para esta imagem de anarquia entre nós, uma vez que, felizmente, a maioria da população de hoje, em muitos países do mundo, não tem experiência directa de tais situações e as suas principais referências são ou de pessoas idosas que as viveram ou de fontes secundárias. Romances como *A Estrada*, de Cormac McCarthy, mais tarde transformado em filme, falam de um futuro pós-apocalíptico em que o estado e todas as formas de lei e ordem desapareceram ou não têm presença efectiva. Aqui, todos os tipos de abuso, violência e até canibalismo são narrados como

resultado da falta de ordem. Mas foram talvez os filmes como *Mad Max* que mais contribuíram para fixar na nossa mente a imagem da ausência de lei. Violações em grupo, assassinios caprichosos e guerras ferozes por um pouco de gasolina foram associados nas nossas mentes a uma situação de ausência de um estado efectivo que garanta a lei e a ordem. Séries como *The Walking Dead* também reflectem, em certa medida, esta visão de um mundo impiedoso, fruto do colapso das instituições responsáveis pela segurança. Mas convém notar que esta série tem nuances muito interessantes, pois chega a descrever o aparecimento (violento, claro) de um estado rudimentar em nome da garantia da segurança contra os agressores zombies. Estes proto-estados são também enormemente impiedosos e funcionam com medo do agressor externo, tal como os estados convencionais, presumindo que a única forma de combater eficazmente o inimigo é submetendo-se à força a um poder central. Felizmente, a série mostra-nos que há inúmeras formas de combater os zombies com igual sucesso e sem necessidade de coerção. Esta análise não é exaustiva, mas certamente que especialistas em cultura libertária popular, como Ignacio García Medina, em breve oferecer-nos-ão elaborações mais sistemáticas sobre a imagem popular da anarquia.

Mas a verdade é que essa imagem existe, e é a primeira imagem que vem à mente da grande maioria das pessoas quando pensamos em anarquia. De facto, é muito difícil desprendermo-nos mentalmente dessa imagem e propor positivamente um programa anarquista, porque ela está tão interiorizada que funciona como uma espécie de mola mental. Não creio que tenha sido uma criação deliberada e consciente, mas antes uma resposta tanto aos medos mais atávicos do ser humano (morte ou agressão violenta às mãos de outro ser humano), como aos mais recentes. Assim, o imaginário da ilegalidade inclui o medo das classes médias com um certo nível de vida de serem assaltadas, passando por hordas de bárbaros estrangeiros, até aos próprios nativos despossuídos agrupados em hordas que descem das suas

povoações sobrelotadas para os bairros da classe média, para pilhar e agredir os seus habitantes. O que os propagandistas do estado fizeram, e com sucesso, foi associar estes medos a uma situação em que o estado desaparece e essa entidade benéfica que nos protege deixa de poder cumprir a sua função. A questão seria, e é isso que pretendo discutir neste texto, se esta visão do mundo em anarquia é correcta ou não, começando por discutir, em primeiro lugar, qual o comportamento real da população neste tipo de catástrofes, e, em segundo, em que medida este tipo de comportamentos, como no exemplo inicial, é o resultado da intervenção do estado e não da sua ausência. Há uma literatura emergente sobre catástrofes, tanto na Escola Austríaca como na sociologia e na política, que começa a investigar e a questionar as visões populares sobre o comportamento humano em situações de calamidade, distinguindo entre aquelas em que não há intervenção do estado, quer na sua causa quer na sua gestão. São, portanto, várias as consequências que se podem retirar do estudo das catástrofes e calamidades.

A primeira é que o estado sempre lucrou com situações de calamidade e pânico. Um dos pioneiros da sociologia da catástrofe, Pitirim Sorokin, nos seus ensaios sobre o homem em tempos de calamidade,²⁰ refere que a principal consequência das situações de ruptura da estabilidade social, seja por causas naturais ou políticas, é o aumento do poder do aparelho de estado. Nestas situações de ruptura social, os laços orgânicos da sociedade (família, comunidade...) são gravemente afectados, e os governantes têm mais facilidade em regular o comportamento das pessoas quando lhes faltam âncoras sociais. O controle de preços, a adulteração da moeda, o trabalho forçado ou a tributação são muito mais fáceis de implementar neste tipo de situação do que em condições normais e, como é de esperar, os governantes aproveitam a oportunidade para os implementar. A

²⁰ V. *Man and Society in Calamity: The Effects of War, Revolution, Famine, Pestilence upon the Human Mind, Behavior, Social Organization and Cultural Life*.

sociedade em situação de catástrofe perde a sua resiliência e a propaganda do estado associa um governo forte e resolutivo à capacidade de lidar satisfatoriamente com o problema, o que, como veremos, está longe de estar provado. De facto, a história mostra que as grandes catástrofes, guerras ou pragas estão associadas a incrementos substanciais do poder do estado, que depois nunca mais retorna aos níveis anteriores. Robert Higgs demonstra-o muito bem, aplicando-o às guerras, no seu *Crisis and Leviathan*. Assim sendo, não é de surpreender que os governos (que copiam e aprendem muitas das suas técnicas de dominação de outros governos ou da história) tenham forçado deliberadamente situações catastróficas para obter rendas ou poder. As grandes fomes da Ucrânia nos anos 30,²¹ a carestia da Etiópia ou, como refere Andrei Shleifer,²² as grandes carências de bens essenciais no mundo socialista, são exemplos de como os governos impiedosos utilizam as catástrofes para dominar as populações.

A segunda conclusão a discutir decorre do acima exposto, ou seja, que os controlos e coerção governamentais não são necessariamente a melhor solução para lidar com uma catástrofe; pelo contrário, só podem contribuir para a agravar. É um pressuposto comum que, numa situação de catástrofe, são necessárias medidas coercivas em todos os domínios para sair de tal situação. A teoria económica aplicada a situações de crise (por exemplo, a compilação de Chamlee-Wright e Storr, *The Political Economy of Hurricane Katrina and Community Rebound*) explica-nos que intervenções que não funcionam em tempos de normalidade também não funcionarão em tempos de escuridão. Além disso, as intervenções apenas irão agravar o desastre. O controlo dos preços irá, por um lado, aumentar a escassez e, por outro, dificultar o fluxo de recursos de outras áreas (os preços elevados atrairão bens de todo o lado, enquanto os preços congelados não

²¹ Este período ficou conhecido como *Holodomor*.

²² *The Grabbing Hand, Government Pathologies and Their Cures*, de Robert W. Vishny e Andrei Shleifer

encorajarão a sua deslocação para as áreas afectadas). Por sua vez, a regulamentação impedirá o desenvolvimento da criatividade necessária para encontrar soluções práticas para problemas urgentes, atrasando a tomada de decisões ou promovendo soluções incorrectas. O caso do Katrina, por exemplo, mostra-nos que as decisões estatais apenas contribuíram para aumentar o caos e para a má afectação de recursos escassos. Se o mercado é o melhor sistema de afectação de recursos privados, é absolutamente essencial mantê-lo em situações de alto risco, pois uma má afectação teria consequências muito piores.

Também a ordem pública não é necessariamente mais bem mantida com medidas de emergência, e a serem os agentes do estado a mantê-la, muitas vezes fazem-no sozinhos e contornando as cadeias de comando. Vale a pena recordar, como Jane Jacobs correctamente assinala no seu *Morte e Vida nas Grandes Cidades*, que a ordem pública numa cidade é mantida principalmente pela própria vigilância da população, desempenhando a polícia um papel subsidiário. O que acontece em situações de catástrofe é que a população abandona as zonas habitadas e edifícios, armazéns e casas ficam desprotegidos pelos seus proprietários, o que facilita muito as pilhagens e os roubos, como bem sabem os criminosos que assumem que não vão encontrar resistência nos seus roubos. Os cidadãos, ao confiarem a sua protecção aos agentes do estado, não conseguem prever este tipo de situações, pelo que a criminalidade é quase inevitável. Mas convém recordar que estas situações sempre ocorreram em situações em que o estado está presente, e não ausente, pelo que, no mínimo, se deve discutir qual o papel dos governantes e das suas regras nesta imprevidência. Recordo-me de uma reportagem recente sobre a erupção de um vulcão na Guatemala (publicada no *El País*, não numa publicação anarquista) que relata como os que estavam alojados em *resorts* privados puderam abandonar a zona em ordem graças à precaução dos gestores hoteleiros, enquanto que os que contavam com a protecção pública viram as suas propriedades destruídas (e, em alguns casos infelizes, as

suas vidas perdidas) devido à ineficácia dos agentes governamentais em agir e à demora na tomada de decisões.

E não se deve esquecer que muitas destas situações catastróficas se devem a causas governamentais, como guerras ou conflitos sociais. Muitas situações de pilhagem e de emergência são o resultado de decisões deliberadas utilizadas como armas de guerra, ou como consequência indirecta destas (a pilhagem de Bagdad no rescaldo da invasão do Iraque é um exemplo recente). De facto, hoje em dia, a maioria das fomes em muitas partes do mundo tem origem política, como instrumento de dominação ou de procura de rendimentos por parte de governos impiedosos.

Finalmente, é de notar que, em muitas destas situações de “anarquia”, a reacção das populações não é necessariamente a de uma guerra de todos contra todos. Nestes contextos, embora não seja bem conhecido ou habitualmente destacado pelos meios de comunicação social, podem florescer inúmeras formas de cooperação social, desde cantinas colectivas à cedência temporária de espaços para o realojamento das populações afectadas, passando pelo cuidado comum das crianças e dos idosos. Se é verdade que podem surgir atitudes violentas entre a população, não é menos certo que também nestas circunstâncias podem emergir os elementos mais nobres do ser humano. Valeria a pena investigar um pouco mais o funcionamento das instituições sociais em tempos de desaparecimento do estado e abandonar as visões convencionais e distópicas dos cenários pós-apocalípticos. Talvez nos surpreendamos.

6

O Anarquismo Colectivista

Como acontece em muitas famílias, a partilha de origens comuns não impede relações conflituosas entre os membros da família ou disputas sobre a herança dos mais velhos. Pode-se mesmo ignorar a existência dos outros, negar o parentesco ou não tratar os parentes “ilegítimos”. Algo semelhante acontece com a família do anarquismo. Ambas as correntes, capitalista e colectivista, partilham origens comuns, mas afastaram-se ao longo do tempo até ao ponto da incomunicação total ou mesmo da ignorância mútua. É verdade que o anarcocapitalismo deriva uma boa parte dos seus genes do liberalismo clássico de mercado-livre, levando-o ao extremo, mas não é menos verdade que também descende de uma forma mais ou menos espúria do pensamento anarquista americano através do trabalho do seu fundador, Murray Rothbard. O carácter de Rothbard como continuador da Escola Austríaca é frequentemente destacado, com contribuições próprias como a extensão da impossibilidade do cálculo económico no socialismo à esfera dos negócios, resultando o seu anarquismo de uma mera extensão lógica dos princípios liberais. Ou seja, se o mercado é capaz de produzir pão em abundância e a uma qualidade e preço aceitáveis, porque não há-de ser capaz de fazer o mesmo com a justiça ou a segurança? Ou, pelo contrário, se o estado consegue produzir bem estes serviços, porque não há-de produzir igualmente bem cabeleireiros ou bebidas isotónicas, que aparentemente são mais fáceis de produzir?

De facto, muitos anarcocapitalistas não têm uma teoria política da anarquia e vêem-na apenas como uma extensão do mercado a todas as áreas da vida económica e social. Mas

Rothbard, sim, tinha uma teoria política da anarquia, derivada dos anarquistas clássicos, como os taoístas, do pensamento monárquico medieval e renascentista tardio, ou dos anarquistas individualistas americanos, como Thoreau, Tucker ou Warren.

Assim, o principal mérito teórico de Rothbard foi enxertar esta tradição teórica no tronco da Escola Austríaca de Economia, uma escola que não defendia de todo os princípios anarquistas, mas sim liberais ou conservadores (não me parece, por exemplo, que o ministro conservador Bohm-Bawerk tenha ficado muito contente por estar do lado dos que assassinaram a Imperatriz Sissi)²³. Os resultados podem ser discutíveis, mas pelo menos despertaram muito interesse e reavivaram o interesse pela velha escola, que estava quase a desaparecer.

Mas se Rothbard incorpora elementos anarquistas na teoria social-capitalista e desenvolve a doutrina do anarcocapitalismo, isso significa que esta escola tem muitos pontos em comum com o anarquismo colectivista. Se seguirmos Peter Marshall na sua monumental história do pensamento anarquista, *Demanding the Impossible*, o anarquismo colectivista de hoje seria o resultado da introdução de princípios anarquistas no tronco do socialismo.

De facto, o socialismo incorporou elementos do anarquismo clássico nos movimentos anticapitalistas novecentistas, através da obra de Bakunin e Kropotkin (ou, por vezes, do próprio Marx), de tal modo que estes se afastaram da linha principal do pensamento socialista fortemente estatista e constituíram uma tradição própria que em breve entraria em conflito, por vezes de forma muito sangrenta (em Espanha ou na URSS, por exemplo), com a corrente socialista.

²³ Isabel Amália Eugénia da Baviera 1854-1898), apelidada de Sissi, foi Imperatriz Consorte da Áustria. Assassinada por Luigi Lucheni, um auto-intitulado anarquista, que exclamou após leitura da sentença de prisão perpétua: “A anarquia reina! Morte à aristocracia!”

Ambas as tradições, a anarcocapitalista e a anarco-sindicalista ou colectivista, partilham muitas coisas, mas ambas se desenvolveram de costas voltadas, quando na mais completa ignorância ou mesmo com desprezo mútuo. Nem uns nem outros citam nos seus manuais ou obras teóricas as obras dos outros, e quando o fazem é para se dissociarem. Ainda me lembro de uma convocatória anarquista de um congresso que excluía explicitamente os anarcocapitalistas (foram mais tolerantes, claro, com os mutualistas, a meio caminho entre os dois).

Mas, goste-se ou não, têm antepassados comuns, e por vezes isso é bastante evidente. A sua teoria do estado é substancialmente a mesma, proveniente das mesmas fontes. Ambos vêem o estado como um predador e apelam à sua abolição, enquanto ambos estão sempre a conceber formas de vida viáveis à margem do mesmo (ver, por exemplo, o livro de Émile Armand, traduzido há alguns anos, *Formas de Vida en Común Sin estado Ni Autoridad*). Se abordarmos, por exemplo, o livro do anarquista francês Gaston Leval (residente durante muito tempo em Espanha), *L'Etat*, parece que estamos a ler um anarcocapitalista moderno. Partilham também com o anarcocapitalismo moderno o gosto pela descentralização política, o anti-imperialismo ou a eliminação da guerra como instrumento de política externa. As ideias anarquistas, é justo dizê-lo, não foram historicamente muito agressivas, pois, salvo que alguns ataques no final do século XIX e nos princípios do século XX (muito relevantes porque afectaram chefes de estado como Cánovas²⁴ ou McKinley²⁵) e da violência sindical, não se aproximam nem de perto das mortes causadas por outras ideologias da mesma época. Os seus acontecimentos mais sangrentos foram durante a guerra civil espanhola, mas infelizmente aqui houve crimes de todas as cores. Isso é no

²⁴ Antonio Cánovas del Castillo (1828-1897), serviu seis mandatos como Primeiro-Ministro de Espanha.

²⁵ William McKinley (1843-1901). 25º presidente dos Estados Unidos da América. No cargo desde 1897 até ao seu assassinato em 1901.

mundo anarco-colectivista, porque nos ancap não se conhecem apelos à violência directa, nem planos para o fazer.

Mas o que é que nos separa então, se ambos partilhamos visões idênticas do estado? Em princípio, não seria incompatível, numa sociedade sem estado, que ambos realizassem o seu ideal, uns habitando comunidades ou agrupamentos socialistas privados e outros em sociedades de propriedade privada. De facto, muitos anarquistas, como Proudhon e os seus sucessores mutualistas, reconheceram a contribuição dos mercados para a possibilidade de uma sociedade sem estado. O que nos separa é basicamente a nossa diferente concepção do que é o poder e a autoridade. Os anarquistas, desde Max Stirner,²⁶ querem abolir todos os absolutos e todas as relações de poder e hierarquia na vida social. Para eles, todas as situações em que o poder ou a autoridade são exercidos, mesmo que sejam assumidos voluntariamente, são ilegítimos na sua origem. Uma fábrica, uma igreja, mesmo um centro educativo, são tão inaceitáveis como o recrutamento de homens para uma guerra ou a expropriação fiscal, porque neles existem situações de hierarquia e de domínio de uns homens sobre outros. Instituições como o dinheiro ou a família, na medida em que contribuem para a perpetuação de um regime hierárquico, também devem ser combatidas, e assim têm feito com determinação. Para os ancap, por outro lado, só seriam ilegítimas as situações em que houvesse coacção, quer através do uso da força, quer através do uso de ameaças consistentes à integridade física, aos bens ou aos entes queridos da pessoa ameaçada. Penso que foi Chesterton quem disse que os litígios verdadeiramente importantes são aqueles que resultam da discussão de uma vírgula ou do significado de uma palavra.²⁷

²⁶ Johann Kaspar Schmidt (1806-1856), conhecido como Max Stirner, foi um filósofo alemão.

²⁷ “If you’re not going to argue about words, what are you going to argue about? Are you going to convey your meaning to me by moving your ears? The Church and the heresies always used to fight about words, because they are the only things worth fighting about.” – G. K. Chesterton, *The Ball and the Cross*.

Pelo menos neste caso, esta afirmação é verdadeira. Uma visão diferente do que é ou não o poder conduziu a uma doutrina que gostaria de abolir instituições como a propriedade, a família, o dinheiro, a religião ou a fábrica, que desempenharam um papel muito importante na evolução social e que são aquelas que, em última análise, permitiriam a sobrevivência de uma sociedade sem estado, qualquer que fosse o seu tipo, mantendo pelo menos um nível mínimo de vida.

Pense-se, por exemplo, no dinheiro, uma instituição muito criticada no mundo anarquista (tentaram substituí-lo por vales de trabalho durante a guerra civil espanhola, com as consequências previsíveis). Nenhuma comunidade anarquista pode manter um nível de vida, nem hoje nem mesmo em autarquia²⁸ como era há dois séculos. Os anarquistas precisariam de metais, combustíveis, medicamentos, utensílios agrícolas, livros, tecidos... e algum tipo de maquinaria e ferramentas para obter e preservar todos estes bens. A não ser, claro, que quisessem voltar a viver como os nossos antepassados do Paleolítico. Mas teriam de o dizer, e como tal muitas pessoas não seriam capazes de sobreviver a essa experiência. Uma vez que nem todos estes factores de produção estão disponíveis numa comuna de pequena escala, será necessário um meio de troca aceite por todas as comunas ou grupos para permitir a divisão do trabalho à escala global e para poder obter todos estes bens. Mesmo supondo uma transição pacífica para um tal modelo, em que todos os bens de capital e o saber-fazer tecnológico para os produzir permanecem intactos, estes não poderiam ser coordenados de forma a obter não só a produção actual, mas mesmo uma ínfima fracção da mesma. O argumento da impossibilidade económica no socialismo também se aplica aqui, mas não só por causa do socialismo, mas por causa

²⁸ Autarquia: poderá haver confusão com o termo usualmente utilizado, que se refere à entidade administrativa do Poder Local. Este mesmo termo é usado quando se refere a um “Governo Autónomo” pelos seus cidadãos, muito comum há dois séculos atrás, como foi o caso dos Forais em Portugal. O termo foi usado pelo autor referindo-se a este segundo significado.

da ausência de uma unidade comum de conta e de cálculo. Além disso, mesmo supondo que houvesse um padrão monetário mundial aceite pelos anarco-colectivistas, estes teriam de assumir desigualdades, não só dentro das comunas, mas entre comunas, devido a que mesmo numa tal sociedade, as competências e qualidade da força de trabalho, a qualidade da terra, a estrutura demográfica ou mesmo o clima não seriam exactamente iguais entre todas as comunas, e haveria diferenças entre elas, que poderiam ser muito significativas. No fundo, não seria muito diferente de um sistema cooperativo, só que estruturado a nível global.

O mesmo se passa com o sistema fabril e a autoridade no âmbito empresarial. Em primeiro lugar, não me parece adequado utilizar o termo “poder” para designar a assimetria das relações que acontecem em âmbito laboral, uma vez que o trabalhador pode abandonar o seu posto de trabalho a qualquer momento e não obedecer às ordens do empregador, e este não tem qualquer forma de o obrigar. A única forma é tentar negociar novas condições contratuais de modo que o trabalhador queira permanecer. A única sanção possível é a ruptura da relação com o trabalhador, mas neste caso também não se pode falar de poder, pois o trabalhador não pode obrigar o empregador a manter a contrato com este e a manter uma relação que não lhe convém ou que não quer manter.

Mas é verdade que no mundo do trabalho existem relações de autoridade e até, para forçar o termo, de despotismo. O trabalho humano coordenado exige uma certa divisão do trabalho, seja numa fábrica capitalista, seja numa fábrica anarquista, e é necessária a figura de algum coordenador que possa estabelecer horários, ritmos ou aplicar algum tipo de sanção a quem não acompanhe o ritmo da produção, simplesmente para conseguir um mínimo de eficiência organizativa. Mas isso é necessário num clube de futebol anarquista, em cerimónias religiosas ou laicas, num centro de estudos e em inúmeras outras situações sociais.

Outra coisa é discutir a instituição da fábrica ou mesmo do trabalho assalariado. É possível discutir, e eu faço-o em várias ocasiões, se a dimensão actual das unidades produtivas é a correcta ou se está de alguma forma sobredimensionada fruto da subsidiação estatal, mas outra coisa é não reconhecer que muitos bens complexos precisam de uma certa dimensão para serem produzidos e que essas unidades precisam de algum tipo de coordenação e de autoridade (não de poder) para poderem funcionar. Mesmo numa comuna. O trabalho assalariado precisa de um debate mais aprofundado, mas é de notar que a sua abolição implicaria uma redução quase extrema da capacidade de mudar de emprego ou mesmo de se deslocar de um local para outro, uma vez que significaria que o novo empregador teria de aceitar a pessoa deslocada como uma espécie de “parceiro cooperativo”.

Em suma, o anarquista colectivista faz críticas muito inteligentes ao estado e é muito imaginativo ao propor novas formas de convivência, e isso pode ser muito útil para nós, mas também penso que a sua principal falha é não formular soluções viáveis na esfera económica e social. Mas a leitura dos seus clássicos continua a ser estimulante e uma boa fonte de aprendizagem para o ancap.

7

O Anarcoprimitivismo

Dado que o modo de vida das sociedades primitivas não incluía a presença de organizações estatais, não é surpreendente que os teóricos que abominam a civilização actual e olham para o passado sejam ao mesmo tempo anarquistas. O anarcocapitalismo é uma ideia futurista que, embora se inspire em instituições do passado pré-histórico para inspirar algumas das suas ideias, está mais orientada para a construção de uma sociedade tecnológica, tirando partido da tecnologia e de muitas das instituições sociais existentes. Mas a pegada do estado está aqui e todos nós a temos bem presente, desde a língua que falamos, à nossa religião ou à nossa consciência histórica. Não se pode apagar o passado com uma borracha. Qualquer novo projecto terá de partir desta realidade e do que aprendemos com ela. Para construir uma sociedade sem estado, temos necessariamente de partir dele, mas orientando a nossa acção para o futuro.

No entanto, muitos dos primitivistas projectam o futuro com o passado em mente, e os seus belos e espirituais desígnios visam apagar da memória humana todos os vestígios de civilização, incluindo, claro está, a nossa memória do estado, do qual são tão críticos quanto nós. Trata-se de uma curiosa corrente anarquista, guiada por uma crítica radical da civilização, que os próprios reconhecem ser irrealizável, mas que nos pode fazer reflectir muito sobre a natureza do estado e da civilização, e que, embora não possa ser aceite como tal por nós, pode lançar alguma luz sobre alguns dos problemas que discutimos nestas páginas.

Os anarcoprimitivistas não constituem uma escola no sentido estrito do termo. São os escritos de um grupo relativamente grande de autores, incluindo muitos antropólogos, que questionam as supostas virtudes da civilização moderna.

Marshall Sahlins, no seu tratado clássico *A Economia da Idade da Pedra*, descreve uma época sem desigualdades, sem necessidade de trabalhar continuamente e, sobretudo, cheia de abundância, pois os nossos antepassados tinham tudo o que precisavam para viver e, ao mesmo tempo, tinham necessidades muito diferentes das actuais. Este paraíso terminaria com as primeiras civilizações, que seriam acompanhadas pela dependência da terra e pelo aparecimento das primeiras formas de dominação política. Autores como Daniel Quinn, um verdadeiro reaccionário, não um dos que abundam hoje em dia, em obras como *Ishmael*, *A História de B.* ou *Beyond Civilization*, cantam os louvores do Pleistoceno²⁹ à vida humana (a verdade é que são livros muito bonitos, sobretudo o romance *A História de B.*). Na linha do livro anterior, narra um tempo pacífico de vida calma, guiada não por leis mas por costumes e tradições. Outros, como o actual líder do primitivismo, John Zerzan, em livros como *Futuro Primitivo* ou *O Crepúsculo das Máquinas*, não só criticam a sociedade mecanizada de hoje, na linha do ludismo³⁰ de Jacques Ellul, Lewis Mumford ou David Noble (o seu livro *Automation Madness* é altamente recomendável), como vão mais longe e criticam qualquer vestígio de civilização, como a música ou mesmo a linguagem, como perturbadores da harmonia primitiva.

Autores mais académicos como David Graeber (*Debt: The First 5,000 Years*), Darcy Ribeiro (*O Processo Civilizatório* ou o seu romance *Utopia Selvagem*), Stanley Diamond (*De la Cultura Primitiva a la Cultura Moderna* ou o seu *In Search of the Primitive*) ou

²⁹ Período geológico que integra a era Cenozóica, dentro do Quaternário, estendendo-se aproximadamente de 1,8 milhões até cerca de 11 mil anos atrás.

³⁰ Movimento de trabalhadores ingleses do séc. XIX, notabilizado pela destruição de máquinas industriais como forma de protesto.

William Ophuls (*Plato's Revenge*, com uma excelente bibliografia primitivista), sem chegarem aos extremos dos anteriores, mostram simpatia por certos aspectos da vida primitiva, embora reconheçam a impossibilidade de regressar a esses tempos míticos.

A crítica ao primitivismo é fácil, e é reconhecida por muitos destes autores. Não seria possível voltar atrás sem causar milhares de milhares de vítimas e catástrofes sanitárias e ambientais resultantes quer de negligências do meio ambiente - que estão hoje mais ou menos controladas (as bio-invasões, por exemplo, que, embora causadas pela civilização, em caso de destruição desta, permaneceriam; não seria possível revertê-las), quer do próprio clima. Se a civilização humana pode modificar o clima, a ausência de civilização humana pode modificá-lo também e não sabemos de que forma o faria, nem se as suas consequências seriam positivas ou negativas, nem como afectaria determinadas regiões. Seria semelhante às teorias do decrescimento, tão em voga em alguns meios de comunicação social, mas a uma escala muito maior. Tal como o crescimento não pode ser planeado, o decrescimento também não o pode ser, e muito menos uma transição ordenada para uma sociedade primitiva. Além disso, o conhecimento, uma vez descoberto, está presente nas nossas mentes e não pode ser apagado. Tal como, por exemplo, é absurdo planejar o desarmamento nuclear só porque muitas pessoas sabem agora como se fabricam essas armas e que elas podem voltar a ser construídas em caso de necessidade ou de oportunidade, é muito utópico pensar que os primitivos do futuro utilizariam os seus conhecimentos simplesmente para acender fogueiras ou para utilizar os materiais que nos rodeiam. Para além das bibliotecas e das bases de dados, seria necessário apagar a memória dos futuros habitantes da Terra, as técnicas imateriais do pensamento (como a lógica da investigação científica ou a capacidade de fazer música) e a própria linguagem. E não é de excluir que, à primeira doença grave, não nos lembrássemos da existência de antibióticos, por

exemplo. Nunca começaríamos do zero, por muito que tentássemos. Nem mesmo uma catástrofe nuclear ou um dos acontecimentos catastróficos que poderiam levar-nos de volta à Idade da Pedra, como os enumerados por John Casti no seu X-Events,³¹ poderiam realmente fazer-nos regressar a esse tempo. A civilização permanece na nossa memória e nas nossas memórias artificiais e já estamos demasiado "viciados" por ela. Nem sequer duraríamos alguns dias sem electricidade ou combustível, como o livro nos recorda.

É outra questão que não possamos aprender nada com os primitivistas e as suas formas de organização social para pensar em futuros alternativos sem o estado, de forma a poderem ser adaptados.

A lógica de organização tribal defendida por estes autores pode ter um grande potencial para a organização das comunidades. Há algum tempo, a professora María Blanco escreveu um livro interessante sobre *Las tribus liberales*, utilizando a metáfora tribal para a aplicar aos diferentes grupos que povoam o espaço liberal hispânico. Cada uma destas tribos propõe diferentes formas de organizar uma sociedade no futuro e têm, assim, em germe, a possibilidade de construir diferentes espaços de convivência, em competição uns com os outros, para se realizarem. Recordemos que o anarcocapitalismo não promove uma forma única de organização social para toda a Terra, mas a possibilidade de auto-organização dos grupos humanos na ausência de coerção estatal. Quando Daniel Quinn defende uma nova revolução tribal, está a pensar em algo deste género, em comunidades organizadas sobre tribos pré-existentes. De facto, estas já estão muito presentes nas nossas sociedades contemporâneas, como bem assinala o sociólogo Michel Maffesoli no seu livro *O Tempo das Tribos*, sob a forma de estilos

³¹ Nesta obra, John Casti prevê eventos catastróficos, antropogénicos, que supostamente poderão levar ao colapso da sociedade moderna. Na base destes eventos estará a complexidade da civilização contemporânea.

de vida alternativos, na pluralidade de comunidades religiosas que povoam as nossas cidades ou em coisas aparentemente banais como os adeptos de futebol de alguns clubes, que constituem lealdades e modos de vida associados às cores do clube. Embora não sejam um fenómeno generalizado e o seu alcance seja limitado, existem e não desapareceram totalmente.

Podemos também beneficiar do estudo das muitas formas diferentes de organização política dos nossos antepassados. Stanley Diamond³² salienta, por exemplo, que as chefias naquela época não eram centralizadas e não se baseavam no poder mas na autoridade. O autor chama igualmente a atenção para uma espécie de diversidade funcional entre elas. As chefias primitivas não implicavam a existência de um aparelho de dominação e cabiam a pessoas com características especiais, como os chamados grandes homens ou anciãos tribais. Mesmo as chefias colectivas, como a de todos os anciãos, não eram raras. Estas chefias não implicavam o exercício da força, mas uma espécie de obediência baseada numa maior experiência ou num conhecimento superior, e podiam muito bem não ser obedecidas. O mesmo se aplica às chefias funcionais. Os antigos podem ter tido chefes de guerra, chefes religiosos ou chefes de caça, mas a sua autoridade estava confinada a essa esfera específica e cessava com o exercício dessa actividade. Creio ter contado a história de Jerónimo, o mítico chefe de guerra apache, impotente para ser obedecido não só nos domínios funcionais fora da guerra, mas também na própria guerra, pois podia muito bem não ser obedecido pelos seus guerreiros se estes entendessem que aquela não valia a pena. Diz-se que uma vez foi para a batalha na companhia de apenas três companheiros, pois o resto da tribo recusou-se a segui-lo nas suas andanças. Este modelo de chefia funcional poderia muito bem ser imitado ou melhorado em hipotéticas sociedades sem estado do futuro.

³² Poeta e antropólogo americano (1922-1991).

São também de grande interesse as críticas que os primitivistas fazem às tecnologias estatistas. Não porque possamos erradicar essas tecnologias, o que não podemos, nem porque o desejemos fazer, o que também não está no nosso programa, mas como alerta para o uso que se pode fazer das novas tecnologias, que em princípio podem parecer libertadoras, mas que depois se podem transformar num instrumento eficaz de controlo pelo poder político. A escrita, por exemplo, apesar de ser um instrumento muito eficaz para exprimir, fixar e difundir ideias, foi utilizada desde os seus primórdios para produzir documentos burocráticos e fiscais. A matemática era utilizada para calcular superfícies, e os censos não serviam exactamente para conhecer as necessidades da sociedade e assim poder satisfazê-las adequadamente, mas para estabelecer tributos e recrutas militares. Muitas das tecnologias actuais, como a Internet, em parte de origem estatal, parecem ser libertadoras, e de facto podem sê-lo, mas receio que possam, se não se tiver cuidado com elas, tornar-se instrumentos de opressão e de controlo que teriam agradado aos estados incipientes dos faraós e dos assírios.

Por último, é de grande interesse o enorme repertório de técnicas utilizadas pelos antigos para estabelecer sistemas de justiça e de lei e ordem, se é que este último conceito se aplica. Em sociedades como a nossa, em que a principal sanção é a prisão, aplicada indistintamente a todo o tipo de crimes, desde um assassino a um falsificador de moeda, é notável a utilização de uma pluralidade de meios de sanção, desde o ridículo e a exposição pública até graus variáveis de ostracismo. E tudo isto aplicado sem a necessidade de um aparelho de estado para o fazer. Jared Diamond escreveu um livro há alguns anos intitulado *O Mundo Até Ontem*, cujo subtítulo³³ se refere ao que podemos aprender com as sociedades primitivas, e a verdade é que também

³³ “O Mundo Até Ontem - O que Podemos Aprender com as Sociedades Tradicionais?”

nós podemos aprender alguma coisa, mesmo que não queiramos
nem possamos voltar ao Pleistoceno.

8

O Anarquismo Conservador

Tenho dito por vezes que uma sociedade libertária poderia assentar melhor nas bases do pensamento conservador, especialmente do europeu e do paleoconservadorismo³⁴ norte-americano, do que nas bases do liberalismo, seja ele europeu ou norte-americano. O conservadorismo clássico, sobretudo na sua expressão tradicionalista novecentista, é um pensamento contra-revolucionário, ou seja, procura mitigar ou inverter as consequências da Revolução Francesa na forma de organização política e social. Trata-se, portanto, de um pensamento radicalmente antiestatista e, por conseguinte, anticentralista, defensor de direitos e privilégios locais e regionais. Declarações como as seguintes, do tradicionalista³⁵ espanhol do final do século XIX, Enrique Gil Robles, são difíceis de encontrar no liberalismo:

“E assim, quanto maior é a sociedade, menos conciliáveis são as conveniências, convertendo-se, de facto, a pátria moderna, num agregado de duas castas, a dos exploradores que governam, isto é, tiranizam, e a dos explorados que contribuem para a

³⁴ Paleoconservadorismo é uma corrente do conservadorismo norte-americano, com ênfase no nacionalismo, ética cristã e não-intervencionismo. Os seus proponentes incluem nomes como Pat Buchanan e Tucker Carlson.

³⁵ O tradicionalismo hispânico é uma corrente de pensamento político e filosófico que defende a preservação dos valores e das instituições tradicionais da Espanha. Esta ideologia baseia-se em quatro pilares fundamentais: Deus, Pátria, Foros (as antigas leis regionais e direitos) e Rei, e está intimamente ligada ao movimento político conhecido como carlismo.

empresa da qual a casta dominante vive e prospera, nem mais nem menos do que antes de Jesus Cristo.”

Continua no parágrafo seguinte:

“O estado já não é a nação juridicamente organizada, nem o organismo da autoridade superior central directiva, mas o aparelho mecânico de coerção, sem título para manter a agregação forçada e o complicado artifício burocrático para a mais fácil, desafogada e expedita exploração.”

(Enrique Gil Robles, *Tratado de derecho político según los principios de la filosofía y el derecho cristianos*, vol. I, Afrodisio Aguado editores, Madrid, 1961 (e.o. 1899), p. 101).

Embora o velho Gil Robles não fosse, obviamente, um anarquista, partilha muitos aspectos da chamada ‘teoria depredatória do estado’³⁶ e, certamente, não tem uma visão exactamente benigna do mesmo. Mas estes elementos são partilhados por muitos pensadores desta tradição, tanto em Espanha como no resto da Europa, embora o brilhante professor os exprima como ninguém. Pelo contrário, o liberalismo político europeu, com o pretexto de pôr fim ao *ancien régime*, dedicou as suas energias à construção do estado moderno e, no tempo, na justificação de uma intervenção após outra, tendo Stuart Mill e os seus discípulos como porta-estandartes. Com toda a justiça, é justo dizer que são os liberais políticos e não os liberais económicos, cujas más relações entre si ainda não foram suficientemente estudadas, os responsáveis por esta lenta deriva para o socialismo e o intervencionismo.

Os conservadores clássicos (não os ‘neocons’, responsáveis pela mesma deriva que afectou os liberais clássicos) defendiam uma sociedade baseada nas comunidades naturais (família, vizinhança), nas leis consuetudinárias e na propriedade privada,

³⁶ V. adiante em III.2: Sobre o Estado Depredatório.

que incluía, como dizia Elinor Ostrom,³⁷ as propriedades comunais, como as da Igreja e dos bairros. Os seus princípios de organização são geralmente sustentados por valores transcendentais, quase sempre de carácter religioso, e é com base neles que resolvem os seus conflitos. Embora não fossem anarquistas, defendiam, como Hoppe ou Eric von Kuehnelt-Leddihn, formas políticas baseadas na aristocracia e na monarquia, menos intrusivas na vida quotidiana do que os estados actuais. A questão que se pode colocar é a de saber se estes postulados podem conduzir a uma deriva anárquica semelhante à de alguns liberais clássicos que se aproximaram de posições anarquistas ou quase anarquistas, como Molinari. Da mesma forma que estes pretendiam levar a sua crítica à intervenção do estado para afirmar que os mercados poderiam, eles próprios, prestar os mesmos serviços que os estados prestam, como a defesa ou a justiça, de uma forma melhor e mais eficiente e, sobretudo, sem recorrer à coerção, não será possível que alguns conservadores cheguem a conclusões análogas para atingir os seus objectivos? Pode ser que os estados, com as suas novas formas de organização política, sejam os principais inimigos deste ideal conservador de sociedade e que seja necessário pensar em soluções para evitar as derivas tecnocráticas ou totalizantes que acabariam com a velha sociedade. Será que uma futura sociedade anarquista pode ser a única solução para evitar tal deriva? E, em caso afirmativo, como é que ela se organizaria? O que é certo é que as poucas comunidades que preservam modos de vida semelhantes, como os Amish, vivem um pouco separadas do resto da sociedade (embora façam comércio com ela) e resistem o melhor que podem às normas estatais que são uma das principais ameaças ao seu modo de vida.

³⁷ Elinor C. Ostrom (1933-2012), foi um economista cientista política norte-americana. Recebeu em 2009 o Prémio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel. O seu trabalho incidiu principalmente sobre os bens comuns, ou *commons*.

De facto, a questão que se coloca é se algum grupo de pessoas pode levar uma vida inspirada em valores conservadores numa sociedade estatista? E não apenas em termos de valores religiosos ou éticos, mas também em termos de trabalho, poupança ou família (ver os livros de Allan C. Carlson sobre o assunto)³⁸. Estes valores estão sujeitos a regulamentação e a ataques sistemáticos (impostos, inflação...) ou são vistos com desconfiança pelo poder político (ou melhor dito, pelo poder político que nos toca directamente), sendo por isso muito difícil transmitir estes valores às novas gerações ou mesmo realizá-los. Numa situação de ausência de estado, poderiam realizar os seus valores sem terem de se submeter ao controlo do estado. Este último aspecto não é bem entendido por muitos conservadores, que, pelo contrário, querem um estado que organize a sociedade de acordo com os seus valores, o que não parece ser uma boa ideia: em primeiro lugar, porque aqueles que não defendem os valores conservadores também têm o direito de experimentar o modo de vida que preferem e, claro, de suportar as consequências disso, sejam elas positivas ou negativas. Neste aspecto, cometem o mesmo erro que os progressistas modernos, ambos pretendendo que o resto da sociedade se organize de acordo com os seus parâmetros e seja subsidiado pelo resto da sociedade. Em segundo lugar, é altamente improvável que um tal esforço seja contraproducente. Nada garantiria que atingissem os seus objectivos e, pelo contrário, é bem possível que o próprio estado se voltasse contra os seus princípios. Se um estado tem a capacidade de construir uma sociedade conservadora, também tem a capacidade de construir uma sociedade de outro tipo. Isto é bem conhecido em Espanha, porque depois de várias décadas de uma ditadura inspirada em valores conservadores, que fortaleceram muito o estado, este virou-se contra os mesmos valores que tinha estabelecido antes e, além disso, porque tinha uma enorme legitimidade para o fazer, desta vez a partir de

³⁸ V. p. ex. *The American Way: Family and Community in the Shaping of the American Identity*, e principalmente *The Natural Family: A Manifesto*.

princípios democráticos e ajudado pela má consciência dos conservadores. O resultado é que os valores conservadores são muito mal defendidos em Espanha, ao contrário do que acontece noutros países, como os Estados Unidos. É pena, porque os conservadores são indivíduos muito válidos para lutar intelectualmente contra o estatismo, sobretudo porque têm valores claros a defender, ao contrário dos liberais. Estes últimos limitam-se a defender um processo, ou seja, a liberdade de realizar os seus princípios sem interferências e sem afectar os direitos dos outros, o que é muito louvável, mas não determinam com precisão quais são os princípios que devem reger a sua própria vida, o que debilita as suas posições. São agnósticos em relação a qualquer valor que transcenda a mera liberdade. É por isso que a capacidade de resistência dos grupos conservadores é muito maior, porque lutam por causas específicas que vêm como afectadas pela intromissão do estado e que afectam profundamente o seu modo de vida.

Apenas um punhado de autores parecem ter compreendido este facto e procuram separar o estado das suas convicções, propondo soluções não-estatistas para a sua busca de transcendência vital. Também não são autores que apresentem propostas sistemáticas sobre o funcionamento de uma sociedade sem estado, mas são críticos muito capazes do estado moderno e do seu papel na concepção da sociedade moderna, e rejeitam-na com veemência. São também, em muitos casos, catonistas³⁹, ou seja, atacam muitos dos artefactos da sociedade moderna, e não apenas as ideias, o que pode fazer com que pareçam reaccionários, pitorescos e simpáticos, mas pouco adequados à sociedade moderna. Basta recordar como Rothbard se referia a um deles, Erik von Kuehnelt-Leddihn, com quem, aliás, mantinha uma boa relação e que considerava muito interessante, mas totalmente desligado do combate ideológico do seu tempo. Este autor, que é provavelmente o melhor teórico dos anarco-

³⁹ Palavra derivada de ‘catonismo’, que significa “austeridade exagerada”.

conservadores, deixou-nos um extenso legado de livros, dos quais apenas *Liberdade e Igualdade* foi traduzido⁴⁰, e alguns romances e pequenos ensaios na histórica “Ediciones RIALP” (destaco o seu romance *Bandeiras Negras*, no qual, aliás, demonstra uma certa simpatia pelos anarquistas hispânicos). Kuehnelt, em vez de propor uma sociedade anarco-conservadora, defende a bondade da organização política do *ancien régime*, onde o abstracto “estado Moderno” ainda não se tinha feito sentir a sua presença as consequentes criticáveis derivas totalizantes deste último. Os males da modernidade começaram com a Revolução Francesa e a introdução de conceitos abstractos como o estado e o seu correlativo, a nação política. É curioso, porque ele atribui todos estes males ao pensamento político do Marquês de Sade (ver o seu *Leftism Revisited*)⁴¹ e não ao habitual Rousseau. O seu pensamento é mais anti-estatista do que anarquista, mas é um autor do qual se pode facilmente tirar conclusões anarquistas, pois introduz conceitos de valores aristocráticos, como o dever ou a honra, que seriam essenciais para estabelecer uma sociedade sem dominação política.

Ideias semelhantes tem o archi-reacionário colombiano Nicolás Gómez Dávila, que nos seus livros de aforismos (*Escólios a um Texto Implícito*) faz uma crítica muito dura aos valores do mundo moderno, incluindo, naturalmente, os associados ao estado. Os antigos valores conservadores deviam ser abandonados em favor dos valores igualitários que legitimam o poder dos governantes modernos, que têm a mesma ânsia de poder que os antigos, mas carecem de muitas das virtudes e princípios que os antigos tinham. Tal como Kuehnelt-Leddihn, o velho banqueiro colombiano critica mais do que propõe e, em todo o caso, procura inspiração nas virtudes do *ancien régime*. Neste aspecto, assemelham-se mais às ideias expressas por Hans-

⁴⁰ O Autor refere-se à tradução da obra para espanhol. De momento este livro não está traduzido para português.

⁴¹ *Leftism Revisited: From De Sade and Marx to Hitler and Pol Pot*.

Hermann Hoppe nos seus últimos escritos, nos quais vê com simpatia as formas monárquicas de governo, ou nas críticas de Felix Somary à democracia.

Um potencial mais anarquista encontra-se nas propostas de outro velho conservador, Robert Nisbet, que nos seus escritos de sociologia (era um académico profissional) expõe as vantagens das formas naturais de organização, como a família ou a comunidade, e expõe a agressão a que estão submetidas pelos estados modernos. Tem mais potencial porque expõe o funcionamento destas unidades e, sobretudo, como o fazem apesar da intromissão do estado. Livros como *Twilight of authority* ou *The quest for community* são bons exemplos deste pensamento. Embora não se afirme anarquista, o seu pensamento pode ser facilmente lido como anarquista (tal como o de Elinor Ostrom) e pode servir de base para compreender como poderia ser o funcionamento de uma comunidade ‘aestatal’.⁴² Aliás, é sempre muito interessante notar deste autor a crítica a um conceito tão moderno como o de progresso (ver o seu *Social Change and History*).

Mas é na ficção onde podemos encontrar mais desenvolvido que um modelo deste tipo. Jorge Luis Borges⁴³ referiu-se por vezes à sua ideologia anarquista conservadora, mas infelizmente não a desenvolveu nas suas obras. É, por outro lado, na obra de Tolkien que se pode encontrar mais claramente a descrição de uma sociedade deste tipo, razão pela qual ele é tão apreciado nos círculos libertários. Nas suas descrições do país dos “hobbits”, ele descreve um mundo idílico, regido por valores conservadores, no qual estão ausentes figuras de poder (embora a autoridade exista) e que, no entanto, é capaz de se organizar e de levar uma

⁴² "Aestatal" pode ser interpretado como "sem estado" ou "ausência de estado". A construção é gramaticalmente válida e intuitiva para falantes de português que entendam o prefixo.

⁴³ Jorge Francisco Isidoro Luis Borges Acevedo (1899-1986), foi um escritor e ensaísta argentino.

vida pacífica e próspera à sua maneira. De facto, *O Senhor dos Anéis* pode ser lido como um aviso contra o uso ilimitado do poder e a *hybris*⁴⁴ que ele sempre implica.

O problema do anarquismo conservador é que ele é muito mais capaz na crítica do que de descrever possíveis cenários futuros, mas lendo-os com calma podemos constatar que uma hipotética sociedade sem estado só poderia funcionar com a existência de valores fortes, como os que existiam antes, que substituíam a necessidade de instituir poderes estatais, que poderiam facilmente tornarem-se abusivos.

⁴⁴ Hybris é um termo grego que significa o crime do excesso e do ultraje. A *hybris* revela um sentimento de arrogância, de soberba e de orgulho, que leva à insubmissão e à violação das leis dos deuses, da pólis (cidade), da família ou da natureza. Frequentemente grafado “húbris”.

9

Sobre a Utilidade do Anarcocapitalismo

A ideologia anarcocapitalista não só é obrigada a responder a objecções teóricas sobre a sua incoerência ou fraqueza argumentativa, como também é frequentemente acusada de futilidade. É tudo muito bonito, dizem-nos muitas vezes, mas será que serve para alguma coisa? Torna-se necessário debater se vale ou não a pena gastar tempo e esforço para conseguir algo tão difícil como tentar convencer uma parte significativa da população destas ideias, enfrentando a oposição manifesta dos detentores do poder e dos seus aparelhos ideológicos (o sistema educativo e os meios de comunicação social directa ou indirectamente dirigidos por eles). Tanto mais quando nos dizem que todos os liberais devem unir-se para conseguir uma maioria que trave o intervencionismo estatal e que as nossas propostas afastam a maioria do nosso público potencial por serem consideradas demasiado radicais ou utópicas, na melhor das hipóteses, senão lunáticas ou loucas, na pior. Quero defender aqui a utilidade deste tipo de perspectiva e a ideia contrária de que ela não afasta, mas pode aproximar mais pessoas do liberalismo, e que ajudará mesmo aqueles que podem (legitimamente também) criticar as nossas propostas, a ver as propostas do liberalismo "razoável" sob uma luz diferente. Muitas discussões podem ser abertas aqui, mas vou concentrar-me apenas em algumas delas, deixando outras para mais tarde.

A primeira questão a debater é a da necessária unidade dos liberais. Antes de mais, não há nenhuma causa liberal que a causa ancap não apoie. A redução dos impostos, a desregulamentação dos serviços públicos ou mesmo as liberdades individuais, como a despenalização do tráfico de droga (uma causa cara ao liberalismo *mainstream*) ou da prostituição, são apoiadas sem problemas pelos

teóricos anarcocapitalistas. Aliás, diria mesmo que, mesmo a nível eleitoral, uma boa parte dos ancaps apoia sem problemas os candidatos mais liberais (os teóricos anarcocapitalistas).

Os ancaps apoiam os candidatos mais liberais sem qualquer problema (os ancaps apoiaram o minarquista Ron Paul com entusiasmo). Outra coisa é determinar os critérios para determinar qual é o candidato ou proposta política menos liberal entre duas opções, como foi o caso de Donald Trump e Hillary Clinton, *Brexit* ou *Remain* ou a secessão da Catalunha. Se olharmos com atenção, nenhuma delas é um debate entre anarquismo e liberalismo, pois são todas opções estatistas, mas definem futuros alternativos. Para simplificar, os ancaps definem as suas preferências políticas a longo prazo com o princípio claro do enfraquecimento do poder do estado, enquanto os outros tendem a pensar na opção que garante um maior grau de liberdade a curto prazo, mesmo que a médio prazo reforce o poder do estado. Se houvesse um consenso claro sobre o que constitui uma opção política mais liberal ou libertária, não tenho dúvidas de que estaríamos unidos do mesmo lado na maioria das disputas políticas.

Feita esta observação, gostaria de explicar a utilidade do anarcocapitalismo em três dimensões diferentes: teórica, política e mesmo a nível individual. Mesmo sem chegar ao Ancapistão sonhado, o próprio facto de o imaginar e pensar trouxe, na minha opinião, contribuições teóricas de primeira ordem às ciências sociais, especialmente à política e à economia. Em primeiro lugar, tornou o estudo do estado mais actual, pelo menos entre nós. Apesar das tentativas de Theda Skocpol para trazer de novo o estado para o primeiro plano das ciências sociais,⁴⁵ este objectivo não foi de todo alcançado. Os cursos de teoria do estado desapareceram da maior parte das faculdades de ciências sociais e de direito e foram substituídos por cursos dedicados ao estudo e, em muitos casos, justificação dos sistemas políticos existentes, tomando-os como um

⁴⁵ Theda Skocpol (1947-), socióloga americana que se notabilizou pela sua “teoria da autonomia do estado”.

dado adquirido, sem nunca os discutir em profundidade. Fala-se muito das instituições ou dos processos, mas muito pouco da origem do poder político e ainda menos da sua génese e legitimidade. Nas faculdades de economia, o estado é substituído por uma espécie de regulador benéfico que estabelece quadros legais e intervém para corrigir os ciclos ou as múltiplas disfunções dos mercados. Pois bem, os académicos ancaps conseguiram que uma parte da academia se interessasse novamente pelo estudo do estado.

Já não é raro encontrar artigos académicos ou livros dedicados ao estudo do estado nos nossos domínios, mas estão a aparecer trabalhos que ousam questioná-lo, e não apenas em revistas libertárias. Existem mesmo revistas académicas dedicadas ao estudo da sua origem e evolução, como a *Social Evolution & History*.⁴⁶ Para além do estudo do estado, o anarcocapitalismo é útil para imaginar respostas aos problemas sociais sem a intervenção de meios políticos e para encontrar soluções existentes no passado ou noutras latitudes geográficas. O anarcocapitalismo desperta, ou pelo menos despertou em mim, o interesse pela história económica, especialmente em períodos como a Idade Média, onde o estado ainda não se tinha desenvolvido, e em lugares ou culturas onde ele ainda não existe ou só recentemente se estabeleceu. Os estudos de antropologia social, embora não sejam maioritariamente orientados para o libertarianismo, oferecem uma rica amostra de exemplos de soluções para os problemas humanos na ausência de coerção física. Além disso, mostram-nos que, durante a maior parte da história da humanidade e na maior parte do território habitado, o poder político não só esteve ausente, como as tentativas de o estabelecer foram resistidas. Nos debates que tive ao longo da minha vida, antes de descobrir o anarcocapitalismo, verifiquei que, quando confrontado com uma questão para a qual não tinha resposta, recorria sempre à intervenção do estado para a resolver. Quando me perguntavam quem cuidaria dos pobres ou dos desfavorecidos ou como se regularia o trânsito, por exemplo, eu respondia sempre que o estado

⁴⁶ Revista académica bianual. Tem como editores-chefe três antropólogos russos.

é que devia fazer isso. Mas, claro, no final das discussões, quase sempre descobria que o meu liberalismo era de pouca utilidade para dar resposta aos problemas, e que estava sempre sob a tutela de uma tal instituição. O anarcocapitalismo obriga-nos a estudar as questões em profundidade e a procurar respostas no passado ou a imaginar respostas possíveis. E muitas delas são depois aplicadas à vida quotidiana ou fazem parte do arsenal teórico, mesmo do liberalismo. Por exemplo, a descoberta de todo o rico mundo da previdência social privada não teria sido possível para mim se um dia não me tivesse perguntado como é que poderiam e deveriam ser prestados esses serviços, que em princípio não oferecem um claro incentivo de lucro, na ausência de algum benéfico poder redistributivo. O mesmo se passa com o trânsito, a defesa, a justiça e outras vacas sagradas do estatismo. O próprio acto de o eliminar das minhas respostas fez-me descobrir que as soluções para os grandes problemas sociais existiram, existem ou podem existir sem recurso à força. O recurso ao estado é um trunfo muito útil, mas o anarcocapitalismo é, na minha opinião, muito mais estimulante do ponto de vista intelectual, pois obriga-nos a investigar, a descobrir e até a questionar grande parte da sabedoria convencional. O problema é que se encontram aspectos estatistas nas coisas mais insuspeitas e, ao mesmo tempo, descobrem-se soluções anarquistas engenhosas em todo o lado.

O segundo aspecto em que o anarcocapitalismo pode ser útil é na contenção do estatismo. Como já afirmámos em escritos anteriores, o anarcocapitalismo caracteriza-se por uma visão negativa do estado. O estado baseia o seu funcionamento no uso em última instância da força e da coerção e, por isso, mesmo que fosse dirigido por anjos, seria sempre uma entidade essencialmente imoral e agressiva. Esta filosofia mostra-nos também as diferentes formas que utiliza para garantir a obediência, algumas claramente violentas ou coercivas, como as multas, a prisão ou os espancamentos. Outros, por outro lado, envolvem-se mais subtilmente numa linguagem familista, para

usar a expressão de Sorokin,⁴⁷ e usam conceitos paternalistas ou de fraternidade para justificar políticas redistributivas ou exações fiscais. Esta visão negativa do estado teve pelo menos duas consequências positivas. A primeira é o desenvolvimento de técnicas de defesa contra a intrusão do estado que conduziram a melhorias tecnológicas que beneficiam milhões de utilizadores. O desenvolvimento da criptografia é um bom exemplo. Steven Levy, no seu livro *Crypto*, relata a evolução das técnicas criptográficas modernas como uma luta contra a intrusão do estado nas redes então incipientes. Após uma batalha renhida, conseguiram defender a privacidade da rede contra a interferência do então vice-presidente Gore, que queria que a rede permanecesse aberta ao controlo do estado. Mas Levy explica muito bem que estas lutas tinham um carácter ideológico e que eram inspiradas por ideais libertários que partilhavam uma visão muito negativa do estado. Suponho que, se fossem liberais, admitiriam um pouco de regulamentação (o problema é que depois não haveria ninguém a travar). Uma visão ideológica partilhada pelos inventores da Bitcoin e pelos criadores da arquitectura da *blockchain*. Tapscott, no seu livro sobre a *blockchain*, reconhece, por exemplo, a ideologia libertária dos criadores do Ethereum. A rede Telegram também tem uma origem semelhante à do mercado virtual Silk Road, cujo fundador Ross Ulbricht já conhece a bondade e a qualidade democrática do estado moderno.⁴⁸

Num outro nível, mais pessoal, as ideias anarcocapitalistas também são úteis, mesmo para os liberais e minarquistas que querem limitar o poder do estado. Se estes últimos querem limitá-lo com constituições ou regras escritas, os ancap conseguem o mesmo objectivo de forma muito mais eficaz adoptando simplesmente a sua ideologia, sem fazer mais nada. Como também já explicámos

⁴⁷ A linguagem familista, segundo o sociólogo russo Sorokin, é a comunicação centrada na família, marcada por solidariedade, valores comuns e priorização dos interesses familiares sobre os individuais.

⁴⁸ Ross Ulbricht esteve encarcerado desde 2013 até ao seu perdão em Janeiro de 2025. O perdão presidencial foi o cumprimento de uma promessa do então candidato Donald Trump na Convenção Nacional Libertária em Maio de 2024.

noutras ocasiões, não se trata de um programa revolucionário ou violento, nem apela ao martírio pela causa, uma vez que não é um programa político. Mas basta pensar nos seus termos para que tudo mude. As religiões antigas desapareceram e perderam todo o seu poder simplesmente porque as pessoas deixaram de acreditar nelas. Os estados sabem disso e é por isso que tentam monopolizar os sistemas educativos para construir cidadãos que não questionem a sua legitimidade. O ancap deixa simplesmente de acreditar nele e no seu poder, mesmo que lhe obedeça e cumpra escrupulosamente as suas leis e regras. Daqui resulta algo muito simples: a obediência torna-se consciente. Estamos habituados, por educação e hábito, a obedecer às regras do governo de uma forma não consciente e automática. Se nos aumentam os impostos, se nos expropriam ou se nos proíbem de fumar na nossa propriedade, obedecemos automaticamente, tal como a qualquer outra ordem ou directiva que venha do governo. No dia-a-dia, até obedecemos a ordens para caminhar numa determinada direcção se nos mandarem fazê-lo. Se deixarmos de acreditar no estado, a obediência torna-se consciente. Ou seja, percebemos toda e qualquer acção que agora executamos rotineiramente como uma ordem. Não é a mesma coisa perceber uma regra como legítima e cumpri-la com normalidade, que percebê-la como uma ordem e para além disso vinda de um actor cuja legitimidade é contestada. Mesmo que acedêssemos, isso seria entendido como um abuso e, muito provavelmente, lidaríamos com a ordem da mesma forma que faríamos se um vizinho ou um estranho mais forte do que nós e armado nos pedisse para lhe dar metade dos nossos rendimentos ou para não nos deixar fazer ou consumir alguma coisa. Cumpriríamos por medo, mas com muita relutância. Isto conduz necessariamente, quer queiramos quer não, a uma espécie de resistência passiva à autoridade agora considerada ilegítima, que minaria substancialmente a capacidade de acção do poder político. É esta a técnica proposta por Gene Sharp no seu livro sobre a resistência não-violenta.⁴⁹ Tentem pensar assim, nem

⁴⁹ *The Politics of Nonviolent Action* (1973).

que seja por um dia, apenas para pensar como esta ou aquela actividade poderia ser levada a cabo na ausência do estado e para pensar nas ordens que as pessoas nos dão e que são, de facto, ordens não aceites. Não pensemos no estado, pensemos em pessoas concretas e reconhecíveis que nos dão ordens, e o mundo começará a mudar.

10

Sobre a Panarquia

Directamente aparentada com o anarcocapitalismo, embora não seja exactamente o mesmo, está a ideia de “panarquia”. Digo aparentada porque muitos dos seus cultores são autores que defendem o anarcocapitalismo, a começar pelo primeiro deles, Gustave de Molinari, mas nem todos os panarquistas são ancaps, pois também os há minarquistas e liberais clássicos, austríacos⁵⁰ e chicagos⁵¹ e até defensores de outros credos políticos, já que em teoria esta ideia poderia ser compatível com qualquer sistema de crenças, ou pelo menos foi assim que o primeiro a tratar deste assunto nos tempos modernos, Paul-Émile de Puydt,⁵² o colocou. O princípio da panarquia é simultaneamente simples e complexo.

Consiste na livre escolha da nacionalidade ou da forma de estado pelos indivíduos. Puydt propõe a criação de uma espécie de registo no qual os indivíduos se inscreveriam na forma de estado da sua escolha, independentemente da territorialidade ou contiguidade. Seria uma espécie de estado *‘à la carte’*. Da mesma forma que podemos escolher a igreja a que pertencemos, também poderíamos

⁵⁰ Referência à Escola Austríaca de Economia, uma corrente de pensamento económico que surgiu na Áustria no século XIX, caracterizada pela ênfase na acção humana individual, ordem espontânea e livre mercado, e pela oposição ao intervencionismo estatal e ao planeamento centralizado.

⁵¹ Referência à Escola de Chicago, uma importante e influente corrente de pensamento económico que emergiu da Universidade de Chicago. Os seus pensadores defendem, de forma consistente, os princípios do livre-mercado e do liberalismo económico, opondo-se veementemente à intervenção estatal na economia. A diferença para a Escola Austríaca prende-se fundamentalmente com o método e o uso de dados económicos agregados.

⁵² Paul Émile de Puydt (1810-1891), foi um escritor, economista e botanista belga.

escolher o estado que queremos, ou mesmo nenhum. Consideremos uma igreja ou uma religião organizada. Esta pode muito bem oferecer uma série de serviços aos seus membros, quer sejam serviços religiosos, como baptismos ou enterros, quer sejam serviços económicos ou sociais, como a educação ou a protecção contra o infortúnio sob a forma de cuidados de saúde, habitação, educação ou meios de subsistência nos seus centros. Em princípio, qualquer pessoa pode optar por qualquer uma delas e usufruir dos seus serviços em todo o mundo, bastando para isso pertencer-lhes ou estar inscrito nelas de uma forma ou de outra. Em geral, não estão limitadas a um território estatal e qualquer fiel que se tenha deslocado para outro país pode, em princípio, beneficiar dos seus serviços sem grandes requisitos.

Neste caso, é óbvio que podemos optar por aquela de que mais gostamos ou por nenhuma, se preferirmos renunciar aos seus serviços. Os custos de adesão variam de uma para outra. Algumas podem exigir longos períodos de formação e de interiorização das suas regras, enquanto outras são mais laxistas. Algumas podem exigir despesas monetárias ou a prestação física de serviços, enquanto outras não. Algumas podem exigir certos padrões de comportamento dos seus membros e impor restrições a certos modos de vida, enquanto outras não. Algumas podem excomungar os seus membros ou estabelecer requisitos de entrada ou saída muito rigorosos. Mas nas nossas sociedades não há nada que nos impeça de escolher entre religiões ou de as abandonar se elas não nos convencem. Os panarquistas fazem uma espécie de analogia entre as religiões e a livre adesão ao estado. Tal como as religiões, a livre adesão aos estados e o usufruto dos seus direitos e deveres devem ser permitidos e eliminar-se, portanto, o monopólio territorial de que agora disfrutam os estados modernos. Já salientámos em ocasiões anteriores que a característica mais marcante de um estado moderno é o seu território, sobre o qual se impõe de forma monopolista nas condições que ele próprio estabelece. Num determinado momento da história, o facto de todos os habitantes de

um território terem a mesma forma jurídica *jus solis*⁵³, por oposição ao tradicional *jus sanguinis*⁵⁴, que estabelecia o requisito de ser descendente de outro nacional previamente estabelecido, foi visto como um avanço na cidadania. Eliminava-se assim a ideia de dois tipos de cidadania.

Mas este novo conceito evoluiu ao ponto de já não ser possível conceber um estado ou uma nacionalidade sem pertencer a um território cartografado e bem definido. O panarquista reconhece a dificuldade de imaginar soluções aos dias de hoje que não passem por este modelo, e muito menos de poder sequer pensar na possibilidade de escolher a forma de governo preferida '*à la carte*'. Molinari, como proto-panarquista, pensou na possibilidade de escolher entre forças de segurança em concorrência. O panarquista vai mais longe e quer a possibilidade de poder escolher todos os serviços que os estados prestam. Sei que é difícil para nós concebê-lo, mas os teóricos panarquistas como Aviezer Tucker, John Zube ou Trent MacDonald fazem arqueologia intelectual e descobrem que antes do actual monopólio territorial existiam instituições que tornavam possível a existência de diferentes formas jurídicas dentro do mesmo território.⁵⁵

O Império Romano é uma boa fonte de inspiração para o panarquista. Como um bom império, não tem limites fronteiriços claros e nele operam várias formas de soberania. Quem leu a Bíblia sabe que, por exemplo, os reis da Judeia funcionavam no quadro do Império, sob a tutela dos imperadores ou do senado, mas mantinham as suas próprias leis, como é fácil de constatar no caso

⁵³ *Jus solis*, em latim, significa "direito do solo". É um princípio legal que estabelece que a cidadania de uma pessoa é determinada pelo local de seu nascimento, independentemente da cidadania dos seus pais.

⁵⁴ *Jus sanguinis* é um termo latino que significa "direito de sangue". Refere-se a um princípio legal que determina a nacionalidade de uma pessoa com base na cidadania de seus pais, independentemente de onde a pessoa nasceu.

⁵⁵ V. por ex., *The Political Economy of Non-Territorial Exit: Cryptosecession*, de Trent J. MacDonald, e a seleção de ensaios e textos de John Zube *On Law*.

da condenação de Jesus Cristo, efectuada em base das leis judaicas, mas com a aprovação tácita dos representantes de Roma. Para além desta soberania partilhada no império, coexistiram durante muito tempo no várias formas de cidadania, desde o cidadão com plenos direitos e com tratamento jurídico específico (como nos mostra o caso da condenação de S. Paulo)⁵⁶ até aos escravos sujeitos a outras jurisdições e tratamentos jurídicos, passando por outras formas legais.

⁵⁶ Actos dos Apóstolos (capítulo 28) relata que Paulo ficou em prisão domiciliar em Roma por cerca de dois anos, mas não especifica o desfecho. A tradição, baseada em escritos como os de Clemente de Roma (século I) e outros pais da Igreja, sugere que Paulo foi decapitado, um método de execução reservado a cidadãos romanos (diferente da crucificação, usada para não-cidadãos).

II

FILOSOFIA, EPISTEMOLOGIA E MÉTODO

1

Quem Faz Parte do Estado e como Este se Organiza?

"É o carrasco, e não o estado, que executa materialmente o criminoso. Só o significado atribuído ao acto transforma a acção do carrasco em acção do estado.

Ludwig Von Mises
Acção Humana

Tendo como base aquela que é, na minha opinião, a melhor obra de Stuart Mill, *Essays on Economics and Society*, gostaria de discutir neste e noutros artigos algumas questões que merecem ser mais bem esclarecidas sobre o funcionamento do estado e a doutrina do anarquismo de livre mercado.

A primeira coisa que se poderia discutir é quais as pessoas que compõem a entidade a que chamamos estado. Uma das principais características da Escola Austríaca, embora não só dela, pois autores como Max Weber, James Buchanan ou John Rawls também subscrevem a tese, é o chamado individualismo metodológico, ou seja, que só os indivíduos actuam de forma consciente e propositiva. Só os factos sobre os indivíduos podem explicar os fenómenos sociais e económicos. É uma característica definidora da Escola Austríaca e comum a todos os seus autores, sejam eles liberais clássicos, conservadores, minarquistas ou anarquistas. Assumir o contrário implicaria entender que os colectivos (classes, nações, empresas, igrejas ...) têm uma vontade independente dos indivíduos que se identificam com eles. Significaria também que esses colectivos podem ter interesses próprios, distintos dos indivíduos que os compõem. Se assim fosse, os colectivos teriam também

necessidades materiais ou espirituais distintas das dos seus membros, o que me parece difícil de acreditar. Quando Fidel Castro visitou a Galiza, veio em nome da República de Cuba, mas foi o corpo físico de Fidel que comeu bom marisco, bebeu bom vinho e dormiu num bom hotel, não o corpo do estado cubano.

A ideia de que o colectivo tem interesses distintos dos individuais é designada por colectivismo e pressupõe geralmente que o interesse do colectivo está acima do interesse individual. A questão, tal como é colocada por Von Bertalanffy, Rappoport e outros teóricos da chamada Teoria Geral dos Sistemas,⁵⁷ é que em certos casos o todo é mais do que a soma das partes, e o corpo humano e as suas células são usados como metáfora. Não considero que esta seja uma boa analogia. Em primeiro lugar, as células não sabem que são células e não podem mudar a sua condição; não são agentes conscientes, ou seja, as células que compõem um neurónio não podem decidir um dia que estão fartas de estar no cérebro e procurar aventura transformando-se em espermatozóides. Os seres humanos sabem que o são, e podem mudar a sua condição ou tentar fazê-lo. Em segundo lugar, é uma analogia potencialmente perigosa, porque o corpo humano pode sacrificar algumas células no interesse do colectivo, mas o corpo político não pode, sem incorrer em graves injustiças (embora isso tenha de facto acontecido e tenha sido justificado em regimes colectivistas). E esta analogia, tal como as analogias das colmeias e dos formigueiros, foi sempre muito utilizada em todos os tipos de regimes totalitários (o primeiro capítulo de *Utopia e Revolução*, de Melvin Lasky, oferece muitos exemplos). Em terceiro lugar, o todo é mais do que as partes. Ou seja, o todo é mais bonito, mais alto, mais inteligente do que as partes.... Mas isto é algo que nunca é definido ou explicitado. Suponho que quer dizer que os seres humanos coordenados podem fazer coisas que não podem fazer separadamente. Isso é obviamente correcto, por exemplo, para fazer aeroportos, pirâmides, etc. O que

⁵⁷ A Teoria Geral de Sistemas analisa sistemas como conjuntos de elementos interligados, focando-se nas relações entre eles de forma a entender o todo.

ainda não foi demonstrado é por que razão essa coordenação tem de ser feita pela força e pelo castigo e por que razão essa coordenação estatal para fazer coisas é melhor do que a coordenação do mercado ou a coordenação voluntária através de ideias. Nem sequer as razões pelas quais a coordenação a nível estatal (os estados têm uma lógica política, não económica, e existem em muitos tamanhos e formas) seja a melhor de todas as possíveis. Outro problema é quem define o interesse do colectivo e, neste caso, receio que nem todos os membros do colectivo tenham o mesmo peso. Normalmente, a expressão da vontade do colectivo corresponde à dos indivíduos dominantes no colectivo.

A vontade de Cuba, por exemplo, acaba por ser a vontade de Raúl Castro; e a de Espanha, a de Rajoy,⁵⁸ assumindo que estes dois políticos são os actores principais. O que pode gerar confusão é que, por vezes, a vontade expressa não é a dos que nominalmente detêm posições de poder, mas a de actores escondidos nos bastidores, como aconteceu na China com Deng Xiaoping: ele mandava, embora nominalmente não fosse nada, mas, em todo o caso, era a decisão de indivíduos, não das forças da história ou do interesse da China. O interesse da China era o que ele dissesse que era. Outro exemplo: a guerra do Iraque foi vendida ao interesse de Espanha e a sua retirada também. A Espanha mudou de ideias ou os seus dirigentes mudaram as suas? Não ouvi certamente a voz desse ser tão superior que é Espanha a queixar-se.

O raciocínio acima aplica-se não só aos estados, mas também às corporações, às classes, à humanidade (como fazem os cosmopolitas) ou mesmo à natureza, que também parece ser dotada destes atributos, segundo alguns pensadores ecológicos. Quando estudei marxismo na faculdade, disseram-me que o interesse da classe trabalhadora residia na propriedade social dos meios de produção. E perguntei-me se alguma vez tinham perguntado aos

⁵⁸ Este artigo foi publicado originalmente no Instituto Juan de Mariana, em Setembro de 2016. Neste ano, Raúl Castro era presidente de Cuba e Mariano Rajoy presidente do Governo de Espanha.

trabalhadores se era esse o seu interesse ou se era o cooperativismo ou mesmo o capitalismo. E descobri que nunca tinham sido consultados, mas que a decisão tinha sido de Karl Marx. Falar em nome de um colectivo ou de um ser que não tem existência ontológica (e que, portanto, não nos pode desmentir) é um velho truque já utilizado no tempo dos assírios e dos faraós e que, segundo verifico, continua a ter muitos seguidores fiéis.

Este preâmbulo decorre do facto de aquilo a que chamamos estados não ser mais do que grupos organizados de pessoas que obtêm rendas, poder e estatuto à custa de os extraírem do resto da sociedade. Não cabe aqui fazer referência à origem do poder político, que resulta basicamente da conquista por um grupo violento de uma população já estabelecida. É a famosa teoria da super-estratificação.⁵⁹ Este colectivo violento decide explorar economicamente o grupo dominado e elabora uma espécie de justificação teórica para legitimar o seu domínio. Este processo é mais bem explicado em livros como *O Despotismo Oriental* de Karl Wittfogel, em *Freedom and Domination; A Historical Critique of Civilization*, de Alexander Rüstow, ou em *The State*, de Franz Oppenheimer, entre muitas dezenas de outras obras, pelo que não me vou alongar sobre o assunto. A questão é saber como é que os bandos de saqueadores originais ou os seus descendentes (muitos dos monarcas actuais são descendentes destes saqueadores primitivos, como a rainha de Inglaterra, que é descendente de Guilherme, “O Conquistador”) se coordenaram para conseguir este domínio sobre as populações subjugadas. Um facto que não é fácil de detectar é que estes grupos de salteadores ou conquistadores funcionam anarquicamente entre si, tal como o fazem com outros bandos semelhantes ao seu. De facto, a anarquia ocorre dentro e

⁵⁹ “Estratificação”, segundo os filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattaria, é o processo pelo qual sistemas de organização — como sociedades, línguas e até seres vivos — se desenvolvem em camadas ou estratos sobrepostos, formando estruturas hierárquicas que orientam o funcionamento e a distribuição de poder, funções ou características dentro desses sistemas.

entre aquilo a que Gaetano Mosca chamou a classe política.⁶⁰ Há anarquia dentro do estado e anarquia entre estados, e ambas são razoavelmente estáveis, ao estilo do equilíbrio de Nash.⁶¹ Além disso, muito provavelmente, se não fossem anárquicos, não poderiam funcionar, por falta de informação, e o sistema de estados entraria em colapso. Da mesma forma que os estados socialistas podiam existir porque tinham sistemas de preços não-socialistas interna e externamente,⁶² os sistemas de estados podem existir porque internamente não o são.

Passo a explicar. Na esfera internacional não me vou alongar muito, porque autores como Hedley Bull (*The Anarchical Society*) já explicaram muito bem como num sistema anárquico os actores estatais são capazes de se coordenar e chegar a acordos, tratados, sistemas de cooperação e até criar um corpo de direito internacional. A existência ou não de hierarquias entre estados ou mesmo de hegemonias não elimina o princípio, pois ninguém disse que numa sociedade anárquica todos teriam a mesma força. Os mais fracos estabelecem alianças e coligações para se protegerem, aliando-se uns aos outros ou a um estado forte. Foi nisso que consistiu o equilíbrio de Vestefália durante vários séculos. O que acontece se alguém não cumprir a sua parte? Normalmente, nada. De facto, vários estados violam a sua parte e a sua principal sanção é serem cortados ou excluídos dos restantes, tal como numa sociedade de mercado. O estado mais forte ou belicoso deste sistema pode atacar o estado mais fraco ou pacífico? Sim, não há nada que o impeça. Mas, de

⁶⁰ Gaetano Mosca (Palermo, 1858 – Roma, 1941) foi um jurista, cientista político, historiador e político italiano. Ficou conhecido principalmente por ser um dos fundadores da teoria das elites, que desenvolveu juntamente com Vilfredo Pareto. Mosca argumentava que, em toda sociedade, há uma divisão entre governantes e governados, sendo que os governantes, ou elites, detêm o poder e o mantêm organizadamente, enquanto a maioria governada permanece desorganizada, criticando a visão aristotélica tradicional das formas de governo.

⁶¹ Em Teoria dos Jogos, o equilíbrio de Nash é quando nenhum jogador tem vantagem em mudar sua estratégia sozinho, considerando as decisões dos outros.

⁶² Referência à impossibilidade do cálculo económico: v. Ludwig von Mises, *The Impossibility of Economic Calculation under Socialism*.

momento, o sistema anárquico internacional parece ser bastante estável (não sei se atingirá o equilíbrio de Nash, mas parece). De facto, a grande maioria das guerras do nosso tempo são conflitos dentro dos estados pelo poder dentro dos estados. E isto leva-nos à questão, menos conhecida e menos estudada, da anarquia no seio da classe politicamente dominante de um país. Tomemos, por exemplo, um bando de ladrões ou um bando de terroristas. Trata-se de grupos de pessoas que se reúnem para realizar uma acção, geralmente violenta, com o objectivo de obter uma vantagem, seja ela económica, ideológica ou de conquista do poder. Alguém pode garantir que o chefe do bando de assaltantes não será morto pelos seus comparsas depois de obtido o saque? Ninguém, os filmes de Tarantino ou de Kubrick mostram-nos bons exemplos. O mesmo se passa com o terrorista, que pode ser liquidado pelos seus comparsas. E o mesmo se passa no seio dos governos: alguém poderia garantir aos imperadores chineses ou romanos ou aos reis góticos que não seriam assassinados por pessoas da sua própria camarilha? Hoje, alguém pode garantir que um presidente eleito com todas as garantias como Dilma Rousseff não será traído e deposto pela sua camarilha de confiança ou que o líder de um partido político não será devorado pelos seus barões pouco depois de ter sido apoiado nas primárias?⁶³ Ninguém pode.

A classe política tem funcionado em anarquia desde o início dos tempos, embora muito subtilmente coordenada por preços ou regras tácitas. Os governantes, que identificamos aqui com o estado, necessitam de um aparelho para implementar as suas decisões, constituído por outras pessoas (polícias, exércitos, professores, burocratas, agentes fiscais) e bens materiais (palácios, prisões, quartéis, escolas...). Estas pessoas e bens são adquiridos de forma não coerciva, seja através de salários, preços, ideologias ou pequenos privilégios. Mesmo aqui, não se recorre a meios políticos ou estatais

⁶³ Curiosamente, no dia anterior à publicação deste artigo, Dilma Rousseff foi afastada da presidência do Brasil por meio de um processo de *impeachment*. Segundo a própria, foi traída politicamente pelo seu vice-presidente, Michel Temer.

para os adquirir (é verdade que os soldados podem ser recrutados por conscrição ou que os bens podem ser requisitados, mas em todo o caso é necessário um aparelho *prévio* para o poder fazer). Este aparelho não constitui o estado enquanto tal, mas é um instrumento do estado. Tem um certo carácter de permanência e, em geral, obedece ou serve aqueles que detêm o poder político num dado momento (inclusivamente em caso de guerra ou de ocupação, estes aparelhos continuam a funcionar, pelo menos durante algum tempo, ao serviço da nova classe dominante).

Como é que a anarquia funciona no seio da classe dirigente? Em primeiro lugar, não é fácil distinguir a classe dirigente do seu aparelho, uma vez que a interligação é frequentemente muito profunda e os membros da classe dirigente são recrutados no interior do próprio aparelho. Mas poderíamos dizer que a classe dirigente actua com uma certa consciência de ser uma classe dirigente, ou seja, mostra um certo interesse em continuar a fazer parte da classe dirigente. Quando é ameaçada por alguma actuação política (revolução, secessão, etc.), tende a agir de forma coesa. Funciona também com regras tácitas, com fórmulas políticas próprias que variam consoante o momento histórico. A crença na divindade do governante, os princípios de herança de sangue, as regras de sucessão, os princípios como o de eleição... são estabelecidos e mais ou menos aceites como normas pelos membros da classe. Só que, por vezes, como aconteceu na China ou no Egipto antigo, alguém não acreditou na história da divindade do faraó ou do imperador, derrubou-o, e essa pessoa e a sua camarilha usurparam o cargo. O mesmo acontece nas democracias. Normalmente, quem tem mais votos governa, a menos que alguém não acredite no princípio democrático e derrube o eleito. Isso já aconteceu muitas vezes. As regras aumentam o custo da usurpação, não a eliminam. Também utilizam truques práticos (na linha dos narrados no *Manual do Ditador* de Bruce Bueno de Mesquita) para manter a ordem: colocar parentes no poder para que caíam nas suas graças, colocar pessoas incompetentes no cargo, partilhar benefícios com a camarilha, ou usar estrategicamente a corrupção (permitir que

os que o rodeiam se corrompam para os tornar cúmplices e para que também se possa desfazer deles facilmente). São também introduzidas ideologias como o serviço público ou princípios éticos como os códigos de honra (o famoso *bushido* japonês). É o que se chama a arte de governar: ser capaz de criar alianças e de manter posições de poder numa situação de anarquia política. A arte do golpe de estado também tem a sua técnica, como explicam Naudé, Malaparte e Luttwak,⁶⁴ e requer tanta quanto a necessária para a manutenção do poder, e mais ainda pois necessita de contornar todas as convenções estabelecidas e instaurar novas. A análise da tecnologia de permanência no poder tem sido, desde há muito, o foco da ciência política. E, embora não seja expressa da forma como o faço aqui, é bem conhecida dos teóricos (e não fizemos mais do que um resumo muito simples).

Com isto tudo, o que pretendo dizer é que a anarquia já existe no âmbito político. Que essa anarquia é razoavelmente estável, é o que permite a sobrevivência dos governos e, portanto, não é uma utopia ou uma coisa estranha e fanática. Que esta anarquia evoluiu ao longo do tempo, em paralelo com a sociedade, e se tornou muito sofisticada nos seus métodos de governo. Por conseguinte, aqueles que nos governam e extraem rendas (pela força e com argumentos teóricos sofisticados) são pessoas como nós, que se autogovernam em anarquia. Então, o que há de radical ou fanático em perguntar quais são os títulos ou direitos dessas pessoas para nos governarem, para supostamente nos libertarem dessa anarquia em que elas próprias já vivem e prosperam?

⁶⁴ Apesar de terem vivido em épocas e locais distintos, Gabriel Naudé, Curzio Malaparte e Edward Luttwak têm em comum terem estudado o golpe de estado como fenómeno central do poder político.

2

O Nacionalismo Metodológico

A narrativa histórica do estado muda de acordo com as necessidades do governante do momento.

Um dos triunfos do estado-nação moderno é o facto de ter conseguido uma identificação quase total com a sociedade. Uma boa prova disso é a utilização das ciências sociais do estado como um elemento equiparado ao grupo de pessoas que o domina. Tanto no plano geográfico como no plano social, os estados modernos conseguiram suplantam qualquer outra unidade de medida e, quando esta é utilizada, é sempre referenciada a uma unidade estatal ou sub-estatal. Veja-se, por exemplo, a ciência económica. Frases como “Espanha cresceu ou decresceu no último trimestre” ou “a competitividade da Espanha aumentou dois pontos no último barómetro” são um bom reflexo disso, pois atribuem características orgânicas a uma espécie de entidade abstracta. É verdade que alguns portugueses ficaram mais ricos e outros menos no último ano, e a soma ponderada de uns sobre os outros pode ser positiva ou negativa, mas nada indica que a Espanha, a França ou a Alemanha o sejam. No caso da competitividade, o que crescerá será uma maior capacidade de penetração nos mercados de algumas empresas registadas no território de um estado que, mesmo subtraindo a menor capacidade de outras no mesmo território, lhes oferece um cálculo positivo. No domínio da sociologia, encontramos um fenómeno semelhante. De facto, muito deste fenómeno tem origem nos clássicos da sociologia, sobretudo em Durkheim, com a sua visão orgânica do estado, e perdura até aos nossos dias. Mas foi também um investigador desta disciplina, o sociólogo português

Hermínio Martins, quem primeiro descreveu o fenómeno.⁶⁵ O que é, de certa forma, lógico, uma vez que o próprio objecto de estudo, a sociedade, exige um quadro de acção e o estado é a entidade mais adequada a essa função. Frases muito utilizadas na disciplina, como “Portugal é mais desigual do que há cinco anos” ou “as disparidades salariais das mulheres estão a aumentar”, são típicas do discurso académico e mediático, mas remetem sempre para um quadro estatal específico, no primeiro caso de forma explícita e no segundo de forma implícita. Também se pode dizer perfeitamente que os trabalhadores estão a perder a sua luta com o capital em termos percentuais ou que as mulheres empregadas na indústria do calçado conseguiram melhorar o seu salário em relação às professoras, mas ambos se referem a um espaço mundial que conta todos os trabalhadores e capitalistas do mundo ou todas as trabalhadoras do calçado e as professoras no mesmo espaço. Estes últimos casos são, se os observarmos, muito menos frequentes, ou mesmo inexistentes, em relação aos primeiros.

Observemos também a teoria económica que é habitualmente ensinada nas faculdades. Normalmente, quando se fala de economia política, referimo-nos a teorias que explicam como um estado deve ser gerido, sempre do ponto de vista dos seus governantes, nunca do ponto de vista dos seus cidadãos, e as suas técnicas são adequadas à consecução dos objectivos dos governantes. O nome economia política faz justiça ao seu conteúdo, pois não ensina a verdadeira economia, mas a adequação dos princípios económicos dentro e para um estado. Observamos curvas que cortam e medem agregados de rendimento, produção, desemprego, etc., e as manipulamos para fazer ajustes finos com elas. Mas a unidade de medida é invariante,

⁶⁵ Hermínio Martins cunhou o termo ‘nacionalismo metodológico’ no seu ensaio “Time and Theory in Sociology”, publicado no livro *Approaches to sociology - An introduction to major trends in British sociology*: “Em geral, o trabalho macro-sociológico tem-se submetido amplamente às pré-definições “nacionais” das realidades sociais: uma espécie de “nacionalismo metodológico” — que não necessariamente acompanha o nacionalismo político por parte do investigador — na prática impõe-se com a comunidade nacional como a unidade terminal e condição limite para a demarcação de problemas e fenómenos para as ciências sociais.” [Tradução e ênfase nossos].

apenas os dados relativos aos estados são computados e qualquer outra unidade de medida possível é evitada. A medição dos preços e mesmo a fixação dos preços seguem sempre uma escala estatal, do salário mínimo ao preço do butano, sem ter em conta o imenso número de variações que estes podem adoptar. De facto, este é um dos principais problemas das estimativas económicas, como Oskar Morgenstern assinalou há anos no seu brilhante livro sobre as medições no domínio da economia: “entre os numerosos preços que um determinado bem pode adoptar, escolhe-se um, mas sem qualquer prova de que é o que melhor reflecte a realidade”.⁶⁶ Mas qualquer que seja a variável analisada, a referência será um agregado estatal. Isto é particularmente evidente quando passamos a utilizar estatísticas ou números-índice. Pensemos, por exemplo, na taxa de inflação apresentada mensal ou anualmente pelo Instituto Nacional de Estatística. Esta reduz os movimentos de preços relativos a um número aplicável a todo o estado ou a uma das suas divisões administrativas, mas sem qualquer relação com a economia real dos seus cidadãos ou empresas. Em praticamente ninguém os preços das suas compras subiram ou desceram de acordo com o valor exacto dado pelo INE⁶⁷. Cada pessoa tem os seus próprios preços e estes sobem ou descem de acordo com as suas circunstâncias, mas sem qualquer relação com o IPC⁶⁸ estatal, e são quase inúteis para o particular que quer decidir sobre um investimento ou uma compra. De que serve às empresas petrolíferas, por exemplo, saber que o IPC é de 1 ou 2 %, se o preço do petróleo caiu em dois dígitos nos últimos meses? Para quem de facto é útil é para o governante, quer para ajustar os seus salários e pensões ao indicador de referência, quer para determinar qual deve ser a sua política monetária em geral e, portanto, pretender controlar ou gerir a “economia” do país em questão.

⁶⁶ V. *On the accuracy of economic observations*, e também *The Limits of Economics*, ambos de Oskar Morgenstern.

⁶⁷ Instituto Nacional de Estadística (estatística), também INE em Espanha.

⁶⁸ Índice de Preços ao Consumidor.

O nacionalismo metodológico torna-se, assim, uma arma de controlo eficaz, com utilidade para o governo, mas não para a grande maioria dos seus cidadãos. Já para não falar quando as estatísticas aplicadas a nível nacional visam determinar diferenças entre grupos previamente definidos pelo governo. Desta forma, mede-se estatisticamente as diferenças entre territórios ou entre grupos, estabelecendo uma suposta média nacional que pode servir de contraste e de justificação para a intervenção. O estabelecimento deste quadro é, de facto, um excelente pretexto para a intervenção. Supostamente há que redistribuir rendimentos e recursos a territórios ou grupos que estão abaixo da média em qualquer variável e dar mais aos que têm resultados menos bons na mesma variável, devido aos dados díspares, parte-se do princípio de que existe algum tipo de “injustiça” ou de queixa histórica para explicar esse facto. É claro que o quadro de referência é o estado-nação e não importa se o nosso colectivo ou território “injustamente” tratado tem melhores indicadores que o mesmo colectivo situado noutros estados, ou inclusivamente se tem um desempenho muito melhor do que noutros estados. Se existe desigualdade no quadro do nosso estado, isso significa que existe algum tipo de falha, que deve, naturalmente, ser corrigida por políticas, regulamentos ou intervenções estatais. As estatísticas nacionais são, assim, um instrumento poderoso para aumentar o poder do estado e, claro, justificar a sua existência. Rothbard disse uma vez que as estatísticas são o “calcanhar de Aquiles” do governo, pois sem elas este dificilmente pode funcionar ou justificar as suas acções.

Contaram-me uma vez (não pude verificar e não sei se é apócrifo)⁶⁹ que um governador de Hong Kong decidiu proibir as estatísticas no seu território, basicamente para evitar conflitos, pois são uma fonte perene de queixas entre grupos de todos os tipos e,

⁶⁹ “Apócrifo” refere-se a algo de autenticidade duvidosa, especialmente em textos religiosos, ou que não é considerado parte do cânone. Também pode ser usado para descrever obras literárias de autoria desconhecida ou questionável. Neste caso, o autor usa o termo para duvidar da veracidade do rumor.

consequentemente, de intervencionismo sem fim.⁷⁰ Cada zona de Hong Kong cresceu ao seu ritmo ou cada grupo foi remunerado de acordo com as leis do mercado e o seu governo não interveio em nada por carecer de dados. Não sei se os resultados do seu mandato se devem a este factor, mas em todo o caso foram muito bons durante esses anos, pelo menos no plano económico, e os confrontos sociais foram muito reduzidos.

⁷⁰ De facto, John James Cowperthwaite, que foi secretário das Finanças de Hong Kong de 1961 a 1971, referiu-se múltiplas vezes com desdém a estatísticas. Milton Friedman escreveu em 1998: “Cowperthwaite explicou que resistiu aos pedidos dos funcionários públicos para fornecer esses dados [referindo-se aos dados de construção do PIB – Produto Interno Bruto] porque estava convencido de que, uma vez publicados, haveria pressão para que fossem usados para justificar intervenção do governo na economia.”. O próprio Cowperthwaite, num debate do Conselho Legislativo de Hong Kong, afirmou: “Não temos praticamente nenhuma utilidade económica para as contas nacionais, em parte porque não podemos controlar a nossa economia e em parte porque a nossa economia tem um dinamismo que se move mais rapidamente que essas contas.”.

3

A Tecnocracia

Alguém pode saber muito sobre uma coisa errada.

As situações de crise costumam abrir o debate sobre a idoneidade dos governos formados por especialistas ou técnicos. Em cenários desse tipo, diz-se que é conveniente um governo “forte” e com unidade de comando, que dirija e coordene de forma centralizada os esforços da sociedade para superar o(s) problema(s). Isto é a legitimação epistémica do estado, ou seja: por que é formado por pessoas que têm um conhecimento mais profundo dos problemas sociais e, conseqüentemente, devem ser capazes de abordá-los de forma mais detalhada e, portanto, obter resultados mais eficazes do que se fossem abordados por diletantes. Mesmo autores que se definem como libertários, como Jason Brennan no seu livro *Contra a Democracia*, parecem justificar teses análogas, no sentido de que defendem que aqueles com melhores credenciais académicas sejam os únicos com direito a voto, ou que o peso do voto destes seja superior, de forma que os seus votos valham mais do que os dos supostamente ignorantes.

Em ambos os casos, tanto a direcção política do país como a sua legitimação deveriam ser confiadas apenas àqueles com comprovada capacidade técnica. A ideia é que, dessa forma, o Estado seria despolitizado e reduzido à mera administração e gestão de serviços mínimos vitais. Os tecnocratas americanos da década de 1920, como King Gillette, um famoso fabricante de utensílios de barbear e um dos líderes do movimento, sonhavam com uma espécie de governo empresarial, no qual empresas dirigidas por gestores inspirados nos

princípios da administração científica taylorista⁷¹ fossem responsáveis por dirigir a sociedade. É claro que essas empresas também monopolizariam a violência, a justiça, as obras públicas e as funções consideradas essenciais de um estado moderno. Simplesmente deixariam de se discutir questões “políticas” e o governo concentrar-se-ia na gestão das coisas. Seria um governo de gestores e especialistas. O problema seria determinar quais seriam os fins aos quais os especialistas dedicariam a sua actividade, ou seja, quais são os objectivos finais de uma actividade tão despoliticizada. Aqui já encontramos alguns problemas. Os fins costumam ser o desenvolvimento económico, seja lá o que isso signifique, ou a modernização social ou política, outro significado vazio, como diriam os colegas do Podemos.⁷² São objectivos ambíguos que consistiram historicamente, pelo menos no nosso país, em industrializar o país, fazer crescer o PIB e imitar no âmbito político o comportamento das chamadas democracias avançadas. Hoje em dia, consiste mais ou menos em levar a cabo as directrizes e modelos de ajuste concebidos pelas grandes instituições económicas internacionais. O problema reside no facto de os próprios objectivos do especialista serem também, normalmente, políticos. O desenvolvimento ou o progresso a qualquer preço são valores ideológicos, como bem demonstrou o velho conservador-libertário Robert Nisbet na sua genial obra *Cambio Social e Historia*, na qual estuda as origens ideológicas da preferência ocidental pelo progresso. Tão legítimo quanto o progresso é conservar o que existe ou mesmo procurar modelos no passado, como reivindicam os reaccionários. E assim como o progresso e o desenvolvimento podem ser bons e desejáveis para alguns, podem não ser tanto para outros e, portanto, não é legítimo obrigá-los a se submeterem a esses

⁷¹ Administração científica, ou taylorismo, é o modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915), um dos primeiros sistematizadores da disciplina científica da administração de empresas. O taylorismo caracteriza-se pela ênfase nas tarefas e na produtividade como meios para melhorar a eficiência económica. Foi uma das primeiras tentativas de aplicar a ciência à engenharia de processos em gestão.

⁷² Partido de esquerda espanhol.

princípios, muito menos forçá-los a financiá-los. No caso das pandemias,⁷³ os especialistas parecem concentrar-se em objectivos análogos, como achatar os picos das curvas de infecção (de forma muito semelhante, essencialmente, ao achatamento das curvas dos especialistas estatais em economia), sem considerar as consequências que tais decisões têm para muitas pessoas concretas e sem discriminar situações. A política desumaniza-se e as decisões têm em conta apenas dados abstractos que podem ser manipulados para atingir o objectivo. Os seres humanos assim despersonalizados passam a ser meros dados que, agregados em alguma estatística, nos indicarão se os objectivos pretendidos foram ou não alcançados.

Outro problema dos especialistas é determinar quem é ou não especialista, e com base em que critério. Quem vive em ambientes universitários ou científicos sabe como isso é difícil. Alguém pode saber muito sobre uma coisa errada. Para um ateu, um especialista erudito em teologia não teria valor como tal, uma vez que o que ele sabe não tem valor para ele. Para um austríaco, um marxista, mesmo reconhecendo a sua erudição no assunto, dificilmente pode ser um guia para sair de uma crise, e suponho que vice-versa, pois parte-se de um vício inicial sobre a natureza do conhecimento do outro. Conheço muito mais superficialmente o mundo das ciências naturais, mas quando ouço os meus colegas das faculdades de ciências, observo que entre eles existem divergências por razões que me escapam (assim como a eles lhes parecem estranhas as nossas discussões e disputas sobre as reservas fraccionárias) e muitos não reconhecem categoria suficiente ao conhecimento do outro. Não há, portanto, uma forma objectiva de estabelecê-lo, mas sim uma mistura de um mínimo de reputação, pelo menos dentro do seu próprio grupo, e de designação estatal entre aqueles que cumprem o requisito anterior. Mas o simples facto de ser escolhido pelo governo costuma reforçar a reputação do designado como especialista. Quem conhece a universidade ou o mundo dos cientistas sabe que a influência externa é um dos factores determinantes da influência

⁷³ Este artigo foi publicado originalmente em Maio de 2020.

dentro da própria instituição. E mais ainda se o designado como especialista tiver recursos económicos ou simbólicos para distribuir, pois o especialista designado é também aquele que pode ter a capacidade de determinar quais as áreas de investigação que devem ser privilegiadas e quais os requisitos de qualidade necessários para aceder a esses recursos. O especialista passa a fazer parte do aparato político e ganha muita ascendência entre os seus, além de presença nos meios de comunicação e capacidade de organizar congressos ou qualquer tipo de reuniões de investigadores. Vemos então que a própria decisão política, provavelmente influenciada por interesses políticos, é parte fundamental na determinação de quem é ou não é especialista. A escolha do painel de especialistas não tem necessariamente de ser por razões ideológicas ou partidárias, mas porque as teorias defendidas pelo especialista coincidem com as ideias sobre políticas públicas defendidas pelo governo. Se um governo, por exemplo, estiver interessado no combate às alterações climáticas, é normal que escolha entre os cientistas aqueles que defendem posições partidárias desse combate para os enviar a instituições internacionais ou para os colocar à frente de institutos de investigação. E se não estiver, fará o mesmo escolhendo os opostos. Isso não implica necessariamente corrupção por parte do especialista. Antes de ser escolhido, ele quase sempre defendia essas posições, só que agora o faz com mais meios e com o selo da oficialidade.

Outro problema que um governo de especialistas pode levantar é o de seleccionar as áreas em que sua participação é necessária. Qualquer situação problemática ou qualquer decisão política pode exigir a participação de especialistas, mas além de seleccionar quem, também é muito importante determinar em quê. Muitas áreas podem ser relevantes na gestão de uma pandemia, por exemplo, mas quais devem ser as áreas prioritárias não está tão claro. Na pandemia, precisamos de virologistas, microbiologistas, especialistas em saúde pública, médicos especialistas e especialistas em economia, logística e gestão de crises políticas, entre outros especialistas. Cada um deles verá o problema do seu ponto de vista e priorizará as medidas

políticas que melhor conhece e que privilegiam a sua perspectiva sobre o assunto. Assim, podemos observar como alguns querem derrotar médica ou clinicamente o vírus a todo o custo, enquanto outros estarão mais preocupados com os danos económicos. Como ponderar ambos os pontos de vista? Não é possível. Numa sociedade sem estado, tal escolha não seria necessária, pois muito provavelmente cada comunidade já tomou essa decisão no passado e quem se estabelecer em cada uma delas já conhecerá as condições em que um ou outro valor será protegido e, conseqüentemente, serão escolhidos os especialistas adequados às suas preferências. Numa sociedade estatal, serão aqueles que detêm o poder que decidirão, de acordo com as suas preferências, as prioridades a atender e, em seguida, entre os especialistas da área seleccionada, aqueles que orientarão ou assessorarão as políticas. Mas, sob nenhum conceito, se pode afirmar que existe um critério “científico” ou “técnico” de selecção para além do critério do poder político. Mesmo em sistemas burocratizados como o nosso, em que determinados cargos de especialista são escolhidos por meio de algum concurso ou exame, permanece a questão de quem define o cargo (ou seja, quem determina quais áreas são ou não relevantes) e quem determina os tribunais de selecção e com quais critérios. Ou seja, um governo de supostos técnicos não seria, em última análise, mais do que uma máscara que encobre o poder de outros grupos ou o reflexo das relações de poder dentro do grupo de técnicos, no caso de estes se terem tornado um grupo dominante dentro do aparelho do estado, como acontece em muitos estados modernos (isso exigiria um desenvolvimento mais detalhado que faremos em algum artigo posterior).

Bom, a questão que se coloca é: se não são os tecnocratas que, em última instância, tomam as decisões, qual é a lógica de lhes dar um papel tão relevante no processo de elaboração de políticas públicas? A resposta parece ser clara: para eludir responsabilidades e para conferir legitimidade às decisões que os políticos já tomaram previamente. Um livro maquiavélico, que teve pouca sorte entre nós, *El Juego de la Culpa*, de Christopher Hood, explica-nos que o desenho

das administrações públicas é, em grande medida, pensado para eludir culpas e responsabilidades. O papel dos especialistas na disputa política parece atender bem a esses princípios. Em caso de fiasco ou fracasso, o político que se protege bem no papel dos seus próprios especialistas, ou no dos especialistas em geral (conhecidos como “a ciência”), tem pouco a perder, assim como o especialista que, na pior das hipóteses, voltará ao seu local de origem sem maiores consequências, uma vez que também não terá de se submeter a qualquer tipo de responsabilidade. Em segundo lugar, o aconselhamento do especialista confere peso argumentativo na hora de justificar uma determinada decisão. Não nos esqueçamos de que as decisões políticas têm de ser justificadas de alguma forma e que, no mundo da política pública, na maioria das vezes, primeiro se decide e depois se justifica a decisão com argumentos técnicos. Nesta competição pela justificação, a qualidade do especialista é mais uma carta na manga do jogo político (G. Majone, *Evidencia, argumentación y persuasión en la formulación de políticas*) e não das menores.

Não é de estranhar, portanto, que o papel dos especialistas, embora eu entenda que não seja dominante, se tenha reforçado muito em tempos de crise. E não seria de se surpreender que, no futuro, se reforçasse ainda mais.

4

O Debate Sobre A Epistocracia

A epistocracia⁷⁴ tem pouco a ver com o libertarianismo e muito a ver com a estrutura do poder político actualmente existente.

Num artigo anterior, abordámos brevemente a questão da epistocracia, ou seja, o governo daqueles que são mais informados ou sábios. Um livro publicado pelo Instituto Juan de Mariana, de Jason Brennan, intitulado *Contra a Democracia*, gerou debate nos círculos libertários (o autor identifica-se como parte desta tradição) sobre a qualidade da democracia actualmente existente. Grande parte do debate centra-se na qualidade variável dos próprios eleitores (quando agem como tal), ou seja, na sua desigual capacidade de discernimento em relação às questões complexas que dominam a vida política actual. De acordo com os seus postulados, e oferecendo inúmeros exemplos a este respeito, Brennan conclui que um número muito significativo de eleitores não está preparado para compreender sequer os debates mais simples sobre políticas públicas. O resultado seria que muitos eleitores apoiariam partidos ou candidatos nas urnas que defendem políticas que objectivamente os prejudicam a eles e ao seu país. A conclusão é, portanto, óbvia para o autor. Os votos destas pessoas não qualificadas deveriam valer menos do que os votos dos mais qualificados, ou então não contar em absoluto. O autor faz também uma suposição bastante arriscada sobre o comportamento eleitoral destes eleitores mais qualificados, pressupondo que apoiarão as políticas libertárias mais do que o resto da população e, por isso, apoiarão com entusiasmo

⁷⁴ A epistocracia é o regime político onde a governação é entregue aos sábios, aos conhecedores dos dossiers da governação, e onde só os mais esclarecidos podem votar ou ser eleitos.

medidas que restrinjam o sufrágio para aqueles com menos qualificações intelectuais. A nossa conclusão, porém, é oposta: tal restrição ao sufrágio pouco teria a ver com o libertarianismo, por razões semelhantes às discutidas no artigo do mês passado.

Comecemos pela questão de uma consciência libertária superior entre os mais qualificados. É normal que haja mais libertários entre os mais qualificados, tal como é nestes grupos que há mais kantianos, evolucionistas, estruturalistas ou adeptos do marxismo analítico. A razão é que se trata de ideias sociais ou filosóficas muito sofisticadas, geralmente encontradas em pessoas com um certo nível de competência no campo das ciências sociais. Ou seja, não só compreender, mas até conhecer a própria existência destas doutrinas exige um mínimo de dedicação e interesse, que nem todos estarão dispostos a assumir por variadas razões. Tal como desconheço as disputas teóricas entre bioquímicos ou pedreiros na hora de escolher a melhor forma de terminar um telhado (recentemente participei numa discussão sofisticada sobre o assunto sem perceber nada), é normal que a maioria da população seja insensível às subtis diferenças entre anarquistas e minarquistas. Por isso, é difícil para uma grande parte da população conhecer e compreender o pensamento libertário, ou qualquer outro pensamento semelhante. Ainda que seja escasso o conhecimento das nossas ideias entre a população em geral, não se pode descartar que também o possa ser entre aqueles que estão familiarizados com as diversas doutrinas sociais. Além disso, mesmo que tenham conhecimento delas, não constituem necessariamente uma maioria entre eles; aliás, pelo menos não entre a nossa “*intelligentsia*”⁷⁵. As ideias pró-capitalistas ou pró-libertárias, mesmo em formas brandas como o liberalismo clássico, não gozam de grande aceitação entre nós, excepto por alguns especialistas e uns quantos divulgadores. A maioria dos

⁷⁵ O termo *intelligentsia* usualmente refere-se a uma categoria ou grupo de pessoas envolvidas em trabalho intelectual complexo e criativo direccionado ao desenvolvimento e disseminação da cultura, abrangendo trabalhadores intelectuais.

professores, académicos, jornalistas e clérigos tende a desaprovar estas posições e, conseqüentemente, o público dito educado ou informado não tem acesso a elas ou, na melhor das hipóteses, acede a elas através de caricaturas elaboradas por intelectuais rivais que colocam as nossas ideias no saco sem fundo do neoliberalismo, no qual tudo se encaixa e se mistura. Além disso, a maioria dos nossos intelectuais, sobretudo os das humanidades e ciências sociais, defendem ideias de esquerda ou, em muito menor grau nos dias de hoje, de extrema-esquerda. A maior parte do nosso meio académico é composto por tíbios sociais-democratas e, quando participam politicamente, fazem-no em partidos que abraçam estas ideias. Por conseguinte, conceder a estes grupos um maior peso eleitoral não só seria injusto, como veremos, como também não beneficiaria particularmente a causa libertária; aliás, acredito que poderia prejudicá-la.

Outra crítica que se pode fazer aos epistocratas é metodológica. Parecem não compreender plenamente nem o subjectivismo nem o individualismo metodológico, o que torna a sua posição teórica altamente inconsistente, pelo menos nos círculos libertários influenciados pela Escola Austríaca, que tendem a ser a maioria, pelo menos nos nossos círculos. Por um lado, o epistocrata pretende saber mais do que o eleitor carente de informação o que constitui ou não constitui uma melhoria para ele. Um dos argumentos utilizados é que o eleitor desinformado acaba por votar em coisas que o colocam numa situação objectivamente pior. Os libertários compassivos, defendem o incentivo para melhorar a vida das pessoas que não se sabem governar e querem fazê-lo através de políticas públicas. Estes são os “epistocratas do voto”; e é aqui que começam os problemas.

Mesmo aceitando a possibilidade do conhecimento poder ser uma vantagem na hora de votar, valeria a pena discutir qual o conhecimento válido para o exercício do direito de voto. Ter um determinado nível de educação poderia ser um critério a seguir por parte dos epistocratas. Mas nem toda a educação proporciona as

mesmas competências políticas aos eleitores. De acordo com este critério, os orientados às ciências naturais teriam menos competência em questões políticas do que os orientados às ciências sociais, tal como os das humanidades teriam menos competência em questões científicas. Deverá então ser dada uma importância ainda maior àqueles com determinados estudos em detrimento de outros? Apenas o nível educacional deve ser tido em conta, ou a actividade profissional também deve ser tida em conta? Por exemplo, não está provado de que um cientista de alto nível seja mais competente do que um especialista sindical “curtida em mil batalhas”, como a actual Ministra da Agricultura italiana,⁷⁶ que carece de educação formal. Existe também o debate sobre se todo o conhecimento em ciências sociais, políticas e económicas é igualmente relevante. Todos sabemos que diferentes ideologias políticas conduzem a resultados sociais e económicos muito distintos. Assim sendo, valeria a pena discutir quem seria um melhor eleitor, um marxista de elevado nível ou um austríaco com conhecimentos, ou vice-versa. Para que a epistocracia fosse útil, seria necessário não só hierarquizar os eleitores, mas as ideias que estes possuem, para podermos ponderá-las. E receio que isso seja muito difícil de estabelecer uma forma objectiva e sem gerar conflitos.

Isto liga-se a outro problema, não menos importante, que é quem, em última análise, determina os critérios de selecção dos eleitores. A determinação dos recenseamentos eleitorais foi sempre uma das principais ferramentas de controlo dos processos eleitorais. Historicamente, o voto estava reservado aos cidadãos do sexo masculino com mais de uma determinada idade que pagavam um valor mínimo de impostos pré-determinado — o famoso voto

⁷⁶ À data da publicação, a Ministra do Trabalho italiana era Teresa Bellanova, que exerceu de 2019 a 2021. A sua vida foi parca de estudos, só completando a escola obrigatória de 8 anos, pois em simultâneo era campestina, tendo trabalhado no campo durante 14 anos. Aos 20 entrou na vida sindicalista donde saiu para a política. Actualmente é vice-presidente do Partido Democrático Europeu.

censitário⁷⁷. Aos poucos, e não devido às lutas sociais, mas principalmente ao oportunismo eleitoral, os critérios de recenseamento eleitoral foram sendo flexibilizados e o voto passou a ser permitido a outros grupos, como os trabalhadores ou os camponeses pobres. Posteriormente, o direito foi alargado às mulheres (aqui havia uma maior exigência social, mas também com oportunismo, por vezes) e, em geral, a toda a população adulta, e depois as sucessivas reduções da idade mínima para votar. Hoje, discute-se a possibilidade de reduzir ainda mais esta idade e alargar o sufrágio aos imigrantes. Por outras palavras, a determinação do recenseamento sempre foi uma estratégia política subtil. Algo muito semelhante aconteceria no caso da epistocracia, pois a história mostra-nos que, quando o voto é condicionado por algum tipo de requisito semelhante, as perguntas do exame ou os critérios de selecção tendem a variar entre grupos. Tomemos como exemplo as leis racistas, conhecidas como leis de Jim Crow⁷⁸, vigentes nos estados Unidos desde o fim da Guerra Civil até à década de 1960. Estabeleciam requisitos mínimos de literacia e conhecimento antes de ser elegível para votar, mas as perguntas feitas aos potenciais eleitores eram muito diferentes para brancos e negros, que eram sujeitos a perguntas muito difíceis de responder, algo que não acontecia com os brancos. O problema é como evitar que uma estratégia semelhante ocorra no caso de uma hipotética epistocracia e como evitar que alguns grupos sejam favorecidos em detrimento de outros na votação, de forma a alterar o resultado eleitoral. Para isso, seria essencial, primeiro, estabelecer critérios objectivos de

⁷⁷ Após a Revolução Francesa, em 1789, foi estabelecido em França o voto censitário: votavam, não os homens, mas as propriedades reais e burguesas que sufragavam apenas a si mesmas. Este sistema era profundamente injusto, uma vez que excluía a maior parte da população francesa do corpo eleitoral.

⁷⁸ As leis de Jim Crow foram um conjunto de leis estaduais e locais nos Estados Unidos, principalmente no sul, que institucionalizaram a segregação racial e a discriminação contra afro-americanos entre o final do século XIX e meados do século XX. Essas leis separavam brancos e negros em praticamente todos os aspectos da vida, incluindo escolas, transporte, restaurantes, hospitais e outros espaços públicos.

conhecimento, que não consigo imaginar bem quais seriam; e, em segundo lugar, estabelecer quem é responsável pela elaboração desses critérios e determinar quem é responsável por garantir a sua devida observância. Qualquer pessoa familiarizada com a teoria da burocracia já deve ter ouvido falar do trabalho de Michael Lipsky, que analisa o papel que desempenham os burocratas na hora de fazer cumprir normas e regulamentos. Para que qualquer política pública seja implementada, é necessário que alguém a faça cumprir e, acima de tudo, que tenha incentivo para o fazer. Suponhamos que os cobradores de impostos cumprem as suas funções com relutância, sem se preocuparem muito em rever a documentação ou em penalizar os infractores. A consequência seria uma receita menor. Ou considere-se o caso de polícias que não aplicavam multas ou professores que ensinavam com relutância. Os sistemas não resistiriam se, como Lipsky apelida, os “*street-level bureaucrats*”⁷⁹ não estiverem dispostos ou sejam incapazes de cumprir as suas funções. No caso em apreço, o que nos leva a supor que os burocratas encarregados de fazer cumprir a epistocracia não teriam incentivos para favorecer alguns grupos em detrimento de outros, quer pelo interesse em beneficiar os seus familiares, quer pelo interesse eleitoral no resultado?

Um outro tipo de epistocracia foi recentemente proposto. Consistiria que as leis e políticas públicas passassem por alguma forma de revisão científica. Tal como os peritos jurídicos revêem a legalidade ou constitucionalidade das normas e leis aprovadas pelos parlamentos ou governos, pretende-se que um grupo de peritos científicos reveja as regulamentações e políticas utilizando critérios técnicos para garantir que cumprem os requisitos científicos

⁷⁹ Michael Lipsky, na sua obra, *Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services*, chamou de “*street-level bureaucrats*”, aos funcionários públicos que interagem directamente com os cidadãos na implementação de políticas públicas, como professores, polícias, assistentes sociais, médicos em serviços públicos, entre outros. Esses profissionais têm um papel crucial, pois, na prática, são quem traduz as políticas públicas em acções concretas, exercendo considerável discricionariedade (poder de decisão) no dia a dia.

mínimos antes de serem aprovadas. Seria criado um tipo de tribunal de peritos, encarregado desta missão e a validade das normas, como uma espécie de tribunal constitucional, só que, em vez de garantirem a sua conformidade com a Constituição, fá-lo-iam no que respeita à legitimidade científica. O problema é que, ao contrário da Constituição ou da legalidade dela derivada, não existe ciência escrita referendada por sufrágio universal. Muitos aspectos da ciência são contestados *inter pares*, e esta está em constante evolução. Além disso, mesmo que houvesse consenso sobre as consequências de uma determinada política ou acção governamental, não haveria consenso sobre a sua valoração. Podemos saber que uma determinada política industrial favorece os gases com efeito de estufa, mas também favorece o emprego numa região pobre. Que decisão tomar? A ciência não consegue esclarecer. Além disso, voltaríamos à questão discutida anteriormente, isto é, que cientistas deveriam fazer parte da comissão, que áreas do conhecimento deveriam ser priorizadas e, principalmente, quem faria parte dos comités de selecção.

Tenho muito receio que a epistocracia seja mais ‘cracia’ do que ‘epistémica’, e que na realidade tenha muito pouco de libertário e muito do invólucro do poder político actualmente existente, necessitado de novas formas de legitimação perante as suas populações.

III

ESTADO, GOVERNO E A CLASSE POLÍTICA

1

Sobre a Anarquia na Classe Política

A anarquia é a mãe da ordem, basta estudá-la um pouco, dizia Proudhon.

Quando se discute a impossibilidade teórica do anarcocapitalismo, esquece-se muitas vezes que, numa parte muito substancial das nossas relações pessoais, comerciais ou não, nos encontramos em âmbitos de anarquia. As empresas, as igrejas, as amizades e as relações amorosas são todas conduzidas num plano de completa anarquia, ou seja, são reguladas por meios que excluem o uso da coerção física. É verdade que nelas existem relações assimétricas ou hierárquicas, mas são sempre mutuamente aceites pelas partes, que compreendem que a existência de tal relação é preferível à sua inexistência. Assim, muitas relações humanas são perfeitamente coordenadas na ausência de força ou coerção, utilizando meios anárquicos como a troca monetária, a exclusão ou o boicote e valores morais como a honra ou o dever. Do mesmo modo, as pessoas que constituem aquilo a que chamamos estado são elas próprias, em última análise, coordenadas entre si por meios análogos.

A anarquia no seio da classe política é evidente, mas, como muitas coisas evidentes, não é bem compreendida. Se abrirmos qualquer jornal ao acaso na secção política, podemos ler como são noticiados todos os tipos de sedições e rebeliões contra a autoridade supostamente legítima. Podemos ler, por exemplo, como no Reino Unido deputados rebeldes se insurgem contra Theresa May⁸⁰ para tentar destituí-la (Margaret Thatcher foi forçada a abandonar o

⁸⁰ Este artigo foi publicado originalmente no Instituto Juan de Mariana, em Outubro de 2017. Neste ano, Theresa May servia como Primeiro-Ministro do Reino Unido.

cargo de primeira-ministra numa rebelião semelhante) ou como dois partidos, um de centro e outro de extrema-direita, negociam através de pactos (ou seja, em anarquia) o governo da Áustria. Sem sair do estado espanhol, podemos observar como uma parte da classe política catalã se revolta contra a maioria da classe política espanhola, exigindo o direito de se estabelecer por si própria e de formar uma classe política autónoma. Uma secessão, de facto, não é mais do que a decisão de um grupo de governantes de se estabelecer por conta própria, podendo ou não ter o apoio da população, que pode ser obrigada a escolher qual das duas classes políticas será governada.[A decisão, que em tempos antigos era trivial, dada a pequena dimensão dos governos e a sua capacidade de influenciar a vida quotidiana, e que por isso ocorria com muita frequência, passou a ter consequências muito importantes para a vida das pessoas e é, por isso, muitas vezes fonte de conflitos graves entre aqueles que querem o domínio de uma ou outra classe política]. Noutras esferas podemos observar as duras lutas no seio das diferentes classes políticas do mundo, com traições, revoluções, golpes de estado e *putschs*⁸¹ palacianos levados a cabo entre antigos amigos e aliados (a traição na política, tal como no crime de colarinho branco tão bem descrito por Sutherland,⁸² só pode ocorrer se houver amizade ou confiança prévias). Todos estes processos podem ocorrer precisamente porque não existe poder dentro da classe política, mas sim relações de corte anárquico no seu meio.

O estado funciona aparentemente como uma máquina hierárquica coordenada por ordens e mandatos, mas é-o na mesma medida que, por exemplo, uma empresa privada. Em ambos, são dadas ordens e mandatos, mas em ambos, a aquiescência do destinatário das ordens é conseguida através de trocas voluntárias (a principal das quais é a compensação financeira), e em ambos, os seus

⁸¹ Termo alemão que geralmente se refere a uma tentativa de golpe de estado ou sublevação política, geralmente violenta, por um grupo armado.

⁸² O sociólogo americano Edwin Hardin Sutherland cunhou o termo “crime de colarinho branco”, definindo-o como “um crime cometido por uma pessoa de respeitabilidade e elevado *status* social no exercício da sua profissão”.

membros não podem ser forçados a obedecer sob ameaça de coacção física. A coordenação da liderança das organizações ocorre em anarquia, e é esta coordenação muito bem sucedida que lhes permite operar como uma entidade coordenada sobre toda a população. Podemos observar que qualquer governante moderno está rodeado por centenas de homens armados que, com uma bofetada, podem eliminá-lo e tomar o seu lugar. De facto, isso já aconteceu demasiadas vezes - basta perguntar aos imperadores romanos depostos pelos seus pretorianos ou aos imperadores chineses que sofreram o mesmo destino. Que isto não aconteça mais vezes, e que a classe política não se desmorone muito mais frequentemente em lutas internas, mas que aparente ter a solidez e permanência que lhe faz falta, é, apesar de tudo, uma das principais provas de que a anarquia é a melhor e mais permanente força de coesão e coordenação que existe. É também a prova de que a anarquia pode gerar em si mesma os mecanismos necessários para a sua própria permanência e estabilidade. Se a anarquia do mercado conseguiu criar de forma evolutiva um conjunto impressionante de instituições que dão a aparência de não ser anárquica (dinheiro, bolsas de valores, tribunais arbitrais, seguros, câmaras de compensação...), da mesma forma as anárquicas classes políticas conseguiram criar instituições que as ordenam e lhes dão coerência e coesão e que nos levam, portanto, a pensar que também não são anárquicas.

As fórmulas de coordenação têm sido várias ao longo da história, algumas foram aperfeiçoadas e outras abandonadas, mas no essencial podemos distinguir algumas, normalmente utilizadas em combinação, embora seja habitual em cada período histórico ou em cada país que uma delas predomine. Que fique claro que estou a referir-me exclusivamente à coordenação dentro da classe política, e não à relação entre a classe política e o seu aparelho. Por aparelho entendo os meios humanos e materiais que a classe política utiliza para exercer a sua função de dominação, mas que não fazem parte do grupo dirigente: funcionários públicos, tropas, polícia, professores ou pessoal de saúde fazem parte desse aparelho, mas,

com algumas excepções, continuam a desempenhar as suas funções mesmo com mudanças profundas na classe política. A relação destes aparelhos com a classe dominante é por vezes difícil de discernir, e merece ser estudada mais detalhadamente, uma vez que por vezes os seus líderes fazem parte da classe dominante, mas neste artigo assumimos que seguem as directivas de quem detém a liderança da classe política num dado momento e que têm uma vocação de permanência. Vale a pena notar também que o estudo da coordenação num sistema político tem sido feito há muito tempo, como mostram, por exemplo, vários trabalhos de Charles Lindblom, especialmente o seu *Técnicas de Coordinación Política*. Mas a maioria destes estudos procura disfarçar o carácter anárquico do funcionamento da classe política e centram-se no estudo dos ajustamentos internos ou nas estratégias de negociação e de coordenação.

A primeira delas é a utilização de meios monetários ou materiais para organizar um grupo de forma a garantir-lhes uma boa remuneração, seja em dinheiro ou em bens imóveis, que os faça preferir apoiar ou não apoiar. Bruce Bueno de Mesquita explica-o em dois excelentes livros, *The Logic of Political Survival* e *The Dictator's Handbook*. A chave é que, se nos apoiarem, recebem mais do que se apoiarem outros, e se perdermos, deixam de receber essas sinecuras. Conseguimos, portanto, organizar um grupo político através do pagamento ou tornando-os sócios no "negócio" de governar.

Para além do pagamento ou de benefícios, uma classe política é organizada por ideias. Alfred Cuzán, num artigo recente ["Some Principles of Politics" in *Libertarian Papers*, vol. 9, n.º 2, 2017], diz que a principal diferença entre um grupo de piratas ou bandidos e um grupo revolucionário nobre ou um estado é que estes últimos operam em nome de ideias ou princípios teóricos abstractos e os outros não. As ideologias ou programas políticos que visam ordenar a sociedade de forma a cumprir determinados princípios económicos ou morais são uma fonte de organização muito importante e podem servir de factor de coordenação para as classes

políticas ou, pelo menos, para as suas fracções denominadas partidos políticos. Muitas ideologias como o comunismo, o fascismo, o islamismo ou o nacionalismo, entre outras, serviram ou servem para aglutinar e legitimar o domínio de muitas classes políticas. Mas sem chegar a tais extremos de radicalismo, o facto é que a maioria dos membros das diferentes classes políticas partilham valores semelhantes. Bryan Caplan, no seu livro *The Myth of the Rational Voter*, argumenta que as classes dominantes em democracia partilham essencialmente os mesmos valores que o resto dos cidadãos, porque foram educadas em valores muito semelhantes. A atribuição ao estado de atributos quase divinos, o culto do estado ou a ideia de que existe uma razão de estado à qual os indivíduos, especialmente os que pertencem à classe política, devem subordinar as suas preferências e valores individuais são alguns exemplos. A assunção de valores como o serviço ao estado (que não sei bem em que consiste, para além de cumprir o melhor possível as tarefas que lhe são confiadas), nos quais estão educados muitos funcionários públicos é também um bom exemplo, e lembremo-nos de que muitos dos altos funcionários políticos são oriundos da função pública. Os documentos políticos sacralizados (à semelhança de muitos textos religiosos sagrados) sob a forma de estatutos ou de constituições que devem ser objeto de juramento ou de compromisso podem também servir para alcançar uma certa unidade de objectivos. A isto juntam-se os códigos de honra, como os que existem nalguns estratos, como o militar, que também podem contribuir para a coesão interna da classe política.

Outros elementos de coordenação podem ser a corrupção e a chantagem que lhe está associada. Embora de natureza diferente dos meios acima referidos, o recurso à chantagem, como explicaram Murray Rothbard ou Walter Block, não implica qualquer violação do ‘princípio da não-agressão’.⁸³ O chantagista limita-se a guardar alguma informação sobre o chantageado e ameaça divulgá-la se este

⁸³ P.N.A., o célebre princípio libertário: “ninguém pode iniciar violência ou coerção contra outra pessoa ou sua propriedade”.

não cumprir as suas ordens ou directivas, mas o chantageado não tem o direito de impedir que o outro faça uso do que sabe. Não é uma prática muito ética, mas é uma boa forma de chamar à razão os desordeiros. O sempre indispensável *dossier* sempre desempenhou um papel muito importante na caixa de ferramentas de muitos grandes políticos. A isto junta-se a utilização da corrupção como elemento de controlo. É sabido que muitos políticos toleram a corrupção à sua volta (tendo o cuidado de a documentar bem) para poderem garantir a obediência do colaborador, se necessário. De facto, presumo que muitas das alegações de corrupção que são divulgadas nos meios de comunicação social não são tanto o resultado de um trabalho policial de investigação como de um ajuste de contas interno da classe política.

Por último, gostaria de fazer referência ao uso da violência no seio da classe política. Brzezinski escreveu, há alguns anos, o que considero ser um livro magistral, *The Permanent Purge*, que passou largamente despercebido. Fala-nos não só dos procedimentos para levar a cabo uma purga no seio de um partido ou de uma classe dirigente, mas também da necessidade absoluta de purgar para garantir o domínio dos hierarcas, especialmente em regimes totalitários. Trata-se de fomentar o medo e a desconfiança entre os quadros dirigentes, para que obedeçam sem questionar às ordens do líder supremo e, sobretudo, para os impedir de se coordenarem para o derrubar. Poder-se-ia argumentar, com razão, que estas técnicas não são anárquicas, porque recorrem à violência para obter a complacência dos outros membros da classe política, e de facto pode ser assim considerado. Mas isso não explica a lealdade dos executores da purga ao líder e como é que o líder consegue a sua lealdade, que só pode ser através dos meios acima descritos. A purga e a violência ou ameaça de violência no seio da classe política ocorre sobretudo em situações em que a classe política atinge dimensões não funcionais e pode estar composta por arrivistas, ainda não aculturados aos valores do regime. Poderíamos dizer que é necessário um tipo de camarilha bem coordenada para liderar os

restantes. Os estudos norte-americanos sobre o *deep state*, como os de Peter Dale Scott, apontam nessa direcção.

É óbvio que nenhuma destas técnicas é utilizada em exclusivo e que a acção do estado consiste numa sábia combinação das mesmas, adaptando-as a cada contexto, mas o que é óbvio, embora não aparente, é que mesmo para formar um aparelho de governo é necessário que a ordem venha da anarquia. A velha frase de Proudhon de que a anarquia é a mãe da ordem nunca está longe de ser evidente, mesmo quando estudada.

2

Sobre o Estado Depredatório

A principal razão que dá origem à filosofia anarcocapitalista e a diferencia do resto do movimento liberal é a sua teoria do estado, que se afasta da visão comum de que o estado é um instrumento útil e até benéfico em certas áreas da vida social. Liberais como Mises, Hayek, Friedman ou Buchanan, embora critiquem a sua dimensão excessiva ou a dificuldade do seu funcionamento - quase sempre atribuída a um mau desenho da sua estrutura de incentivos -, não o consideram nocivo na sua essência.

Baseados em visões evolucionistas ou contratualistas, não se preocupam muito em investigar as origens históricas do estado ou a sua lógica última de funcionamento e, embora não sejam ingénuos quanto ao seu funcionamento real no momento em que escrevem, pensam que, através da concepção de constituições ou instituições adequadas, esse mau desempenho poderia ser corrigido. Além disso, com a exceção dos teóricos da escolha pública, nomeadamente Gordon Tullock,⁸⁴ os liberais carecem de uma teoria elaborada do estado. O seu optimismo, creio eu, também os leva a pensar que os governantes agem da forma que o fazem, devido a uma educação económica e política deficiente e que, por conseguinte, se estes pudessem aceder a uma educação económica adequada nos princípios liberais, sejam eles da Escola Austríaca ou da Escola de Chicago, não teriam outra opção senão sucumbir a esta lógica e abraçar os princípios do liberalismo e do mercado livre. Bastaria dar

⁸⁴ Gordon Tullock (1922-2014), norte-americano, professor de Direito e Economia, especializado em ‘teoria de escolha pública’. Foi um dos primeiros a identificar o fenómeno que se passou a designar de *rent-seeking* ou ‘busca de renda’, uma tentativa de obter renda ou ganho económico pela manipulação do ambiente social ou político, ao invés de procurar criar valor no mercado livre.

a Al Sisi⁸⁵ ou a Maduro⁸⁶ um exemplar de *Economia numa Lição*⁸⁷ ou *Liberdade para Escolher*⁸⁸ para que imediatamente convencidos, transformassem as suas economias em paraísos de livre-mercado.

Por outro lado, os anarcocapitalistas, desde Rothbard, desenvolveram um modelo mais complexo de funcionamento do aparelho estatal, que, embora não sendo original, complementa muito bem as teorias austríacas do intervencionismo e do estado fiscal. Esta teoria, que se poderia designar por “teoria depredatória do estado”, em honra ao trabalho homónimo da politóloga Margaret Levi (o título original do seu artigo seminal é “A Predatory Theory of Rule”),⁸⁹ assenta numa antiga e rica tradição teórica, mas nunca antes sistematizada de forma coerente. Desde o historiador árabe do século XV, Ibn Khaldun, na sua *Introdução à História Universal*,⁹⁰ que formulou a ideia de que todos os reinos nascem da conquista, até aos teóricos anarcocapitalistas actuais (incluindo o agora quase esquecido teórico das Comunidades de Castela, Fray Alonso de Castrillo, que no seu *Tratado da República* de 1521 também sublinhou a origem violenta dos estados), há uma abundância de autores que, de uma forma ou de outra, tocam no mesmo tema.

Apesar do que se possa pensar à primeira vista, a maior parte destes autores não são anarquistas e muitos nem sequer são liberais, pois nas suas fileiras abundam conservadores e até sociais-democratas. Limitam-se simplesmente a um estudo sério do estado e a eliminar os elementos míticos que rodeiam os mistérios da sua origem, evolução e lógica de funcionamento. Também não são vistos como pessoas raras dentro dos muros da academia, embora

⁸⁵ Abdel Fattah Saeed Hussein Khalil el-Sisi, mais conhecido como General Sisi, é um militar e político egípcio, actual presidente do Egipto.

⁸⁶ Nicolás Maduro é presidente da República Bolivariana da Venezuela desde 2013.

⁸⁷ Obra seminal de Henry Hazlitt.

⁸⁸ Livro de Milton Friedman e Rose Friedman.

⁸⁹ Predatory tem como tradução directa em português “predatório”. No entanto, optou-se por utilizar o termo “depredatório”, que parece ser mais acertado para veicular o significado pretendido.

⁹⁰ Referência ao capítulo introdutório (*Muqaddimah*) da enciclopédia histórica do século XIV *Kitab al-Ibar*.

fora dela as suas conclusões sejam vistas com desconfiança, se não mesmo com escárnio. São autores reconhecidos e estudados, como Max Weber, Charles Tilly ou Michael Mann, só que as suas conclusões quase nunca transcendem ou são utilizadas para fundar movimentos políticos ou sociais. Simplesmente limitam-se a descrever o que, aos seus olhos, constituiu, então e agora, a lógica do exercício do poder do estado, o que não implica necessariamente que daí se deva derivar uma posição política concreta, algo que fazem as várias correntes do anarquismo, colectivista, ecologista ou capitalista, e que, embora diferentes nas suas propostas de sociedade, partilham uma teoria sobre o estado muito semelhante.

Em que consiste então esta “teoria depredatória do estado”? Eu distinguiria três elementos principais, que se referem à sua origem remota, à sua origem e evolução próximas, e à sua lógica de funcionamento, e que deram lugar cada um deles a polémicas muito interessantes.

O primeiro debate centra-se na origem do poder político, ou naquilo que é conhecido em antropologia como o ‘estado primitivo’. A “teoria depredatória do estado” defende uma origem violenta do poder político e das primeiras formações políticas organizadas. Todos os estudiosos concordam que a violência desempenhou um papel decisivo na configuração dos primeiros chefaturas⁹¹ e, sobretudo, na configuração dos primitivos impérios hidráulicos.⁹² O debate aqui é entre aqueles que defendem um processo evolutivo que não exclui a violência, repito, mas que incorpora elementos funcionais de tipo religioso ou ideológico, como a caça ou a defesa contra outros grupos, como Elman Service ou Timothy Earle, e

⁹¹ Este termo é amplamente utilizado em antropologia, arqueologia e história para descrever sistemas de organização social baseados em lideranças centralizadas, sem a complexidade de um estado formal, mas com algum grau de hierarquia e controle territorial.

⁹² Impérios hidráulicos são sistemas políticos e sociais centralizados que surgiram em regiões onde o controle de recursos hídricos, como rios, canais ou sistemas de irrigação, era essencial para a agricultura e sobrevivência das populações.

aqueles que defendem a violência pura e dura na sua origem, como Pierre Clastres ou Henri Claessen. Mas todos concordam que este processo não ocorreu de forma voluntária e que a violência foi utilizada para subjugar os dissidentes. A tese mais elaborada e também a mais popular a este respeito é a defendida pelo antropólogo Robert Carneiro num célebre artigo intitulado “Uma teoria da origem do estado”, publicado originalmente na *Science*, em que associa a origem do estado ao encapsulamento de populações em territórios, como vales, por exemplo, nos quais é possível enclausurar efectivamente a população e, portanto, submetê-la à coerção e à tributação. É conveniente apontar que os grupos de parentesco ou clãs dificilmente poderiam dar origem a uma entidade com estas características, uma vez que poderiam facilmente abandonar o resto do grupo, se este se situasse em locais abertos e de fácil saída, e começar a vida por conta própria, deslocando-se para outros locais. Isso é algo que acontecia com frequência e explica a dispersão da população humana por grande parte do planeta. Estes autores concordam também que o povoamento humano surgiu de formas diferentes em locais diferentes e que, em muitos locais, o processo de criação do poder político simplesmente não teve lugar. O que acontece é que, em relação a estes últimos, como já referimos, não existe qualquer registo escrito e, por isso, a narrativa histórica tem preferido centrar-se nos povos que deixaram algum tipo de memória, e consequentemente a história parece estar enviesada a favor destes últimos. Temos ainda mais alguns factos sobre os primeiros estados e impérios hidráulicos. Karl Wittfogel escreveu um livro maravilhoso, *Oriental Despotism: A Comparative Study of Total Power*, no qual narra como funcionavam os impérios primitivos. Henry Frankfort escreveu uma obra semelhante, *Kingship and the Gods*, também sobre os impérios egípcio, assírio e babilónico, na qual narra as origens violentas destes impérios (descreve restos arqueológicos de crânios esmagados por maçãs encontrados no Egipto que coincidem na datação com a época da formação do império) e a sua posterior legitimação através de cultos religiosos de natureza política. Impérios como o romano, o chinês e mais tarde o

mongol foram exemplos do uso impiedoso da violência para estender o seu domínio sobre outros povos. Sem negar *a posteriori* as suas eventuais conquistas culturais ou civilizacionais, ninguém contesta que, no momento da sua formação, não se caracterizaram pelo recurso ao diálogo, ao contrato ou à persuasão para atingir os seus objectivos, mas que a violência, quase sempre acompanhada de práticas de terror, é o que explica o seu sucesso na conquista. E cabe perguntar, porque é que os governantes de tais impérios queriam alargar os seus domínios? A resposta é óbvia: aumentar as suas rendas, quer sob a forma de bens materiais de todo o tipo, quer sob a forma de puro poder, que é outra forma de satisfazer o ego do dominante. Recordemos que uma grande parte do consumo humano não está orientada para a satisfação de necessidades físicas, mas sim psíquicas,⁹³ e o sentimento de domínio e de auto-estima são umas das principais.

O segundo aspecto a que a “teoria depredatória do estado” se refere é a formação do estado moderno. Este difere dos impérios e das formas políticas patrimoniais na medida em que o sujeito a quem se deve obedecer não é uma pessoa, por mais endeusada que seja, mas uma entidade abstracta, geralmente expressa sob a forma de uma nação ou de uma entidade semelhante, como uma república ou uma comunidade. Este processo de abstracção do poder serviu para aumentar o poder dos dominantes, embora em correlação de que esse poder já não é sua propriedade, mas um usufruto. Também muda a forma como o poder é exercido, diminuindo a sua capacidade despótica, no que respeita à arbitrariedade ou capricho, e incrementando aquilo a que, nas palavras de Michael Mann, se chama poder infra-estrutural,⁹⁴ ou seja, a capacidade de dispor das rendas, da propriedade ou mesmo da vida (recrutamento obrigatório universal) dos governados, embora com a justificação do interesse comum, da justiça social ou do bem-estar da colectividade. São

⁹³ V. *Ação Humana*, de Ludwig von Mises, cap. 8: o fenómeno de ‘lucro psíquico’.

⁹⁴ Termo cunhado no seu artigo de 1984, “The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results”.

conceitos, aliás, que nunca ninguém me conseguiu definir com exactidão. Este processo de conformação do poder impessoal exigiu também o exercício de enorme violência a partir do século XVI (muito bem relatado por Tilly no seu magnífico *Capital, Coercion and the European States*) e que dela vitimou sucessivamente a nobreza, o clero e os camponeses, que naturalmente resistiram violentamente a estes processos, mas que acabaram por ser derrotados pela superior capacidade de exercer a violência e por uma maior astúcia na hora de estabelecer coligações e de dividir os seus adversários que os governantes absolutistas demonstraram. Günter Barudio, no seu livro sobre a era do absolutismo (*La Época del Absolutismo y la Ilustracion 1648-1779*), mostra como as antigas constituições libertárias (nas suas palavras) foram lentamente erodidas e burladas pelos artífices do estado moderno até ao seu apogeu na França revolucionária, conduzindo à sociedade estatista contemporânea. A consequência foi o moderno estado fiscal e social que coloca na mão dos governantes estatais metade da produção de um país e a capacidade de determinar o uso ou a propriedade de bens móveis ou imóveis no território em questão.

E assim chegamos ao terceiro aspecto fundamental do estado depredador, que consiste, nas palavras de Margaret Levi, no seu pouco conhecido livro *Of Rule and Revenue*, na tese de que a lógica dos estados é a de depredar a maior quantidade possível de receitas em cada momento, isto é, que utilizarão todos os recursos disponíveis para obter a maior quantidade possível de recursos dos seus súbditos. Isto parece, em princípio, absurdo, uma vez que é óbvio que os estados diferem muito uns dos outros na sua pressão fiscal ou reguladora, e é óbvio que, mesmo que a lógica de cada estado em relação ao tratamento dos seus cidadãos seja depredatória, ela difere muito entre si. Mas se a analisarmos com calma, não é assim tão absurdo e merece, pelo menos, ser discutido. A lógica depredatória é, por assim dizer, uma lógica empresarial. Tal como as empresas procuram maximizar os lucros, não o fazem todas da mesma maneira. Algumas procuram lucros a longo-prazo e outras a curto-prazo, ou preferem rendimentos elevados a curto-prazo e

outras menos elevados, mas mais constantes a longo-prazo, etc. Algo semelhante se passa com os estados. Alguns preferirão espoliar o mais possível a curto-prazo, enquanto outros preferirão impostos mais baixos que garantam uma fonte de rendimento crescente a longo-prazo, a qual, quando capitalizada, poderá muito bem ser superior ao elevado benefício de curto-prazo. Poderíamos dizer, por exemplo, que os governantes de um país com baixa pressão fiscal, como Hong-Kong, obteriam mais rendimentos aumentando os impostos de forma acentuada? Dependeria do período de tempo que medíssemos, mas receio que não. A estratégia destes países pode não ser menos depredatória do que a dos infernos fiscais, apenas mais habilmente executada. Na verdade, alguns historiadores económicos sugerem que a adopção de reformas capitalistas em muitos países europeus, na altura em que o capitalismo teve origem, foi em frente porque os governantes pensaram, acertadamente, que poderiam arrecadar mais receitas que antes, o que de facto veio a acontecer. Também vale a pena ter em conta a quantidade de resistência social à tributação e o conjunto de instituições que travam a voracidade fiscal, mas isso não contradiz de todo a tese da nossa autora sobre a depredação do estado - antes a reforça -, pois o que ela afirma é que este arrecada em cada momento o que pode, não o que gostaria de arrecadar.

Fica, portanto, em aberto a questão de saber se a lógica de funcionamento do estado mudou desde o tempo dos nossos amigos Hunos ou Vikings, ou se simplesmente mudou de forma para extrair não menos, mas mais recursos da sociedade.

3

Corrupção e Estado

Não há praticamente nenhum dia em que não acordemos com uma notícia relacionada com a corrupção. Não há nenhum nível de governo que não tenha sido afectado, em maior ou menor grau, por escândalos relacionados com a utilização indevida de recursos públicos, subornos, subsídios fraudulentos, etc. Não há nada de novo neste tipo de malfeitoria. A sua técnica já era conhecida pelos romanos e muitos povos da antiguidade e, de facto, pouco de novo pode ser reivindicado pelos praticantes de uma prática tão antiga. Se atentarmos o breve tratado de Carlo Brioschi, *Breve historia de la corrupción: De la Antigüedad a nuestros días*, muitos dos grandes e célebres estadistas do mundo antigo, sem excluir Séneca e Cícero, fizeram grandes fortunas com práticas corruptas que nada têm a invejar aos corruptos mais sofisticados de hoje, que fazem transferências em bitcoins para paraísos fiscais. Desde inflacionar contratos a favorecer parentes e amigos, os romanos não nos podem ensinar nada. As lições dos romanos foram bem aprendidas pelos governantes do Século de Ouro espanhol, que obtiveram lucros chorudos com a sua associação ao poder. Os famosos *validos* das sucessivas cortes dos Austrias⁹⁵ são bons exemplos do uso privado das instituições de poder do seu tempo. A este respeito, considero muito interessante o velho costume, já iniciado pelos famosos publicanos romanos, de vender ou alugar cargos públicos. Não sei por que razão alguém quererá adquirir - o nome diz tudo - um benefício público se não fosse porque esperava obter um maior

⁹⁵ Os "validos" das cortes austríacas (mais especificamente na época dos monarcas da Casa de Habsburgo, que também inclui a Espanha dos Austrias) eram personagens de grande influência que actuavam como favoritos do rei, detendo poderes amplos que lhes permitiam governar em nome do monarca.

rendimento da pilhagem dos súbditos sofrendores com a sua melhor gestão. Sem ir mais longe, poderíamos dizer que não encontramos uma época na história sem algum tipo de corrupção. O grau pode ser diferente consoante a época e o país, mas verificamos que a associação entre o poder político, seja ele estatal ou pré-estatal, e a existência de tais práticas, é constante.

Mas qual é a diferença que podemos apontar entre a corrupção antiga e a contemporânea? Eu vejo uma muito clara. No mundo anterior ao estado moderno, era um dado adquirido que o objectivo último da obtenção de um cargo público ou de uma prebenda era a pilhagem dos recursos, razão pela qual estes eram negociados em hasta pública. As obras de Quevedo,⁹⁶ *Vida de Marco Bruto*, por exemplo, exprimem muito bem a mentalidade da época, no sentido em que se entendia que os governantes procuravam obter lucro e, para isso, inventavam mil truques (a propósito, recomendo a leitura das obras políticas de Quevedo, que não são ensinadas na escola, porque nos mostram muito sobre as realidades do governo no seu tempo; a sua *Política de Dios, gobierno de Cristo y tiranía de Satanás* é também um excelente exemplo). Os teóricos da escolha pública não eram necessários para compreender a lógica do funcionamento do poder político.

Mas algo mudou entretanto, e o estado, que era muitas vezes pintado, na linha de Santo Agostinho, como uma espécie de sofisticado bando de bandidos, passou a ser visto como uma entidade angélica preocupada com o bem comum e a satisfação do interesse geral. Esses bandidos vorazes e corruptos passaram a ser vistos como seres altruístas, preocupados com a justiça social e o bem comum, bem como com a boa gestão do interesse geral da nação (tudo conceitos, como se vê, compreensíveis e operacionalizáveis). O corrupto deixou de ser a regra, com algumas excepções, para ser a excepção, a ovelha negra de um grupo de sacrificados. Tudo isto se deveu ao aparecimento do estado como

⁹⁶ Francisco Gómez de Quevedo y Santibáñez Villegas (1580-1645), foi um poeta e escritor do Século de Ouro espanhol.

um ser abstracto e impessoal, independente das pessoas que o compõem. Este ser seria dotado de um conjunto de atributos quase do mundo celestial. Um ser imparcial e justo que toma as suas decisões tendo em vista apenas o bem-estar do seu povo, a cujas necessidades responde e a quem presta contas. Ele é transparente e responde pelas suas acções. Os juristas e os economistas contribuíram para esta visão do mundo com as suas descrições do processo legislativo e económico. Uns com a sua referência aos poderes públicos como legislador providente, atento ao cumprimento dos princípios acima referidos, e outros com a elaboração de modelos matemáticos para os quais é necessário um regulador preocupado com a realização desses mesmos fins. Mas, na realidade, não existe nem um nem outro. Existem apenas pessoas que fazem leis e regulamentos tendo em conta os seus interesses, em sentido lato, e que, por isso, estão sujeitas à tentação de tirar partido da sua posição de poder. É verdade que nem todos sucumbem à tentação, e também é verdade que nem todos os estados são iguais neste aspecto, mas não se pode negar que praticamente todos os estados existentes têm algum grau de práticas corruptas no seu seio, pelo que poderíamos dizer que a corrupção é algo inerente à sua existência, ou seja, não é algo que acontece por vezes, mas algo que acontece sempre, em maior ou menor grau. Quando ou onde é que alguma vez existiu um estado sem corrupção? Atrever-me-ia a dizer que diminuiu em termos percentuais ao longo do tempo, mas pode ter aumentado em termos absolutos com a expansão do aparelho de estado e, subsequentemente, com o aumento das oportunidades de lucrar com ele.

A corrupção conta com vários elementos que a tornam funcional para estabelecer um aparato governamental e sustentar uma máquina política bem coordenada, sendo por isso universalmente utilizada. Embora não seja a única forma possível de coordenação, é uma das mais simples e eficazes. Livros como *The Dictator's Handbook*, de Bueno de Mesquita, ou, mais tecnicamente, *A Lógica da Ação Coletiva - Bens Públicos e a Teoria dos Grupos*, de Mancur Olson (a quem devemos, no seu *Power and Prosperity*, a definição do estado

como um bandido estacionário), descrevem perfeitamente esta lógica. Em primeiro lugar, a corrupção serve para recompensar selectivamente os nossos colaboradores no exercício do poder: para recompensar os nossos colaboradores de forma que se mantenham leais à liderança de topo e tenham interesse na permanência no poder do actual grupo dirigente. Serve também para os recompensar por serviços políticos prestados no passado, de forma que os governantes ganhem uma boa reputação entre os membros da classe política. Ao mesmo tempo, torna-os cúmplices dos governantes, reduzindo assim a possibilidade de delação ou traição, que é muito frequente nos meios políticos. Em certos casos, serve também para ajustar contas com rivais políticos, geralmente dentro do próprio partido. Boa parte dos escândalos de corrupção resultam de fugas de informação internas de grupos rivais dentro do próprio grupo no poder. Seguem normalmente um padrão semelhante: primeiro, uma fuga de informação que põe em causa a moralidade ou a capacidade da pessoa atacada, mas que não constitui em si um crime (escândalos sexuais, posse de contas em paraísos fiscais...) e só se a pessoa em causa não se afastar é que as fugas de informação sobre práticas corruptas podem ser utilizadas para forçar a sua destituição. É prática comum de muitos governantes, especialmente os mais experientes, não se envolverem eles próprios em práticas corruptas, mas tolerarem-nas à sua volta, devido aos factores acima referidos. Isto mantém os seus subordinados leais e, se necessário, podem confortavelmente livrar-se deles. Por último, a corrupção permite ao político garantir a sua saída do cargo de forma incruenta, uma vez que a garantia de um rendimento subsequente pode atenuar as tensões inerentes ao abandono do cargo, de modo que este resista de forma menos violenta. A velha e tradicional prática das portas giratórias está particularmente bem adaptada a esta função. Podemos pagar um favor político em dinheiro com um envelope ou com uma transferência para uma conta encriptada, mas isso é ilegal. Mas se fizermos o pagamento depois de o político se ter reformado com um cargo bem remunerado ao deixar o cargo ou convidando-o a dar palestras, talvez um pouco mais bem pagas, então é

perfeitamente legal fazê-lo. Suponho que também pode acontecer que muitas destas empresas queiram tirar partido das competências ou dos conhecimentos e contactos do antigo político, pois isso está dentro do campo das possibilidades. No entanto, é surpreendente que estes cargos bem remunerados proliferem sobretudo em empresas reguladas ou ligadas ao sector público, como o sector das energias renováveis, e muito menos, por exemplo, no sector têxtil. A corrupção também é utilizada para financiar organizações políticas, especialmente partidos políticos, mas também sindicatos *think tanks*, que, por sua vez, podem servir como fonte de financiamento para os corruptos, uma vez que não são considerados parte da administração pública e não estão sujeitos às mesmas regras de transparência e responsabilidade, podendo utilizar instrumentos contabilísticos mais opacos. Isto não quer dizer que todos os que se dedicam a estas práticas o façam por motivos corruptos, mas que podem ser utilizados e têm sido utilizados por estas razões, e que são úteis e funcionais para a coordenação interna dos partidos e dos governos.

A corrupção também pode servir para explicar parcialmente a relutância de muitos actores políticos em eliminar regulamentos e barreiras proteccionistas ou em reduzir, de um modo geral, a intervenção do estado na economia. Quanto maior for a intervenção, não só maior será o poder do estado, como também maiores serão as oportunidades para os actores extraírem rendas. Há anos que recolho notícias da imprensa sobre corrupção e constatei que quase todas as actividades públicas podem ser lucrativas. As mais típicas são as concessões de obras públicas ou de serviços públicos, mas também já as vi em sinais de trânsito ou na contratação de bandas para festas de rua. Se estes sectores fossem liberalizados, desvaneceriam quase todas as rendas que hoje auferem. Suponhamos que conseguimos falar com o dirigente de um qualquer estado emergente, famoso pela sua corrupção (há muitos candidatos) e que o levamos a ler Hazlitt ou Mises e depois lhe explicamos as consequências perniciosas do intervencionismo, isto é, como conduz a um menor desenvolvimento e que tem

consequências imprevistas e negativas em todas as esferas da sociedade. Como é que pensamos que esse dirigente irá reagir? Talvez nos dizendo que temos razão e que, por ignorância, tem estado a aplicar as políticas erradas para o bem comum e o bem-estar dos seus cidadãos. Ou melhor, dizendo-nos que o que dizemos é muito bonito e que a lógica austríaca é muito convincente e coerente, mas explicando-nos que, se levarmos a cabo tais políticas, o grupo de pessoas que o apoia para se manter no poder poderá ficar um pouco aborrecido por perder as suas regalias e rendas e, por conseguinte, expulsá-lo do cargo. “Se os meus militares e empresários não obtiverem as rendas a que estão habituados devido à corrupção, não terão razões para me serem leais”, dir-nos-ia ele, “e eu não duraria muito tempo no cargo”. Qual é, pensemos, a resposta correcta? Deixo à suposição do amável leitor. Tal como é uma questão em aberto saber se estes fenómenos são exclusivos de democracias de baixa qualidade e ditaduras ou se também podem ser encontrados nessas democracias a que os cientistas políticos chamam de alta qualidade.

O fenómeno da corrupção é de grande interesse para compreender o funcionamento dos estados modernos. Muitas questões permanecem por abordar nesta matéria, embora saibamos que há muitos factores que a afectam. A própria ética dos cidadãos, a qualidade da liderança política, a remuneração dos actores políticos ou a existência de recursos naturais no país, como o petróleo, gerido por empresas nacionalizadas, são alguns dos factores que podem explicar a incidência desigual da corrupção entre países. No entanto, para estudar e compreender correctamente a corrupção, é necessário considerá-la em relação à figura do estado. Embora hipoteticamente pudessem caminhar separadamente, a história mostra-nos que sempre caminharam juntos e creio que será muito difícil separá-los.

4

O Número e o Tamanho dos Estados

Uma discussão secundária, mas recorrente entre anarcocapitalistas e minarquistas diz respeito ao número e à dimensão dos estados. Em princípio, o ancap não parece estar muito preocupado com isso, dado que o seu objectivo último não é outro senão conseguir o seu derrube definitivo. Mas sim, é relevante, em primeiro lugar porque é importante discutir qual a situação que nos aproximaria mais à situação ideal, e em segundo lugar porque num cenário hipotético de coexistência de estados com territórios anárquicos, é importante saber qual o cenário que permitiria uma melhor coexistência dos dois.

A primeira questão a responder, portanto, é se a fragmentação política é ou não positiva para o objectivo de conseguir um menor domínio económico ou político. É óbvio que existem estados relativamente grandes em termos de população e extensão geográfica com elevados graus de liberdade económica, como os estados Unidos da América, e estados pequenos como Cuba ou a Nicarágua com um elevado grau de repressão, pelo que se pode deduzir que este não é o único factor relevante a este respeito e que seria necessário estudar muitos outros factores, como fazem Landes ou Acemoglu, que praticamente não consideram este factor. Mas também é verdade que todos os países considerados livres pelo *Índice de Liberdade Económica* da Heritage Foundation⁹⁷ (Hong-Kong, Singapura, Nova Zelândia, Austrália, Suíça e Irlanda), com a

⁹⁷ O *Índice de Liberdade Económica* da “Heritage Foundation” é uma classificação anual que avalia o grau de liberdade económica em países ao redor do mundo. O índice mede o quão livres são as economias com base em 12 indicadores divididos em quatro categorias principais: Estado de Direito; Tamanho do Governo; Eficiência Regulatória; Liberdade de Negócios e Abertura de Mercado

excepção relativa da Austrália (que tem metade, mais ou menos, da população de Espanha), são pequenos em população e dimensão, bem como a maioria das consideradas principalmente livres. Um investigador empírico faria regressões estatísticas em busca de alguma correlação entre dimensão e desempenho económico (Alberto Alesina, por exemplo, tem vários artigos publicados sobre o assunto), mas um seguidor do método austríaco, como quem aqui escreve, sabe que um determinado estado ou resultado social depende de um número muito grande de variáveis que afectam a realidade social ao mesmo tempo e que, em conjunto, são causa-efeito. Por exemplo, a dimensão pode ajudar a obter uma sociedade mais livre e próspera, mas pode ser contrabalançada por um mau sistema económico ou por guerras ou conflitos sociais; ou, inversamente, um país grande com um bom sistema económico pode superar as desvantagens da grande dimensão. Na verdade, o principal indicador de um sistema económico livre é o seu modelo económico e os valores que lhe estão associados. O debate deve ser colocado em termos de saber se a pequena ou a grande dimensão favorece a aquisição de sistemas económicos livres, lembrando sempre que a dimensão é apenas um factor entre muitos, e que determinar exactamente o seu peso entre eles. É por isso que o austríaco fará é separar este factor e estudá-lo teoricamente, como fez Mises no seu *Liberalismo, Segundo a Tradição Clássica* ou em *Nação, Estado e Economia*. Infelizmente Mises é mais conhecido pelos seus escritos económicos do que pelas suas reflexões sobre política ou sobre a metodologia das ciências sociais, que são normalmente relegadas, sobretudo entre os economistas, como obras menores, quando na minha humilde opinião estão entre as melhores da sua obra.

Que conclusões teóricas se podem tirar da análise da questão da dimensão das unidades políticas? Propõem-se aqui algumas, que poderão servir de base a um debate mais aprofundado.

A primeira é que, num estado pequeno em termos de população, a intervenção do estado é muito mais sentida, uma vez que o custo

de cada intervenção é distribuído por muito menos pessoas. Um dos princípios fundamentais da lógica da acção política, como nos lembra Mancur Olson no seu brilhante *A Lógica da Acção Colectiva*, é o dos benefícios concentrados e dos custos difusos. Ou seja, os benefícios de uma determinada intervenção concentram-se nos detentores do poder ou nas empresas ou grupos a eles associados, enquanto os custos se distribuem pelo resto da população. Basta olhar para uma factura de electricidade para o constatar. Não é a mesma coisa para o governo ou para os seus aliados obter uma subvenção milionária distribuída por 50 milhões de pessoas do que por 500.000. Os benefícios são muito maiores no primeiro grupo. Não apenas isso, mas também a população percebe o privilégio muito mais claramente porque o beneficiado está muito mais próximo. No caso do proteccionismo, a intervenção é muito mais evidente. Uma desvalorização “competitiva”, que não é mais do que uma espécie de subvenção do conjunto da população aos sectores exportadores da economia, é muito menos percebida, em termos de custos e benefícios, num grande estado do que num pequeno. Ao contrário do que acontece num pequeno estado, os ganhos e as perdas da política são difíceis de determinar e, sobretudo, os que perdem não sabem, a não ser que tenham conhecimentos técnicos, a quem atribuir a responsabilidade pela diminuição do seu poder de compra ou do seu nível de vida, confundidos entre dezenas de intervenções semelhantes. No pequeno país, é também muito fácil detectar os vencedores e, se estes utilizaram tácticas espúrias para atingir os seus fins, seriam também facilmente detectáveis.

Outro argumento neste sentido é que um país pequeno dificilmente pode ser autárquico.⁹⁸ Um país com estas características tem necessariamente de importar a maior parte dos seus consumos de outros territórios e os seus habitantes estão conscientes de que é impossível fabricá-los na sua totalidade no seu próprio país. Ao mesmo tempo, sabem que, para poderem importar esses bens, têm de ser competitivos na venda dos bens ou serviços em que estejam

⁹⁸ No sentido de governo autónomo pelos seus cidadãos. V. também I.6.

especializados, o que, que, na maior parte dos casos, também não terá lugar no território do pequeno estado. A tomada de consciência desta realidade levará muito provavelmente a sua população a defender sistemas de mercado-livre, mesmo que não tenha conhecimentos sobre o funcionamento dos sistemas de mercado. A seu tempo, necessitarão de uma moeda sólida que lhes permita negociar sem flutuações cambiais e que possa ser aceite na maioria dos mercados mundiais. Necessitarão igualmente de códigos jurídicos homólogos aos dos seus clientes e adequados à integração no mercado mundial. É também muito provável que as regulamentações de protecção sejam muito inferiores às de outras partes do mundo, uma vez que há menos indústrias a proteger e, se existirem, não deverão mostrar muito interesse em proteger um mercado tão pequeno. Como não existem auxílios estatais (mesmo que existissem, seriam necessariamente pequenos), as empresas desse país teriam de enfrentar a concorrência num contexto global, o que as obrigaria a fazer um esforço de inovação em termos de qualidade e de preço. Não é surpreendente que várias das principais cadeias *low cost*⁹⁹ do mundo provenham de países pequenos. Têm de ser competitivas desde o seu nascimento, ao contrário dos seus rivais de países maiores, que foram protegidos desde a sua infância e, por conseguinte, têm menos capacidade para competir desde o início.

O mesmo se aplica às liberdades civis. A censura e outras formas de controlo estatal da conduta são dificultadas pela dimensão dos estados. Não há garantia de que o pequeno estado não possa comportar-se de forma muito restritiva em relação à regulação da liberdade de expressão ou da conduta pessoal dos seus habitantes, mas a sua pequena dimensão aumentará muito provavelmente os custos para os governantes tirânicos ao terem de reprimir mais duramente os seus habitantes, de modo a que estes não possam

⁹⁹ As cadeias *low cost* referem-se a modelos de negócios que priorizam a redução de custos operacionais para oferecer produtos ou serviços a preços mais baixos que a concorrência, mantendo margens de lucro viáveis. Por exemplo, um pequeno país como a Irlanda abriga a Ryanair, uma companhia aérea que beneficia do comércio internacional e dos mercados abertos para manter custos baixos.

facilmente deixar o país para se estabelecerem num país vizinho (muito provavelmente geograficamente próximo), ao mesmo tempo que os custos dessa repressão se tornarão muito mais evidentes, dada a sua incapacidade de comerciar com o mundo exterior e, assim, obter os factores de produção necessários para poderem gerir a sua economia com um mínimo de eficiência. É muito difícil para um pequeno país sobreviver ao lado de vários países livres. Para além do facto de a fuga ser, como já foi referido, menos onerosa para os seus cidadãos, estes têm parâmetros de comparação muito próximos das condições de vida. Além disso, nesses países será possível publicar livros ou aceder a meios de comunicação social críticos dos ditadores (como aconteceu historicamente com as tentativas de censura em Espanha, que foram contornadas por meios de comunicação social radicados noutros países europeus) ou albergar núcleos de oposição a estes. Ou a censura e a impossibilidade de circulação são totais e, por conseguinte, a ruína económica será facilmente perceptível, ou então será necessário aceitar a abertura económica.

Obviamente, um mundo de pequenas unidades políticas seria necessariamente um mundo de muitas unidades políticas. Seria mais desejável para um libertário do que o inverso, ou seja, um mundo de poucos e grandes estados ou mesmo de um só, o mítico estado mundial tão caro aos cosmopolitas e ao qual nos referiremos noutro artigo? Penso que sim. Num mundo povoado por muitos estados, é verdade que o risco de conflitos se multiplica exponencialmente, mas a escala desses conflitos também diminuiria na mesma proporção, e seriam também menos intensos. Os conflitos nos antigos principados alemães não podem ser comparados com os causados pela Alemanha unida (a excepção poderá ser a Guerra dos Trinta Anos¹⁰⁰, mas esta envolveu grandes potências europeias

¹⁰⁰ A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) foi um conflito devastador na Europa, inicialmente desencadeado por tensões religiosas entre católicos e protestantes no Sacro Império Romano. Envolveu várias potências europeias, resultando em milhões de mortes e mudanças significativas no equilíbrio de poder, culminando no Tratado de Vestefália.

como a Espanha e a França). A grande dimensão também não evita outro risco, o de as guerras entre unidades políticas se transformarem em conflitos civis (alguns dos maiores desastres bélicos da História são as várias guerras civis chinesas, como a revolta dos Turbantes Amarelos¹⁰¹ ou a dos Taiping¹⁰²). Mas o principal argumento a favor de um grande número de estados deveria resultar de uma derivação do velho princípio austríaco da impossibilidade de cálculo económico numa economia socialista.¹⁰³ Do mesmo modo que não poderia haver uma única grande empresa no mundo económico (não poderia haver mercado e, portanto, não poderia haver cálculo),¹⁰⁴ um único estado estaria privado da informação necessária e dos parâmetros de comparação, necessários para levar a cabo as suas políticas. É por isso que, como salienta Jean-Baptiste Duroselle na parte final do seu livro *Todo Império Perecerá* ou Paul Kennedy no seu brilhante *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, é quase impossível que um império mundial se estabeleça sem primeiro se desmoronar sob o seu próprio peso. Além disso, uma grande pluralidade de estados facilita a concorrência fiscal entre eles, impedindo que o mundo se torne num inferno fiscal, ao mesmo tempo que permite a inovação e a evolução das melhores práticas. As constelações de estados descritas por Leopold Kohr no seu *The Breakdown of Nations* (pólis grega, cidades italianas do Renascimento, taifas...) foram historicamente espaços de grande criatividade e progresso cultural precisamente porque eram locais de grande competitividade. Se tivesse havido um único estado mundial, é altamente improvável que se tivessem desenvolvido os

¹⁰¹ A Revolta dos Turbantes Amarelos (184-205 d.C.) foi uma rebelião camponesa na China contra a dinastia Han, liderada por Zhang Jue, motivada por corrupção, desigualdade e crises económicas. Apesar de inicialmente bem-sucedida, acabou por ser reprimida, mas enfraqueceu a dinastia, contribuindo para sua queda.

¹⁰² A Revolta de Taiping (1850-1864) foi uma rebelião massiva na China contra a dinastia Qing, liderada por Hong Xiuquan, que se proclamava irmão de Jesus Cristo, buscando estabelecer um reino teocrático. Causou milhões de mortes e enfraqueceu a dinastia Qing. Foi suprimida com grande violência.

¹⁰³ V. Ludwig von Mises, *The Impossibility of Economic Calculation under Socialism*.

¹⁰⁴ Para o caso empresarial, ver a tese de Murray Rothbard sobre a impossibilidade apodíctica de um monopólio num mercado-livre: *Man, Economy and State*, capítulo X.

espaços de liberdade e prosperidade económica que mais tarde deram origem ao capitalismo e aos modernos sistemas de mercado. Estes surgiram, como afirmam Jean Baechler, em *Le Origini del Capitalismo*, ou Eric Jones, em *O Milagre Europeu*, em ambientes políticos politicamente fragmentados como a Europa.

Como adenda, a pluralidade de estados tem outra grande virtude, que nos aproxima de um mundo anárquico. Um mundo altamente fragmentado politicamente é um dos passos necessários para a futura constituição de uma sociedade anárquica ou, pelo menos, muito próxima da anarquia. Um mundo de pequenos estados ou micro-estados é um mundo em que as pessoas podem perceber que muitos dos serviços actualmente prestados pelos estados podem ser perfeitamente prestados pela sociedade civil ou partilhados de forma consensual entre vários deles. Mesmo a aparição de uma anarquia ordenada neste ambiente teria mais probabilidades de se estabelecer sem o receio de que um grande estado a quisesse eliminar. E se funcionasse bem, seria rapidamente imitada à sua volta. Mas as relações hipotéticas entre anarquias e seus vizinhos serão discutidas em textos posteriores.

5

O Imaginário Estatal

Benedict Anderson escreveu há algum tempo um belo livro, *Comunidades Imaginadas*, no qual explica como a ideia de estado é mentalmente construída a partir de tecnologias sociais como a cartografia ou uma utilização selectiva e dirigida da história através dos museus. Sem estas construções, é muito difícil conceber a ideia de um estado abstracto ao qual devemos prestar obediência e sentir lealdade. Estas tecnologias são acompanhadas de símbolos sacralizados à imagem e semelhança dos símbolos religiosos (bandeiras, hinos, insígnias...), e são adoradas de uma forma muito semelhante à da latría. De facto, em muitos códigos penais, é considerado blasfémia atacá-los. Assim, quando pensamos num estado, vem-nos sempre à cabeça um destes símbolos ou técnicas. Mas, neste artigo, gostaria de comentar uma série de ideias ou crenças sobre o estado que moldaram a ideia imaginária que temos dele.

Um outro belo livro, *Imagining the State*, de Mark Neocleous, explica muito bem este tipo de imagens e metáforas a que associamos o estado e que, em nossa opinião, devem ser discutidas se quisermos compreender o funcionamento e a legitimação dos sistemas estatais.

Em primeiro lugar, poderíamos discutir a visão do estado como um ente orgânico, ou seja, como um corpo: a famosa página de rosto do *Leviatã* de Hobbes, em que o corpo do soberano é representado como sendo composto por milhares de pequenos corpos. O estado seria assim uma espécie de corpo místico. De facto, é comum utilizarmos metáforas biológicas quando nos referimos a ele. Em economia, por exemplo, fala-se de crescimento ou de

desenvolvimento. Em política, nos debates sobre a secessão, por exemplo, fala-se muitas vezes de amputação de uma parte do corpo, como se cada um de nós estivesse realmente a perder uma perna, um braço ou uma parte de si mesmo com tal processo. Também quando entendemos que algo prejudica o estado, utilizamos metáforas médicas, como o cancro ou a infecção. Tudo isto ajuda-nos a imaginar o estado como uma espécie de ser dotado de sentimentos, valores e interesses. E, acima de tudo, é dotado de um chefe que governa, os governantes, claro, e de um corpo que trabalha e produz.

Nesta cabeça do estado repousa uma série de mitos que são funcionais ao exercício do poder. O primeiro deles é o mito da inteligência do estado e do seu conhecimento superior. O chefe do corpo do estado parece ser mais bem dotado do que o indivíduo comum, incapaz de conseguir o que quer que seja sem ele. De facto, quase todos os estados existentes têm um corpo policial ou militar conhecido como serviço de informações, encarregado de transformar e processar as informações disponíveis para que os governantes possam tomar melhores decisões. Decisões que, por sua vez, seriam tomadas de acordo com uma misteriosa *razão de estado*, que parece justificar qualquer crime ou sevícia. A *razão de estado*, tal como proposta por Maquiavel ou Botero, foi desde o início um instrumento eficaz de legitimação do estado. Tal como outro conceito, o de *arcana imperii*. Trata-se de um conceito, ainda hoje utilizado com outras formulações, que implica que existe um conhecimento ou uma sabedoria que só os iniciados, ou seja, os agentes do estado, estão preparados para compreender e gerir correctamente. Os mistérios do funcionamento do estado não devem ser conhecidos pelos leigos, pois se fossem conhecidos, a própria existência do estado poderia ser posta em perigo mortal.

Também o estado, de acordo com este princípio, sendo mais sábio, seria o repositório último do conhecimento e encarregado de certificar quem é intelectualmente qualificado ou não, e até, em alguns casos, de certificar a veracidade ou não do conhecimento. O

quase monopólio do estado na emissão de diplomas para as profissões seria outro bom exemplo. Os peritos do estado seriam mais qualificados do que os peritos privados e os seus procedimentos seriam melhores para determinar oficialmente quem sabe e quem não sabe. Os seus dados e estatísticas presumem-se verdadeiros e o que é ensinado nas suas instituições parece ser verdadeiro e objectivo, ao passo que o que é ensinado ou aprendido fora delas pecaria por opinável e subjectivo. As questões controversas, mesmo em ciência, são imediatamente consideradas verdades oficiais de que não seria legítimo discordar se o estado as assumisse como suas. Isto, por si só, não dá veracidade à posição dissidente, mas é no mínimo curioso que uma verdade científica ou social tenha de ser estabelecida por decreto, quando é normal que seja discutida em ambiente académico e que triunfem as melhores provas ou argumentos, o que tornaria desnecessária a competição oficial.

Outro mito que o estado frequentemente utiliza em seu proveito é o da sua suposta neutralidade de valores e interesses. Na esfera económica, o estado é visto por muitos teóricos políticos como uma espécie de árbitro entre os diferentes interesses em disputa e asseguraria a utilização correcta das regras do jogo económico, sem expressar quaisquer preferências, sejam elas de quem forem. É este o ideal do liberalismo clássico, um estado pequeno (não se especifica o que significa pequeno, fica ao gosto do liberal) mas que faz cumprir as regras. Como se pode facilmente constatar, este ideal nunca existiu, nem, muito provavelmente, poderá existir. É algo semelhante à neutralidade axiológica nas ciências sociais, que todos reivindicam mas que praticamente ninguém cumpre. Uma breve revisão da história económica mostra-nos que os governantes sempre manifestaram preferência por um ou outro sector produtivo, quer por razões de alta política ou de responsabilidade nacional (seja qual for o sentido que o governante lhe queira dar), como a indústria bélica ou, na altura, os caminhos-de-ferro, pelo seu carácter estratégico. O carácter estratégico é aplicado à indústria a defender e pode aplicar-se a praticamente qualquer sector, quer pelo bem ou

serviço produzido (energia ou banca, por exemplo), quer porque a nível regional ou local afectaria grandemente a população (estaleiros navais em Ferrol ou San Fernando, torrões ou brinquedos em Alicante, carvão nas Astúrias e Leão...). Quando uma indústria é caracterizada desta forma, considera-se legítimo que o estado perca a sua neutralidade e a ajude com subsídios, ajudas fiscais ou protecção tarifária contra os seus concorrentes infelizes. Também determinados territórios são privilegiados em termos de financiamento ou dotação orçamental, seja pelo seu poder político, pela percentagem de apoio eleitoral ao Governo ou porque os líderes políticos nasceram lá e é sempre agradável apoiar os conterrâneos.

A outro nível, o estado também não é, nem pode ser, completamente neutro em termos de valores, sejam eles éticos, políticos ou religiosos. Os valores oficiais serão aqueles tidos pelos sectores dominantes de entre os actores do estado. Nenhum governo do mundo é completamente neutro na sua atribuição de valores colectivos, pois cada estado tende a promover e a enfatizar os valores que o sustentam. Um estado democrático não será neutro em relação à democracia, ou um estado tecnocrático não deixará de exaltar esses valores. Um estado teocrático dará primazia à religião oficial e um estado laico ou ateu promoverá o laicismo ou o ateísmo nas suas declarações oficiais, nos seus símbolos e dias nacionais e nos seus currículos escolares. Outra coisa é que tolere a dissidência e não persiga o dissidente, mas nenhum estado pode, sem ameaçar a sua existência, não dar prioridade a alguma ideia ou valor sobre como justificar a sua existência. Mesmo os agentes do estado, como os juízes, não podem evitar completamente este aspecto. Estamos a ver, por exemplo, com a publicação de algumas mensagens, como os juízes do Supremo [Tribunal de Espanha] não são neutros em relação à causa da secessão da Catalunha e, por sua vez, como os

governantes catalães também não o são e tomam partido.¹⁰⁵ Alguns, ou muitos, cidadãos verão as suas crenças protegidas pelo estado e outros, muitos ou poucos, verão como o estado promove ideias que contradizem as suas, o que faz com que, na melhor das hipóteses, sejam obrigados a financiar com os seus impostos e contribuições valores ou políticas que não partilham e, na pior, sejam perseguidos por defenderem ideias ou políticas contrárias aos seus interesses ou crenças. Curiosamente, o "laicismo" do estado é pregado apenas em relação à religião, mas não em relação a outros tipos de ideias e valores políticos. Na realidade, o estado defende os valores de um grupo de pessoas, maioritário ou não, que se identifica com ele e exclui os restantes. Por exemplo, em relação ao debate sobre a secessão da Catalunha, presume-se, em flagrante contradição, que o estado central representa os interesses de Espanha e que os seus rivais seriam forças antiespanholas. Digo que se trata de uma contradição porque se o estado fosse neutro, teria também de ponderar os interesses dos cidadãos que se opõem ao sistema actual e que nele pagam impostos, e não ser partidário de uma das posições em disputa. Quando o faz, torna-se claro que os catalães secessionistas não estão a ser representados nas suas reivindicações da mesma forma que os unionistas e que, apesar de pagarem impostos, o estado não representa os seus interesses, pelo menos não da forma que eles reclamam. O mesmo se passa com o governo catalão. Quero com isto dizer que o estado nunca pode ser neutro ou representar "todos", mas apenas uma parte, maioritária ou não, da população. Assim, aqueles que serão prejudicados terão de ser incomodados, apesar da proclamada neutralidade dos valores do estado. As decisões do estado responderão aos interesses das pessoas que dominam o aparelho de estado num dado momento. E não se deve, portanto, presumir que essas decisões representam a população como um todo.

¹⁰⁵ Este artigo foi publicado originalmente no Instituto Juan de Mariana, em Outubro de 2018. Entre 2017 e 2019 decorreu o julgamento dos líderes da independência da Catalunha, legalmente chamado *Causa especial 2907/2017*.

Por fim, gostaria de comentar um aspecto, que se refere ao estado como uma corporação. Desde os tempos medievais, o estado é imaginado como uma corporação (uma vez difundida esta figura, foi transferida às esferas económica e jurídica, que por sua vez são configuradas à imagem e semelhança do estado). Por outras palavras, o estado enquanto entidade imaginária é configurado como um ente imortal com responsabilidade limitada. Esta, há que reconhecer, tem sido uma magnífica invenção para expandir o poder do governo e libertar os seus membros de encargos. Desta forma, o estado é configurado como algo abstracto e é juridicamente separado dos seus membros, que na realidade são a mesma coisa, mas que são assim transformados em indivíduos irresponsáveis. Um mau governante pode arruinar o país com as suas políticas, mas não responde pela sua má gestão com os seus bens ou com a sua pessoa (de facto, é muito provável que seja recompensado com alguma regalia ou porta giratória quando deixar o cargo). A menos que cometa um crime de corrupção ou de abuso de poder, nada lhe acontecerá. Normalmente, estas infracções dizem respeito à apropriação indevida de fundos ou bens enquanto particular, porque se o beneficiário da sua utilização indevida for outra empresa pública também não é considerado um crime. Por exemplo, se eu desviar 10 milhões de euros para uma conta de que seja titular, estaríamos diante de um crime, mas se eu os transferir por capricho ou por proximidade política para uma câmara municipal, universidade ou comunidade autónoma, e estas os desperdiçarem em menor escala, não seria delito. O modelo corporativo, sendo imortal, também o obriga a assumir as obrigações legais contraídas por governos anteriores, legítimos ou não. A democracia espanhola, por exemplo, assumiu a dívida e os funcionários do governo de Franco. Além disso, sendo imortal, o estado nunca vai à falência, limita-se a suspender os pagamentos e a prosseguir as suas funções, mas quem sofre as consequências são quase sempre os cidadãos empobrecidos ou endividados, que terão de assumir as consequências das decisões que outros, agora ou no passado, tomaram. Obviamente, dado o seu sucesso, o soberano ou decisor último, que é normalmente o

governo central, estendeu esta forma jurídica a muitas das suas organizações, mas reserva-se o direito de as anular a seu bel-prazer. Assim, não é raro encontrar dívidas ou contratos entre administrações de níveis diferentes ou entre empresas públicas com denominações jurídicas diferentes, quando na realidade fazem todas parte do mesmo sistema. Isto permite consolidar e dissimular as demonstrações financeiras e, ao mesmo tempo, controlar a gestão interna do sistema. Não surpreende, portanto, que estes privilégios tenham sido rapidamente imitados na vida económica e social e que empresas, clubes de futebol e fundações de todos os tipos tenham proliferado desta forma que limita a responsabilidade dos gestores. O estado não só cria imaginários, como os difunde por todo o lado através do seu exemplo, com consequências, em muitos casos, não muito benéficas para a sociedade.

6

O Estado Mundial

Como já aqui foi manifestado em várias ocasiões, um dos principais argumentos utilizados para justificar a viabilidade da anarquia é o da sua incontestável realidade, não só actualmente como ao longo da história dos sistemas estatais. Apesar de este ter sido um espaço conflituoso, povoado por guerras e conflitos entre as várias unidades estatais (conflitos que também ocorrem no interior dos estados, uma vez que o número de guerras civis não é menor do que o número de guerras internacionais), não é menos verdade que na anarquia os estados foram capazes de desenvolver numerosos sistemas de cooperação e de acordo entre si, estabelecendo instituições económicas, jurídicas e de mediação, constituindo um sistema muito estável ao longo do tempo, ou pelo menos tão estável como muitos dos estados que o compõem.

Todas estas instituições e acordos foram alcançados sem a existência de um monopólio mundial da violência, ou seja, foram realizados através da utilização de meios anarquistas, tanto nos seus aspectos defensivos, como a cooperação voluntária contra o agressor real ou potencial e a sua expulsão das comunidades internacionais, como nos seus aspectos mais colaborativos, através de acordos comerciais ou da livre circulação de pessoas e capitais. De facto, apesar ou, melhor ainda, talvez graças à existência de muitos estados, conseguiu-se um elevado grau de integração económica global e uma certa liberdade de circulação de capitais e pessoas. É verdade que estes processos foram facilitados sobretudo pelos desenvolvimentos no transporte de bens e mercadorias, bem como no domínio das telecomunicações, mas a pluralidade de estados não parece certamente tê-los impedido.

É também de salientar que a violência entre estados quase desapareceu do mundo, uma vez que o número de guerras entre estados diminuiu consideravelmente. De facto, o número de vítimas da violência política é hoje muito mais elevado nos conflitos civis, isto é, no âmbito da soberania do próprio estado, do que nos conflitos entre estados, o que se verifica desde há vários anos. É verdade que o século XX assistiu a grandes guerras mundiais com milhões de mortos, mas também observamos grandes guerras civis e fenómenos de violência dos estados contra os seus próprios povos numa escala semelhante ou mesmo superior (estudos como “Power, genocide and mass murder” de Rudolph Rummel no *Journal of Peace Research*, 1994, apontam para dois terços no caso da violência interna e um terço no caso da violência externa).

Em conclusão, poderíamos dizer sem nos equivocarmos muito que, actualmente, a anarquia internacional causa muito menos vítimas do que a supostamente pacificada ordem estatal, e que a primeira conduziu lentamente à expansão do comércio e a relações humanas cada vez mais fluidas e densas.

Mas para muitos teóricos e políticos isto não parece suficiente e procuram ultrapassar o modelo actual e substituí-lo por uma espécie de governação global ou um estado mundial. Anteriormente, este ideal estava reservado a reflexões filosóficas como a Paz Perpétua de Kant, utopias como a monarquia hispânica de Campanella¹⁰⁶, romances futuristas de H.G. Wells, Gabriel Tarde ou, mais recentemente, *O Senhor do Mundo* de Benson ou *Deixados para Trás* de Tim Lahaye. Ideias como a da língua universal, da qual derivam

¹⁰⁶ A Monarquia Hispânica de Tommaso Campanella refere-se à sua visão teológico-política de uma monarquia universal liderada pela Espanha, descrita em sua obra *De Monarchia Hispanica* (1600), onde propõe um império católico global sob a liderança do rei espanhol para unificar a cristandade. Ele via essa monarquia como um meio de alcançar a harmonia política e religiosa, combinando prudência, anti-maquielismo e profetismo, influenciado pelo contexto da Contra-reforma e do domínio dos Habsburgo.

projectos como o Esperanto¹⁰⁷ ou o Volapuque¹⁰⁸, têm origem no mesmo ideal, embora não tenham necessariamente conduzido a movimentos políticos ou a propostas concretas de governo mundial. Historicamente, todas estas reflexões resultaram apenas na extensão de um vago ideal humanitário e na criação, após as guerras mundiais, de um sistema de instituições políticas internacionais, como a Sociedade das Nações¹⁰⁹ ou as Nações Unidas, ou de instituições económicas, como o FMI ou a Organização Mundial do Comércio.

Este processo de criação de organizações internacionais, muito bem descrito por Mark Mazower no seu livro *Governing the World*, conduziu, por outro lado, à possibilidade de, pela primeira vez na história, surgir uma espécie de proto-estado global, ainda que embrionário, mas assente em instituições já criadas e consolidadas, o que lhe confere alguma aparência de verosimilhança. Problemas como as alterações climáticas, as migrações, o crime organizado e a fuga de capitais para paraísos fiscais, entre muitos outros, resultam de difícil tratamento para os estados actuais. Entre eles, a questão climática e ambiental parece ser a escolhida para reforçar os seus argumentos a este respeito, daí a criação de uma instituição internacional, o IPCC¹¹⁰, apoiada por um suposto consenso

¹⁰⁷ O Esperanto é uma língua artificial criada por Lázaro Zamenhof em 1887, projectada para ser um idioma internacional neutro, fácil de aprender, com o objectivo de facilitar a comunicação entre pessoas de diferentes culturas. A gramática é regular e simplificada, e possui uma comunidade global de falantes, embora não seja amplamente adoptado como língua oficial.

¹⁰⁸ O Volapük ou “Volapuque” é uma língua artificial criada por Johann Martin Schleyer em 1879, projectada para facilitar a comunicação internacional com uma gramática simplificada e vocabulário derivado de línguas europeias, principalmente o alemão. Apesar de ter atraído algum interesse inicial, foi amplamente superado pelo Esperanto e hoje tem poucos falantes activos.

¹⁰⁹ A Sociedade das Nações foi uma organização internacional fundada em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, com o objectivo de promover a paz e a cooperação entre nações, evitando conflitos globais. Apesar de suas intenções, foi ineficaz em prevenir a Segunda Guerra Mundial e foi substituída pela ONU em 1945.

¹¹⁰ O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) é uma organização internacional criada em 1988 pela ONU e pela Organização Meteorológica

científico a nível global. Daí, alguns teóricos como David Held ou Ulrich Beck abrem a possibilidade de construir as bases de um estado mundial para lidar com a questão. Note-se que a sua resposta a estes problemas não é nem procurar soluções de mercado ou de direito privado, nem reduzir a escala dos estados, mas sim aumentar a escala dos estados até chegar somente um.

Eu pelo contrário, neste texto, gostaria de argumentar contra essa possibilidade. Se houver estados, preferia que o seu número fosse elevado, o mais elevado possível, em vez de apenas alguns ou mesmo um. Sei que este tipo de argumentação vai contra a corrente, porque o discurso oficial dominante, aquele que é a norma em Davos¹¹¹ ou em fóruns semelhantes, defende a integração política e não vê com maus olhos a ideia de um governo mundial (curiosamente, a bondade oficial defende os pequenos na esfera económica) e até a apoia de forma sub-reptícia. Não é fácil encontrar académicos que se oponham abertamente a esta ideia (talvez Danilo Zolo, Hans Hoppe e alguns outros), pelo que tentarei apresentar alguns argumentos contra tal ideal.

Em primeiro lugar, porque uma hipotética “cosmocracia” careceria de um cosmos comum. Os valores e os ideais das grandes culturas da Terra continuam a ser suficientemente diferentes para que um estado com estas características possa ter fundamentos sólidos. Tal estado seria laico ou confessional? Defenderia os direitos humanos ocidentais ou estes seriam subordinados à eficiência económica? Procuraria a igualdade ou proporia um sistema de castas estável? Em princípio, quando imaginamos uma polis global, identificamo-la sempre com os valores que nos são mais

Mundial para avaliar e sintetizar informações científicas sobre mudanças climáticas, seus impactos e possíveis soluções.

¹¹¹ O Fórum de Davos, oficialmente chamado Fórum Económico Mundial (WEF), é uma organização internacional fundada em 1971 que realiza uma reunião anual em Davos, Suíça, reunindo líderes globais, empresariais, políticos e académicos para discutir questões económicas, sociais e ambientais. Seu objectivo é promover a cooperação público-privada e abordar desafios globais, como mudanças climáticas, desigualdade e tecnologia.

próximos. Por exemplo, nós imagináramos um estado baseado em valores democráticos e pluralistas, enquanto um habitante da Índia, da China ou do Paquistão poderia ter outros muito diferentes. E temos de nos lembrar de uma coisa: a distância entre os nossos valores e os deles é equivalente à distância entre os deles e os nossos, e muito provavelmente muitos dos nossos costumes podem não ser do seu agrado, tal como muitos dos deles não são do nosso. Por conseguinte, na ausência de pontos comuns, é muito difícil organizar uma comunidade política que satisfaça toda a gente. Além disso, se votássemos em valores, receio que os nossos fossem minoritários e desaparecessem rapidamente nesse estado. Mais, muitas das nossas ideologias tendem a ser orientadas para o processo, ou seja, regulam as nossas relações com os outros através da tolerância e do respeito e são ideias de não interferência na vida dos outros. Mas não nos dizem como devemos viver nós mesmos e o que os outros devem respeitar em nós, porque tendem a contornar a transcendência. Estas são ideias muito boas para uma coexistência pacífica, mas receio que não sejam ideias pelas quais a maioria da população lutaria ou, pelo menos, estaria disposta a sacrificar-se. Num ambiente de estado mundial, estas ideias seriam, suspeito, de curta duração, pois mantêm-se porque há territórios soberanos que as defendem. Um estado mundial cujas elites viessem de outras realidades culturais iria muito provavelmente contorná-las para impor as suas próprias culturas.

Um segundo argumento deriva do anterior e poderia muito bem ser derivado dos processos que deram origem às origens do capitalismo moderno. Jean Baechler, por exemplo, no seu livro sobre as origens políticas do capitalismo, diz-nos que o capitalismo nasceu num ambiente de fragmentação política em que alguns territórios, inicialmente de pequenos em extensão, experimentaram mais ou menos conscientemente o então inovador sistema económico. Estes territórios, não estando sujeitos a uma soberania, puderam testar e aperfeiçoar as novas instituições. Estas, uma vez provado o seu sucesso, foram rapidamente imitadas noutras unidades políticas, até se espalharem gradualmente por todo o

mundo. Vale a pena compará-lo com sistemas centralizados como a China, que na Idade Média era economicamente mais desenvolvida do que a Europa, mas que, assim que se unificou politicamente, deixou de inovar e sofreu uma estagnação económica e cultural que se prolongou por vários séculos. O princípio é fácil de compreender. Num sistema mundial, se os governantes erram, tudo erra; ao passo que, num sistema plural, se um governante erra, os danos limitam-se àquele que errou e, se este acerta, os outros tendem a imitá-lo. Esta foi a chave para aquilo a que Erik Jones chamou “O Milagre Europeu”. Um único estado mal orientado nas suas políticas ou implementando ideologias economicamente perniciosas conduziria a desastres difíceis de prever na sociedade actual. E nada garante que os governantes do mundo sejam imunes a políticas demagógicas ou intervencionistas. Essas ideias continuam a ser populares e, a menos que se prove que não funcionam, continuarão a sobreviver. Recorde-se que foi o sucesso de Hong-Kong e de Taiwan que obrigou os comunistas chineses a corrigir a situação. Não esqueçamos que muitos grandes impérios da antiguidade, como o Egipto helenístico ou o Império Inca, viveram durante centenas de anos em regimes estatais com um nível de vida muito baixo e uma estagnação económica total.

O terceiro argumento tem a ver com a concorrência de ideias e bens. O monopólio do poder político numa única entidade tornaria muito mais fácil aos governantes controlar a difusão de ideias. Imaginemos, por exemplo, um sistema escolar único com currículos definidos pelo estado, ou o monopólio de uma universidade única na atribuição de diplomas, para compreendermos o que estamos a dizer. Ou um conselho ou observatório mundial do audiovisual, encarregado de controlar os conteúdos dos meios de comunicação social. Ou pensemos num domínio mundial da Internet, de modo que qualquer conteúdo perigoso para o poder não possa refugiar-se na Ilha de Cocos ou de Tuvalu para escapar às tentativas estatais de o bloquear. Tal como, no passado, a pluralidade dos estados europeus permitiu a circulação das ideias (se uma publicação fosse censurada num reino, podia ser publicada noutro e aí lida, de modo

que, de uma forma ou de outra, acabaria por chegar ao país censor), um estado global que exercesse efectivamente o seu poder a nível mundial disporia de amplos meios para controlar a produção de ideias em grande escala. Isto já se verifica em muitos países actualmente e seria mais fácil de o conseguir à escala mundial. No domínio económico, nada impediria um tal Governo de conceder monopólios, patentes e licenças a grupos económicos próximos, impossibilitando a livre concorrência (que não é apenas intra-estatal, mas também inter-estatal) e mesmo o desenvolvimento de inovações técnicas que os poderiam prejudicar. Muitas inovações existem hoje porque o que era proibido ou dificultado num país pôde ser realizado noutros e depois aceite. Pense-se, por exemplo, na genética ou em desenvolvimentos como o Bitcoin. A concorrência em matéria de qualidade ou de melhoria do meio-ambiente seria também gravemente afectada pelo estabelecimento de uma norma única e, por conseguinte, pela ausência de mecanismos de concorrência para determinar qual é a norma correcta. Porque, e este é outro, o cálculo económico no seio do governo também seria gravemente distorcido, uma vez que os governantes não disporiam de parâmetros de referência e de comparação. Um Governo assim dificilmente poderia conhecer o desempenho relativo das suas políticas. Basta olhar para o debate político contemporâneo, repleto de referências e comparações com a Suécia, a Suíça, a França em qualquer questão, e ver como seria um debate sem nenhum outro modelo de comparação. Esta falta de cálculo é provavelmente uma das razões da inexistência histórica de um império ou de um Governo à escala mundial. Esperemos que isso nunca venha a acontecer. Já estamos suficientemente mal com vários estados para termos de suportar apenas um.

7

Isolacionismo e Não-Intervencionismo

Uma das questões mais marcantes para quem é novo no mundo do anarcocapitalismo é a sua oposição radical a qualquer tipo de intervenção militar ou política nos assuntos internos de outros países. As pessoas que se aproximam destas teorias vêm geralmente do liberalismo económico ou do conservadorismo social (há ainda uma falta de diálogo com as alas esquerda ou verde do anarquismo) e muitas não compreendem porque é que o estado não deve intervir, mesmo militarmente, nos assuntos internos de outro estado, quer para libertar os nacionais do outro estado de algum tipo de agressão à sua liberdade, quer porque tememos que desse outro estado possa vir algum tipo de ameaça ao nosso, por mais remota que seja. Nisto coincidem com a visão dominante da maioria da sociedade de que a intervenção do estado é algo positivo e desinteressado, e que normalmente consegue atenuar os problemas existentes, mas, no entanto, entram em contradição com os respectivos ideários. Os primeiros porque defendem que a intervenção do estado pode de facto atingir os objectivos pretendidos (democracia, desenvolvimento económico...) através do uso da força, algo que negam poder acontecer na esfera económica. O liberal típico descreve muito bem os efeitos nefastos da intervenção no mercado de arrendamento de habitação ou do controlo do preço das batatas ou da electricidade, e enumera, com toda a razão do mundo, as carências, os mercados negros ou a degradação da qualidade do bem regulado. E repetirá, com acerto nunca bem compreendida máxima de Bohm-Bawerk, "o poder não pode derrotar a lei económica". Mas, assim que mudamos de assunto e passamos da economia para a política externa, toda a sabedoria de que deu provas desaparece num instante e sem se saber porquê. Porque aqui o estado não só

pode como deve resolver os problemas com o uso da força, e tudo isto aplicando a força a realidades políticas e sociais que estão fora da sua esfera de competência e em que muitos aspectos são desconhecidos para nós.

Por isso, foi necessário que os libertários estabelecessem uma doutrina praxeológica da intervenção do estado nos assuntos externos, especialmente quando se trata de intervenção militar em guerras ou em assuntos internos de outros países. Tal como no caso das intervenções no domínio dos preços ou das regulamentações económicas, os argumentos morais também desempenham um papel importante na sua justificação, pelo menos actualmente. Se antes a guerra e o intervencionismo estrangeiro eram justificados por razões utilitárias (bem-estar económico, progresso, interesse económico da nação), hoje são utilizados, como noutras esferas sociais, em nome dos direitos, da paz ou do bem-estar dos mais fracos. Argumentos que, tal como antes, apenas pretendem justificar políticas específicas, podemos imediatamente constatar que são utilizados por conveniência e não em todo o lado da mesma forma. Se por princípios morais, intervir-se-ia em todas as circunstâncias e não apenas nos casos em que fosse do interesse do momento. Esta doutrina da não-intervenção é análoga às críticas ao intervencionismo económico e, tal como a primeira, centra-se em dois aspectos. O primeiro é a futilidade da intervenção, ou seja, que não conseguiria atingir os seus objectivos, que os atingiria muito mal, ou que teria consequências indesejadas noutros domínios da vida social. O segundo ponto, o que eu prefiro, centrar-se-ia mais na indesejabilidade moral da intervenção e seria, portanto, um argumento ético e, como veremos, é o que mais se aproxima das ideias anarcocapitalistas.

O primeiro grupo de teorias pode ser retirado do trabalho de alguns teóricos das relações internacionais e da ciência política e económica. Por exemplo, Chalmers Johnson, nos seus livros sobre o império americano, cunhou o conceito de *Blowback* (que é também

o título de um dos seus livros¹¹²): fazendo uma analogia com o recuo de uma arma, indica como as intervenções de política externa têm consequências indesejadas. Por exemplo, a intervenção de vários governos ocidentais, incluindo o espanhol, na Líbia, para derrubar o ditador Kadhafi, então em pleno conflito civil com os rebeldes "democráticos", teve como consequência o derrube e a morte do tirano. Até aqui, poderíamos dizer que a intervenção do estado atingiu os seus objectivos. Mas os seus efeitos indesejáveis depressa se tornaram evidentes. O arsenal da Líbia foi saqueado e as suas armas acabaram, após bizarras operações de contrabando, nas mãos de exércitos de guerrilha de todo o Médio Oriente, incluindo o ISIS. Os mercenários de Kadhafi regressaram aos seus países de origem, o Chade, Níger e Mali, desestabilizando-os, sobretudo o Mali, onde organizaram um movimento de guerrilha islamista que desencadeou uma guerra civil que quase derrubou o seu governo. Este facto, por sua vez, obrigou a uma nova intervenção ocidental para travar a sua ofensiva. A Líbia ficou fragmentada sob o domínio de senhores da guerra que procuram reunificá-la (escrevo este texto no meio de uma luta pela conquista de Trípoli entre o governo apoiado pela ONU e um poderoso senhor da guerra com características muito semelhantes às do antigo ditador). O ISIS chegou ao ponto de estabelecer cabeças-de-ponte e dominar vastos territórios. Cada uma destas facções tem diferentes aliados ocidentais (a Itália, a antiga metrópole, apoia o governo e a França apoia os rebeldes, ambos, presumo, por amor à democracia e aos direitos humanos), o que dificulta as relações entre eles. E, sobretudo, o estado líbio mudou a sua política em relação à imigração subsariana, de reprimi-la em troca de ajudas ocidentais, e as diferentes guerrilhas quiseram fazer seu o negócio, de modo que umas fazem pactos com estados ocidentais e outras com traficantes de seres humanos. Esta mudança de política contribuiu para a desestabilização eleitoral dos países ocidentais (a mudança de governo em Itália esteve intimamente ligada ao fenómeno migratório)¹¹³. A intervenção na Síria ou no

¹¹² Em concreto, *Blowback: Os Custos e as Consequências do Império Americano*.

¹¹³ Referência às eleições legislativa italianas de 2018.

Iraque também teve fenómenos colaterais deste tipo, que em alguns casos exigiram novas intervenções. Estes acontecimentos parecem dar razão ao velho falcão da política externa americana e grande teórico dos golpes de estado, Edward Luttwak (na maior parte dos golpes das últimas décadas, os golpistas tinham o seu famoso manual nas suas bibliotecas)¹¹⁴. Num artigo polémico, "Give war a chance", publicado em 1999 na revista *Foreign Affairs*, Luttwak argumentava contra a intervenção ocidental em guerras noutros países, uma vez que a única coisa que se consegue é que, no período de paz forçada ambas as partes se rearmem e, logo que as forças intervenientes partam, o conflito reacende-se. Para além disso, uma das partes, normalmente a vencedora, observa com ressentimento a intervenção e isso serve para incubar ainda mais ressentimento, neste caso contra o ocupante. Ocupante este que, para prevalecer, tem de causar algum tipo de dano e prejuízo a um dos beligerantes e, muitas vezes, causar danos a terceiros não envolvidos. As forças de manutenção da paz também cometem crimes e violações de direitos humanos, como o constataam numerosos relatórios. Além disso, a perspectiva de uma intervenção encorajaria muitos outros países ou grupos rebeldes a envolverem-se em hostilidades na esperança de que alguma potência os apoiasse na sua luta, gerando assim mais conflitos em vez de menos. Os argumentos expressos por estes autores são semelhantes aos de Mises quando analisa, no seu livro *A Critique of Interventionism*, os efeitos das intervenções nos preços (escassez, degradação da qualidade, mercados negros...) e como cada intervenção conduz a mais intervenções. Paradoxalmente, a não-intervenção acaba por trazer mais paz e não menos, tal como a não-intervenção em economia costuma trazer melhores resultados do que os derivados da intervenção. Os historiadores isolacionistas afirmam que a Primeira Guerra Mundial teria terminado muito mais cedo se os inimigos das potências centrais não tivessem esperado pela decisiva intervenção americana

¹¹⁴ Referência ao livro *Coup d'État: A Practical Handbook*.

na guerra. Atrasaram o seu fim até que os Estados Unidos intervieram em seu favor.

Outra questão é saber se as intervenções cumprem os seus objectivos. Isso dependerá de quais são os objectivos. Se se trata de ajudar uma das partes em conflito (a que decidimos ser a mais justa ou, normalmente, a que está mais de acordo com os interesses dos governantes), é evidente que têm algum efeito, muitas vezes decisivo. Se o pretendido é atingir algum tipo de objectivo moral ou de democratizar ou reconstruir as instituições de um determinado país, isso já parece mais discutível. Quem me dera que assim fosse. Invadam um país atrasado, implantem a Constituição da Suíça ou da Dinamarca e rapidamente teremos menos um problema na Terra. Infelizmente, não é assim tão fácil: as instituições económicas e políticas que conduzem ao desenvolvimento económico e social não são facilmente exportáveis, e muito menos pela força. A imitação e a adaptação pacífica das normas são geralmente mais eficazes. A intervenção resulta normalmente no derrube do regime existente e no estabelecimento de um novo regime ao gosto do pacificador, mas mais ou menos a curto prazo, e sempre que não existam minorias ou grupos ressentidos. Os êxitos da intervenção em casos como o Japão e a Alemanha após a Segunda Guerra Mundial devem-se ao facto de estes países já possuírem as instituições e os hábitos de desenvolvimento necessários, pelo que as experiências totalitárias foram uma interrupção temporária dessas instituições. Se já é difícil controlar o preço dos arrendamentos nas grandes cidades, suspeito que redesenhar um país inteiro será ainda mais.

Resta estudar o aspecto mais questionável, que é o aspecto moral da intervenção. Refiro-me, evidentemente, a intervenções em países que não afectam directamente a nossa segurança. Em primeiro lugar, deveríamos discutir quem deve ser responsável por essa intervenção e porquê. Normalmente são sempre as mesmas pessoas, mas em lado nenhum se explicita qual é a sua qualificação moral para intervir, nem se pode ser o contrário, ou seja, se outros podem intervir nos assuntos da potência interveniente se o considerarem

necessário. Se não fosse esse o caso, estaríamos perante uma grave inconsistência ética. Poder-se-ia também perguntar que direito tem um estado de determinar qual das partes em conflito tem razão e de atacar a parte contrária, e, sobretudo, de usar a violência contra pessoas inocentes ou contra pessoas que não querem ser envolvidas no conflito. É o que se designa por danos colaterais. A intervenção externa é um cálculo utilitarista em que algumas vidas são mais valorizadas do que outras e as decisões são tomadas em nome do bem-estar do colectivo, sem ter em conta as preferências individuais e com uma informação muito deficiente sobre os seus valores. E o que é que tudo isto tem a ver com o anarcocapitalismo? Não é este um discurso estatista? Há basicamente duas razões pelas quais a não-interferência é importante em relação a este ideário. Primeiro, porque trava o crescimento do estado. Porter, por exemplo, no seu livro *War and the Rise of the State*, explica muito bem como os estados crescem e se fortalecem com as guerras. As guerras criam sistemas fiscais, arregimentam as populações, incentivam a criação de monopólios e regulamentações. Na guerra, são introduzidos princípios de planificação económica (o socialismo soviético inspira-se na planificação de guerra alemã da Primeira Guerra Mundial). A retórica da guerra estende-se mesmo a outros programas (guerra contra a pobreza, guerra contra a droga, guerra contra o terrorismo)¹¹⁵, subordinando as preferências individuais às colectivas e permitindo acções extraordinárias. Leis como o *Patriot Act* dos EUA são introduzidas neste contexto.

A segunda é que, se alguma vez for criada uma sociedade ancap em pequena escala, esta não será atacada por potências externas em nome da ordem, da segurança ou dos valores democráticos. Por conseguinte, é muito importante limitar ao mínimo a legitimidade dos estados para intervir fora das suas fronteiras. Só assim se poderá um dia, algures, criar e experimentar uma sociedade deste tipo. Se a intervenção fosse legítima, seria muito provavelmente atacada por

¹¹⁵ Em 2021, o responsável pela *task force* de vacinação contra a covid-19, Gouveia e Melo, realçou a importância da retórica belicista para o seu trabalho.

uma potência externa. Mas para que isso não aconteça, tais intervenções devem ser repudiadas social e culturalmente.

8

O “Deep State”

Num texto anterior, explicámos, de forma muito esquemática, os diferentes tipos de grupos que constituem um estado moderno e os princípios que podem explicar a sua coesão e organização interna. Explicámos também como cada estado específico tem a sua configuração particular, em resultado do seu ambiente, da sua história e da força relativa de cada um dos grupos que o compõem. Também em cada momento histórico, um determinado estado tem configurações diferentes. Por exemplo, no caso da Espanha, a configuração dos actores e a sua predominância relativa não é a mesma na Espanha da Segunda República, no franquismo¹¹⁶ e no actual regime constitucional. Inclusive dentro de um mesmo regime, as relações de poder podem variar, dado que são dinâmicas e consequência das capacidades de organização de cada grupo, das diferentes conjunturas económicas nacionais ou internacionais, e até da capacidade política ou de liderança dos actores que em cada momento compõem a máquina do estado. Isto é uma realidade em qualquer estado moderno que analisemos.

O conceito de estado profundo (*deep state*) operando dentro do estado, que representaria a existência de um grupo de actores que se

¹¹⁶ O franquismo foi o regime autoritário e ditatorial liderado por Francisco Franco em Espanha, entre 1939 e 1975, após a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Baseava-se numa ideologia conservadora, católica e centralizadora, suprimindo liberdades e promovendo a unidade nacional sob um governo autoritário.

mantém ao longo do tempo e que constitui o verdadeiro núcleo de poder de um país, tem sido pouco estudado na esfera académica. Entende-se que esse grupo é apenas parcialmente constituído por actores de origem democrática, sendo o restante constituído por actores ligados à alta administração, em especial ao seu aparelho de segurança e de informação, ou aos sectores económicos associados à regulação estatal, como a banca ou as grandes empresas de armamento o famoso complexo militar-industrial a que Eisenhower se referiu no seu discurso de despedida da Casa Branca.¹¹⁷ Apenas algumas obras de Lance DeHaven-Smith ou alguns estudos específicos sobre a Turquia ou o Egipto estão publicados em revistas ou editoriais académicos, e o restantes trabalhos publicados em sites de investigação, reportagens jornalísticas ou simplesmente relegados para a gaveta das teorias da conspiração. Nestes meios é muitas vezes referido de forma depreciativa como os “esgotos do estado”, ou de uma forma mais neutra como “os poderes instituídos”,¹¹⁸ mas sempre sem especificar a que nos estamos a referir. Em alguns países, como Marrocos, tem até um nome próprio, o famoso ‘Májzen’¹¹⁹, frequentemente referido nos meios de comunicação social quando se referem à estrutura interna de poder em torno do rei. A sua presença é bem conhecida em países como o Paquistão, o Egipto ou a Turquia, quando os meios de comunicação social se referem às duras e por vezes sangrentas lutas internas no seio do aparelho de estado.

Mas o conceito virou moda aquando da ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos. Observaram-se estranhas manobras para tentar deslegitimá-lo ou mesmo promover a sua

¹¹⁷ No seu discurso de despedida em 1961, Dwight D. Eisenhower alertou sobre o "complexo militar-industrial", referindo-se à crescente influência de uma aliança entre as forças armadas e a indústria de defesa nos estados Unidos. Advertiu que essa relação poderia ameaçar as liberdades democráticas e direccionar a política nacional para interesses económicos e militares, em detrimento do bem público.

¹¹⁸ Em inglês é frequente a expressão “*the powers that be*”.

¹¹⁹ O Májzen refere-se tradicionalmente ao governo central ou ao *establishment* político no Marrocos, especialmente ligado à monarquia e às elites que a sustentam, desempenhando um papel significativo na administração e no poder político do país.

destituição antes inclusive da sua tomada de posse.¹²⁰ As acusações de fraude eleitoral em conluio com os russos, as famosas *fake news* ou as fugas de informação sobre relações inconvenientes do novo presidente eram notícias diárias nos meios de comunicação social de todo o mundo. Agora, voltaram a sê-lo devido a fugas de informação de agentes dos serviços secretos que levaram à abertura de um processo de “*impeachment*”¹²¹. É justo lembrar que as revelações dos e-mails de Hillary Clinton também foram atribuídas a sectores dessa poderosa rede, razão pela qual alguns sites, nem todos conspiratórios, noticiaram guerras internas dentro desse misterioso aparato estatal. Neste contexto, voltou-se a falar do *deep state* americano, quase esquecido desde os tempos do assassinato dos irmãos Kennedy ou das trapaças de Richard Nixon. É também no nosso país um tema recorrente referir-se a ele; em relação a certas fugas de escândalos referentes a políticos em funções; com a designação de “esgoto do estado”,¹²² embora tenha sido mais actual por ocasião do ‘Golpe de Tejero’¹²³ ou em certos episódios da luta anti-terrorista.

Mas a questão relevante aqui seria discutir se essa organização de pessoas existe ou não no interior dos estados modernos ou se é fruto da imaginação de alguns escritores obcecados por teorias da conspiração. Se tal organização existisse, seria estranho que não estivesse já estudada e bem conhecida. A verdade é que, à excepção de alguns estudos recentes (curiosamente em revistas académicas de administração pública de circulação apenas entre especialistas, como

¹²⁰ O Autor refere-se à primeira eleição de Donald Trump em 2017.

¹²¹ O *impeachment* nos EUA é um mecanismo constitucional para lidar com má conduta de funcionários públicos, incluindo o presidente, vice-presidente e juízes federais. Ele começa com uma acusação na Câmara dos Representantes, seguida por um julgamento no Senado, que pode resultar na remoção do cargo se condenado.

¹²² “*Cloacas del estado*”, no original castelhano.

¹²³ O Golpe de Tejero, em 23 de Fevereiro de 1981, foi uma tentativa fracassada de golpe de estado na Espanha, liderada pelo tenente-coronel Antonio Tejero, que invadiu o Congresso dos Deputados. A intervenção do rei Juan Carlos I, que se pronunciou contra os golpistas, foi crucial para abortar o golpe, consolidando o processo de democratização espanhola.

a *Administration & Society* ou a *Administrative Theory & Praxis*), talvez por procurarem estudar as administrações envolvidas em tais actividades, ou alguns textos dos anos 50 de politólogos americanos como Harold Laswell (o seu famoso *Essays on the Garrison State*) ou o economista especializado em temas empresariais Seymour Melman (o seu pouco conhecido e agora esquecido, *Pentagon Capitalism: The Political Economy of War*), pouco se sabe sobre o assunto.

A questão é que em praticamente todos os estados modernos, parece estar bem documentado que ao longo da história houve crimes contra a democracia (um conceito cunhado pelo Professor Lance DeHaven-Smith),¹²⁴ ou seja, fraudes eleitorais, difamações políticas bem orquestradas, fugas de informação sensíveis cuja sua origem é difícil de explicar, ou mesmo, embora sejam cada vez mais raros, assassinatos de políticos proeminentes que poderiam afectar os interesses desse suposto grupo. Estas actividades não são novidade na história, pois existem desde as origens do poder político (os romances de Robert Graves, como *I, Claudius* ou *Claudius the God and His Wife Messalina*, descrevem muito bem as intrigas políticas da Roma antiga), mas parecia que as sociedades democráticas modernas estavam libertas delas. No entanto, se lermos atentamente um jornal diário, podemos encontrar numerosos exemplos da sua persistência. Antigamente, essas tarefas eram confiadas a capangas de confiança e não era necessária uma organização sofisticada para as realizar. O que ocorre nos nossos estados modernos, racionais e burocratizados, tão abstractos e impessoais? Existe alguma organização de pessoas especializadas e formadas para executar essas tarefas? Mas hoje em dia, que pessoa não especializada sabe como manipular eleições, desestabilizar um governo estrangeiro ou vender secretamente armas a países considerados indesejáveis? É preciso conhecer a fiscalidade internacional, dominar as técnicas contabilísticas, saber alguma coisa de hermenêutica e de sistemas

¹²⁴ *State crimes against democracy* (SCAD's), em português 'crimes de estado contra a democracia'.

eleitorais e ser capaz de agitar as redes sociais. Já nada é como dantes! Para tudo isto são necessárias várias organizações...

O que é certo é que, se existem estas práticas (e ninguém nega que existem), em maior ou menor grau, dependente do tipo de país e a sua cultura política peculiar, alguém tem de as levar a cabo. E mais, esse alguém tem de ter uma certa estrutura, uma certa organização e um certo grau de especialização no ofício, uma vez que hoje em dia, graças a Deus, não é costume usar punhais ou venenos como instrumentos (nos casos mais cruéis, costumam ser usados venenos sofisticados como o polónio). Nestes casos, a primeira organização que nos vem à cabeça são os serviços secretos, as polícias políticas ou os serviços de informações de que todos os estados dispõem, em maior ou menor grau: meios e pessoal bem treinado, com hábitos de conduta em que a discrição tende a sobressair. Em princípio, seriam como uma outra administração burocrática, com as suas particularidades, como todas, mas regidas por princípios semelhantes às outras e, em princípio, subordinada aos poderes legitimamente constituídos. Não seria normal que estas tarefas fossem desempenhadas por um departamento do património cultural ou por uma direcção-geral do notariado, pelo que é correcto pensar que estas agências, ou pelo menos a sua direcção, ou parte dela, façam parte deste *deep state*. Muitas fugas de informação e manobras parecem emanar daí, e os seus membros parecem estar familiarizados com estas questões. O caso de J. Edgar Hoover, Director do FBI durante décadas, e um verdadeiro poder-sombra¹²⁵, é um bom exemplo da capacidade de poder destes serviços. A sua biografia ilustra mais sobre o assunto do que muitos tratados teóricos. Mas eles, por si só, não são suficientes; são necessários outros actores. Como já referimos noutros textos, os quatro grupos

¹²⁵ J. Edgar Hoover, que foi Director do FBI por 48 anos (1924-1972), acumulou enorme poder por meio de vigilância secreta e arquivos comprometedores sobre políticos e figuras públicas, o que o tornou uma figura temida e influente nos bastidores. Sua reputação de "poder-sombra" decorre de suas táticas de intimidação, como o programa COINTELPRO, que usava métodos ilegais para monitorar e desestabilizar dissidentes políticos, como Martin Luther King Jr e Ernest Hemingway.

que compõem o estado organizam-se de forma anárquica, adoptando configurações diferentes em cada país e com o peso relativo de cada grupo variando tanto no tempo e como no espaço. A sua situação é a de uma espécie de equilíbrio com tendências periódicas para a instabilidade, em cada um dos grupos e dentro de cada grupo, existem tensões e competição pelas posições de poder mais relevantes.

Manobras de grande envergadura, como a destituição de um presidente, não podem ser levadas a cabo apenas pela acção dos serviços de inteligência. Requerem o envolvimento de outros actores que por força, não estão subordinados ao poder legítimo e que não são nem podem estar coordenados de forma administrativa. Requerem a cumplicidade de juízes ao mais alto nível, de políticos e até de grupos económicos e mediáticos que apoiem a manobra. É neste domínio onde, por exemplo, os grupos de comunicação e legitimação ideológica dos estados ganham o seu direito de usufruir de posições de poder associadas aos outros grupos. O caso da destituição de Dilma Rousseff¹²⁶, independentemente do juízo que as suas políticas mereçam, parece ser um bom exemplo e será conhecido a seu tempo, quando for calmamente investigado (é curioso que em praticamente todos os estados modernos existem leis de “segredos de estado” que limitam o acesso a informação classificada mesmo passados muitos anos, como bem sabem os historiadores). Parece que estamos perante a acção coordenada de políticos, incluindo aliados políticos, juízes, meios de comunicação social e agitação de rua induzida por esses meios ou por manipulação nas redes sociais. Mas estas tentativas nem sempre são bem-sucedidas, pois a coligação de grupos que apoiam o político ameaçado pode resistir e contra-atacar. Mas o que se pode vislumbrar é que o poder que emerge das urnas é muitas vezes

¹²⁶ Em 2016, no Brasil, Dilma Rousseff foi submetida a um processo de *impeachment*, no qual foi acusada de crime de responsabilidade por supostas irregularidades fiscais, conhecidas como “pedaladas fiscais”, entrou outros. Após um julgamento político no Congresso, marcado por intensa polarização, foi afastada da presidência, com Michel Temer assumindo o cargo.

incapaz de resistir à pressão de grupos de poder que vivem dentro do próprio estado e que, seja por que razão for, consideram este actor em particular como incómodo.

Parece, pois, óbvio assinalar, que no interior dos estados existem grupos especializados na contenda política e que se especializam no controlo directo do estado. Só um estudo pormenorizado de cada caso pode ilustrar a sua composição concreta. É aqui que estudos como o mítico *The Power Elite* de C.W. Mills, e o *Who Rules America* de G. William Domhoff, mostram todo o seu poder ilustrativo. Embora estes estudos se concentrem apenas nos Estados Unidos e num período específico, ilustram como as relações informais entre os principais membros do aparelho de estado americano lhes permitem exercer o seu domínio, independentemente de quem ocupa a Casa Branca. A maior parte dos estudos de que dispomos são deste género, mas há uma necessidade maior do que nunca de investigação sobre a lógica do funcionamento interno dos estados para ir mais além do mero relato histórico ou divulgado (como o recente livro *Deep State* de Mike Lofgren) e que se passe a estudar como uma teoria geral do estado.

9

Para uma Europa Dividida

As eleições para o Parlamento Europeu realizar-se-ão dentro de poucos dias¹²⁷ e estão a ser debatidos todo tipo de assuntos importantes, mas raramente se discutem as políticas que o futuro Parlamento e a Comissão Europeia deverão levar a cabo nos próximos cinco anos. Nem a transição energética, nem a política agrícola, nem a política monetária são objecto de um debate aprofundado, nem na campanha dos partidos, nem nos meios de comunicação social. Também não é claro quem são os verdadeiros candidatos à presidência da Comissão. Por mais debates que conduzam, não serão decididos nestas eleições, mas nos gabinetes dos chefes de estado.

A discussão sobre a pertinência ou não do actual modelo europeu é ainda menor entre os nacionalistas galegos. Há alguns dias, a senhora Mandiá¹²⁸ alertou nestas páginas, com razão, para o declínio relativo da Europa nas últimas décadas, apesar de estar politicamente unida e de ser um exemplo para o mundo em muitos aspectos. A questão que se deve colocar é se esse declínio não se deve ao facto de estarmos politicamente unificados, mas, pelo contrário, se não é "graças" a esse processo de centralização política. Os defensores deste processo de unificação, erradamente designados por europeístas porque a Europa nunca teve um governo único na sua história - algo que é totalmente alheio à sua cultura -, salientam que a UE é a base da actual paz entre os estados europeus e um dos fundamentos da sua actual prosperidade

¹²⁷ Este artigo foi publicado originalmente em Maio de 2024, no periódico Nós Diário.

¹²⁸ Sara Mandiá Rubal, opinionista no mesmo jornal.

económica. Parecem esquecer que há outras regiões do mundo, outrora envolvidas em guerras, que vivem em paz há décadas sem se envolverem em processos de unificação política, porque simplesmente compreenderam que a guerra não é uma boa solução. Confundem também a actual UE com o que era conhecido como Mercado Comum Europeu,¹²⁹ instituições que, apesar de se sucederem no tempo, respondem a lógicas diferentes.

A UE é a tentativa de criar um estado europeu a partir dos antigos estados-nação europeus, ao passo que o Mercado Comum Europeu, que foi quem teve verdadeiro êxito, consistia em acordos sobre a livre troca de mercadorias e a livre circulação de pessoas e capitais, mas sem tentar criar novas superestruturas políticas para além das existentes. A UE enquanto tal existe há cerca de 30 anos e o seu resultado mais visível, e também um dos mais discutíveis, é a criação do euro, uma vez que outras liberdades, como a circulação de pessoas ou de mercadorias, já tinham sido alcançadas. Desde então, iniciou um processo de alargamento aos países da antiga Europa de Leste, um processo que parece não ter fim, mas que sofreu o abandono do Reino Unido, um dos seus principais membros.

Trinta anos após a sua criação, as realizações prometidas na sua origem já deveriam ter sido concretizadas, quer sob a forma de crescimento económico e inovação, quer sob a forma de um aumento da influência europeia no mundo. Mas parece que o gigante burocrático europeu só é capaz de redigir bem os regulamentos, mas não de inventar os bens ou serviços a regulamentar. A sua influência no mundo é nula, nem sequer é capaz de influenciar o seu espaço vizinho, ou seja, a Rússia ou Israel, para que ponham fim às

¹²⁹ Também conhecido como CEE – Comunidade Económica Europeia. Em 1993 a designação alterou-se para a actual União Europeia, com a entrada em vigor do tratado de Maastricht. Este alterou os tratados europeus anteriores e criou uma União Europeia assente em três pilares: as Comunidades Europeias, a política externa e de segurança comum e a cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos. Também foi o Tratado de Maastricht que lançou as bases para a União Económica e Monetária (UEM), que resultou na criação do euro como moeda única. Ademais, reforçou os poderes do Parlamento Europeu e introduziu o conceito de cidadania europeia.

respectivas guerras. O euro não se transformou numa moeda de reserva mundial, sem sequer prejudicar o papel do dólar, e o crescimento económico estagnou durante anos, perdendo peso relativo mundial a passos largos. O historiador Eric Jones escreveu, há anos,¹³⁰ que o sucesso da Europa se deveu, em grande parte, à sua pluralidade de estados, que, em tempos, chegaram a ser várias centenas de unidades políticas. Talvez seja altura de recuperar o génio da Europa.

¹³⁰ *O Milagre Europeu*, de Eric Lionel Jones

10

Golpes de Estado

Na semana passada,¹³¹ foram noticiadas simultaneamente neste jornal duas tentativas de golpe de estado, uma na Alemanha e outra consumada e logo fracassada no Peru. Considerando que existe dentro dos estudos da ciência política uma disciplina que os estuda, a estasiologia,¹³² e eu aprecio-a muito, não resisto a comentá-los, dado que agora já não se dão de forma tão aberta como antes. Livros clássicos como os de Malaparte¹³³ ou os mais recentes de Luttwak¹³⁴ ou do Coronel Goodspeed¹³⁵ são úteis para compreender o conceito. E não é apenas que não se façam como antes, mas também que não se saibam fazer. O golpe de estado, tecnicamente falando, é a mais difícil e perigosa das manobras políticas e requer muito planeamento, coordenação e capacidade política por parte de quem o inicia. A arte suprema na hora de levá-la a cabo é fazê-lo com o mínimo de violência possível - algo em que se diferenciam da revolução ou da guerra civil -, de forma rápida e, se possível, o mais inadvertidamente possível.

O caso alemão não é propriamente um golpe de estado, mas sim uma tentativa abortada de *putsch*. O golpe de estado em sua forma pura ocorre quando uma facção do estado confronta outra, ou seja, é necessário fazer parte do aparato do estado para poder realizá-lo e, neste caso, os subversivos não estavam imbricados dentro dele,

¹³¹ Este artigo foi publicado originalmente em Dezembro de 2022, no periódico galego Nós Diario.

¹³² Tradução livre do original “estasioloxia”. Não existe correspondência exacta em português.

¹³³ V. capítulo II.1: “Quem Faz Parte do Estado e como Este se Organiza”.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Donald James Goodspeed, *The Conspirators: A Study of the Coup D'état*

pelo que tinham muito poucas possibilidades de levá-lo adiante. O estado alemão é um estado complexo e, além disso, federal, pelo que, se os golpistas não contam com cumplicidades em todos os *Länder*¹³⁶ ou nas forças de segurança, é praticamente impossível que possam ter o mínimo sucesso. Não basta tomar o parlamento ou a chancelaria, é necessária muito mais organização. O que vejo é que a tentativa poderia ser aproveitada politicamente pelo governo alemão para enfraquecer a oposição de extrema direita, que alguns meios de comunicação querem apresentar como relacionadas aos golpistas.

Mais interessante é o caso do Peru, pois aqui estamos a falar de um confronto entre poderes dentro do mesmo estado. A maioria das pessoas identifica o poder estatal com o poder que surge de um processo democrático, esquecendo que dentro de um estado existem outros grupos, como os altos funcionários, que incluem militares de alta patente, polícias e serviços de inteligência e a cúpula da magistratura. Além disso, existem os interesses económicos associados ao estado, que são aqueles que dependem da procura estatal, como os complexos militares-industriais, a banca ou determinadas empresas de serviços e infraestruturas, e todo o aparelho de hegemonia, que inclui as religiões oficiais e os meios de comunicação ao serviço directo ou indirecto do estado. Cada um destes quatro grupos pode estar unido ou dividido internamente e os quatro estão, por sua vez, ligados ou divididos entre si, mas todos eles em conjunto formam o que chamamos de estado. Pedro Castillo¹³⁷ não pareceu compreender esta configuração ou não quis chegar a acordos com os outros grupos de poder, e estes acabaram rapidamente com ele. Confrontou-se com outros membros do poder democrático, ou seja, com membros do seu próprio governo, do seu próprio partido e com outras forças parlamentares, e com membros de outra facção, neste caso a magistratura. O certo é que estes já lhe manifestavam hostilidade desde o início e entre eles já

¹³⁶ Os 16 estados federados que compõem a Alemanha.

¹³⁷ José Pedro Castillo Terrones serviu como presidente do Peru de 2021 a 2022.

tinham destituído vários governos e tentado censurá-lo em várias ocasiões. Mas confrontar abertamente, tentando destituir os rivais dentro do mesmo estado, foi um erro de principiante, dado que carecia de apoios e de organização. A diferença é que agora irá para a prisão, enquanto antes se contentavam em inabilitá-lo ou destituí-lo. Se se quer jogar aos golpes, é preciso primeiro aprender um pouco como funcionam os estados.

11

Anarquia nos Partidos

É pouco compreendido e estudado o facto de que os partidos políticos operam em anarquia, dentro de si e entre si. Entre si, é algo facilmente comprovável num governo de coligação ou em qualquer acordo parlamentar, no qual qualquer uma das partes pode romper o acordo e a outra não pode fazer nada para o impedir, a não ser tentar convencê-la ou oferecer algum tipo de cedência económica ou política para manter o acordo. Mas, se o desacordo se mantiver, nada poderá impedir o fim da relação e a parte lesada apenas poderá reclamar, como aconteceu com o PP¹³⁸ com os seus parceiros na última moção de censura.¹³⁹

Muito menos aparente, pelo contrário, é o efeito da anarquia interna dos partidos. Estes são, na sua essência, e salvo raras excepções, máquinas organizadas para tentar alcançar o poder dentro das instituições estatais, tanto em regimes democráticos como ditatoriais. Mas dentro deles também operam relações anárquicas, isto é, condicionadas seja por valores ideológicos, seja pela perspectiva de algum tipo de interesse político ou económico, ou por ambos ao mesmo tempo, o que costuma ser o mais comum. Facto é que a liderança dos partidos funcionará enquanto for capaz

¹³⁸ O Partido Popular (PP) é um partido político espanhol de centro-direita, fundado em 1989, que defende valores conservadores, liberalismo económico e a unidade nacional da Espanha. É uma das principais forças políticas do país, alternando o poder com o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE).

¹³⁹ Referente à Moção contra o governo do Partido Popular (PP) em 2018, e não em 2021. O parceiro chave que retirou o apoio ao PP foi o partido Ciudadanos (Cs). Além disso, o Partido Nacionalista Basco (PNV), que inicialmente apoiava o então presidente do governo Mariano Rajoy, decidiu apoiar a moção de censura do PSOE, liderada por Pedro Sánchez, após pressões e negociações, selando a queda do governo do PP.

de manter essa coesão e de manter vivas as expectativas de aproximação ao poder. Assim, num exemplo recente, os líderes das En Marea¹⁴⁰ ou Ciudadanos¹⁴¹ não têm conseguido manter as suas organizações unidas e não têm forma de impedir que os seus militantes e dirigentes se mantenham no partido. Se não conseguirem convencê-los ou incentivá-los, sairão sem que nada se possa fazer. A anarquia é também perceptível nas disputas internas de poder que ocorrem continuamente no seu interior, as quais são muito celebradas pela imprensa e por pessoas interessadas em política, sobretudo se ocorrerem nos partidos rivais. Ler um mesmo jornal todos os dias é uma boa prova disso.

Existem várias formas de resolver estes conflitos quando a negociação não é suficiente, as mais comuns copiadas do funcionamento da Igreja, sendo a mais óbvia a da expulsão, a antiga excomunhão, mas esta só funciona se estas forem poucas em número ou em peso político. Se isto não resultar, será necessário recorrer ao cisma ou à divisão do partido. Os descontentes, uma vez organizados, saem e formam um novo partido ou força política. É custoso em termos de quadros e meios, mas clarifica e pacifica a situação internamente e, com o tempo, através da própria dinâmica política, vê-se quem teve a melhor estratégia política. Foi utilizada, por exemplo, no BNG¹⁴² e com os resultados que todos

¹⁴⁰ Coligação eleitoral regional da Galiza, formada em 2015, que incluía o Podemos, movimentos municipais e outras forças de esquerda, como a Anova e a Esquerda Unida. En Marea defendia políticas de esquerda, anti-austeridade e o nacionalismo galego, mas perdeu relevância após divisões internas e resultados eleitorais fracos, dissolvendo-se parcialmente em 2020.

¹⁴¹ Ciudadanos, oficialmente chamado Partido de la Ciudadanía, é um partido político espanhol de centro, fundado na Catalunha em 2006. Promove o liberalismo económico, a unidade nacional e uma postura crítica ao nacionalismo catalão e basco. Tornou-se uma força nacional relevante, mas perdeu influência após divisões internas e resultados eleitorais fracos, especialmente após 2019.

¹⁴² O Bloco Nacionalista Galego (BNG) é um partido político espanhol, fundado em 1982, que actua principalmente na Galiza, defendendo o nacionalismo galego, a autodeterminação, políticas de esquerda e a protecção da cultura e língua galegas.

conhecemos. Mas parece agora impor-se uma nova solução, desta vez trazida dos Estados Unidos, mas que, tal como as bio-invasões, está a destruir o nosso ecossistema político, e que consiste em resolver os problemas votando em primárias ou congressos abertos. É, na minha opinião, a pior, e espero que não se acostume aqui. Consiste essencialmente em organizar os grupos em confronto, já que enfrentar eleições deste tipo exige pelo menos uma pequena estrutura de financiamento, bem como responsáveis de comunicação dedicados exclusivamente a confrontar colegas do próprio partido. O que agrava a situação é que vencedores e vencidos permanecem depois dentro do partido, só que organizados e à espera da próxima volta. Além disso, o simples facto de os convocar cria divisões onde por vezes não as havia, e corrói a autoridade dos novos líderes. Da mesma forma, como muitas vezes se trata de lutas entre profissionais da política, estes fazem às vezes 'artimanhas' entre si, o que aumenta o rancor posterior. É por isso que muitos biolíderes, uma vez estabelecidos, procuram suprimi-los ou limitá-los. É o que está a fazer o PSdeG¹⁴³, por exemplo, que, não contente com isso, o vai repetir para escolher um candidato para a Xunta¹⁴⁴. E o PP também começa a copiar esta estratégia, em vez de recorrer ao cisma tradicional e sábio, onde quem triunfa eleitoralmente se torna o candidato do PP oficial. Esperemos que, pela estabilidade do país, essas práticas modernas acabem por não vingar.

¹⁴³ O Partido dos Socialistas de Galicia (PSdeG-PSOE) é a federação galega do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), um partido político espanhol de centro-esquerda com ideologia galeguista e social-democrata. Fundado em 1977, defende políticas progressistas, a protecção da cultura e língua galegas, e possui forte presença municipal.

¹⁴⁴ Referente a “Xunta de Galicia”, o governo autónomo da comunidade da Galiza, responsável pela administração regional.

12

Tamanho e Grupos de Pressão

Em várias ocasiões, referi-me nesta secção à anarquia dentro do governo e à forma como esta é indispensável para o funcionamento de um organismo complexo e de grande alcance como a União Europeia. Basta observar a gestão da chamada *transição energética* para percebermos a falta de coerência nas medidas adoptadas e como cada unidade político-administrativa age por conta própria e de acordo com os seus próprios interesses. Isso não nos deveria surpreender, uma vez que, desde o início, os membros da Comissão são nomeados por indicação dos governos de cada país, que representam uma grande diversidade de cores políticas. Além disso, a presidência da Comissão funciona mais como um *primus inter pares* do que como um poder efectivo em si mesmo, pois o poder dos grandes estados continua a ser determinante.

É preciso reconhecer, no entanto, que a actual presidente aprendeu com o tempo¹⁴⁵ e desenvolveu uma grande capacidade de manobra, conseguindo muitas vezes que os seus critérios fossem tidos em conta.

Se voltarmos à transição energética, podemos observar um conjunto de medidas destinadas a esse fim, como os impostos sobre as emissões de carbono na indústria, as restrições à mobilidade ou a fixação de datas para a electrificação do parque automóvel e o consequente abandono dos combustíveis fósseis para o dito propósito. Também vemos subsídios substanciais à geração de electricidade a partir de fontes renováveis e de centrais nucleares,

¹⁴⁵ Ursula von der Leyen tomou posse em Dezembro de 2019.

uma vez que esta última forma de geração tem sido considerada “verde”.

No entanto, ao mesmo tempo, estão a reabrir minas de carvão na Alemanha para utilização em centrais de geração de electricidade, devido à suspensão das compras de gás à Rússia após a sua invasão da Ucrânia.¹⁴⁶

Está agora a ser discutida a suspensão de algumas das medidas mais controversas, como multas às empresas automóveis por excesso de emissões, que poderiam ser contornadas através da compra de direitos de emissão a empresas como a Tesla. Isto permitiria à empresa amortecer os danos causados pela perda de vendas na Europa, em grande parte devido à má publicidade de Elon Musk e ao declínio do interesse pela mobilidade eléctrica registado nos últimos meses.

Mas é óbvio que muitas destas medidas são contraditórias entre si. Enquanto alguns comissários perseveram na sua implementação, outros falam abertamente em modificá-las ou mesmo suspendê-las *ad calendas graecas*.

O papel dos *lobbies* na transição energética

Parece evidente que a pressão dos *lobbies* associados à indústria automóvel europeia está por trás desta mudança de postura, dado que os resultados económicos do sector deixam muito a desejar. Fala-se em cortes salariais, despedimentos e até em encerramento de fábricas de empresas líderes do sector. A indústria automóvel europeia foi empurrada para uma transição para a qual não estava preparada, enquanto a indústria chinesa, adaptada desde o início à produção de automóveis eléctricos, revelou-se muito mais competitiva neste segmento, tanto em preço como em qualidade.

Este era um cenário previsível para os legisladores europeus, uma vez que a produção de automóveis a combustão não é a mesma que

¹⁴⁶ A Alemanha deixou definitivamente de importar gás natural russo no Verão de 2022.

a de veículos eléctricos. Redesenhar fábricas e cadeias de abastecimento e logística é mais dispendioso do que criar novas infraestruturas concebidas desde o início para esse fim. São necessárias fábricas de produção distintas e pessoal especializado, o que implica tempo de reciclagem ou formação de novos quadros adaptados.

O resultado foi que as fábricas europeias abandonaram um produto em que eram líderes mundiais em qualidade para apostar noutro em que não são capazes de competir adequadamente. Tudo isto, além disso, por seguir as directrizes da burocracia de Bruxelas.

Grande parte dos problemas actuais decorrem da *fatal arrogância*¹⁴⁷ da tecnocracia europeia, que pensou que com algumas leis e decretos poderia modificar em pouco tempo uma indústria tão complexa como a automóvel e os seus sectores auxiliares, incluindo refinarias e distribuição de combustíveis.

A centralização europeia e a captura de políticas por grupos de interesse

A questão central que queremos levantar neste artigo é: por que chegámos a este ponto? Porque é que milhares de postos de trabalho e a viabilidade de uma indústria consolidada e competitiva têm de ser colocados em risco apenas por decisões de um grupo de políticos e burocratas? A resposta parece simples: a UE é um esquema centralizado que opera sobre uma população muito grande, o que a torna um alvo fácil para grupos de interesse organizados.

Se a Europa estivesse fragmentada politicamente, mas mantivesse relações económicas livres entre as suas diferentes unidades políticas, os lobistas teriam de convencer cada legislador de cada país sobre a conveniência das medidas de transição ecológica, para continuar com o exemplo. E, em caso de sucesso, os seus benefícios

¹⁴⁷ Referência à obra de Friedrich Hayek, *A Fatal Arrogância*, onde é feita a demonstração que o planeamento centralizado socialista é impossível devido à forma como o conhecimento se encontra disperso pela sociedade.

seriam muito menores, pois afectariam uma população menor em cada caso.

Coordenar as mesmas regras em todos os países seria extremamente difícil, uma vez que os lobbies “verdes” podem ser poderosos em alguns estados, mas não noutros. Pensemos num país pequeno com uma forte indústria renovável e noutro cujo principal activo é a fabricação de automóveis a combustão. No primeiro caso, a legislação ecológica poderia ser aprovada, mas dificilmente no segundo.

Os restantes países poderiam esperar para tomar partido, observando qual das soluções é mais eficaz antes de a implementar. Se uma regulamentação falhar, não a adoptam ou abandonam; se funcionar, copiam-na, tentando melhorá-la. Este processo, que historicamente tem funcionado na Europa como um laboratório de inovação, minimiza os danos potenciais de qualquer ocorrência política.

Em contrapartida, num sistema centralizado como a UE, basta convencer algumas dezenas de actores-chave para aprovar leis absurdas que beneficiam certos grupos bem organizados, muitas vezes situados fora do espaço da União. Isso também explica a persistência ao longo do tempo de medidas que se revelaram ineficazes ou contraproducentes. Com alguns políticos e técnicos estrategicamente posicionados, é suficiente para continuar perpetuando os erros, até que a realidade acabe por eliminá-los. Mas nesse intervalo de tempo, os danos ao tecido industrial europeu podem ser enormes... e até irreversíveis.

Contradições estruturais e o estagnação da transição energética

A facilidade de fazer *lobbying* em sistemas centralizados também explica a divergência das políticas e as suas notórias contradições. Se cada *lobby* conseguir capturar uma agência europeia e influenciar as suas decisões, o resultado será a formulação de políticas

contraditórias entre si, acarretando um gasto substancial de recursos e gerando confusão na população.

Não se pode, por um lado, condicionar a mobilidade estabelecendo um prazo rigoroso para o abandono dos automóveis a combustão e, ao mesmo tempo, impor tarifas elevadas à importação de veículos eléctricos chineses, muito mais baratos e com a mesma qualidade.

Se a prioridade é a descarbonização da Europa, o lógico seria incentivar a importação de carros eléctricos acessíveis para acelerar a transição. Por outro lado, se o objectivo é proteger a indústria automóvel europeia, o mais lógico seria suspender as políticas de transição ou, na sua falta, conceder prazos mais longos para permitir a adaptação gradual das empresas à dinâmica do mercado.

Mas ambas as medidas são mantidas simultaneamente, o que não faz sentido, pois cumprir os dois objectivos ao mesmo tempo não parece viável.

Se estas políticas contraditórias se mantêm, é porque os grupos de pressão associados às energias renováveis e ao sector eléctrico pressionam para continuar com a transição, pois já investiram enormes somas de dinheiro nela (*custos afundados*), enquanto o poderoso *lobby* automóvel solicita protecção contra a concorrência externa.

O resultado é claro: nenhuma das políticas consegue avançar, e o custo é pago pela indústria e pela sociedade europeia. Mas poucos parecem perceber que o verdadeiro problema não é a falta de regulamentação ou o mau planeamento... mas sim a centralização política em grande escala.

IV

NACIONALISMO

1

Olimpíadas

Estamos em época de Jogos Olímpicos¹⁴⁸ e os adeptos do desporto televisivo vão desfrutar de alguns dias a assistir a competições da sua modalidade preferida, sobretudo se forem desportos minoritários e que não costumam ter grande cobertura mediática. Não tenho nada contra o espectáculo desportivo e gosto de assistir a uma boa competição, mas gostaria de comentar a actual deriva deste tipo de jogos, que, segundo constato, estão a perder muito do seu espírito original e a tornar-se cada vez mais jogos geopolíticos para maior glória do país anfitrião, que os pode utilizar para promover as suas próprias agendas políticas e ideológicas ou, em alguns casos, também para remodelar as cidades para servir interesses urbanísticos, muitas vezes também associados à política. Parece que já houve exemplos disso no passado, e não tão longínquo.

Digo que não gosto da deriva porque o espectáculo parece servir muitos propósitos, mas não aquele que lhe deu origem, que era o de transmitir um espírito de paz e de livre competição entre os desportistas de diferentes nações.¹⁴⁹ Nas suas origens remotas, na Grécia clássica, enquanto decorriam os jogos as guerras nas diferentes *polis* eram suspensas, e as armas eram substituídas por combates desportivos. Actualmente, quanto mais útil esse espírito deveria ser, mais é utilizado para punir nações consideradas pouco

¹⁴⁸ Publicado por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2024, em Paris.

¹⁴⁹ O espírito de Pierre de Coubertin, ao fundar os Jogos Olímpicos modernos em 1896, era o de promover a paz, a amizade e o entendimento entre as nações por meio do desporto, inspirando-se nos ideais dos Jogos Olímpicos da Grécia Antiga. Acreditava que a competição atlética poderia fomentar valores como respeito, excelência, *fair play* e o desenvolvimento físico e moral, unindo pessoas de diferentes culturas num ambiente de harmonia e superação pessoal.

apresentáveis. Não sou pró-russo na guerra ucraniana, mas não compreendo a exclusão da Rússia e da Bielorrússia dos jogos, e que outros agressores - e há vários - sejam autorizados a participar sem problemas.

Para além disso, se o Sr. Macron tivesse permitido a sua participação, qualquer competição entre atletas dos dois países seria uma ilustração muito óbvia para todos da futilidade da guerra. Mostraria que podem competir uns contra os outros de acordo com as regras do jogo, ganhar ou perder de forma justa e até cumprimentarem-se no final. Recordemos que os Jogos Olímpicos não eram a continuação da política por outros meios,¹⁵⁰ como acontece actualmente, mas uma competição individual de atletas, independentemente da pólis a que pertenciam. Os atletas competem uns contra os outros, não contra nações, e as boas maneiras no desporto deveriam ser preservadas, pois este espírito desportivo serviu muitas vezes de exemplo de conduta social e creio que deve continuar a fazê-lo.

Outra característica do olimpismo moderno que me impressiona é a utilização pelos estados como substituto de formas duras de representação simbólica, sob a forma de um nacionalismo banal suave, mas muito mais eficaz. Lendo os títulos da imprensa espanhola, parece que a única coisa que se procura é aumentar o número de medalhas que Espanha pode obter, identificando este indicador como uma espécie de avanço para a modernidade e uma recuperação do papel do país no mundo. A ênfase não é colocada na beleza do desporto ou no heroísmo do atleta, como no caso da Maratona, fruto de muito esforço e treino, mas nos resultados quantificados no quadro de medalhas, publicado diariamente em todos os meios de comunicação social. Os concorrentes que pertencem a nações sem estado, ou que simplesmente não se identificam com o seu, verão os seus êxitos contabilizados para maior glória do grande estado e, por educação, ouvirão hinos e

¹⁵⁰ Referência à frase “a guerra é a continuação da política por outros meios”, cunhada pelo general prussiano Carl von Clausewitz.

Miguel Anxo Bastos

bandeiras que não sentem como seus. Se não o fizerem, serão severamente criticados e, nalguns casos, até castigados. Mas ainda espero que desfrutem do que há de bom nestes jogos.

2

Dois Nacionalismos: Ulster e Escócia

O resultado das eleições britânicas,¹⁵¹ que se traduziu numa maioria trabalhista apesar do seu pequeno aumento do voto popular, escondeu os resultados muito desiguais dos principais partidos nacionalistas que operam no Reino Unido. O nacionalismo escocês, representado pelo SNP,¹⁵² sofreu um grave revés e passou de quase hegemónico a um grande atraso em relação à esquerda inglesa. Ficou com apenas metade dos votos, e isto estando no governo. Entretanto, no Ulster,¹⁵³ os resultados foram muito diferentes e o Sinn Féin¹⁵⁴ não só manteve os seus lugares e aumentou os seus votos, como também esteve muito perto de aumentar a sua representação parlamentar. Ambos são nacionalismos de esquerda moderada, o que significa que competem em termos de votos com a esquerda trabalhista, pelo que seria necessário tentar explicar as razões de um resultado tão desigual.

O nacionalismo irlandês representa um nacionalismo de esquerda tradicional, do tipo que existia anteriormente, preocupado com a política social e as medidas de austeridade. Ao mesmo tempo, é uma força que não se preocupa com a política britânica e, embora aceite o escanho,¹⁵⁵ nunca o ocupa, seja qual for o governo de Londres. Ou seja, não vota para tirar os conservadores do poder ou para impedir a direita de governar; preocupa-se simplesmente com o

¹⁵¹ Referência às eleições gerais do Reino Unido, realizadas em Julho de 2024.

¹⁵² O Partido Nacional Escocês. Em gaélico escocês: Pàrtaidh Nàiseanta na h-Alba. Em inglês: Scottish National Party, SNP

¹⁵³ Irlanda do Norte.

¹⁵⁴ Partido político na República da Irlanda e na Irlanda do Norte, em tempos o braço político do Exército Republicano Irlandês, o IRA.

¹⁵⁵ Assento parlamentar na Câmara dos Comuns.

governo do Ulster e com os conselhos locais que pode controlar. É também um partido confessional, que retira grande parte da sua força da comunidade católica que representa, ou seja, procura aliar-se a todas as forças sociais que possam contribuir para a sua causa. Ainda me lembro do que me disseram alguns amigos meus, membros da esquerda independentista galega, quando visitaram o Ulster há alguns anos e entraram num local do Sinn Féin. Ficaram horrorizados ao ver que uma grande fotografia do Papa estava bem visível nas instalações. E não era o Papa que temos actualmente. Era um dos que havia antes.

O escocês é também um partido esquerdista, mas da esquerda que temos hoje, poderíamos dizer, influenciada pelos valores pós-modernos que vêm dos *campus* universitários americanos. O problema é que o pós-modernismo se enquadra mal nos valores nacionalistas clássicos e contribui para diluir a consciência nacional entre muitas outras identidades, fazendo-a perder a sua capacidade de mobilização social, desviando as suas forças para outros problemas que não os nacionais. De facto, grande parte das disputas internas no partido e as sucessivas demissões dos seus dirigentes têm muito a ver com debates deste tipo, que provocam também a divisão entre membros e quadros do partido.

Num país tão anglicizado como a Escócia (embora possa parecer o contrário), a introdução de causas que não têm a ver com a questão nacional tende a ser politicamente letal. É claro que não se trata de um partido que se afaste da política parlamentar britânica, e o partido está presente nos debates políticos britânicos. Fez oposição aos sucessivos governos conservadores até que finalmente conseguiu que os trabalhistas, que lideraram a campanha do "Não" no referendo sobre a independência de há alguns anos,¹⁵⁶ entrassem no governo britânico e, em breve, se os resultados não se alterarem, também no governo escocês.

¹⁵⁶ O referendo sobre a independência da Escócia em relação ao Reino Unido ocorreu no dia 18 de Setembro de 2014.

Depois de termos visto os dois nacionalismos, penso que seria útil discutirmos qual o modelo de nacionalismo que queremos para nós

3

Nacionalismo e Língua Portuguesa

Quando debato com amigos sobre a questão da reintegração ortográfica da variante de português que falamos na Galiza, respondem-me muitas vezes que o que eu quero é unificar politicamente a Galiza e Portugal, como se quisesse subordinar a nação galega à nação portuguesa e não à nação espanhola. Nada poderia estar mais longe das minhas intenções. Compreendo que a nação galega é diferente da nação portuguesa, apesar de falar a mesma língua. Os uruguaios e os hondurenos ou os alemães e os austríacos, respectivamente, falam as mesmas línguas, mas não se consideram parte da mesma nação, nem pretendem integrar-se, porque há muitos outros factores, para além da língua, que os separam.

Algo semelhante acontece connosco com os portugueses, há muitos elementos que nos diferenciam e que justificam que falemos de duas nações diferentes. O principal: as histórias muito diferentes que os nossos povos desenvolveram e que resultam em memórias diferentes do passado. Não sofremos as mesmas guerras, nem os mesmos reinados, ditaduras ou democracia, nem o nosso imaginário colonial é o mesmo.

Os nossos vizinhos eram um país com colónias, enquanto nós nos assemelhávamos muitas vezes a uma colónia. Também não são os mesmos os traços do nacionalismo banal, o desporto, os Jogos Olímpicos ou as referências culturais populares, como o cinema ou os repertórios de canções da nossa vida. Podemos ainda ter alguns traços comuns de nacionalidade, mas isso não é sentido a nível popular pelos dois povos, que é o que interessa para estes fins.

O problema é outro, é que o nacionalismo galego actual é essencialmente linguístico e depende quase exclusivamente da língua para elaborar o seu discurso, razão pela qual a defesa da sua língua exclusiva se tornou uma prioridade. Daí a tentativa de separar, até no nome, a nossa língua da portuguesa, porque se a língua é o principal traço definidor, se o que falamos é português, então também devemos ser portugueses enquanto nação. Mas o discurso nacional nem sempre foi assim. A língua foi sempre um elemento importante na definição de uma nação, mas não o único, e muitas vezes nem sequer o principal.

Os primeiros nacionalistas davam muita importância à história e à mitologia, ao ponto de um dos grandes sucessos do movimento, que conseguiu influenciar até hoje os sectores sociais mais urbanos e espanholizados, ter sido o celtismo. Também tiveram uma forte influência no factor religioso, uma fonte de grande sucesso em nações como os irlandeses ou os polacos da época, e que levou à configuração de muitos dos nossos símbolos e até à determinação do dia nacional. Os escritores da geração “Nós”¹⁵⁷ dedicaram muito tempo a discutir os traços étnicos característicos da Galiza, desde aspectos telúricos como a terra, o mar e as paisagens, a flora e a fauna do território ou aspectos imateriais como o folclore, o vestuário ou a forma de preparar e consumir os alimentos.

Mas o discurso do nacionalismo mudou e hoje prevalece uma visão cívica e republicana do nacionalismo, retirada dos grandes estados nacionais já constituídos e que, embora tenham usado elementos étnicos na sua definição, já não precisam deles. Poderíamos dizer que se trata de uma visão administrativa da nação. Qualquer produção cultural ou social que se realize dentro das fronteiras administrativas da Galiza torna-se imediatamente galega, sem que possamos atribuir a nenhuma delas uma galegidade especial.

¹⁵⁷ A Geração Nós ou Grupo Nós foi um colectivo de intelectuais galegos, surgidos em torno da revista Nós, nascida nos anos 20 em Ourense.

Quase o único elemento susceptível de discussão é a língua, daí a nossa tendência para o nacionalismo linguístico. Mas, como vimos, esta é uma base fraca para fundamentar um nacionalismo exclusivo, daí a necessidade de começar a pensar em definir quais poderiam ser os traços definidores da nação galega actual.

4

Anarcocapitalismo e Nacionalismo

Houve uma altura em que a “nação” gozava de boa imprensa nos círculos liberais e libertários. Era vista como uma força de progresso que servia para criar sentimentos e valores comuns entre as pessoas, ultrapassando as velhas distinções de estatuto ou de sangue. John Stuart Mill, por exemplo, via-a como um pré-requisito indispensável para a construção de uma sociedade liberal.¹⁵⁸ Todos os cidadãos seriam iguais e reger-se-iam pelas mesmas leis e constituições. Nos círculos libertários, autores como Rothbard, no seu famoso ensaio “Nações Por Consentimento”, realça o papel que a nação pode desempenhar na construção de uma sociedade sem estado. O ser humano não é um átomo que opera numa espécie de vácuo social, mas opera inserido numa sociedade em particular. Mesmo os famosos cosmopolitas, que nos são sempre apresentados como modelos do que deve ser uma sociedade genuinamente liberal, estão também inseridos na sua própria sociedade internacional, que, aliás, raramente abandonam para se misturarem com os comuns mortais, que vivem numa nação mais “normal”.

Uma pessoa, mesmo numa sociedade sem estado, terá características nacionais e muito provavelmente identificar-se-á, mesmo que tacitamente, com uma delas. Falará uma determinada língua, terá uma determinada religião ou, se não tiver religião, fá-lo-á de uma determinada forma particular (o ateísmo não é entendido da mesma maneira em diferentes culturas). Terá certos costumes culinários ou gastronómicos e está certamente entrelaçado numa história nacional através da memória dos seus antepassados (que devem necessariamente ter feito parte de alguma). Ou seja, mesmo

¹⁵⁸ *Considerações sobre o Governo Representativo*, por John Stuart Mill.

carecendo de uma forma de dominação política, é muito provável que o nosso futuro ancap continue a ser identificado com algum tipo de comunidade de cariz nacional.

No entanto, desde a eclosão das duas grandes guerras mundiais, o nacionalismo perdeu muito da sua auréola modernizadora, especialmente nos círculos liberais. Popper (que nem sequer era um liberal, mas um social-democrata), por exemplo, tem sido um dos principais desmistificadores dos mitos nacionalistas nos meios liberais, seguido por uma plêiade de autores que procuram eliminar qualquer tipo de lealdade nacional. O nacionalismo seria uma espécie de regresso à tribo e a valores mais típicos da caverna do que das sociedades civilizadas. Despertaria as humanas mais baixas e ignóbeis paixões humanas e os praticantes de tal fé perderiam neste processo o que resta de racionalidade.

Podem ilustrar uma potencial patologia social, mas não nos dão uma alternativa à nossa necessidade de auto-identificação. A sua proposta é muitas vezes um vago individualismo em que uma espécie de seres humanos atomizados, sem famílias, nações ou religiões fortes, procurarão os seus melhores interesses de uma forma “racional”. Esta parece ser mais uma receita para assegurar o domínio dos estados sobre os seres humanos desprovidos de laços de coesão do que uma proposta para uma ordem social livre. Robert Nisbet, num clássico absoluto do liberalismo conservador, *Community and Power*, insiste muito neste aspecto de explicar como a comunidade, entendida em sentido lato, pode substituir muitas das funções desempenhadas pelo estado, mas sendo necessário a existência de um mínimo de coesão e confiança social. A comunidade nacional pode então tornar-se uma espécie de cimento social que contribui para reduzir os custos de informação e permite a substituição de funções actualmente asseguradas pelo estado por entidades da sociedade civil que não têm necessariamente de recorrer a mecanismos coercivos para a sua prestação.

Nos últimos anos temos assistido ao aparecimento de numerosos estudos que reforçam o papel da nação como potencial gerador de

resistência à actuação dos estados. Yoram Hazony, por exemplo, no seu livro, escrito a partir de postulados conservadores, sobre as virtudes do nacionalismo (*As Virtudes do Nacionalismo*), recorda que este é um dos principais travões à ideia de governo mundial, que a existir, se poderia tornar um dos principais inimigos de muitas das liberdades de que hoje gozamos e significaria o fim da fértil anarquia inter-estatal à qual, apesar dos seus “mas”, devemos tanta liberdade. Este é um livro que tem suscitado muita polémica nos círculos liberais, mas que abre um terreno fértil para o debate sobre a questão nacional, até agora dominado por perspectivas críticas e cosmopolitas.

Outros autores, como Bernard Yack e Yael Tamir, também deram contributos interessantes para o debate sobre o nacionalismo, tentando conciliá-lo com o liberalismo. O primeiro ponto que defendem é que o nacionalismo, como qualquer outra ideia, não tem de responder pelo uso que dela fazem aqueles que dizem agir em seu nome. É verdade que em nome da nação se cometeram crimes e se justificaram todo o tipo de aberrações e limitações à liberdade, mas infelizmente isso é algo muito comum em muitas ideologias ou religiões.

Em nome do Cristianismo, do liberalismo (que o digam os carlistas)¹⁵⁹ ou do socialismo, também se cometeram todo o tipo de abusos, o que, na minha opinião, não desqualificam necessariamente as ideias em si, que deveriam ser discutidas enquanto ideias, mas sim aqueles que pretendem falar em seu nome ou construir uma nova sociedade com base nos seus princípios. Nesse aspecto, o nacionalismo não é mais letal ou nocivo do que qualquer uma delas. É verdade que em seu nome se travaram grandes guerras e se efectuaram limpezas étnicas, mas parece que é a única forma como

¹⁵⁹ Os carlistas foram (e ainda são, em menor escala) partidários de um movimento político tradicionalista e legitimista espanhol, que surgiu no século XIX em oposição ao liberalismo e à monarquia constitucional. O carlismo defendia uma monarquia absolutista baseada nos valores do catolicismo tradicional, do “foralismo” (modelo forais autónomos regionais históricos) e da ordem social tradicional.

é entendido, esquecendo-se todas as suas outras expressões do mesmo. Se atentarmos a Michael Billig, no seu *Banal Nationalism*, o nacionalismo exprime-se muito mais frequentemente sob a forma de competições desportivas (Campeonatos do Mundo, Jogos Olímpicos)¹⁶⁰ ou de concursos musicais do tipo Eurovisão, do que sob a forma de guerras sangrentas e massacres. Pode até ser jocoso e desmistificador e pode mesmo ser visto inclusive como um elemento que conduz a uma saudável emulação. O nacionalismo violento não deixaria de ser uma patologia da ideia - não da ideia em si -, mas infelizmente, na linguagem comum dos nossos meios, parece ser a tónica habitual.

Também na esfera económica, quando se fala do chamado nacionalismo económico, esta parece ser a linguagem habitual. É verdade que o nacionalismo ou a defesa de um suposto interesse nacional tem sido utilizado para justificar a implementação de medidas económicas proteccionistas, como os direitos aduaneiros ou as quotas de importação. Também tem sido utilizado para proteger ou subsidiar determinadas empresas ou sectores considerados “estratégicos” para a nação ou para promover “campeões nacionais” nesses sectores. Mas a nação ou o nacionalismo não é mais que uma justificação para tais medidas, que poderiam muito bem ter sido levadas a cabo em nome da classe trabalhadora, do progresso, do bem do reino ou da salvação das almas. A nação ou o nacionalismo funcionam neste ambiente como um pretexto para justificar o uso da coerção estatal na defesa de determinados interesses. Com a mesma lógica e com muito mais razão, poderíamos defender o comércio livre ou as políticas de desregulamentação ou mesmo a abolição do próprio estado para o bem da nação, pois esta beneficiaria de facto com tais medidas. O erro vem da identificação entre o estado e a Nação (diferença que reconheço ser por vezes difícil de estabelecer, dada a confusão dos dois conceitos), ao ponto que se confundem os interesses de um e de outro.

¹⁶⁰ Ver capítulo IV.1: Olimpíadas.

Esta identificação foi sempre procurada pelos detentores do poder estatal, de tal forma que os interesses desta classe dirigente são assumidos como seus pelos próprios nacionalistas. Assim, quando se subsidia uma empresa amiga ou se impõe uma tarifa para proteger alguém próximo do poder, pode vender-se que essa medida é do interesse nacional, quando na realidade prejudica a maioria e beneficia apenas alguns. Mas o sentimento nacional não tem nada a ver com estes truques; pelo contrário, é vítima da confusão resultante e da sua utilização espúria.

Mas poucos defenderam o nacionalismo como uma força motriz da modernidade e do capitalismo como a professora Liah Greenfeld. Nos seus livros *Nationalism: Five Roads to Modernity* e *The Spirit of Capitalism: Nationalism and Economic Growth*, defende o papel que o nacionalismo tem desempenhado historicamente, não só na hora de fazer esforços para construir o novo sistema económico, mas também na modelação dos diferentes estilos que este adoptou conforme as diferentes culturas. A nação cria o capitalismo, e o capitalismo, através do desenvolvimento de infra-estruturas e do desenvolvimento de relações comerciais, ajuda a consolidar a nação.

Recordemos que o capitalismo deriva em grande medida de valores culturais anteriores, que se encontravam mais nalgumas nações específicas, como a Inglaterra ou a Flandres, e que se não fosse a sua preservação como um traço cultural ou nacional próprio, o sistema capitalista provavelmente nunca se teria desenvolvido da forma como se desenvolveu. Mas o capitalismo também ajudou a gerar uma consciência nacional. O desenvolvimento da imprensa de massas, a criação, primeiro dos caminhos-de-ferro e depois dos portos e das estradas (muitas vezes criados pelos próprios capitalistas sem a participação do estado) contribuem para manter e enriquecer a consciência nacional. As novas tecnologias da informação, o custo mais baixo das técnicas de registo de imagem e som ou a capacidade tecnológica de fabricar e conservar instrumentos musicais ou todo o tipo de outros utensílios do

passado permitiram preservar a memória das nações, mesmo naquelas que não têm estado.

Estes últimos merecem uma menção especial. Os processos de homogeneização dos estados modernos têm encontrado resistência em realidades nacionais diferentes da nação hegemónica centrada no estado. Estas realidades travam a expansão do estado porque permitem uma fuga parcial aos “mecanismos de leitura”¹⁶¹ (para usar o conceito cunhado por James Scott) que os estados têm sobre as suas populações. Se as populações não partilharem a mesma língua, tiverem formas distintas de agregação, como pesos ou medidas diferentes, os estados terão dificuldade em fazer o seu trabalho e, por isso, procurarão por todos os meios eliminar essas diferenças. Mas, ao mesmo tempo, estas diferenças nacionais diminuem a capacidade do estado e impedem-no de utilizar toda a sua capacidade. Em todo o caso, consomem as suas energias e limitam o seu poder. É algo que qualquer pessoa que se oponha ao alargamento do poder do estado deveria celebrar, seja anarquista, minarquista ou liberal.

¹⁶¹ Na sua obra *Seeing Like a State* (1998), James Scott analisa como os estados modernos tentam tornar legíveis os vários aspectos da sociedade, de forma a poderem governá-los de maneira mais eficiente. Para Scott, o estado precisa “ler” a sociedade para poder controlá-la, administrar recursos, cobrar impostos, planejar cidades ou reformar a economia.

5

A Secessão

Uma das questões que separa os anarcocapitalistas das outras escolas liberais, que também não são unívocas nesta matéria, é a questão do direito ou do princípio da livre secessão de um território do estado a que pertence. E digo território conscientemente, porque é este aspecto que mais preocupa os opositores da secessão, pois entre perder um milhão de pessoas ou o território em que vivem, ficando as pessoas no antigo estado, eles optariam sem dúvida pelo primeiro. A partida de centenas de milhares de pessoas de Espanha durante a crise não mereceu mais do que alguns comentários nos meios de comunicação social e não deu certamente origem a leis de emergência ou à activação de mecanismos constitucionais para situações de emergência. O debate sobre a secessão territorial ajuda-nos a compreender, como nenhum outro, a verdadeira natureza e a essência do estado moderno, e é também extremamente útil para compreender qual deve ser a dinâmica para alcançar uma sociedade anarcocapitalista ou, no mínimo, uma sociedade mais livre. Também não é de estranhar que a maioria dos principais autores libertários tenha reflectido sobre este tema, partindo de posições favoráveis ao exercício deste direito. Mesmo liberais clássicos como von Mises foram sempre muito claros no reconhecimento da secessão, chegando mesmo a recomendar a sua realização, uma vez que considerava muito positivo para a realização de uma sociedade livre a redução da escala dos estados. Este é um debate intimamente relacionado com o da secessão, mas que deve ser estudado a um nível diferente, pelo que nos referiremos a ele em algum futuro trabalho.

Então, o que é que a secessão nos pode ensinar sobre a natureza do estado? Muitas coisas. A primeira e mais importante é que nos

mostra que um estado nunca é voluntário e não pode ser voluntário se quiser merecer tal nome. A imensa maioria das constituições de todo o mundo proíbem ou restringem fortemente a desanexação voluntária ou formas jurídicas muito semelhantes, como a anulação. Se o estado permitisse aos habitantes de um território a possibilidade de saírem à sua vontade, o estado transformar-se-ia numa associação voluntária, o que tornaria a sua capacidade de governar extremamente difícil, uma vez que as suas ordens poderiam não ser cumpridas pela simples possibilidade de separação. Perante esta ameaça potencial, os governantes ficariam seriamente limitados na sua capacidade de tomar decisões, uma vez que teriam de restringir muito o âmbito dos seus mandatos para os tornar aceitáveis para a grande maioria da população. De facto, permitir a secessão equivaleria a governar por consenso, se a unidade política fosse mantida, e isso conduziria à anarquia, como ocorreu com o *Liberum veto* polaco no século XVII.¹⁶² A possibilidade de nulificar uma norma, tal como era entendida nos Estados Unidos antes da Guerra Civil,¹⁶³ equivalia, de facto, à possibilidade de secessão e foi abolida após a derrota do Sul. Permitir a secessão livre não permitiria a existência de um estado moderno, pelo menos tal como é concebido actualmente, e constituiria uma enorme limitação ao exercício do seu poder, uma vez que o estado se transformaria numa espécie de clube. Mas o estado moderno não é isso, porque uma das suas principais características é o facto de impor a obediência, quer se queira, quer não, e sem possibilidade de romper

¹⁶² O *Liberum veto* foi um dispositivo parlamentar na República das Duas Nações (Polónia-Lituânia) que permitia a qualquer deputado do Sejm (parlamento) vetar uma decisão ou dissolver a sessão do Sejm, anulando todas as decisões já tomadas naquela sessão. Esse direito baseava-se no princípio de unanimidade, pois os deputados representavam as regiões e qualquer decisão desfavorável a uma delas era vista como uma violação da igualdade política. Como consequência, as sessões parlamentares eram regularmente canceladas.

¹⁶³ Referência ao conceito de "nulificação" (*nullification*) que vigorava nos Estados Unidos no início do século 19, principalmente antes da Guerra Civil. O termo diz respeito à ideia, defendida pelos estados sulistas – em especial pela Carolina do Sul –, de que um estado teria o direito de anular ("nulificar") qualquer lei federal que considerasse inconstitucional ou injusta.

unilateralmente o "contrato" ou a relação, mesmo assumindo os custos, como acontece nos verdadeiros contratos.

Outro aspecto em que o fenómeno da secessão nos é útil é o de contribuir para uma melhor compreensão do conceito de propriedade pública e da sua distinção da propriedade privada. Um argumento muito utilizado é o de que a colectividade que se quer separar habita um território que é propriedade comum de todos os habitantes do estado e, por isso, o exercício do direito de secessão requer a aquiescência da maioria destes últimos e não apenas dos habitantes do território a seccionar. A noção de propriedade derivada dos direitos de cidadania é, no mínimo, curiosa, uma vez que não responde a muitos dos critérios tradicionais normalmente aplicados para a definir. Em primeiro lugar, importa definir a que territórios se aplica o conceito de propriedade nacional ou estatal. A meu ver, em rigor, deveria referir-se apenas a propriedades, terrenos ou edifícios que são propriedade do estado, excluindo assim da definição os territórios que são propriedade privada dos secessionistas. Poder-se-ia razoavelmente supor que não haveria qualquer problema em permitir que estas propriedades privadas se separassem, mas a realidade mostra que mesmo estas não podem deixar a soberania do estado sem a autorização da maioria dos cidadãos do estado de origem, e não é apresentada qualquer razão convincente, excepto o facto de todo o território ser propriedade pública, variando apenas em grau. Isto implicaria que, no estado moderno, não existe uma verdadeira propriedade, mas apenas um usufruto da propriedade em maior ou menor grau, uma vez que não podemos utilizá-la livremente. Sobre as terras não privadas, entende-se que os secessionistas teriam de consultar o resto, mas não é claro em que consiste esta propriedade pública colectiva. Se se trata de um bem real, porque é que não posso vendê-lo, trocá-lo, alugá-lo ou utilizá-lo como bem entender? Uma propriedade comunal poderia muito bem definir os meus direitos sobre o bem colectivo (sou, por exemplo, proprietário de horas num moinho comunal, obviamente em desuso, mas que podem sempre ser negociadas), mas neste caso não é claro quais são os meus direitos

sobre a propriedade de um território estatal e em que consiste exactamente esta. As secessões são geralmente efectuadas com base em unidades políticas ou administrativas anteriores, de modo que os terrenos públicos se tornam propriedade da nova unidade política, como uma espécie de troca. A nova unidade torna-se gestora dessas terras e, em troca, cede os seus direitos às terras comuns da unidade remanescente, que não tem necessariamente de ser maior do que a unidade separatista (de facto, na separação da República Checa e da Eslováquia, foi a primeira que se separou da segunda). Os restantes bens, geralmente no estrangeiro, são avaliados e depois distribuídos, tal como a dívida pública.

Em todo o caso, creio que seria oportuno um debate mais aprofundado sobre a definição de propriedade pública e a distinção entre esta e a propriedade privada, relativamente à qual entendo que não existe qualquer argumento que impeça a sua secessão unilateral e subsequente agrupamento noutra unidade política, se assim for decidido. Antes que se diga que isto é um absurdo, vale a pena recordar que na fronteira entre a Flandres e a Holanda, existem ruas em que cada casa pertence a um estado diferente, por vontade do proprietário, sem que isso pareça ser um grande problema. Se investigarmos pela história, verificamos que este não é um fenómeno invulgar (na fronteira entre a Galiza e Portugal existiu durante muito tempo o Couto Mixto, um território com essas características). Só que hoje, ao contrário do que acontecia no passado, há uma preferência por estados territorialmente compactos e um horror geográfico ao enclave, fruto da nossa educação através dos mapas. Benedict Anderson assinala-o muito bem no seu livro *Comunidades Imaginadas*.

A secessão tem sido um problema desde que o estado se tornou uma entidade abstracta. Qualquer revisão da história mostra que a secessão ou a união de territórios era a coisa mais normal do mundo. Os reis antigos dividiam os seus domínios entre os filhos, ou adquiriam territórios através do casamento, ou anexavam territórios pela força. Para os habitantes desses territórios, isso significava

poucas mudanças nas suas vidas, dada a capacidade relativamente pequena do poder político de penetrar nas suas actividades quotidianas. Não foram obrigados a mudar de língua ou a sofrer centenas de novas regulamentações. Simplesmente, passaram a pagar tributo a outro senhor, bastante semelhante ao anterior. Tudo muda com a aplicação do princípio da nacionalidade e o alargamento das funções do estado, razão pela qual as secessões modernas são mais complicadas. Uns porque se sentem mais ou menos à vontade com a situação actual e, por isso, têm relutância em adoptar uma nova nacionalidade, e outros precisamente porque estão descontentes com ela, preferindo optar por uma nova. Como as intervenções são numerosas e, por vezes, muito intrusivas (como no caso da educação), é normal que a secessão seja vista como um conflito grave por ambas as partes e que seja uma fonte de disputas e de aborrecimentos. Mas isto ensina-nos outra coisa: que o estado não *somos todos nós*. O caso dos movimentos secessionistas mostra-nos que há uma parte da sociedade, maioritária ou não, que se identifica com o estado actual, e outra parte, a parte que deseja separar-se, que é considerada como não representando a verdadeira essência da nação e que é por vezes denegrida como inimiga ou como parte estranha, apesar de fazer parte e pagar impostos no mesmo estado. O mesmo fenómeno tende a ocorrer no caso do grupo secessionista, mas ao contrário. Mas, em todo o caso, o estado não representa o todo, mas apenas uma parte dele. O problema está em considerar a nação como um fenómeno exclusivamente nacionalista e não como um fenómeno de direitos de propriedade e de livre associação. Deixando de lado o facto de nem todas as secessões poderem ser baseadas em motivos nacionalistas (pode haver secessões por razões económicas ou por causa de sistemas económicos diferentes, como nas duas Coreias, por exemplo), este problema está intimamente relacionado com o grau excessivo de intervenção do estado e com a má definição e o não reconhecimento por parte do estado dos direitos de propriedade e de livre associação dos seus cidadãos. Se estes fossem respeitados, não haveria problemas e as secessões ocorreriam de forma pacífica.

É também um derivado do aspecto imaginário e sagrado do estado, como vimos num artigo anterior. Anthony Smith, no seu livro *National Identity*, refere que um dos traços característicos do estado-nação moderno é a sua indissolubilidade, no sentido em que tem de haver uma identificação entre estado e nação e que esta não pode ser dividida em unidades políticas. De facto, se entendermos a nação como uma construção cultural, não é claro porque é que não pode ser dividida em várias unidades políticas. Goethe, Hegel ou Schiller pertencem claramente à cultura germânica, apesar de, quando escreveram, a Alemanha estava dividida em várias unidades políticas. Uma nação pode muito bem estar unida nos seus princípios essenciais e dividida politicamente, como se pode ver em muitos casos. O conceito de unidade parece ter sido retirado dos princípios da Igreja Católica, que é conhecida por ser una e santa e abomina o cisma (o equivalente religioso da secessão), e foi adoptado pelos estados à sua imagem. É curioso que, actualmente, o cisma na religião seja visto como perfeitamente legítimo, mas seja considerado uma aberração se disser respeito ao estado. Mas, como já observámos, o carácter sagrado da organização parece ter sido transferido do mundo religioso para o mundo político, a fim de reforçar a sua legitimidade. Ao ser um conceito de origem sagrada, é, portanto, muito difícil de interpretar objectivamente. O que eu entendo que quer dizer realmente é que nenhuma colectividade territorial se pode separar do domínio dos actuais detentores do poder de estado, pois, se o fizesse, a capacidade de extracção de rendas destes seria posta em causa. Na realidade, trata-se de um conflito entre elites dirigentes para controlar e dominar um território e, dado o carácter místico que o estado moderno adquiriu, consegue envolver nele uma boa parte das suas populações. Noutros tempos, esse conflito teria envolvido apenas as respectivas classes políticas, mas hoje, tal como acontece com as guerras, é projectado sobre toda a população e é fonte de discussões e mal-estar.

6

Marxismo, neoliberalismo e
nacionalismo (I)

As muito interessantes reflexões sobre o marxismo e a questão nacional galega apresentadas em dois artigos recentes neste jornal¹⁶⁴, fazem-me regressar a tempos, infelizmente já passados, em que estes temas eram objecto de debate comum e de um nível intelectual incomparável com a maioria dos que se encontram nestes tempos de modernidade líquida. E obrigam-me a reflectir e a tentar argumentar sobre o que neles é exposto. Nesta questão em particular, gosto de diferenciar entre dois tipos de posições teóricas e políticas. A primeira seria a daqueles que entendem que a contradição principal se dá em torno da questão nacional, constituindo a posição sobre as relações de classe uma ferramenta auxiliar para conseguir a mobilização social que derive na autodeterminação de um povo. Ou seja, aqueles que são principalmente nacionalistas e entendem que o marxismo é útil para esta causa.

O segundo grupo, ao qual nos referimos num artigo anterior como os herdeiros do velho marxismo “espanholista”, centra a sua luta na abolição do actual sistema económico capitalista e do sistema de classes a ele associado, e vê a questão nacional como uma forma de mobilização social que pode ser funcional aos seus fins e que podem usar de forma interessada. Isso não significa que não simpatizem com a causa nacional, apenas que para eles é secundária, tal como para os nacionalistas pode sê-lo a luta de classes, embora também possam ter simpatias a esse respeito. Na minha opinião,

¹⁶⁴ Artigo publicado originalmente em Janeiro de 2021

Francisco Rodríguez e, suponho, a maioria da militância passada e presente da UPG¹⁶⁵ (por fazer referência a uma força política declaradamente marxista) são assim. No caso do meu colega de jornal,¹⁶⁶ é evidente. A sua obra está centrada na Galiza, analisa a obra de escritores senlleiros como Rosalía ou Curros¹⁶⁷, ou o conflito linguístico na nossa terra. A sua actuação na política foi sempre nesta linha, contribuindo decisivamente para a criação e consolidação do BNG¹⁶⁸ e do sindicalismo galego, milagres organizativos que merecem uma análise à parte. A sua contribuição foi e continua a ser claramente nacionalista.

O debate deveria ser outro, isto é, se as ferramentas que o marxismo oferece foram ou não as melhores para enfrentar realidades como a galega e, sobretudo, se continuam a sê-lo. Primeiro, seria necessário (antes de querer combatê-lo) debater se o capitalismo, mesmo nas suas formas actuais neoliberais e globalizadas, é ou não um espaço hostil às reivindicações das nações sem estado. Eu acredito que não. Os seus principais teóricos (teóricos, não divulgadores mediáticos) não são de forma alguma inimigos, pelo contrário, são partidários dos direitos de secessão e dos pequenos estados, como von Mises e os seus discípulos (ver o seu *Liberalismo*)¹⁶⁹.

O capitalismo nasceu, como bem recordam teóricos como Eric Jones ou Jean Baechler, num contexto político altamente fragmentado, como a Europa medieval, repleta de pequenas nações e reinos em competição. O capitalismo está confortável num mundo de nações e, inversamente, as nações tendem a estar confortáveis neste sistema, pois nunca foi tão fácil para uma pequena nação

¹⁶⁵ Unión do Povo Galego – Partido político galego, de índole nacionalista e comunista. Francisco Rodríguez Sánchez serviu como secretário-geral entre 2000 e 2012.

¹⁶⁶ Implicitamente, o autor refere-se a Maurício Castro.

¹⁶⁷ María Rosalía Rita de Castro (1837-1885) e Manuel Curros Enríquez (1851-1908), poetas e escritores galegos do período “*Rexurdimento*” (ressurgimento), considerado o embrião do nacionalismo galego.

¹⁶⁸ Bloco Nacionalista Galego – frente de partidos galegos de esquerda.

¹⁶⁹ *Liberalismo: Segundo a Tradição Clássica*, Cataláxia Editora, 2025

alcançar a autodeterminação e sobreviver como neste mundo do capitalismo globalizado.

Nos dias de hoje não é necessário ter nem um espaço nem recursos mínimos para sobreviver no mundo das nações, uma vez que estes podem ser adquiridos nos mercados globais. De facto, o número de pequenos estados aumenta ano após ano. O capitalismo neoliberal pode ser criticado por vários motivos, mas não por reprimir as nações, pelo que o nacionalismo galego pode perfeitamente optar por opções deste tipo, como fizeram a Irlanda ou os países bálticos, para continuarem livres no seu caminho.

7

Marxismo, neoliberalismo e nacionalismo (II)

Dando continuidade ao que foi expresso na semana passada, seria necessário debater se o marxismo pode continuar a ser uma ideologia útil para o desenvolvimento de um movimento nacional galego ou para a compreensão da própria nação. Cabe à história julgar se o foi no passado, mas é claro que o nacionalismo galego actual não pode ser compreendido sem ele. Iremos também ignorar se o marxismo, enquanto tal, é ou não uma ferramenta correcta para analisar a realidade.

O marxismo é uma doutrina inteligente, defendida por pessoas muito inteligentes, mas possui elementos que o invalidam como ferramenta adequada para explicar muitos dos fenómenos da nossa era. O marxismo não é geralmente favorável à questão nacional, considerando-a uma espécie de falsa consciência que contribui para a divisão do proletariado. Falar, por exemplo, do cretinismo¹⁷⁰ da vida rural não parece uma apresentação muito boa em nações como a nossa. É certo que por vezes podem considerá-la uma ferramenta útil para a construção do socialismo, como seria o caso da questão nacional irlandesa, que viam como um possível gatilho para a revolução no Reino Unido. Mas basta olhar para o que Marx

¹⁷⁰ No sentido figurado o cretinismo é “estado ou condição do que denota ausência de inteligência; do que tem comportamentos reveladores de estupidez ou imbecilidade”. O autor refere-se ao facto da Galiza rural dos séculos XIX e XX ser atrasada quando comparada com outras regiões de Espanha e mesmo às grandes cidades da Comunidade da Galiza.

escreveu sobre a questão nacional da Índia para perceber-se que não lhe era muito favorável.¹⁷¹

As excepções foram os marxistas austríacos e Lenine, que respeitaram as nações do antigo Império Russo e lhes deram autodeterminação (contra a maioria do partido). Contribuíram também após a Conferência de Baku para a luta contra o imperialismo.¹⁷² Mas esta estratégia não visava tanto apoiar as nações, mas sim desgastar os impérios ocidentais (os americanos também a apoiaram). Algumas destas políticas foram revertidas por Estaline, que não tratou propriamente bem as nações soviéticas (tentou russificar várias delas e exilou outras para a Sibéria). Nem os comunismos europeus nem os asiáticos eram muito respeitadores das nações que constituíam os seus estados. Mas, para além do facto de nem a teoria nem a práxis marxista serem muito partidárias, o marxismo pode trazer outras desvantagens a movimentos nacionalistas incipientes como o nosso.

Principalmente introduz uma divisão de classes dentro da própria nação. Se o movimento já tem pouca força, alienar as classes burguesas ou a Igreja não parece fazer muito sentido, não só pelo número, mas também pela potencial perda de pessoas instruídas com capacidade organizativa para o movimento.

Pode dizer-se que ambos não tinham consciência nacional, mas será que o proletariado galego a teve ou teve? O problema aumentará se esta divisão de classes for aplicada à "língua proletária do nosso povo". Usar a língua na luta de classes não parece uma boa estratégia, desde logo porque a língua tem de ser de proletários e burgueses como em qualquer outra nação. Segundo porque

¹⁷¹ Marx argumentou que o colonialismo britânico, apesar de destrutivo, também desempenhou um papel de modernização na Índia, apresentando alguma contradição de acordo com o seu pensamento relativo aos malefícios do capitalismo

¹⁷² A Conferência de Baku de 1920 foi uma assembleia da Internacional Comunista (Comintern) com o objectivo de promover a luta anticolonial e anti-imperialista face às potências europeias.

identificar a classe proletária com o uso do galego, embora possa ter sido uma estratégia apropriada noutra época, não o é hoje, quando uma boa parte das classes populares, sobretudo as urbanas e as oriundas da imigração, são falantes de espanhol, enquanto o galego persiste em sectores que não são propriamente os mais pobres. Nem a ideia colonial ou anti-imperialista, corrente na reformulação do nacionalismo galego após a guerra, parece muito apropriada hoje, quando a Galiza não é, nem de longe nem de perto, a comunidade mais pobre do país, a ponto de superar ou igualar em rendimentos não só a anteriormente "colonizadora Castela", mas também muitas outras comunidades hispânicas. Acredito que devemos olhar para as estratégias "burguesas" de outros movimentos como o irlandês¹⁷³.

Seria necessário discutir um Programa de Bad Godesberg¹⁷⁴ no nacionalismo galego. Mas isso seria feito preservando os históricos quadros dirigentes e a sua organização.

¹⁷³ A Sociedade dos Irlandeses Unidos, fundada em 1791, incluiu elementos da burguesia protestante e católica, inspirados pelo iluminismo e pelas revoluções americana e francesa. O nacionalismo irlandês foi moldado por uma luta contra o domínio britânico, combinando aspirações de autodeterminação com questões culturais, religiosas e económicas.

¹⁷⁴ O Programa de Bad Godesberg nasceu no Congresso de 15 de Novembro de 1959 é um marco histórico do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), marcando a transição do partido de uma orientação marxista para uma abordagem social-democrata moderna, baseada em uma economia mista e princípios democráticos

V

DEFESA E SEGURANÇA

1

A Dimensão da Defesa

Uma das principais argúcias do estatismo é a manipulação da linguagem, sobretudo da linguagem que se refere à política e à economia. Os príncipes do Renascimento contratavam poetas, pintores, arquitectos e escultores para justificar a sua governação e cantar as suas obras para a posteridade. O mural de Ambrogio Lorenzetti, *A Alegoria do Bom e do Mau Governo*¹⁷⁵, que profanou a Catedral de Siena (hoje, Palazzo Pubblico de Siena) com o seu ideal mitológico do bem comum, é um bom exemplo disso. Os governantes modernos delegaram nos economistas, politólogos e sociólogos o trabalho sujo de justificar as suas acções. Embora muito se tenha perdido em beleza expositiva, por sua vez, muito se ganhou em eficácia conceptual. As novas justificações do estado pretendem falar em nome da ciência e, entre as suas tarefas, conta-se, como já referimos, a de modificar a linguagem. Uma das principais tergiversações é a de rotular certos bens ou serviços como públicos, sociais ou estratégicos para justificar continuação da sua prestação pelo estado. Assim, serviços ou bens historicamente fornecidos a título privado passam a ser fornecidos em regime de monopólio (quer na sua prestação, quer na sua regulação) pelos poderes (públicos) estatais. Uma vez definidos desta forma, afirma-se que só o estado os pode fornecer nas condições adequadas. Os

¹⁷⁵ O ciclo de frescos é composto por três painéis; “A Alegoria do Bom Governo” - mostra uma figura central representando o governante ideal, rodeado por alegorias de virtudes; “Efeitos do Bom Governo” - mostra uma cidade e um campo prósperos: pessoas a trabalhar, comércio, crianças, campos cultivados, tudo em harmonia e segurança; “A Alegoria e os Efeitos do Mau Governo” - mostra uma cidade em ruínas, dominada pela violência, pobreza e destruição.

serviços de segurança e defesa são um exemplo típico desses serviços.

O fornecimento de um bem ou serviço requer meios humanos e materiais e é sempre efectuado a uma determinada escala. A escala da prestação dependerá do tipo de serviço e da quantidade e qualidade do mesmo. Por conseguinte, haverá diferenças na prestação dentro de um mesmo serviço e entre serviços diferentes. A educação, por exemplo, pode ser prestada a nível individual por tutores particulares ou colectivamente através de vídeos online. Nos serviços de água é o mesmo, desde um poço privado a uma conduta metropolitana.

O único serviço que parece escapar a esta norma parece ser o da defesa do estado, cuja única forma de prestação parece ser a existência de um serviço estatal de defesa prestado pelo estado. Gostaria, portanto, de levantar algumas objecções aos argumentos que justificam a existência do estado com base na necessidade inelutável do mesmo prestar para tais serviços.

Em primeiro lugar, a própria definição do grupo a defender é, a meu ver, um bom exemplo de raciocínio circular. O grupo a defender, de acordo com este argumento, são os cidadãos sujeitos ao governo de pessoas que se autoproclamam representantes de um ser imaginário chamado estado. Estas pessoas precisam de ser defendidas de outras pessoas organizadas por outro grupo autoproclamado como representante legítimo de outra entidade imaginária (o facto de muitas pessoas acreditarem em algo não implica a existência ontológica desse algo). Ou seja, primeiro constitui-se um grupo (estado) a partir de indivíduos que vivem anarquicamente, justificando-o por necessidades de defesa, e depois diz-se que esse grupo, uma vez constituído em relação à defesa, tem necessidades de defesa enquanto grupo, porque enquanto tal está ameaçado e a ameaça é grupal. Isto é, agora que é um grupo, tem necessidade de se defender. Não tem muita lógica. A definição prévia do grupo como comunidade que precisa de se defender carece pois de justificação, uma vez que, por regressão, como se

justificaria o primeiro grupo se não existe um atacante organizado anterior? Em que lógica se constitui o grupo se ele pode ser constituído antes da necessidade de defesa? O primeiro grupo agressor é, portanto, já um bando organizado, inicialmente não muito sofisticado e dedicado à agressão, e não precisa de mais nenhuma justificação teórica para além do seu ânimo para a pilhagem. Os bandos de saqueadores hunos, ávaros ou vikings tinham, pelo menos, a decência de não reivindicar uma justificação “científica” ou racional para os seus actos. Desde logo não lhes chamavam de serviços públicos de defesa. O que muitos dos chefes desses grupos fizeram foi tentar impedir que outros bandos lhes retirassem o privilégio de obterem rendas dos seus súbditos e, para isso, criaram exércitos ou organizações armadas. As bombas atómicas de que a Coreia do Norte dispõe, para dar um exemplo de um bando de bandidos actual, são para defender o seu povo dos bárbaros do sul, ou são para que a classe dirigente possa continuar a explorar os seus súbditos?

Em segundo lugar, nada se diz sobre qual a escala, ou o número mínimo de pessoas, necessário para criar um tal grupo. Fala-se da defesa estatal como se os estados actuais viessem das brumas do tempo e a escala da defesa fosse sempre a mesma que é hoje. A configuração actual do sistema estatal deve a sua existência, a guerras, casamentos dos príncipes, descolonizações ou divisões políticas por razões religiosas ou ideológicas. Mas os estados não têm uma racionalidade de escala para a defesa; pelo contrário, esta é uma justificação a posteriori. Não existe uma escala óptima para a provisão de defesa, nem sequer se pode assegurar que os serviços de defesa estatal a possam garantir. O Luxemburgo não poderia defender-se contra a França, nem o Togo contra a Nigéria, em caso de conflito. Mesmo estados maiores como o Iraque puderam defender-se de estados mais poderosos como os Estados Unidos. Os Estados Unidos, por sua vez, teriam mais problemas com a Rússia ou a China. Por outro lado, o Luxemburgo poderia defender-se contra o Liechtenstein e o Togo contra a Guiné Equatorial, pelo que se pode argumentar que a escala da defesa só pode ser definida

pelo tipo de inimigo que se enfrenta. E a definição do inimigo não é facilmente objectivada: factores étnicos, religiosos ou ideológicos contribuem para a definição do inimigo e, pela mesma razão, são alteráveis. Para os francófilos, Napoleão foi uma bênção, tal como para os vietnamitas do Camboja, o ataque do Vietname ao Camboja dos Khmers Vermelhos¹⁷⁶ foi uma bênção. A Espanha e a França foram aliadas várias vezes e inimigas muitas vezes. O Islão radical passou de aliado na luta contra os soviéticos a inimigo mortal hoje em dia. O que é válido para um tipo de inimigo pode não o ser para outro, se as circunstâncias ou as percepções de amizade ou inimizade mudarem. Cuba passou de um país quase desarmado antes da revolução, porque não tinha inimigos, a um país fortemente armado, reivindicando mesmo mísseis nucleares após o triunfo comunista. Ao mesmo tempo, surgem e desaparecem novos inimigos. Martin van Creveld, por exemplo, no seu *Ascensão e Declínio do Estado*, argumenta que a escala de defesa da maioria dos estados não é adequada para enfrentar desafios como o terrorismo suicida islâmico, as máfias e maras modernas¹⁷⁷ ou a pirataria naval. Por outras palavras, os estados existentes são, na sua maioria, incapazes de cumprir a sua promessa de defesa, quer porque são demasiado grandes para lidar com inimigos pequenos, quer porque são demasiado pequenos para prestar tais serviços. Daqui se pode deduzir que a prestação de serviços de defesa tem necessariamente de ser definida politicamente, ou seja, de acordo com os interesses das pessoas que num dado momento detêm o poder estatal. Desta forma, a defesa nada mais é que um eufemismo para nomear um certo tipo de serviço prestado em benefício da glória dessas pessoas.

¹⁷⁶ O Camboja dos Khmers Vermelhos (1975–1979) foi um regime comunista radical liderado por Pol Pot, que tentou transformar o país numa sociedade agrária igualitária, abolindo cidades, escolas, religião e propriedade privada. Essa ‘experiência’ resultou em genocídio, no qual cerca de 1,7 milhão de pessoas morreram por execuções, fome e trabalhos forçados.

¹⁷⁷ As ‘maras’ são gangues criminosas transnacionais originárias da América Central, especialmente de países como El Salvador, Honduras e Guatemala. Conhecidas por sua extrema violência, envolvem-se em actividades como tráfico de drogas, extorsão, assassinatos e controle de territórios, sendo as mais conhecidas a Mara Salvatrucha (MS-13) e a Barrio 18.

De facto, é facilmente observável que os serviços de segurança são, em muitos casos, capturados por interesses particulares, desde o chamado complexo industrial militar, tão bem descrito por libertários como Seymour Melman (*Pentagon Capitalism* é uma verdadeira obra-prima), passando por certas empresas que os utilizam nas suas relações comerciais para “facilitar” os seus negócios, passando pelos próprios militares que, em muitos países, controlam sectores económicos chave (o famoso *deep state* turco ou egípcio)¹⁷⁸, quando não detêm directamente o poder político. Todos eles, evidentemente, definem estas actividades como necessárias à segurança nacional ou à prestação de serviços indispensáveis.

Por último, a prestação de defesa é apenas uma pequena parte da necessidade de defesa e segurança humana. O ser humano precisa de se defender e de estar a salvo de muitos tipos de agressões. Animais, vírus, frio, calor, terremotos, furacões e inundações mataram muito mais seres humanos do que estes se mataram entre si. Para todos estes problemas, os mercados encontraram soluções eficazes, de tal modo que as baixas causadas pelos principais inimigos do homem foram minimizadas. Só a agressão entre humanos parece escapar a esta lógica. Mas esta agressão obedece também a lógicas diferentes. Não é a mesma coisa ser atacado por uma pessoa ou por pequenos grupos (o mercado também oferece soluções para estes casos) do que ser atacado por um grande exército estatal. A dimensão do ataque exige obviamente respostas diferentes em cada caso. A percepção subjectiva do risco também não é semelhante para cada pessoa, pelo que será necessária uma qualidade de prestação diferente e, por conseguinte, uma escala diferente de prestação de serviços. Se assim não fosse, teríamos pessoas demasiado protegidas ou pessoas mal defendidas. Em ambos os casos, o serviço de defesa do estado não seria pertinente. O único caso em que a defesa do estado seria aceitável é quando confrontado

¹⁷⁸ Tanto na Turquia quanto no Egipto, o *deep state* é uma organização informal de poder, que opera nos bastidores para influenciar ou controlar os rumos do país — muitas vezes contra a vontade popular expressa nas urnas. V. cap. III.8.

com uma agressão em grande escala por forças organizadas em grande escala, como as organizadas ao nível do estado. Mas neste caso, como vimos anteriormente, não é certo, em primeiro lugar, que a melhor forma de enfrentar este tipo de agressão seja a de uma outra organização estatal (o estado francês foi derrotado pelos nazis e teve de recorrer à guerrilha, como aconteceu no Iraque, na Espanha das guerras napoleónicas ou em inúmeros outros casos) e, em segundo lugar, entramos de novo na circularidade: precisamos de um estado para combater outro estado e, assim, por regressão, como se justifica a existência do primeiro estado?

O presente trabalho procurou salientar que a definição de defesa produzida em monopólio pelo estado, por não ser facilmente escalável (se o fosse, não poderia ser definida como um bem público que só o estado pode fornecer), não pode satisfazer as necessidades de defesa de uma população. Da mesma forma que, por exemplo, a educação estatal não pode produzir mais do que uma pequena parte das necessidades educativas de uma população e esconde uma agenda de dominação da população, no caso da defesa o que se pretende é três quartos da mesma coisa: não passa de uma justificação ideológica para o monopólio de certos meios de violência (os mais poderosos) pela classe governante.

2

Sobre as Empresas de Segurança de Nozick

Em muitas ocasiões, discute-se a oportunidade de debater questões utópicas e irrealistas, algo a que nós, libertários, somos muito propensos. Somos acusados (muitas vezes com razão) de negligenciar o mundo real e de nos dedicarmos a teorizar sobre suposições fantásticas acerca de sociedades futuras e ideais. Mas a verdade é que todos os sistemas ideológicos foram pensados e discutidos antes de serem implementados, e muitas ideias que pareciam irrealistas na altura acabaram por ser postas em prática. Daí a necessidade do debate, quer como exercício intelectual para clarificar posições, quer como algo útil para perceber deficiências no funcionamento das instituições actuais e perspectivar futuros imaginários.

Um desses debates centra-se no que poderia acontecer numa sociedade anarcocapitalista em que as várias funções de segurança e defesa fossem asseguradas, no todo ou em parte, por empresas privadas. O filósofo libertário Robert Nozick, o pai teórico do minarquismo moderado (embora o conceito se deva à ironia do anarcocapitalista Roy Childs), levantou no seu livro *Anarchy, State and Utopia* a possibilidade de uma dessas agências se tornar uma espécie de agência dominante que acabaria por subjugar as outras agências de protecção privadas e, no final, tornar-se uma espécie de Estado através do monopólio da violência. Esta é uma objecção interessante e bem fundamentada que gostaria de discutir aqui. Embora possa parecer um debate irrealista, tem antecedentes nas velhas disputas da Idade Média e do Renascimento sobre o recurso ou não a tropas mercenárias para a protecção dos vários reinos e senhorios que povoavam a Europa de então, uma vez que um dos receios que os assombrava era o de que esses mercenários

acabassem por suplantar os seus governantes "legítimos" (Coloco legítimo entre aspas porque, se estudarmos a história de tais reinos, podemos observar que, em muitos casos, os ocupantes do poder o derivaram de práticas, digamos, pouco ortodoxas e pacíficas, como usurpações, crimes ou golpes de estado). É verdade que, em algumas ocasiões, tal fenómeno possa ter ocorrido, mas uma revisão de algumas histórias dos condotieros,¹⁷⁹ como a de Trease,¹⁸⁰ mostra-nos, em primeiro lugar, que era muito mais frequente os governantes enganarem os condotieros e não quererem pagar-lhes os seus serviços depois de o serviço ter sido prestado, chegando por vezes a envenená-los ou a assassiná-los (conheciam melhor as técnicas do poder e do engano do que o condotiero, que não era mais do que um bravo guerreiro), do que o contrário. O caso do mítico Ruy Díaz de Vivar, o Cid Campeador,¹⁸¹ é um bom exemplo de um mercenário (combateu em nome de cristãos e muçulmanos na Espanha medieval) enganado por um rei pérfido. Uma vez eliminados os seus líderes, as tropas tendiam a dispersar-se, como acontece em muitas companhias quando não têm líderes capazes. Trease afirma que, em geral, o comportamento dos mercenários era angélico em relação aos papas, reis ou senhores que os contratavam. A história do *condottiere* mostra-nos também que havia muitas formas de controlar o comportamento dos mercenários, algo em que os venezianos eram mestres, tendo-os contratado dezenas de vezes e nunca tendo sido dominados por eles. Reféns, penhores, arras¹⁸² ou a contratação de várias companhias ao mesmo tempo para se contrabalançarem eram algumas das suas técnicas. Procuravam também ligá-las a algumas das famílias da cidade para procurar a sua lealdade. O facto é que, em tais negócios, o mercenário corria quase

¹⁷⁹ Do italiano *condottiere*. Os *condottieri* eram mercenários ao serviço das cidades-estado italianas até meados do séc. XVI.

¹⁸⁰ Ver Geoffrey Trease, *The Condottieri: Soldiers of Fortune*

¹⁸¹ El Cid, nobre e guerreiro castelhano do séc. XI.

¹⁸² A tradição das *Arras Matrimoniales* está enraizada em muitas comunidades latino-americanas. Durante a cerimónia, o noivo entrega 13 moedas (arras) à noiva, um gesto simbólico de comprometimento financeiro e emocional.

sempre mais perigo do que o governante. E entendo que o mesmo aconteceria no caso que Nozick propõe. Vejamos porquê.

Em primeiro lugar, uma sociedade sem estado, se vier a existir, surgirá no futuro, ou seja, após uma evolução social a partir do momento actual. Os motivos que nos podem levar a tal solução podem ser variados, mas desde logo não se pode ignorar o facto de que numa tal sociedade, uma percentagem não desprezível da população estará familiarizada com as teorias anarcocapitalistas (caso contrário, não se poderia explicar que uma tal sociedade se tivesse desenvolvido). Estas pessoas detectariam rapidamente quando uma tal agência de segurança se estivesse a transformar num proto-estado e agiriam muito provavelmente em conformidade. O conhecimento da história serviria de aviso, e não seríamos como os povos primitivos sem história que se viram dominados por estados sem saber o que os esperava, como muito bem salientou o historiador do estado primitivo Henri Claessen.¹⁸³ Ao contrário do que aconteceu com os nossos antepassados, podemos efectivamente impedir o desenvolvimento de tais instituições coercivas. O possível aparecimento de empresas depredatórias ocorreria em populações alfabetizadas com um grupo significativo de pessoas conscientes e bem relacionadas, e não em sociedades sem história escrita e incapazes de comunicar em grande escala. Presumivelmente, essas populações não delegariam toda a sua segurança a essas agências, mas manteriam armas de autodefesa para se protegerem contra essa eventualidade, à semelhança da segunda emenda da constituição dos EUA, que apela à liberdade de portar armas para se defenderem contra os abusos de poder do estado, se necessário.

Em segundo lugar, essas empresas não teriam legitimidade para se imporem à população dominada. Se é verdade que o fundamento de qualquer poder político é o uso ou a ameaça credível de força física sobre os governados, não é menos verdade que grande parte da capacidade de acção dos estados se deve à sua capacidade de

¹⁸³ Antropólogo dos Países-Baixos. Escreveu vários volumes em torno do título: *The Early State*.

convencer a população da legitimidade do seu governo. Sem legitimidade, as pessoas resistiriam a pagar tributo e a obedecer às ordens dos governantes, tornando o exercício do poder mais complicado e inseguro. Uma tal empresa teria dificuldade em obter a curto prazo a aquiescência da população e encontraria muito mais resistência do que um estado. Não consigo imaginar uma missa de coroação de um gestor de Executive Outcomes,¹⁸⁴ nem uma cerimónia de hastear de bandeiras da Securitas, nem uma multidão de jovens a dar a vida pelo bem da Prosegur...¹⁸⁵ Acho que os gestores destas empresas nem sequer o quereriam. Querem apenas exercer a sua actividade em paz, sem pretenderem mais do que prestar um serviço de qualidade. É verdade que uma tal empresa poderia exercer um poder, mas um poder que seria unanimemente considerado ilegítimo e que muito provavelmente seria objecto de resistência. Poder-se-ia contra-argumentar com o exemplo da sobrevivência ao longo do tempo das máfias ou maras¹⁸⁶ e da sua aparência de ter certos elementos de legitimidade, mas penso que não é um bom exemplo porque, curiosamente, as máfias surgiram sempre em sociedades com estado. Nascem no calor do estado, financiando-se com a comercialização de bens ou serviços que os estados proíbem (drogas, álcool, jogo, armas, prostituição...) e beneficiando da sobretaxa que a proibição ocasiona. Exercem, portanto, actividades subsidiadas pelo estado e, em alguns países, as máfias e os estados estão tão interligados que se pode dizer que são a mesma coisa. Umas protegem os negócios legais e outras os ilegais. Também exercem funções de protecção ou de extorsão em locais onde o estado convencional não é suficientemente forte para se impor, mas é suficientemente forte para desencorajar os negócios legais de protecção (num conflito recente no México entre narcotraficantes e grupos de autodefesa de bairro, o exército apressou-se a desarmar os vizinhos, que, não querendo entrar em conflito com a lei, permitiram que isso acontecesse. Os

¹⁸⁴ Empresa militar privada sul-africana.

¹⁸⁵ Securitas e Prosegur são empresas privadas de vigilância e segurança.

¹⁸⁶ V. cap. V.1.

narcotraficantes, como é óbvio, continuaram armados). Em todo o caso, e contrariamente ao que se pensa, as máfias sem estado seriam muito pouco numerosas, pois teriam muita dificuldade em financiar-se sem actividades lucrativas, o que reduziria a sua capacidade de recrutar mafioso ou de adquirir armas. Numa sociedade sem estado, essas organizações, mesmo que pudessem existir, dificilmente teriam recursos para se impor, sobretudo com uma população civil disposta a defender-se e equipada com meios de defesa eficazes.

Em terceiro lugar, não está escrito em lado nenhum que tipo de espaço uma tal empresa de segurança dominaria e qual seria a escala do seu domínio. Estamos habituados, por causa dos mapas que estudámos em crianças, a entender os territórios do poder como entidades compactas, quando pode não ser esse o caso. Onde vivo, uma empresa de segurança protege a universidade, outra os bancos, outra os grandes armazéns, e assim por diante. Por outras palavras, num pequeno espaço, podemos ter várias agências concorrentes. Eu próprio posso até contratar várias agências ao mesmo tempo, como os venezianos, com funções diferentes ou sobrepostas. Por exemplo, se tiver mais do que uma apólice de seguro, verá como alguns eventos, como a assistência em viagem, podem ser cobertos várias vezes. O mesmo poderia acontecer em relação às agências de segurança. Se o meu vizinho pode contratar a sua segurança a uma empresa e eu a outra, para que essa agência se torne dominante, terá de expulsar gradualmente as agências rivais, mas sem ter um espaço compacto a partir do qual começar e, acima de tudo, sem ter uma referência sobre onde deve ser o limite e onde parar. É muito difícil iniciar um processo deste tipo sem que as outras empresas sejam alertadas e sem que os cidadãos se apercebam do que se está a passar. Penso que a maioria dos libertários imagina a sociedade como o resultado da dissolução de um estado, mas com o estado como referência última. Ou seja, imaginamos um Ancapistão espanhol como Espanha, sem estado, mas com todos os referentes de um estado, ou seja, as agências dominantes de Nozick acabariam por oprimir e ser monopolistas no espaço espanhol. Mas Nozick não determina qual o espaço que essa agência dominante ocuparia para

ser considerada como tal: o de Andorra, de Portugal, o da China Popular, o mundial...?

Por último, os defensores do argumento de Nozick deveriam responder à questão de porque é que seria pior ser dominado por uma empresa do que por um estado. Nozick parece ser tão claro que não o explica, mas eu gostaria de saber como é que seria pior. Seria através de impostos mais elevados, por exemplo? A Professora Margaret Levi, no seu soberbo *Of Rule and Revenue* (também de interesse: Margaret Levi, "The predatory theory of rule" em *Politics & Society* 10(4), 1981, pp. 431-465), explica como os estados extraem impostos até ao máximo que podem obter em cada circunstância. Uma empresa suponho que faria o mesmo, mas teria que prever amortizações e a capitalização dos tributos, pelo que provavelmente preferiria, se os seus gerentes fossem bons empresários, impostos mais baixos a curto prazo para obter mais rendimentos a médio e longo prazo. Obrigar-nos-ia a educar os nossos filhos de acordo com os seus valores? Determinaria como as couves-de-bruxelas devem ser manuseadas ou o azeite servido? Obrigar-nos-ia a segurá-los nas suas companhias de seguros de acordo com os seus termos e condições? Não podemos saber *a priori*, mas penso que seria bom sabê-lo antes de escolhermos entre as duas opções e determinarmos qual seria a preferível.

Os argumentos acima expostos são obviamente ficção-política, tal como os de Nozick, mas dado que este autor fez propostas tão conclusivas sobre o futuro de uma sociedade ancap, creio que é necessário discuti-los não só para prever possíveis contingências futuras, mas também para entender a situação actual e compreender como é a natureza dos estados contemporâneos.

3

Sobre a Concorrência de Serviços de Defesa num mesmo Território

No artigo anterior desta série, discutimos a teoria do monopólio aplicada aos serviços de segurança e defesa. Nele argumentámos que diferentes forças de segurança podem coexistir e coexistem no mesmo território sem necessariamente entrarem em conflito.

O primeiro debate é, portanto, qual deve ser o âmbito desse território, que não tem necessariamente de coincidir com o de um estado existente. Especialistas em economias de escala, como Walter Adams e Seymour Melman, afirmam que a dimensão óptima de uma empresa, quer se trate de uma empresa de serviços ou de bens, não coincide normalmente com a dimensão dos estados que as acolhem, ou seja, é perfeitamente possível conceber uma pluralidade de entidades que produzem ou prestam serviços no seu âmbito territorial. Em Espanha, por exemplo, existem vários fornecedores de electricidade, telefone e água e fábricas que produzem bens que não coincidem com as dimensões espanholas. Algumas cadeias de supermercados podem perfeitamente servir, por razões logísticas, o noroeste do espaço ibérico e Portugal, outras o norte e o centro, etc. Por vezes, chegam mesmo a sobrepor-se, com benefício para o consumidor, que pode optar por se abastecer numa ou noutra unidade, de acordo com a sua conveniência, e jogar com os preços. A lógica da escala não compreende as dimensões do estado.

A mesma abordagem poderia ser aplicada à segurança e à defesa: como qualquer outra empresa de serviços, deveria ter um perímetro adequado à prestação dos serviços, tendo em conta as preferências reveladas pelos consumidores em termos de quantidade e qualidade e a sua disposição para pagar por elas. Combinar-se-ia aqui, várias

escalas de prestação tal como no mercado das bebidas, por exemplo, com uma escala regional para os produtos de massa (refrigerantes) e uma europeia ou mundial para os produtos de qualidade superior (whiskies de malte de qualidade superior). O mesmo se aplica à produção de segurança, que é em si mesmo um bem heterogéneo. A segurança relativa às brigas de trânsito ou aos distúrbios nocturnos é normalmente prestada a nível local; a informação antiterrorista pode ser fornecida à escala europeia; os assaltos e a investigação de crimes de sangue seriam fornecidos a nível regional ou estatal. Além disso, pode e deve haver sobreposições e redundâncias, ou seja, várias agências ou unidades podem prestar o mesmo serviço para garantir que esta seja prestada. Com estas comparações pretende-se salientar que não existe uma escala correcta de prestação de serviços de segurança, nem que estes devam necessariamente ser prestados em regime de monopólio.

É necessária uma agência de segurança única? Para muitos defensores do estado, as particularidades da defesa impediriam a existência de várias agências de segurança em concorrência, uma vez que estas iriam inevitavelmente competir entre si de forma violenta. Entendo que esta afirmação não é correcta. Esta situação já existe de facto e não conduz ao conflito, mas sim à cooperação.

No espaço espanhol (no europeu é ainda mais claro, pois no seu território estão estabelecidos vários exércitos nacionais ao mesmo tempo), coexistem a nível estatal a polícia local, urbana, regional e nacional, a guarda civil, os exércitos terrestre, marítimo e aéreo e as tropas americanas estacionadas em várias bases. No sector privado, existem dezenas de empresas de segurança, muitas vezes em edifícios contíguos ou muito próximos. A universidade está protegida por uma empresa, a Xunta de Galícia por outra, os grandes armazéns, os bancos e as empresas contratam cada um a sua própria empresa. Mesmo a nível individual, podemos estar protegidos por várias agências ao mesmo tempo. Da mesma forma que, quando contratamos mais do que um seguro, é muito provável que vários riscos fiquem duplamente cobertos (assistência em viagem,

acidentes...), nada impede que uma empresa ou um particular contratem a segurança a duas ou várias agências ao mesmo tempo. Além disso, os organismos públicos e privados estão em concorrência com as organizações armadas da economia paralela ou subterrânea. As máfias, os traficantes de droga, os traficantes de seres humanos e os terroristas também competem no mercado da segurança, com diferentes graus de sucesso. Cada uma delas tem uma organização armada e presta algum tipo de protecção ou segurança (as organizações de traficantes de droga, por exemplo, protegem o tráfico de droga e procuram assegurar a protecção dos seus traficantes e dos seus carregamentos de mercadorias).

Como podemos verificar, em Espanha, um dos países mais seguros do mundo, existem numerosas organizações armadas concorrentes e até sobrepostas, sem que pareçam existir problemas graves de violência entre todos estes grupos. Podemos, logicamente, contra-argumentar que muitas destas organizações são coordenadas pelo estado ou estão sujeitas à sua regulação e que, por conseguinte, continua a existir um certo monopólio na violência. O argumento é forte, pelo que deve ser analisado.

Todos estes grupos armados têm alguma autonomia operacional e nada os impede de lutarem entre si. Já o fizeram. Sem ir mais longe, a Guardia de Asalto¹⁸⁷ e a Guardia Civil lutaram entre si na Guerra Civil Espanhola, tal como o fizeram membros de diferentes armas que simplesmente obedeciam a diferentes comandantes. Uma das questões que se colocam no caso da secessão catalã é a de saber a quem obedeceriam os Mossos d'Esquadra¹⁸⁸. Nalguns países, certas

¹⁸⁷ As Guardias de Asalto foram uma força policial especial criada durante a Segunda República Espanhola (1931–1939), e tiveram também um papel central durante a Guerra Civil Espanhola (1936–1939). Próximas da esquerda republicana, lutaram a seu lado contra as forças franquistas

¹⁸⁸ Os Mossos d'Esquadra são a força policial regional da Catalunha. Tornaram-se relevantes quando estiveram no centro do conflito entre o governo catalão e o estado espanhol durante o referendo de independência de 1 de Outubro de 2017. Foram criticados por ambos os lados, por não impedirem o referendo - como a Guardia Civil tentou fazer -, por um lado, e pelo independentistas, por actuarem contra os seus manifestantes, por outro.

forças policiais podem estar associadas a traficantes de droga ou a máfias e noutros não. Sempre me chamou a atenção o facto de, no México, os responsáveis pela luta contra o narcotráfico serem as forças navais, já que também actuam no interior do país. Pode ser que isso se deva a um fenómeno de infiltração das forças policiais pelos narcotraficantes e que os responsáveis pela luta contra o narcotráfico não confiem nelas. O mesmo se passa com as forças militares baseadas no território de outro estado, como é o caso das forças americanas em Espanha, que dispõem mesmo de certas imunidades penais. Elas não obedecem ao comando nacional directamente e podem ser potenciais fontes de conflito e instabilidade, como já se viu em muitas ocasiões. A este respeito, recomendo o excelente livro de Chalmers Johnson, *As aflições do Império*.

Trata-se de mostrar, em primeiro lugar, que a existência de várias agências de defesa num território não significa necessariamente que elas estejam em eterno combate umas com as outras, mas que uma ou outra pode potencialmente ser chamada à conveniência da necessidade do cliente, e que, portanto, a defesa ou a segurança não têm de ser fornecidas sob a forma de um monopólio. É um serviço como outro qualquer e a lógica da sua produção é a mesma que qualquer outra e não precisa de envolver luta ou conflito. Em segundo lugar, o que explica que unidades armadas tão diversas não estejam em conflito contínuo, mesmo que pudessem estar, é a cooperação entre elas. Como já foi referido num artigo anterior, os estados funcionam internamente de forma anárquica, ou seja, indivíduos unidos por regras, convenções, códigos de honra internos ou interesses pecuniários, e têm um claro interesse em cooperar como um grupo organizado de indivíduos para manter o seu poder sobre os governados. Quando, por qualquer razão, não cooperam, surge o conflito, que pode assumir várias formas, desde o golpe de estado à guerra civil aberta. É então mais fácil perceber

como cada uma destas organizações armadas adota posições diferenciadas.

A guerra aberta é rara nos estados ocidentais, pois o grau de integração das suas elites e a fórmula política que adoptam tornam-na muito difícil. O conflito entre agências armadas limita-se geralmente a fugas de informação e à guerra suja política de uma forma mais ou menos incruenta (como pudemos observar agora em Espanha¹⁸⁹ ou nas fugas de informação da CIA e do FBI contra ou a favor de Donald Trump). Os actores envolvidos não têm qualquer interesse num conflito aberto, pois isso poria em causa a sua base de legitimidade e, por conseguinte, a base de sustentação do seu poder. Assim, é normal que cooperem entre si. Nos países que ainda não atingiram o nosso nível de estabilidade, ou seja, onde as suas elites estão menos integradas nas normas e valores da modernidade democrática, podemos observar como os conflitos abertos entre grupos armados que operam no mesmo território são mais frequentes.

Como podemos ver, se houver cooperação, muitas forças armadas podem coexistir no mesmo território: o conflito limitar-se-á àquelas que não o fazem, como certas máfias ou grupos terroristas. A questão, portanto, é que não é estritamente necessário que os serviços de segurança devam ser prestados em regime de monopólio, que como vemos, não é, mas se numa sociedade sem estado haveria suficiente cooperação entre as diferentes agências para evitar uma guerra permanente. A minha opinião é que sim. Como vimos, a classe dirigente desenvolveu métodos de coordenação, quer de integração quer de exclusão, que permitem manter uma situação razoável de paz, tanto no interior dos estados como entre estados, que são basicamente os mesmos que existem numa sociedade com relações contratuais de mercado. No mercado do uso da violência defensiva, existem incentivos à cooperação,

¹⁸⁹ Referência à “*guerra sucia*” (guerra suja), operações ilegais e de espionagem promovidas por agentes do estado, nomeadamente durante o governo do Partido Popular (como o governo de Mariano Rajoy).

medo de ser sancionado e formas de organização coordenadas pelo dinheiro e pelos preços.

Alguém pensa que uma sociedade capaz de coordenar centenas ou milhares de pessoas em todo o mundo para produzir roupa, automóveis ou cimento para obter uma margem de lucro de 3 ou 4% não seria capaz de se coordenar da mesma forma para salvar a sua vida ou a sua liberdade? Pois bem, a coordenação que é necessária para produzir qualquer bem ou serviço é a mesma que se requer para produzir serviços de defesa ou segurança, que não são mais do que bens ou serviços com características próprias (em todo bem ou serviço podem ser predicadas particularidades).

4

O Debate Sobre as Invasões

Uma das questões mais contestadas nos debates sobre a possibilidade de criação de sociedades sem estado é a forma como essas sociedades se defenderiam na ausência de uma entidade monopolista de serviços de defesa. Na ausência de tal entidade, os habitantes de um determinado território seriam facilmente derrotados pelo invasor, carecendo de organização e de um mínimo de acção colectiva que pudesse enfrentar com sucesso o agressor. O tema é fascinante e muito mais profundo do que pode parecer à primeira vista, podendo mesmo dizer-se que é uma espécie de analogia, no mundo da política, ao que foi outrora o debate sobre a impossibilidade do cálculo económico numa economia socialista na teoria económica.¹⁹⁰ Exige uma compreensão excepcional dos mecanismos de coordenação humana e da capacidade de acção colectiva em domínios total ou parcialmente excluídos dos mecanismos habituais de coordenação económica, como os preços monetários ou outras fórmulas alternativas de cálculo.

Em primeiro lugar, devemos estabelecer que o conceito de invasão não é algo facilmente definível. Por princípio, poderíamos perfeitamente definir como invasão qualquer agressão ou violação da nossa integridade física ou material. Qualquer agressão violenta por parte de outrem poderia ser enquadrada nesta categoria, uma vez que o agressor é sempre outrem e, para efeitos práticos, pouco importa se o bandido ou terrorista que nos agride é natural e cidadão do nosso estado ou se é proveniente de outro. Normalmente, os danos que nos são causados não variam consoante a cor do passaporte do agressor. O mesmo acontece com a violência de

¹⁹⁰ V. Ludwig von Mises, *The Impossibility of Economic Calculation under Socialism*.

grupos bem organizados, como as guerrilhas ou as milícias. Os danos causados por um grupo guerrilheiro ou terrorista interno não são muito diferentes dos causados por uma milícia fora das nossas fronteiras. Mesmo a violência nacional, como no caso das guerras civis, pode ser de maior intensidade, porque normalmente vem acompanhada de um tipo de ódio que lhe é específico e que não é tão comum nos conflitos internacionais. Em todo o caso, ambos são invasivos da vida ou propriedade da pessoa em causa, e nem a forma nem a natureza do grupo armado têm por que ser distintos. Queimar a casa de um co-nacional ou de um estrangeiro não parece, à primeira vista, ser muito diferente.

No entanto, no que diz respeito à questão que estamos a discutir nestes artigos, parece ser relevante. Se em ambos os casos o estado usa a ameaça potencial de violência como razão última para justificar a sua existência, no caso da invasão das nossas vidas ou propriedades por nacionais, ela pode ser vista como uma falha ou fracasso do estado no desempenho das suas funções, demonstrando a sua incapacidade para fazer valer o seu alegado monopólio da violência. De facto, autores como Van Creveld, no seu *Ascensão e Declínio do Estado*, prevêm que os estados modernos confrontados com formas não convencionais de violência, como o terrorismo jihadista ou as novas formas de crime organizado, não saberão como ou não serão capazes de lhes responder adequadamente, porque as formas que utilizam perturbam os padrões de gestão da violência do estado. Um tanque ou um avião de combate funcionarão contra outro estado ou uma guerrilha militarmente organizada, mas não contra máfias reticulares como a 'Ndrangheta¹⁹¹ ou os lobos solitários do Estado Islâmico. Incapaz de enfrentar os novos desafios, o estado tradicional terá de mudar de forma ou desaparecer como monopolista da violência, prevê este autor, um teórico militar de renome da Universidade Hebraica de Jerusalém.

¹⁹¹ 'Ndrangheta é uma das mais poderosas organizações criminosas internacionais, originária da Calábria, Itália, marcada por estrutura familiar e profunda influência no tráfico e na economia ilícita.

Se a violência interna pode ser usada para deslegitimar o poder do estado, por outro lado, a violência exercida por grupos organizados fora das nossas fronteiras parece ser um argumento muito forte para continuar a legitimar teoricamente a existência do estado. E é-o certamente, e é por isso que é necessário, pelo menos, discuti-lo um pouco. Se não os entendi mal, este tipo de argumento pressupõe que uma sociedade sem estado seria facilmente invadida e os seus habitantes mortos, escravizados ou saqueados por um grupo organizado exterior a essa comunidade anarquista. É uma visão que parte de uma espécie de pessimismo antropológico hobbesiano,¹⁹² segundo o qual os seres humanos estariam em perpétuo conflito uns com os outros e só a mão de ferro do estado, utilizada, naturalmente, com intenções benevolentes, poderia eliminar tal ameaça, que deriva do terror atávico dos seres humanos de serem mortos ou prejudicados pelos seus semelhantes.

Com base nesta premissa, podemos conceber alguns cenários de invasão. O primeiro seria um território anárquico rodeado de estados. Os críticos do anarcocapitalismo prevêem que um tal território será muito provavelmente invadido, quer por estados circundantes, quer por hordas ou bandos provenientes desses territórios. Como em qualquer luta, o resultado dependerá da força relativa de cada actor, da capacidade e vontade de lutar, da superioridade do armamento, etc. Mas lembremo-nos que os estados modernos excluem a maioria da população da capacidade de se defender, privando-a de formação e armamento (os suíços, ao manterem muitas características pré-modernas no seu estado, seriam quase uma excepção no nosso meio). O simples facto de confrontar uma anarquia contra um ou mais estados não nos pode dizer nada *a priori*. O mesmo se aplica às lutas interestatais, em que a mera existência de estados não pode garantir a sua sobrevivência ou impedir a agressão. Os checos, os belgas, os dinamarqueses ou os franceses, mesmo com os seus estados muito evoluídos, de pouco

¹⁹² “*Homo homini lupus [est]*” (“o homem é o lobo do homem”), expressão popularizada por Thomas Hobbes no seu *Leviatã*.

lhes valeram face aos nazis. Os romanos, com todo o seu estado, não conseguiram resistir às hordas mal organizadas e quase anárquicas dos godos ou dos vândalos. O estado etíope dificilmente conseguiria causar grandes danos a um Texas ácrata povoado por ferozes *minutemen* da associação de espingardas.¹⁹³ O resultado do conflito dependeria, portanto, da capacidade militar das partes, e a maior ou menor anarquia seria um factor a ter em conta nos combates.

Se o estado garantisse, pela sua mera existência, a ausência de invasão, seria um óptimo elemento no nosso debate e eu seria o primeiro a reconhecê-lo, mas a existência do estado não poupou um número muito grande de povos a serem invadidos e derrotados, exactamente como nos dizem que aconteceria numa situação de anarquia.

O argumento estatista completa-se com a ideia de que seria impossível estabelecer qualquer tipo de acção colectiva que permitisse a defesa contra o invasor. Como já referimos noutras ocasiões, é curioso observar como grupos imensos de pessoas são capazes de se organizar em anarquia para construir empresas e associações de todo o género, coordenadas através de preços ou de regras de conduta tácitas, e no entanto não seriam capazes de se organizar para defender a sua vida ou a vida dos seus entes queridos. A história mostra-nos que foram capazes de o fazer, quer através de confederações para a guerra, como fizeram as nações índias contra a agressão do estado americano, quer, curiosamente, fragmentando-se ainda mais para dificultar o controlo do território pelo invasor (muitos índios, por exemplo, dividiram-se em grupos mais pequenos e formaram bandos de quilombolas ou de bandidos para assediar o inimigo). A guerra da independência espanhola contra o exército napoleónico mostra uma estratégia semelhante, com a Espanha a fragmentar-se primeiro em vários reinos e depois a formar grupos de guerrilha para combater o invasor de forma descentralizada (com

¹⁹³ Referência à National Rifle Association (NRA), organização norte-americana que promove o direito de uso e porte de armas de fogo.

bastante sucesso, aliás, dada a força do inimigo). Esta estratégia foi também utilizada pelos Talibãs após a invasão de 2001, tendo estes conseguido recuperar em pouco tempo uma grande parte do território. Esta estratégia, embora possa parecer o contrário, não é necessariamente má, pois torna a conquista mais difícil e dispendiosa, não faz depender a resistência de algumas batalhas (como no caso da queda da França na Segunda Guerra Mundial) e permite aos resistentes aprender como luta o inimigo. Por exemplo, a conquista do Peru seria mais fácil ou mais difícil para Pizarro se, em vez de enfrentar um grande império centralizado de 10 milhões de habitantes com as suas centenas de soldados, tivesse de enfrentar 20 principados de 500.000 cada? Poderiam os poucos milhares de conquistadores hispânicos conquistar mais facilmente uma América de grandes impérios ou uma América composta por muitas sociedades sem estado? Como sempre, tudo depende das capacidades bélicas de cada um, mas suspeito que a anarquia não tornaria a defesa contra invasões mais difícil, mas sim mais fácil. Mesmo no caso de uma invasão alienígena, poder-se-ia discutir qual a melhor estratégia: concentrar forças e confiar tudo a uma entidade centralizada ou descentralizar e combater o inimigo de forma descentralizada, obrigando-o a ocupar todo o terreno e combatendo-o com diversas formas de combate?

Outra questão que poderia ser levantada no contexto deste debate é a ideia de que cada um procederia à invasão do mais fraco. Seria fácil para a Alemanha conquistar o Luxemburgo, a França o Mónaco ou o Senegal a Gâmbia. Porque não o fazem? Segundo a lógica estatista da conquista, não faria diferença, para efeitos práticos, conquistar uma anarquia do que um estado mais fraco, uma vez que a capacidade de oposição seria mais ou menos a mesma. Mas a resposta é que a conquista não traz normalmente grandes vantagens para o conquistador, sobretudo no actual contexto de

integração económica e globalização.¹⁹⁴ É mais barato e mais rentável comprar e comercializar do que conquistar e invadir. Na era da Internet, é mais barato, mais cómodo e menos arriscado obter bens através da Amazon ou do Alibaba do que fretar navios de guerra e montar expedições de pilhagem. Os benefícios económicos da conquista e do império nunca foram muito grandes, como mostra a literatura, infelizmente não muito abundante, sobre a economia do imperialismo. E, a existirem, concentram-se em sectores próximos das classes dominantes, enquanto o resto da população suporta os custos. Se fosse verdade que a conquista beneficia o conquistador, países com imensos domínios territoriais, como Portugal, estariam entre os mais ricos do mundo e países que nunca "usufruíram" dos benefícios da conquista, como a Suíça, estariam entre os mais pobres. Se isto se aplica às conquistas entre estados, também se pode aplicar à invasão de territórios sem estado. Segundo esta lógica, bastaria que os habitantes desses territórios se defendessem, tornando a invasão tão dispendiosa que não fosse compensatória, e os conquistadores prefeririam utilizar um telemóvel para obter o que precisam, em vez de se submeterem às dificuldades dos cercos e das trincheiras. De facto, a lógica da guerra moderna segue esta linha e tem menos a ver com vitórias militares e mais com levar o agressor a esgotar-se e a desistir (o Vietname seria um bom exemplo de derrota não causada por motivos estritamente militares, mas por propaganda e prejuízos económicos para o invasor).

Em todo o caso, o perigo de invasão existe, razão pela qual autores anarquistas como Huemer (*The Problem of Political Authority*) afirmam que as primeiras experiências de sociedades sem estado surgirão em zonas do mundo altamente desenvolvidas e pacíficas, onde os próprios habitantes do território agressor considerariam inaceitável atacar vizinhos pacíficos com os quais mantêm relações

¹⁹⁴ Ver Stephen G. Brooks, "The Globalization of Production and the Changing Benefits of Conquest" em *Journal of Conflict Resolution*, vol 43, n° 5, Outubro de 1999, pp. 646-670.

Miguel Anxo Bastos

comerciais e pessoais satisfatórias. Mas a possível origem das futuras sociedades anarcocapitalistas será tratada noutro artigo deste género.

5

A Evolução dos Sistemas de Defesa

Este artigo foi escrito no meio do debate sobre a secessão da Catalunha. Poderia ser actual debater se os processos de secessão são uma evolução possível para as sociedades anarcocapitalistas, mas, por uma questão de princípio, não gosto de discutir questões tão controversas em momentos em que se discute apaixonadamente e, embora tenha uma posição sobre o assunto (que coincide essencialmente com a do director deste instituto)¹⁹⁵, prefiro discuti-lo em momentos mais calmos, pelo que este mês proponho como assunto a questão da transformação da guerra e as suas possíveis consequências para a evolução dos estados.

Os processos de formação do estado moderno e a sua subsequente evolução estão intimamente ligados à guerra. Historiadores e politólogos como Charles Tilly, Michael Mann, John Hall e Bruce Porter, nem todos eles libertários, explicaram estes processos como uma dialéctica constante entre a estrutura organizacional do estado e as formas de fazer a guerra. Como observou, Charles Tilly, o estado faz a guerra e a guerra faz o estado. Se este argumento estiver correcto e a guerra continuar a ser o principal factor de definição estatal, pode estabelecer-se que as mudanças na forma do conflito ou da defesa deveriam alterar substancialmente a forma como o estado está configurado. Um historiador militar israelita, Martin van Creveld, apresentou em dois dos seus livros (*Ascensão e Declínio do Estado* e *Transformation of War*) a tese de que as novas formas de guerra transformarão os estados modernos numa espécie de relíquia histórica incapaz de cumprir a

¹⁹⁵ Este artigo foi escrito no âmbito da colaboração que Miguel Anxo Bastos tem com o Instituto Juan de Mariana e cujo director executivo à altura era Juan Ramón Rallo.

função que teoricamente justifica a sua existência, que é a de garantir a segurança da sua população. A este respeito, gostaria de abrir um duplo debate: em primeiro lugar, se a função de segurança continua a ser a principal função do estado nas sociedades modernas que nos rodeiam e, em segundo lugar, se a afirmação do Professor Van Creveld sobre a capacidade do estado moderno para enfrentar os novos desafios em matéria de segurança é correcta ou, pelo menos, potencialmente correcta. Se a sua teoria for verdadeira, poder-se-á então debater, o que faremos num artigo posterior, se o anarcocapitalismo poderá acompanhar uma evolução deste tipo e se poderá ser a melhor resposta possível a este desafio. Passo agora a explicar a minha posição relativamente a estes dois debates.

Se olharmos para os orçamentos dos estados ocidentais modernos, como queria o velho Schumpeter, para medir a importância das diferentes funções públicas, parece que as funções de defesa e de segurança deixaram de ser as principais preocupações dos governantes, sendo preteridas pelas despesas com as pensões ou com a segurança social. O estado moderno não parece estar preocupado, pelo menos em termos de despesas, com a manutenção da ordem e da segurança, mas sim com a manutenção de serviços sociais no domínio da educação ou da saúde e mesmo da investigação ou da cultura. O velho estado policial parece ter desaparecido e o poder político moderno só mostra a sua face mais simpática em termos de cuidado e protecção da população em geral e dos mais fracos e indefesos em particular. A gestão da violência deixou de ser a função essencial do estado, assim como as outras funções definidas como essenciais, como a justiça ou a construção e manutenção de infra-estruturas, também foram relegadas para segundo plano, pelo menos no que diz respeito à dotação orçamental.

Mas discordo de Schumpeter neste ponto. Embora a despesa pública com a segurança seja pequena em termos percentuais no orçamento, isso não implica que a despesa com a segurança tenha diminuído em termos absolutos numa perspectiva histórica, e muito

menos implica que tenha deixado de ser a sua função mais importante e a que legitima a sua existência. Sem o monopólio da gestão da violência, os estados modernos não teriam sido capazes de manter o actual nível de intervenção na vida social no passado, nem de arrecadar os fundos para financiar os serviços públicos que o legitimam. Sem o monopólio da violência e a ameaça do seu exercício, não seria possível, em primeiro lugar, conseguir a arrecadar o montante de receitas de que os estados dispõem actualmente.

Também não lhes seria possível conseguir a disciplina social que faz com que a quase totalidade da população obedeça sem resistência às suas directivas e, por exemplo, escolarize os seus filhos em sistemas de ensino público obrigatório, o que, por sua vez, leva a um novo aumento dos níveis de aquiescência às directrizes estatais. A mudança que se verificou no domínio da segurança é no peso relativo dos mecanismos de defesa externa, que se reduziram em relação aos que se referem à manutenção da ordem pública no seio das sociedades. Aos dias de hoje, pode dizer-se que as guerras clássicas desapareceram e que os conflitos se exprimem mais em lutas pelo controlo do poder no interior de um estado, com ou sem a intervenção de potências externas. Assim, a função militar do estado declinou em benefício da função policial do estado, e em simultâneo verificaram-se mudanças na própria organização e nas dotações de armamento necessários a essa função, produzindo-se um certo mimetismo entre ambas, de tal modo que a polícia (algo muito visível nos estados Unidos) utiliza cada vez mais armamento pesado e, inversamente, os exércitos são cada vez mais utilizados em funções de ordem pública, sendo cada vez mais observável soldados a patrulhar as ruas como dissuasão antiterrorista. Concluindo, não entendo que a defesa tenha deixado de ser a função central do estado, sem a qual o estado não poderia, em última análise, sustentar a sua capacidade, mas reconheço que esta função saiu do primeiro plano dos argumentos utilizados para legitimar o poder político moderno e, por isso, perdeu visibilidade.

Uma vez estabelecido este ponto, devemos continuar a discutir se a forma como o estado presta os seus serviços de defesa continua a ser a mais adequada para garantir a segurança da população e, a não ser assim, analisar a sua possível evolução. Autores como Spruyt defendem que o estado moderno é filho da artilharia que destruiu o castelo feudal, pelo que é lógico que as novas formas de agressão ou de gestão de conflitos possam, por sua vez, contribuir para a superação da forma estatal, incapaz de lhes dar uma resposta adequada. Novas formas de agressão são as novas formas de terrorismo (especialmente o terrorismo jihadista), as máfias do século XXI, que são frequentemente velhas máfias como a 'Ndrangheta¹⁹⁶, que paradoxalmente aparecem perfeitamente adaptadas às realidades tecnológicas do século XXI. Os novos desafios são os novos piratas e traficantes de pessoas que utilizam formas sofisticadas de cobrança como a Bitcoin ou o Paypal. Novas formas de armamento, como os drones (potencialmente utilizados até em forma de enxame) ou as novas gerações de minas, podem reequilibrar o potencial de defesa contra o ataque, tornando mais difícil para o estado controlar os territórios rebeldes. A emergência de cidades “selvagens” (cidades tão densamente povoadas que é impossível controlar por parte da polícia convencional), como algumas grandes cidades da Índia, do Paquistão ou da América Latina, coloca novos desafios em matéria de segurança. Recorde-se que, historicamente, os governos eram mais capazes de controlar as cidades do que o campo, mas com as grandes cidades cheias de esconderijos e bairros impenetráveis onde se podem esconder terroristas de todos os tipos ou onde os bandos ou quadrilhas podem exercer o seu domínio impunemente, o modelo tradicional de domínio do estado está a vacilar. Os antigos guerrilheiros e *partisans* operavam melhor no campo, onde se podiam esconder devido ao seu melhor domínio do terreno: mas agora são as cidades, especialmente as grandes, onde melhor se podem esconder e dissimular. Bin Laden, por exemplo, conseguiu manter-se escondido

¹⁹⁶ Vide capítulo V.4.

durante muito tempo numa dessas cidades. Como o espaço é curto para este tipo de artigo, vamos analisar algumas destas ameaças para ver até que ponto o estado pode enfrentá-las sem ter de abandonar a sua forma actual.

Os estados modernos desenharam tradicionalmente os seus sistemas de defesa para enfrentar outros estados, mas a sua escala ou organização para a prestação este novo tipo de serviços pode não ser adequada. Por um lado, são demasiado pequenos para enfrentar ameaças que estão ligadas em rede à escala mundial, sob a forma de grupos terroristas jihadistas como a Al Qaeda ou o ISIS (por oposição aos movimentos terroristas clássicos que operavam exclusivamente dentro de um estado, como a ETA ou o IRA). As novas máfias, por oposição às tradicionais, também não operam num único país, mas à escala global, criando alianças com outras organizações semelhantes, como descreve Claire Sterling nos seus livros sobre as máfias. A coordenação do estado neste domínio é muito complexa, uma vez que ambas as ameaças tiram partido das lacunas legais e da difícil interoperabilidade das diferentes agências de segurança do estado.

Ao mesmo tempo, os estados-nação são demasiado grandes para lidar eficazmente com o problema, dada a enorme desproporção dos meios utilizados por cada um deles. Um pequeno grupo de terroristas que, em circunstâncias normais, não passaria de uns arruaceiros numa discoteca ou numa taberna e seriam facilmente vencidos à paulada, podem, por outro lado, utilizando armas caseiras, desestabilizar países inteiros de dezenas de milhões de habitantes, com forças de segurança bem equipadas, armadas e treinadas. Em França, foi instaurado o estado de alerta e, em Espanha, provocou uma crise política de grandes proporções.¹⁹⁷ O

¹⁹⁷ O autor refere-se aos casos, em França, do atentado terrorista contra o jornal satírico francês Charlie Hebdo em Paris a 7 de Janeiro de 2015 que provocou medidas de alerta nunca vistos até então e em Espanha refere-se ao ataque terrorista “11-M” na estação de Atocha em Madrid a 11 de Março de 2004, que, tendo sido a 3 dias das eleições gerais, provocou a derrota do Partido Popular, contra todas as sondagens.

estado só pode agir a muito custo e a sua dimensão e *modus operandi* não são provavelmente adequados para lidar com esta ameaça e, de facto, ocorreram ataques indiscriminados nos estados mais consolidados do mundo. Como enfrentaria este problema uma sociedade sem estado? Primeiro, numa comunidade privada, a presença de minorias radicais desse tipo é muito mais difícil de ocultar e prevenir. É mais fácil detectar um terrorista no Liechtenstein do que em Paris, Londres ou Berlim. Duvido que uma comunidade privada facilitasse ou permitisse a instalação ou a entrada deste tipo de sujeitos no seu território, pois o acesso não seria tão livre como é actualmente. Em segundo lugar, o efeito de “caixa de ressonância”, no sentido em que um atentado num qualquer local multiplica o seu efeito ao nível de todo um estado, desestabilizando-o e conseguindo multiplicar o seu efeito em todo o seu território (objectivo último do terrorista), é aqui muito reduzido, dado que os efeitos políticos do atentado se reduziriam a uma escala mais local. É muito provável que a população das sociedades sem estado esteja armada ou treinada para lidar com tais ameaças, ao contrário das populações estatizadas, onde a recomendação é fugir e correr durante o tempo que demora a chegada de um agente. Por fim, há que discutir se os sistemas penais dos estados ou as suas formas de combate ao terror são os mais adequados. Tenho a sensação, embora possa estar enganado, de que os assassinos das Ramblas¹⁹⁸ não parecem estar muito assustados com a revisão da pena de prisão perpétua de Gallardón.¹⁹⁹ Novas formas flexíveis de combate ou organizações reticulares, como as máfias, poderiam provavelmente combater o terror de forma mais eficaz e menos dispendiosa (a máfia corsa pediu para ficar

¹⁹⁸ Os “assassinos das Ramblas” eram membros de uma célula jihadista que realizaram um ataque com um furgão contra civis em Barcelona em 2017, matando 15 pessoas no total.

¹⁹⁹ Refere-se a Alberto Ruiz-Gallardón, ex-ministro da Justiça da Espanha (2011–2014), associado à proposta e debate sobre a possibilidade de revisão da pena perpétua, que seria exclusivamente para terroristas.

encarregue da tarefa, uma vez que o estado, com os seus porta-aviões e aviões de combate, não parecia muito competente).

O mesmo se pode dizer, por exemplo, da pirataria. Perante a ameaça dos piratas no Oceano Índico, os países europeus enviaram navios de combate preparados para combater navios semelhantes, e não barcos a motor. Estes navios, para além do enorme custo da viagem, não parecem ser, nem em termos de dimensão, nem de procedimentos operacionais, a melhor forma de combater esses piratas. Os armadores resolveram o problema com dois ou três mercenários sul-africanos, armados com armas apropriadas para esses navios e bem treinados para a tarefa específica. Desde então, não se registaram mais apreensões. Gostaria, assim, com estas páginas, de contribuir para abrir um debate sobre esta questão e, em geral, sobre a evolução das formas de defesa e segurança do estado e o seu contraste com as de uma sociedade ancap.

6

A Nova Ordem Mundial
ainda Terá de Esperar

Nos últimos anos²⁰⁰ tem-se falado muito do advento de uma nova ordem mundial, sobretudo devido ao desenvolvimento da guerra na Ucrânia ou ao suposto reforço dos BRIC's com novos membros. A fraqueza ocidental parecia manifesta e uma nova ordem pluripolar parecia iminente, mas este ano que está a chegar ao seu fim, especialmente nos seus últimos meses, não parece ser muito prometedora para aqueles que a vêem não só como inevitável, mas também como algo positivo.

Em primeiro lugar, há o impasse na guerra na Ucrânia. Embora a contra-ofensiva ucraniana tenha falhado totalmente, não se pode deduzir daí que a Rússia tenha feito grandes progressos na sua invasão, uma vez que passou todos estes meses na defensiva e as suas contra-ofensivas também não parecem ter tido grande sucesso. Não é muito em dois anos, para a grande potência que pretende ser. É verdade que existem divisões internas na Ucrânia, mas estas também estão presentes na Rússia, basta ver a necessidade de eliminar Prigozhin²⁰¹ ou a repressão de Navalny,²⁰² que Putin teme como líder da oposição, ou a anulação de qualquer possível candidatura da oposição. Se acrescentarmos a isto o facto de os fundos russos congelados em bancos ocidentais (uma soma equivalente ao dobro das despesas de guerra da Ucrânia até à data)

²⁰⁰ Artigo publicado originalmente em Dezembro de 2023, no periódico Nós Diário.

²⁰¹ Yevgeny Viktorovich Prigozhin, oligarca russo que morreu em Agosto de 2023, presumivelmente assassinado.

²⁰² Líder de oposição russo. Morreu pouco depois da publicação deste artigo, em Fevereiro de 2024, em circunstâncias controversas.

serem muito provavelmente devolvidos aos países invadidos para a compra de armas, é provável que a guerra se arraste. Seria um belo paradoxo se o dinheiro da Rússia fosse gasto na compra de armas contra a Rússia. Se acrescentarmos a isto o facto de os preços do petróleo e do gás estarem a cair na origem devido ao enorme aumento da eficiência dos produtores norte-americanos e à queda da procura global, principalmente devido ao abrandamento económico da China, o futuro da guerra não é o que Putin previa há alguns meses.

O conturbado Médio Oriente é outra área em que o discurso multipolar está a ter problemas. Esperava-se uma reacção maciça do mundo árabe contra a invasão de Gaza e não só o mundo árabe não está a fazer quase nada (à excepção dos Houthis no Iémen), como parece deduzir-se que não só estão a tolerar o ataque como também estão a encorajar Israel por trás a acabar com o Hamas, que parecem considerar um incómodo nas suas agora boas relações com o estado sionista. Mesmo o Irão não parece ter-se mobilizado muito com as suas milícias por *proxy* no Líbano e na Síria em defesa dos seus parceiros. Este fracasso da mobilização árabe também é susceptível de afectar a Rússia a médio prazo, uma vez que esta se apressou a apoiar a causa palestina. No final, ainda será a NATO que acabará por exercer pressão sobre Israel para conseguir um cessar-fogo.

Na América Latina, outro dos pilares do mundo multipolar, a Venezuela, que há algumas semanas parecia confiante na recuperação do Essequibo,²⁰³ chegando mesmo a nomear administradores para o território, e que lançou uma nova ronda de repressão contra a oposição, parece ter mudado de ideias. O seu ardor bélico cessou subitamente quando encontrou as tropas do Grande Satã capitalista, lideradas pela General Richardson,²⁰⁴ alinhadas na Guiana, e começou subitamente a falar de paz e de diálogo. Esta posição foi apoiada por uma troca de prisioneiros e

²⁰³ Território pertencente à República Cooperativa da Guiana, disputado pela Venezuela.

²⁰⁴ Referência à general Laura Richardson, e ao Comando Sul dos EUA (Southcom)

Miguel Anxo Bastos

pelo cancelamento da viagem planeada de Maduro à Rússia. Talvez o presidente venezuelano também pareça estar consciente da deriva do mundo e não pareça ter muita confiança na liderança da Rússia na nova ordem que se avizinha. Vamos ver o que nos traz o novo ano, e aproveito para felicitar a toda a gente o novo ano 2024.

7

Centralismo e Catástrofe

A lamentável catástrofe ocorrida na semana passada em Valência,²⁰⁵ que causou centenas de vítimas e destruições materiais, abriu um debate sobre quem deve ser responsável pela gestão de tais casos. Alguns comentadores dos meios de comunicação social *madrileños*, geralmente de direita, mas também de esquerda que aproveitam a oportunidade para atacar politicamente um governo autónomo que não é da sua cor política, atribuem a culpa de tudo às disfuncionalidades do estado autónomo, que conduziriam a conflitos de competências entre os diferentes níveis de governo e à falta de coordenação, resultando numa gestão muito deficiente da catástrofe. Evidentemente, pedem a recentralização do estado e a retirada de poderes às comunidades autónomas, e não o contrário, ou seja, a retirada de poderes ao governo espanhol para evitar estes conflitos, partindo sempre do princípio de que Madrid estaria mais apta a gerir este tipo de acontecimentos. É curioso que, por outro lado, não levem os seus argumentos até às suas conclusões lógicas e exijam que as catástrofes na Comunidade Valenciana sejam geridas a partir de Berlim ou de Bruxelas. Se a sua tese for verdadeira, as cheias catastróficas seriam melhor previstas e tratadas com os enormes meios disponíveis na União Europeia, que, para eles, teria uma melhor coordenação e uma melhor capacidade de prever os acontecimentos do que uma região autónoma.

Permitam-me que discorde de tão sábios comentadores da capital do Reino, alertando, em primeiro lugar, para o facto de que nem um estado centralizado nem um estado descentralizado, nem um estado

²⁰⁵ Referência à inundações em Espanha (Outubro-Novembro de 2024), nas quais pelo menos 236 pessoas perderam a vida.

capitalista nem um estado socialista, têm a capacidade de prever a totalidade dos acontecimentos naturais potencialmente catastróficos, e muito menos as consequências concretas que eles terão. A politização de tais acontecimentos é relativamente recente e parece responder à necessidade de procurar um responsável a quem culpar. Seria preferível sancionar politicamente acontecimentos que são da responsabilidade do governo, como a inflação ou as crises económicas, do que culpá-lo por algo que não só não é da sua responsabilidade como também não tem qualquer vantagem em provocar. Mas se a magnitude destes fenómenos é imprevisível, não é menos verdade que alguns deles são recorrentes e próprios de cada lugar geográfico. Na Galiza, por exemplo, os incêndios florestais são recorrentes, enquanto noutros territórios podem ocorrer com alguma frequência fenómenos meteorológicos extremos ou mesmo vulcões. Dado que cada administração territorial conhece melhor os seus próprios riscos do que o governo central, que os seus políticos vivem nos lugares afectados e são, portanto, mais sensíveis aos seus danos do que os habitantes de Madrid, e que as organizações públicas têm mais experiência em lidar com eles, parece lógico pensar que uma comunidade autónoma estará sempre mais bem preparada do que o estado para lidar com eles. A velocidade de resposta será sempre mais alta do que num organismo centralizado e a capacidade de mobilizar recursos humanos e materiais, incluindo voluntários, será provavelmente também mais rápida, certamente mais do que esperar que os burocratas da capital avaliem a situação à distância e decidam tomar uma decisão. Outra questão é a de saber se a administração regional não tem as competências necessárias, mas em todo o caso isso não depende dela, mas sim da legislação centralista que actualmente prevalece e que é a que deveria ser corrigida.

8

Externalização de Fronteiras

Tenho manifestado em várias ocasiões o meu pouco entusiasmo pela União Europeia, tendo criticado nestas páginas a sua política monetária, energética ou o seu intervencionismo muitas vezes ridículo (recomendo a este respeito um pequeno livro de Hans Magnus Enzensberger, *O Afável Monstro de Bruxelas*, que não parece ter tido grande difusão), e tentei mostrar algumas das muitas contradições em que incorre no seu desempenho. Como bom europeísta, sou contra a União Europeia, pois o génio espiritual da Europa baseia-se no facto de nunca ter estado unida na sua história. A UE é, portanto, algo totalmente alheio à nossa forma de viver e entender o mundo e parece mais uma má imitação da China, que começou a decair com a sua unificação, do que um projecto que responda a um verdadeiro ideal europeu. Todas estas contradições pareciam, no entanto, suportáveis e o projecto da UE não parecia estar em perigo. Mas uma nova leitura deste jornal na semana passada, sobre as ajudas financeiras da UE ao Reino de Marrocos em troca do controlo da emigração, fez-me perceber que o projecto europeu já está condenado. Mesmo que dure mais alguns anos, é já um projecto sem futuro.

Sei que a questão da imigração irregular é um tema muito complexo e com consequências disfuncionais, seja qual for a decisão tomada. Trata-se de abrir as fronteiras a todos os que desejam entrar ou restringir o acesso de tal forma que apenas possam entrar no território comunitário aqueles que possuem um visto em dia. Este é um tema que raramente é discutido com seriedade, pois cada posição tem sérios detractores. Fica numa espécie de limbo em que mais ou menos aqueles que conseguem chegar são tacitamente aceites, enquanto se mantém a postura oficial de fecho das

fronteiras. É importante lembrar que nem o Reino de Marrocos nem as chamadas máfias são responsáveis pelos fluxos migratórios, como muitas vezes nos querem fazer crer as autoridades estatais e comunitárias. Marrocos não tem qualquer obrigação de guardar as fronteiras comunitárias nem é quem nos envia imigrantes, simplesmente deixa-os passar, como é seu dever, aliás. Estamos a pedir que Marrocos impeça os direitos de circulação de pessoas que nem sequer são seus nacionais? Receio que sim. O mesmo acontece com as chamadas máfias. Estas surgem porque os imigrantes não podem viajar por meios convencionais, como o avião. Se os imigrantes pagam milhares de euros às máfias, é porque alguém - os estados europeus, com razão ou sem ela -, não os deixa entrar num avião que custaria algumas centenas de euros. Se os imigrantes pudessem viajar como nós, as máfias desapareceriam instantaneamente e então poderíamos observar como elas não passam de uma consequência da restrição, e não a origem da mesma. O debate, portanto, deveria ser sobre se devemos ou não abrir as fronteiras, considerando as consequências, mas sem confundir estas com as causas.

Dito isto, acertadamente ou não, a UE e os restantes países Schengen tomaram uma decisão a este respeito, a de regular estritamente as entradas legais de imigrantes àqueles com visto. Mas, pelo que se vê, não é capaz de a fazer cumprir por si própria e tem de recorrer à subcontratação desse serviço, a um preço elevado, a outros países como Marrocos ou a Turquia, para que estes se encarreguem não só de reprimir e controlar os fluxos, mas também, incluído no preço, de assumir a culpa da repressão, que por vezes é muito violenta, como vimos recentemente em Melilha.²⁰⁶ Mas a questão é se pode ser credível um artefacto político que, ao mesmo tempo, pretende ser uma potência mundial, mas não é capaz de cumprir o mínimo que se pode exigir de um ente soberano.

²⁰⁶ Referência a uma debandada em Junho de 2022, na fronteira entre a cidade marroquina de Nador e o enclave espanhol de Melilha, que resultou na morte de vários migrantes.

Maquiavel advertiu nos seus *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* sobre o que acontece aos países que delegam a sua segurança noutros e não disse nada de bom sobre o seu futuro. Apliquemos isto à UE.

9

Gastos Militares

O Governo espanhol tomou a decisão de aumentar substancialmente as despesas militares,²⁰⁷ aparentemente sem grande oposição dentro das suas próprias fileiras, para além das habituais queixas rituais da esquerda que, devido a precedentes, não resultaram em nada de decisivo, excepto em disputas internas entre aqueles supostamente mais críticos da actual ordem Atlântica. Não farei como muitos autoproclamados neoliberais que abominam os gastos públicos, excepto quando se referem à defesa, caso em que toda a despesa lhes parece pequena. Receio que não tenham compreendido bem a doutrina, ou que nem sequer a tenham lido. Aqueles que somos partidários da redução da despesa pública compreendem que existem pelo menos duas despesas que idealmente deveriam ser reduzidas ao mínimo: a social e a militar. Social porque entendemos que o objectivo final de uma boa política pública é reduzir a pobreza e a vulnerabilidade a zero, de forma que tal despesa não seja necessária. E militar porque entendemos que o resultado ideal de uma boa política externa é alcançar a paz entre os povos de forma que este tipo de despesa também não seja necessário. Um aumento de ambos é mais um fracasso político do que um sucesso, e mesmo sabendo que alcançar o sucesso em ambas as questões é mais uma utopia do que uma realidade e que, a curto prazo, as condições para atingir estes objectivos não serão cumpridas, não podemos deixar de considerar o aumento das despesas públicas em ambos os casos, e especialmente nas despesas

²⁰⁷ À data do artigo (Julho 2022), o governo espanhol, encabeçado por Pedro Sánchez, decidiu aumentar os gastos com a defesa em mil milhões de euros, passando para cerca de 14 mil milhões, de forma a atender "a despesas extraordinárias, relacionadas com a guerra na Ucrânia".

de defesa, mais do que um fracasso. Obviamente, é muito pior gastar com as forças armadas, devido à própria natureza dos gastos com dispositivos mortais que destroem vidas e propriedades de pessoas comuns, como se pode observar nas guerras contemporâneas.

Mas não estou tão iludido ao ponto de pensar que o dia em que os gastos com a defesa chegarão ao zero esteja próximo. Infelizmente, todos os países enfrentam desafios à sua segurança em maior ou menor grau, mas outra questão é a forma como estes são definidos e como são definidas as possíveis respostas. Os teóricos das relações internacionais da chamada Escola de Copenhaga,²⁰⁸ afirmam que uma boa parte das políticas actuais pode ser definida em termos de segurança. Por exemplo, justificam as políticas sociais em termos de evitar confrontos de classe, ou a política agrícola em termos de segurança alimentar. Suponho que daí advém a ideia, que não é nova, de considerar a imigração descontrolada como uma ameaça à segurança, tal como as alterações climáticas ou a escassez de água, militarizando-as em parte. Independentemente de utilizarmos ou não estas definições de segurança, a verdade é que, antes de aumentarmos as despesas de defesa, devemos primeiro determinar que riscos ou ameaças podemos ter e que tipo de armamento ou organização militar devemos ter. Se decidíssemos, por exemplo, que o problema é a imigração, o normal não seria ter aviões ou artilharia pesada, mas sim forças policiais bem treinadas, obstáculos ou armas anti distúrbios, de preferência não-letais. Outra coisa é que decidam por nós e decretem que o inimigo é a Rússia ou a China, que podem ser nações agressoras, mas não creio que possam chegar a Compostela ou Bouciña neste momento e, sobretudo, que decretem que temos de pagar valores exorbitantes

²⁰⁸ A 'Escola de Copenhaga' defende que a "segurança" vai além do militar, incluindo também ameaças políticas, económicas, sociais e ambientais. Desenvolveu o conceito de 'securitização': através do discurso, um actor transforma um assunto numa questão de segurança, de maneira a justificar medidas extraordinárias. Deste modo, algo só se torna numa questão de defesa se for percebido como tal. A defesa, então, depende de como se fala e entende o problema, não só da força militar. Perante uma ameaça, militar ou não, o governo pode justificar medidas excepcionais, como fechar fronteiras ou mudar leis.

por armas concebidas para combater essa ameaça específica; nomeadamente, comprar aviões ou veículos blindados. Os gastos com a defesa também significam manter armazéns, silos de alimentos e combustível, o que seria mais apropriado para nós, dada a nossa geografia. Não simpatizo com a agressão russa, como já afirmei, e considero que é bom ajudar os ucranianos, mas compreendo que as nossas necessidades de defesa devem ter precedência e adaptar-se às nossas circunstâncias, não às decididas pela NATO, com as quais parecemos pouco nos importar. Os gastos podem ser aumentados, sim, mas também tendo em conta o que precisamos e não concentrando tudo em inimigos distantes com os quais será muito raro termos um conflito sério.

10

Sobre a Defesa Europeia Centralizada

Há algumas semanas (10/03/2025), foi publicado um relatório detalhado no *El País*, um jornal de grande circulação em Espanha, sobre as deficiências do poder defensivo da Europa, comparando-as com as do que se entende ser o inimigo a enfrentar, presumivelmente a Rússia, e que justificaria tanto um aumento substancial nos gastos com armamento, como mudanças na forma como os serviços públicos de defesa do nosso território são concebidos.

Além de não compreender a necessidade de um rearmamento tão grande, quando os países europeus já gastam muito mais nesta área do que a Rússia, cuja população é várias vezes superior e cujo PIB é dez vezes superior ao da potência eslava, gostaria de manifestar o meu desacordo com algumas das afirmações feitas no relatório, que se concentram mais na forma como se pretende abordar o desafio de uma agressão russa, do que em discutir se este país é ou não o inimigo a enfrentar, pois isso cabe aos especialistas em geopolítica, e eu não sou nenhum especialista. Mas o texto dá azo a debates muito interessantes.

Em primeiro lugar, o relatório aponta o problema da duplicação e da interoperabilidade dos sistemas de armamento europeus devido à sua fragmentação política. Para mim, não só não são problemas, como podem ser vantagens, sobretudo em caso de guerra defensiva. Evitar a duplicação de serviços é um dos grandes princípios orientadores da administração cartesiana, mas se analisarmos com calma, como fez um dos líderes da escola de Bloomington, tão querida em alguns círculos liberais-libertários, Vincent Ostrom, no seu clássico *The Intellectual Crisis of American Public Administration*,

observaremos que nenhum sistema de administração, seja pública ou privada, pode funcionar sem duplicações e redundâncias.

Simplesmente porque uma administração sem duplicações é muito mais vulnerável a falhas. Se não há alternativa e o sistema central falha por algum motivo, a organização pode entrar em colapso. É o mesmo princípio pelo qual um avião comercial tem dois motores, podendo voar com apenas um, ou um comboio de alta velocidade, com três sistemas de travagem em vez de um muito eficiente. É também o que explica que o sistema de transportes de uma grande cidade não se concentre em apenas um meio de transporte; assim, há autocarros, metro, táxis, circulando ao mesmo tempo, de forma que, se um falhar ou estiver em greve, não fica toda a cidade paralisada.

Um sistema de defesa sem duplicidades pode fazer com que uma falha no comando central deixe todo o sistema inoperante. Uma derrota num sistema bélico centralizado, como aconteceu em França em 1940, que entrou em colapso em poucos dias apesar de ter um exército comparável em quantidade e qualidade ao alemão (ver *A Estranha Derrota* de Marc Bloch), precisamente por não estar duplicado.

Se um exército europeu único entrasse em colapso por qualquer motivo, incluindo traição ou rendição, não haveria outro preparado para assumir o comando. Um sistema com muitos exércitos pode não ser o melhor para atacar, mas garante melhor a continuidade da resistência por parte de um ou vários dos exércitos nacionais em caso de derrota de alguns deles. Além disso, é mais invulnerável à traição ou a um comando incompetente, uma vez que a possibilidade destes eventos se reduziria muito e, em qualquer caso, as suas consequências seriam muito mais limitadas.

Além disso, ao concorrerem com doutrinas militares diferentes e com especialidades distintas, os diferentes exércitos apresentarão uma maior variação na hora de combater, dificultando que o inimigo aprenda a nossa forma de combater. Recorramos a um exemplo histórico para ilustrar este ponto. Como relata Walter Scheidel no

seu brilhante - mas controverso - livro *Escape from Rome*, os mongóis de Gengis Khan não tiveram grande dificuldade em derrotar os grandes exércitos dos impérios das estepes, mas fracassaram ao chegar à Hungria. Acostumados a combater em campo aberto com forças a cavalo de grande mobilidade, viram-se travados ao enfrentar praças fortificadas, típicas dos povos das montanhas, com soldados nativos que combatiam de forma totalmente diferente daquela que conheciam e contra os quais não tinham experiência militar. Alguns milhares de soldados da Europa Central, habitantes de pequenos reinos, foram capazes de deter as tropas do grande imperador do mundo que tinha derrotado o império chinês e a Rússia, e cujos descendentes, algumas décadas depois, reduziram a pó o grande império persa, que, por ser excessivamente centralizado e unificado, caiu em muito pouco tempo.

Simplesmente, os mongóis não conheciam e não estavam preparados para a forma de guerra dos húngaros e austríacos. Se estes tivessem combatido em conjunto com os russos, pouco teria restado deles e os mongóis teriam penetrado ainda mais na Europa, embora eu duvide que tivessem conseguido conquistá-la completamente, devido principalmente à sua fragmentação. Tal como os turcos não conseguiram cinco séculos depois.

Algo semelhante ocorre com a interoperabilidade dos sistemas de armamento, embora talvez aqui não seja tão óbvio. É certo que partilhar sistemas de armamento e munições equiparáveis é uma grande vantagem, não tenho dúvidas, mas também a capacidade de adaptação do inimigo a este único sistema é muito maior e, se estes não forem adequados ao tipo de combate do inimigo, ficaríamos indefesos perante ele e sem capacidade de resposta rápida. Além disso, no caso de se apropriarem do nosso armamento, seria mais fácil para eles decifrar e até mesmo voltar essas armas contra nós, uma vez que dispõem de peças sobressalentes e munições em abundância. Dispor de vários sistemas permite testar qual deles se adapta melhor ao combate ou mesmo estabelecer sinergias entre eles, que, pelo contrário, são difíceis de imitar.

A própria guerra na Ucrânia pode ilustrar isto bem. O exército ucraniano que resistiu e até ganhou terreno nos primeiros meses do conflito era composto por resíduos dos arsenais ocidentais, com armas de todos os tipos combinadas, contra as quais os russos estavam quase sempre desprevenidos. Se os ucranianos tivessem combatido apenas com os seus antigos sistemas de armas soviéticos, bem conhecidos pelo inimigo, os russos não teriam de adaptar os seus procedimentos operacionais tantas vezes como fizeram, abrandando as suas ofensivas, ao ponto de os seus resultados nos três anos de guerra [até à data de escrita do artigo] terem sido relativamente moderados.

Outra questão que se coloca é a de configurar um exército europeu sob comando único, suponho que sob as ordens de um comissário europeu com competências na matéria, embora isso ainda não esteja definido. A primeira objecção a fazer é óbvia: como garantir que esse hipotético exército não se volte contra os seus cidadãos ou contra algum dos estados da União, caso decida não cumprir alguma directiva ou decida, como os britânicos, abandoná-la?

O precedente da guerra de secessão norte-americana é claro. O exército federal foi utilizado para impedir a secessão de estados, que, em princípio, deveriam ter o direito de o fazer, pelo menos nos termos em que os Estados Unidos se configuraram no seu início. Aliás, a Europa já quer imitá-los com as suas mutualizações da dívida, um sistema eficaz já concebido por alguns dos pais fundadores, para tornar as antigas colónias federadas dependentes do ainda incipiente estado federal.

Não há qualquer garantia de que, uma vez estabelecido, esse exército não será utilizado contra os seus próprios cidadãos, pois essa garantia não existe com nenhum exército permanente do mundo. Em segundo lugar, seria necessário discutir a sua definição operacional. Um exército é normalmente concebido de acordo com os inimigos potenciais que se presume que devam ser confrontados, ou seja, um exército é concebido prioritariamente contra alguém. A

questão a discutir é quem poderia ser esse alguém. Em princípio, tudo indica que esse inimigo potencial seria a agressiva Rússia. Os principais beneficiários seriam os países da Europa Oriental e Central, potencialmente ameaçados pelo expansionismo da potência eslava. Outros países, por outro lado, poderiam desejar forças armadas concebidas para enfrentar os riscos potenciais que poderiam vir do norte de África, sejam eles propriamente militares, sejam aqueles que poderiam derivar do uso da imigração como arma de guerra. Sem contar que alguma potência neocolonial, como a França, poderia querer fazer uso do exército europeu para manter o seu domínio, agora questionado pelos russos, no Sahel.²⁰⁹

Também seria conveniente discutir se o novo exército é meramente defensivo ou se teria capacidades operacionais para actuar em territórios diferentes do europeu, com a possibilidade latente, neste último caso, de poder ser utilizado em aventuras neoimperiais da reforçada Comissão Europeia.

Esta última ficaria encantada em financiar, através de emissões de dívida convenientemente adquiridas ou garantidas pelo Banco Central Europeu, o destacamento da nova força, que finalmente realizaria o seu sonho, sempre frustrado, de contar com uma força armada ao seu serviço e não depender dos caprichos dos actuais estados nacionais, com os quais sempre existe a possibilidade de algum susto e ou de surgir algum governo eurocéptico.

Entendo que, antes de propor experiências centralistas ao invés de contratadas no espaço plurinacional europeu, não seria demais observar as vantagens dos actuais sistemas de defesa e tentar aprofundar os seus acertos, que são muito mais do que parecem. Por detrás dos receios induzidos pelos meios de comunicação atlantistas, supostamente assustados com o medo de que os americanos retirem o seu apoio militar, não deixa de estar presente a intenção expressa

²⁰⁹ O Sahel é uma faixa de transição entre o deserto do Saara e a savana sudanesa, com cerca de 500 a 700 km de largura e 5.400 km de extensão. Atravessando vários países: Gâmbia, Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Argélia, Níger, Nigéria, Camarões, Chade, Sudão, Eritreia, e eventualmente Etiópia, Djibuti e Somália.

Miguel Anxo Bastos

na - graças a Deus - fracassada Constituição europeia, de uma união
cada vez mais profunda.

VI

CAPITALISMO, DINHEIRO E ECONOMIA

1

O Capitalismo São Valores (I): A Poupança

Muitas pessoas acreditam que o capitalismo é um sistema económico que resulta de valores consumistas e que, ao mesmo tempo, os fomenta. Nada mais falso e mais errado. O capitalismo requer tanto para a sua origem como para o seu funcionamento valores quotidianos que são a antítese do consumismo e do estilo de vida despreocupado, que parece ser mais uma consequência da opulência que este gera e de ideias como as keynesianas,²¹⁰ que vêm de uma fase madura do mesmo, que dos valores que o moldaram nos seus primórdios no início do século XIX. Daniel Bell escreveu há anos um belo livro sobre as contradições culturais do capitalismo,²¹¹ em que profetiza que o capitalismo morrerá de sucesso precisamente porque à medida que as pessoas se tornam mais ricas, esquecem os valores que lhes permitiram libertar-se da pobreza. As pessoas criadas desde a infância na riqueza e sem memória da história dos processos que a ela conduziram, tendem a pensar que é algo que vem desde sempre e como algo garantido que nunca pode ser destruído e só acrescentado. Mas a que valores nos referimos? Principalmente dois: a poupança e o trabalho. Mas neste artigo, vou referir-me principalmente à poupança.

²¹⁰ John Maynard Keynes, sobretudo na sua obra “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” (1936) refere que a poupança não é, por si só, uma força positiva para a economia, pois poupar mais não significa que se invista mais e por isso é preferível estimular o consumo e o investimento público, do que incentivar a poupança. Do seu nome deriva o conhecido ‘multiplicador keynesiano’, que se refere ao impacto final gerado no PIB, quando é aumentada a conta investimento. Simplificando: para os keynesianos, o consumo é que estimula a economia.

²¹¹ *The Cultural Contradictions of Capitalism* (1976), por Daniel Bell.

A poupança é o principal valor do capitalismo, sem o qual este nome não poderia ter existido nas dimensões actuais. Consiste em adiar o consumo de bens presentes para poder ter consumos futuros,²¹² tanto porque podemos prever que serão escassos no futuro, como para obter algum tipo de lucro com essa escassez. Sem poupança prévia, os bens de capital não poderiam ter sido financiados e, por conseguinte, o nível de vida não poderia ter sido elevado aos níveis actuais. A poupança é uma virtude que requer disciplina interior, no sentido em que temos de ser capazes de contrariar os nossos impulsos em desfrutar dos prazeres presentes. A virtude da poupança requer previsão e cálculo em relação ao futuro, encontra-se em maior ou menor grau nos seres humanos, precisa de ser educada para o objectivo de querer alcançar uma sociedade capitalista e, portanto, desfrutar de bons padrões de vida em todos os aspectos, isto é, num nível aceitável de consumo ou no gozo de bens como os serviços de saúde ou a educação. A educação desta virtude exige, acima de tudo, configurar uma perspectiva em relação ao tempo, ou seja, valorizar mais o futuro e menos o presente. As sociedades capitalistas nascem entre populações com uma preferência temporal muito baixa, como aconteceu na era vitoriana em Inglaterra. Era uma sociedade puritana e frugal que valorizava muito pouco os prazeres presentes e pensava a longo-prazo, no futuro. Foi uma combinação de valores religiosos, sociais e económicos que se transformou numa das sociedades mais frugais alguma vez vistas. Foi desta frugalidade, e não das colónias (muitos países as tiveram antes, como Espanha ou Portugal, e não se tornaram capitalistas, muito pelo contrário), como se costuma dizer, de onde se gerou o capital necessário para financiar o desenvolvimento industrial primitivo, que depois se estenderia para

²¹² Daqui se extrai um conceito económico fundamental, a ‘preferência temporal’, como se verá adiante. Esta é a actual valorização relativa atribuída a receber um bem numa data mais cedo em comparação com recebê-lo numa data posterior. Poupar implica uma ‘preferência temporal’ *baixa*, ao invés que consumir implica uma *alta* ‘preferência temporal’. As origens da sua definição conceptual podem ser traçadas até aos filósofos escolásticos católicos, como . Pensadores como Turgot, no século XVIII, e Frank Fetter no séc XX, fizeram também contribuições significativas.

o resto da Europa. Em sociedades como a britânica daquela época, foram fundados, inclusive com grande sucesso, os “Penny Banks”,²¹³ para incentivar a poupança entre as classes operárias, que aí podiam poupar pequenas quantias de dinheiro, para poderem prevenir o futuro e educar os mais desfavorecidos na contenção económica, evitando assim que continuassem a sê-lo. Campanhas educativas em prol da poupança, como as de Samuel Smiles, bem descritas nas suas obras (infelizmente hoje esquecidas)²¹⁴, eram frequentes na época, a par de valores moralizantes contra o vício do álcool e do jogo. Estes autores utilizavam frequentemente exemplos como a capitalização dos juros compostos durante dez ou vinte anos nos gastos do consumo diário de álcool pelo trabalhador, mostrando que evitando estas pequenas despesas estas podiam ser transformadas em grandes quantidades de dinheiro, também como seguro para evitar a pobreza em caso de infortúnio. É certo que grande parte da formação de capital que hoje ocorre se deve à poupança das empresas, aos lucros não distribuídos das mesmas e investidos na produção, mas também é verdade que tais decisões são tomadas por pessoas dotadas de uma visão temporal de longo-prazo e que compreendem as vantagens a médio e longo-prazo de diferir o consumo. A virtude da poupança tem também muito a ver com a cultura predominante em cada sociedade. Há culturas que privilegiam a poupança e a frugalidade, enquanto outras, como a nossa, privilegiam o consumo, o disfrutar da vida e do momento presente, o famoso “*Carpe Diem*”²¹⁵. Esta cultura disseminada pelos

²¹³ Penny Banks foram instituições financeiras criadas no Reino Unido no século XIX, com o objectivo de incentivar a poupança entre as classes trabalhadoras e mais pobres da sociedade. Um dos primeiros foi fundado por Rev. Henry Duncan na Escócia, em 1810, considerado o pai dos bancos populares de poupança. Depois disso, muitos outros foram criados por igrejas, instituições filantrópicas, associações de trabalhadores e até por empresários reformistas. Muitos outros foram criados por igrejas, instituições filantrópicas, associações de trabalhadores e até por empresários reformistas.

²¹⁴ Por exemplo, a sua famosa obra *Auto-Ajuda*.

²¹⁵ A expressão “*Carpe Diem*” vem do poeta romano Horácio, da sua obra Odes (Livro 1, Poema 11), escrita no século I a.C. A frase completa é: “*Carpe diem, quam minimum credula postero*.”, “Aproveita o dia, confiando o mínimo possível no amanhã”. Ganhou o significado de viver frivolamente, sem pensar nas consequências.

media, pela arte e até no sistema educativo, afecta substancialmente a perspectiva temporal de grande parte da população, reforçando a já forte tendência inata para o disfrute imediato e destruindo toda a complexa arquitectura de poupança que tinha sido conquistada ao longo dos séculos, num longo e difícil processo de civilização temporal.²¹⁶

‘Quero isto aqui e agora’, parece ser um sinal dos tempos. Consumimos muitos dos nossos bens a crédito, sem fazer o sacrifício prévio de nos privarmos de bens de consumo, chegando ao ponto de consumirmos bens de lazer ou de consumo imediato (viagens, banquetes), pedindo empréstimos que acabarão por influenciar a nossa capacidade de poupança futura. Mas esta capacidade de consumo actual é fortemente influenciada pela nossa capacidade de poupança. Se não formos capazes de a manter, irá pouco a pouco decrescer, até que o nosso nível de vida actual se torne insustentável.

A educação sobre como poupar ou alterar as nossas preferências temporárias não deve ser obrigatória. Cada pessoa tem o direito de manter o estilo de vida que desejar, pois esta é uma questão moral sobre a qual a economia ou a política não têm nada a dizer. Mais, é importante saber quais são as consequências das nossas acções, pois se seguirmos estilos de vida ou padrões de consumo economicamente insustentáveis, não teremos o direito de nos queixarmos se, passados alguns anos, o nosso nível de vida diminuir e já não pudermos usufruir de bens e serviços, muitos dos quais essenciais para as nossas vidas, ao nível a que estávamos habituados. A poupança é uma virtude que merece ser louvada e defendida, sem obrigar ninguém, mas tendo em conta que é graças a ela que podemos desfrutar de uma vida com a qual nem um Faraó poderia ter sonhado.

²¹⁶ Hans-Hermann Hoppe, no seu livro *Democracia, o Deus que Falbou*, descreve o processo civilizacional como fundamentalmente impulsionado pelo ajuste da preferência temporal para taxas mais baixas

2

O Capitalismo São Valores (II): Em Defesa do Trabalho Árduo

O capitalismo implica uma ética do trabalho e uma visão positiva do mesmo. As ideologias anticapitalistas habituaram-se a denegrir os valores associados ao trabalho. Opúsculos como *O Direito à Preguiça*, do genro de Karl Marx, Paul Lafargue (que sem pretender elogiou os galegos como uma raças malditas que gosta de trabalhar) ou o infame *Elogio ao Ócio*, de Bertrand Russell, prometem futuros idílicos em que o trabalho será quase abolido, ao mesmo tempo que idolatram o ócio e a preguiça. No entanto, no campo dos teóricos modernos do capitalismo (não tanto os antigos como o grande Samuel Smiles), o valor do trabalho e a importância da promoção destes valores não são suficientemente enfatizados. Por exemplo, basta observar como as novas gerações são educadas na caça e captura de criaturas ociosas e preguiçosas, como as diferentes variedades de “pokémons”, ou na influência de “estrumpfes” preguiçosos, enquanto as gerações agora idosas foram criadas com histórias de anões trabalhadores, como as que vemos naquela maravilhosa exaltação ao trabalho que é *Branca de Neve*, de Walt Disney (com os seus anões industriais, armados com picaretas e pás, assobiando enquanto trabalham). O trabalho sempre foi uma das bestas negras das ideias socialistas e a sua difamação sempre foi uma constante, tanto na teoria como na cultura, enquanto os intelectuais capitalistas de hoje dedicaram muito pouco do seu tempo a elogiar o trabalho. Preferiram concentrar-se na importância dos empresários e das técnicas financeiras e esqueceram que muitas das conquistas alcançadas pelo capitalismo se devem às virtudes de uma magnífica classe trabalhadora imbuída dos valores do trabalho

árduo, da seriedade, da disciplina e do perfeccionismo, e que, sem estes valores, nem os empresários nem os financeiros teriam sido capazes de realizar o que quer que fosse.

Esquece-se frequentemente que as classes trabalhadoras evoluíram juntamente com o sistema capitalista e interiorizaram uma boa parte dos seus valores. E, paralelamente, a perda destes valores manifesta-se com muito mais clareza e em primeiro lugar na deterioração destes. É curioso, mas devemos a um marxista, E. P. Thompson, a detecção deste processo de adopção dos valores capitalistas pelos trabalhadores já no século XIX, embora o autor lamente o processo. Em ensaios como "Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial", narra como a classe trabalhadora está lentamente a adoptar valores como a pontualidade no trabalho, a seriedade no cumprimento dos prazos de entrega, a adopção de uma rígida disciplina fabril e, sobretudo, a necessidade de trabalho constante e contínuo. Como o próprio narra (Max Weber também sublinha o mesmo ponto),²¹⁷ as sociedades pré-capitalistas gozavam de muitos feriados e até da instituição do 'San Lunes',²¹⁸ no qual era comum não ir trabalhar. Além disso, havia o hábito de uma vez ganho o dinheiro, gastá-lo imediatamente e não regressar ao trabalho até que este acabasse. A aquisição de formas capitalistas de trabalho foi realizada com grande dificuldade e paralelamente ao desenvolvimento das suas instituições (bancos, bolsas, câmaras de compensação, etc.), mas foi conseguida em elevado grau. A força de trabalho actual, com todos os seus defeitos, muitos deles partilhados com os empresários, é uma das principais conquistas da civilização ocidental. É uma força de trabalho bem treinada, séria e orgulhosa do produto ou serviço realizado. Trabalham incansavelmente, sem interromper a produção, mesmo nas condições mais adversas. O nível de perfeição e qualidade atingido pelos trabalhadores de países

²¹⁷ V. Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

²¹⁸ O San Lunes era uma prática entre os trabalhadores, principalmente artesãos e operários europeus (e também em algumas regiões da América Latina), durante os séculos XVII a XIX. Refere-se ao costume informal de não trabalhar às segundas-feiras, como uma espécie de "feriado não oficial".

como a Suíça ou a Alemanha, ou sem ir mais longe, o nosso, constata-se nos resultados do seu trabalho e é facilmente contrastável quando o comparamos com o de países que ainda não atingiram níveis avançados de capitalismo. Foi necessário muito tempo, esforço e consciencialização para alcançar estes resultados. Mas podemos orgulhar-nos da força de trabalho do capitalismo.

Infelizmente, as forças ideológicas que atacam o capitalismo não excluem o trabalho dos seus ataques. As teorias da exploração, as da alienação, até mesmo as propostas modernas de redução do horário de trabalho por lei, sempre procuraram apresentar o trabalho como uma maldição que será abolida no futuro, desvalorizando, por isso, o seu contributo para o bem-estar humano. O trabalho educa as pessoas (boa parte do que sabemos aprendemos no próprio processo), relaciona-nos com outras pessoas e integra-nos socialmente. Ao mesmo tempo, faz-nos sentir úteis e orgulhosos de nós mesmos, pois o que possuímos ou consumimos o devemos ao nosso próprio esforço. Isto dignifica-nos e torna-nos sensíveis, ao mesmo tempo, à demagogia daqueles que nos querem arrebatar pela força parte do que obtivemos com os nossos esforços legítimos.

O capitalismo exige trabalho árduo e sério, mas isso faz parte de uma cultura e de uma forma de ver o mundo que não é fácil de estabelecer. Não é de estranhar que os países que mais crescem no mundo sejam aqueles (como outra das raças amaldiçoadas de Lafargue, os chineses) que têm uma ética muito rígida de trabalho e esforço. Povos que já não exigem mais férias, mas sim mais trabalho, como os suíços ou os japoneses, são exemplos de pessoas bem-sucedidas pela sua capacidade de trabalho. O nosso sucesso histórico é também fruto desse espírito. As minhas memórias de infância são de galegos e galegos forte e trabalhadores, a escavar, a fabricar cimento, a erguer edifícios, fábricas e estradas e a trabalhar à noite em fábricas e oficinas.²¹⁹ Eles ergueram a próspera Galiza de

²¹⁹ Em Portugal e em diversas regiões do Brasil, por influência histórica, "galego" acabou por se tornar uma alcunha para referir pessoas que trabalham duro ou exercem

hoje (nunca na sua história foi tão rica, mesmo com todos os problemas da nossa época). Não deixemos que as ideias de lazer e moleza arruinem este legado. Vamos, então, combatê-las com ideias que valorizem o esforço e o trabalho árduo. Mas, infelizmente, não damos muita atenção a estes princípios e focamo-nos noutros aspectos do capitalismo (finanças, inovação, empreendedorismo), não vemos quais são as verdadeiras bases do mesmo e não compreendemos que, sem uma boa força de trabalho, os bancos teriam pouco para financiar e os empreendedores não teriam uma base sólida para inovar.

funções de carregador ou actividades braçais, devido à presença marcante de galegos nessas profissões durante o século XIX e XX.

3

O Capitalismo São Valores (III): Responsabilidade

Pascal Salin, num livro que não teve a sorte que, a meu ver, merece, o seu magnífico *Liberalismo*, explica-nos que o correlato necessário da liberdade é a responsabilidade, ou seja, que não podemos pretender viver numa sociedade livre se não formos responsáveis pelos nossos actos. Na mesma linha, Bertrand de Jouvenel, nas suas duas melhores obras, *O Poder* e *A Soberania*, incide sobre as raízes aristocráticas da liberdade, assinalando que esta classe social deu origem ao moderno conceito de liberdade precisamente porque foi capaz de criar um tipo humano responsável pelos seus actos. O aristocrata de Jouvenel é um ser que, mesmo quando se engana, é responsável pelos seus erros e não pretende que outro pague por eles, pois, como ser livre e consciente, não pode senão admitir que dele, e só dele, podem derivar as consequências dos seus actos. Na mesma linha, autores como Erik von Kuehnelt-Leddihn, em *Liberdade ou Igualdade*, ou Ángel López-Amo, na sua quase desconhecida obra *Insignis Nobilitas: Ensaio sobre o valor social da aristocracia*, ilustram-nos também sobre os valores aristocráticos do dever e da responsabilidade como origem do conceito actual de liberdade política. Espectáculos como os que recentemente pudemos observar entre nós, nos quais altos membros do governo, ou inclusive da família real,²²⁰ pretendem esquivar-se às suas responsabilidades culpando subordinados ou familiares e renegando a sua própria responsabilidade, não seriam admissíveis na velha

²²⁰ Referência ao "Caso Nóos", um processo judicial na Espanha que envolveu Iñaki Urdangarín, duque de Palma de Mallorca - marido da infanta Cristina e genro do ex-rei Juan Carlos I.

aristocracia, e apenas servem para provar a decadência desta enquanto classe e, por conseguinte, a decadência do próprio conceito de liberdade tal como era entendido até aos dias de hoje.

O leitor poderia, a esta altura do texto, perguntar-se o que tem a ver a liberdade, em especial a liberdade económica, com os valores aristocráticos, aparentemente antagónicos a tudo aquilo que entendemos por uma sociedade livre. A aristocracia associa-se normalmente a regimes feudais e estamentais²²¹, nos quais uma classe de nobres por nascimento detém o poder de forma despótica, oprimindo aqueles que não tiveram a sorte de nascer nobres e impedindo, pela força, o desenvolvimento das suas capacidades. Tudo isto é verdadeiro, mas também o é o facto de que os seus códigos de classe constituíram alguns dos travões mais eficazes à expansão do estado moderno. Os seus códigos de dever e responsabilidade implicavam que um nobre, por um lado, tinha de se responsabilizar pela sua vida e património, cuidando inclusive dos mais desprotegidos entre os seus (*noblesse oblige*), e, por outro lado, não podia culpar outrem pelas suas desgraças ou infortúnios, pois a culpa era sua em qualquer caso. O seu código ético impedia-o de fugir à culpa da mesma forma que lhe permitia usufruir dos seus sucessos sob a forma de honras ou recompensas; e, por isso mesmo, não considerava digno reclamar para que outro lhe resolvesse os problemas. Ele, e só ele, tinha de se responsabilizar. Isto limita consideravelmente o crescimento potencial do estado, pois impede que este se apresente como o encarregado de resolver os problemas do indivíduo. Uma pessoa responsável e com sentido de dever nunca chamará o governo em sua ajuda no caso de enfrentar dificuldades. Pelo contrário, verá essa atitude como indigna e recusará a sua intervenção.

Os governantes sabem isto e tentam, deliberada ou tacitamente, fomentar uma cultura de irresponsabilidade que elimine os antigos

²²¹ Ou [sociedades] de ordens.

valores e deixe o indivíduo à mercê do estado.²²² O princípio da responsabilidade implica que uma pessoa deve responsabilizar-se pela sua própria vida e tomar as medidas necessárias para garantir o seu destino, ou o dos seus, caso seja preciso. Em contrapartida, os estados modernos promovem a irresponsabilidade de tal forma que a população passe a depender deles desde o berço até à tumba. Isso observa-se, por exemplo, na educação obrigatória, nas pensões ou na segurança social. O cidadão moderno já não sente a necessidade de ser responsável pelos seus actos e confia que, em caso de dificuldades, alguém, o estado, cuidará dele e lhe resolverá os problemas. O contraponto disto é que passará a depender, em tudo, de decisões tomadas por outros. Serão outros a decidir por si sobre o conteúdo da sua própria vida ou da dos seus filhos, perdendo-se assim o fundamento último da liberdade.

Isto acontece ainda em âmbitos onde supostamente subsistem resquícios de liberdade, como é o caso das decisões financeiras, que deveriam proteger o modo de vida que livremente desejamos levar. Uma pessoa responsável deve cuidar de si mesma em todos os aspectos e, muito especialmente, no domínio das finanças. Recentes sentenças judiciais nesta área apresentam-nos muitos cidadãos como seres irresponsáveis, incapazes de tomar decisões e facilmente enganados por bancos e instituições financeiras, e que, por isso, necessitam de um tutor que os defenda, os ampare e repare os danos causados pela sua conduta irresponsável. As consequências são que este indivíduo tão protegido verá a sua conduta financeira futura regulada. É natural, ele próprio reconhece que não é capaz de se responsabilizar pelos seus actos, nem de tomar decisões por si, sem ajuda. Uma pessoa que toma decisões económicas de grande

²²² Em 1883, ao advogar o início daquilo que se tornou o “estado social de bem-estar”, Bismarck declarou: “Que o estado deve ajudar os seus cidadãos necessitados em maior grau do que antes não é apenas um dever cristão e humanitário, do qual o aparato estatal deve estar plenamente consciente: é também uma tarefa a ser realizada para a preservação do próprio estado. O objectivo dessa tarefa é cultivar entre as classes menos favorecidas da população, que são as mais numerosas e também as menos informadas, a visão de que o estado não é apenas uma instituição necessária, mas também benéfica.”

impacto, como uma hipoteca ou um investimento avultado, deve precaver-se sempre antes de o fazer, com a mesma diligência com que, por exemplo, escolhe um contrato de fornecimento. Observamos, por vezes, como pessoas que analisam ao cêntimo a sua tarifa de telemóvel assinam despreocupadamente contratos no valor de dezenas de milhares de euros, sem os reverem, e depois culpam terceiros pelo que lhes aconteceu. A destruição da responsabilidade é também uma constante no mundo empresarial. O lugar-comum de privatizar os lucros e socializar as perdas, tão caro aos críticos do liberalismo, é, infelizmente, cada vez mais frequente. A sua queixa de que muitos empresários não assumem as perdas que provocam, externalizando-as para a sociedade em geral, acaba, infelizmente, por dar uma imagem do mundo empresarial que parece confirmar a visão desses críticos, que associam a livre iniciativa à falta de responsabilidade. Mas aqui, mais uma vez, o estado é tão culpado quanto os empresários, por estabelecer uma situação de risco moral que muitos actores sem escrúpulos aproveitam — sobretudo quando se trata de empresas “demasiado grandes para falir” —²²³ e que o próprio estado aproveita, ao apresentar-se como protector da sociedade perante a irresponsabilidade empresarial. O empresário não é capaz de se valer por si mesmo, mas felizmente está lá o estado para nos proteger.

A perda de responsabilidade é uma constante em cada vez mais âmbitos da vida. Uma pessoa, por exemplo, ainda tem a possibilidade de escolher como utilizar o seu tempo, os estudos ou a profissão que deseja seguir, ou o tipo de despesas que quer realizar. As suas decisões continuam a ser suas, e as consequências dessas

²²³ “Too Big to Fail” é uma teoria em banca e finanças que afirma que certas corporações, em especial instituições financeiras, são tão grandes e tão interconectadas com a economia que sua falência seria desastrosa para o sistema económico como um todo, devendo, portanto, ser apoiadas pelo governo quando enfrentam risco de colapso.

Nos Estados Unidos, o conceito ganhou destaque durante a crise financeira de 2008, levando à intervenção do governo com o resgate de grandes instituições financeiras como o Bank of America, Citigroup e JPMorgan Chase.

Em Portugal, esta teoria foi relevante após 2008 em casos como o do Banco Espírito Santo (BES) e do Banco Internacional do Funchal (BANIF).

decisões devem continuar a sê-lo também. Uma pessoa pode atribuir o seu tempo como entender, numa das decisões possivelmente mais relevantes da sua vida. Diferentes formas de o fazer conduzirão, com elevada probabilidade, a resultados muito distintos no futuro. Se o resultado dessa escolha levar a consequências satisfatórias ou insatisfatórias, apenas a própria pessoa poderá ser responsabilizada por isso e não forças exteriores (a sociedade é um recurso frequentemente invocado) que supostamente a teriam obrigado a fazer algo que, em teoria, não desejava.

Toda esta retórica contra a responsabilidade só pode ser contrariada com a recuperação dos valores morais e éticos que estiveram na origem da sociedade capitalista, não daqueles que essa mesma sociedade capitalista parece hoje favorecer. Daniel Bell escreveu, há já bastante tempo, um pequeno livro intitulado *The Cultural Contradictions of Capitalism*, no qual relata como o capitalismo pode morrer de sucesso, ao gerar tanta riqueza que as gerações modernas acabam por esquecer que essa riqueza provém do sacrifício, do trabalho e da responsabilidade. Ao não terem experiência directa do processo que lhe deu origem, essas gerações tomam-na como algo garantido, como se fosse uma condição natural da sociedade e, por isso, acreditam que nunca se poderá esgotar. É assim que muitas pessoas hoje pretendem desfrutar dos bens e serviços que o sistema capitalista proporciona, sem terem em conta os valores que o sustentam.

A responsabilidade é um dos principais. Não permitamos que caia no esquecimento.

4

O Dinheiro em Anarquia

O dinheiro e o poder político têm mantido uma estranha relação ao longo do tempo. Este não é o local adequado para a analisar em pormenor, mas vale a pena salientar que as diferentes teorias monetárias, incluindo a austríaca, foram sempre elaboradas num quadro estatal e nunca analisaram como seria o dinheiro numa situação de anarquia. Embora ambas as instituições tenham surgido de forma separada e independente, o dinheiro e o poder político não deixaram de estar ligados a partir do momento em que os governantes se aperceberam do potencial do dinheiro para aumentar o seu poder. Quer indirectamente, isto é, o governo utiliza dinheiro originado externamente a si mesmo para melhor recrutar tropas ou comprar lealdades, quer directamente, através do monopólio do estado sobre a criação e o lastro do dinheiro para os mesmos fins, o resultado desta aliança tem sido o aumento lento mas constante do poder do estado.

Por isso, um dos principais objectivos a médio prazo de qualquer anarcocapitalista (e mesmo dos liberais e minarquistas) é a separação completa entre o dinheiro e o estado. Noutros escritos, analisámos o papel das ideias na criação de uma mentalidade estatista. Ora, a ideia moderna de dinheiro não é apenas um reflexo dessa mentalidade, mas contribui muito para a criar. Recordemos que o monopólio do dinheiro confere ao poder político uma certa aura de onipotência, permitindo-lhe apresentar-se como o salvador da nação em tempos de crise, com a injeção mágica de enormes somas de dinheiro que resolverão os problemas deste ou daquele sector. Ao mesmo tempo, o dinheiro é um dos principais atributos da soberania do estado, com a invenção relativamente recente das moedas nacionais, que têm uma validade geográfica limitada. Não

convém esquecer que, já desde o início, as moedas foram utilizadas, para além das suas funções naturais, como uma sofisticada forma de propaganda política, pois desde o início incluíram a efígie de ditadores, sátrapas e imperadores na sua cunhagem, conferindo-lhes, pela associação com o dinheiro, atributos quase divinos. De facto, esta prática mantém-se até aos dias de hoje na maioria dos países do mundo.

Para além do carácter simbólico do dinheiro, a separação entre o dinheiro e o estado seria desejável por muitas outras razões, que têm a ver com a qualidade do dinheiro e as suas consequências na sociedade através dos ciclos económicos e das inflações (a deterioração do dinheiro prejudica grandemente a ordem social, como nos recorda Ferguson no seu quase esquecido *When Money Dies*). A velha frase de Lenine de que a melhor forma de acabar com o capitalismo é acabar com a moeda é, infelizmente, muito verdadeira, e acabar com a moeda czarista através da hiperinflação foi uma das suas primeiras medidas.²²⁴

O próprio debate monetário, mesmo entre liberais e libertários, está repleto de elementos estatistas. Os nossos míticos debates sobre reservas fraccionárias, modos de banco, criptomoedas, etc., só têm lugar no quadro de uma sociedade estatista que estabelece compulsivamente o que é e o que não é fraude. Os debates sobre a quantidade de dinheiro ou as necessidades do comércio são sempre referenciados a um quadro estatal, nunca a uma sociedade anárquica. Ou seja, são debates sobre qual deve ser a constituição monetária óptima num estado, que tacitamente tomamos como certa no debate. A literatura académica liberal quer conceber um sistema em que não haja intervenção do estado na esfera monetária, mas admite tacitamente que este seria, em última análise, o garante da justiça, do combate à fraude e da garantia do cumprimento dos contratos. Na

²²⁴ A emissão de enormes quantidades de rublos russos foi uma das medidas da política bolchevique conhecida como “Comunismo de Guerra”. A hiperinflação decorrente resultou eventualmente na substituição pelo novo rublo soviético (SUR).

anarquia não existiria tal entidade e o cumprimento destas funções caberia ao próprio mercado.

Uma das consequências mais positivas de uma sociedade sem estado é que estes nossos diferendos seriam rapidamente resolvidos. Por exemplo, quer se trate de uma fraude ou não, qualquer pessoa poderia criar um banco de reserva fraccionária sobre a base monetária que considerasse adequada (ouro, notas de banco, selos, notas de monopólio...), uma vez que não há recurso à força e que a fraude, a existir, não poderia ser proibida *a priori*, pois se as pessoas quisessem contratar com esse banco, seriam perfeitamente livres de o fazer. Da mesma forma que uma sociedade anarcocapitalista não poderia impedir a existência de todo o tipo de vendedores de banha da cobra, de estimuladores capilares ou de macumba. Da mesma forma que o grande mestre Bambo, que deixa o seu anúncio no pára-brisas do meu carro oferecendo remédios para todos os tipos de males amorosos ou económicos, não seria impedido de exercer o seu ofício se conseguisse arranjar um lugar, as práticas bancárias que não envolvem o uso da violência não poderiam ser excluídas do mercado. Mas tal como o professor Bambo não me pode obrigar a contratar os seus serviços, numa sociedade ancap o banco de reserva não me pode obrigar a aceitar as suas notas como meio de pagamento se eu não quiser. Ou seja, numa tal sociedade não haveria curso forçado, nem todos os meios de pagamento seriam cotados ao par, como o são actualmente por decreto estatal. Também não haveria qualquer tipo de garantia estatal de depósitos, e receio que também não fosse possível a um *pool* de bancos desempenhar essa função, ou pelo menos seria extremamente difícil. Isso pode ser feito num sistema bancário cartelizado como o actual, que restringe o número de bancos num determinado estado através de licenças. Num sistema anárquico, os bancos solventes teriam de fornecer fundos para satisfazer as eventuais necessidades dos bancos menos solventes, sem que estes recebessem nada em troca (no sistema actual, podem fazê-lo para defender "o sistema monetário", ou seja, os privilégios que lhes são concedidos pelo estado, mas faz pouco sentido fazê-lo num sistema de mercado livre puro). A concorrência

seria, portanto, global, e não apenas entre bancos, mas também entre bancos, companhias de seguros, grandes empresas de distribuição e até empresas da economia digital, como algumas redes sociais ou qualquer pessoa que queira criar uma empresa neste sector. O cidadão, normalmente, ficará satisfeito em pagar com notas desse banco, o que não sei é se ficará satisfeito na altura de cobrar. Ou seja, dada a opção entre uma moeda de ouro ou uma nota de reserva fraccionária do mesmo valor nominal, na hora de receber o pagamento duvido que fossem aceites pelo mesmo valor. Receio que alguém teria de aceitar um desconto. O mercado decidiria qual, uma vez que, repito, não haveria qualquer obrigação de aceitar uma ou outra como pagamento. Provavelmente, também não haveria uma única forma de dinheiro, como é comum actualmente. Esquecemo-nos de que os romanos subsistiram durante muito tempo com um sistema trimetálico (ouro, prata, cobre) em concorrência e, em princípio, sem paridade forçada entre eles.

Haveria, portanto, várias formas de dinheiro concorrentes (notas, moedas metálicas circulantes, criptomoedas), situação favorecida pelo facto adicional de, na ausência de estados, não existirem as pressões que estes historicamente exerceram no sentido da homogeneização do dinheiro. Ou seja, não haveria uma grande entidade a cobrar impostos numa determinada denominação ou uma grande entidade a pagar salários e transferências também numa única denominação. As moedas dos vários territórios competiriam entre si e, dentro de um mesmo território, os vários emissores entre si, como acontece com qualquer outra mercadoria. Se uma moeda for de má qualidade, será retirada do mercado e, se for boa (como os besantes bizantinos²²⁵ ou os dinares do Rei Lobo de Múrcia²²⁶),

²²⁵ Moeda de ouro do Império Bizantino, também conhecida como nomisma, solidus ou bizante. Era cunhada em Constantinopla e circulou amplamente pela Europa durante a Idade Média.

²²⁶ Moedas de ouro cunhadas por Abu Abedalá Maomé ibne Saíde ibne Mardanis, conhecido como "Rei Lobo" (ou Rey Lobo), emir de Murcia, de 1147 até sua morte em 1172. Também chamados de "morabetinos lupinos", eram moedas de ouro muito valorizadas pela sua pureza e estabilidade, servindo como referência monetária na Europa medieval, e até adoptados como padrão para o comércio mediterrâneo.

difundir-se-á geograficamente e poderá mesmo tornar-se uma espécie de padrão monetário de mercado livre. Da mesma forma que os fabricantes de bens normalizam os seus serviços por conveniência ou conforto, dois ou três bens acabariam por se impor como referências monetárias. Suspeito que seriam mercadorias com valor intrínseco, do tipo do ouro ou da prata, dado que não haveria nenhuma instância que garantisse ou estabelecesse o seu valor por decreto, e estas demonstraram ao longo do tempo virtudes muito apreciáveis como moedas. As criptomoedas poderiam existir sem problemas, mas provavelmente perderiam algum do seu atractivo na ausência de estados dos quais se pudessem esconder fiscalmente, o que é um dos seus principais atractivos actualmente.

Na ausência de bancos centrais com a função de credores de última instância, de estabilização do ciclo ou de manutenção do valor da moeda, desaparecerá também a função de distorção que exercem sobre o preço da moeda, uma vez que não haverá um juro de referência equivalente à actual taxa de redesconto. As taxas de juro serão diferentes para diferentes denominações ou tipos de moeda, sinalizando também parcialmente as diferentes qualidades das diferentes moedas.

Numa tal sociedade, a regulação seria mais semelhante à *Lex Mercatoria*²²⁷ ou à regulamentação dos mercados de obrigações (se um país quiser que as suas obrigações sejam aceites em certos mercados financeiros, tem de seguir as especificações do mercado de Londres, mas ninguém o obriga a fazê-lo, pois pode tentar colocá-las noutros mercados) do que à regulação financeira actual. Recorde-se que o fragmentado mundo medieval funcionava de forma semelhante e que, contrariamente à crença popular, tinha um *corpus* jurídico bastante homogéneo e um par de moedas quase hegemónicas.

Assim, num mundo anarcocapitalista, qualquer coisa poderia ser moeda e, portanto, quase nada chegaria a sê-lo, apenas as mais

²²⁷ V. cap. I.4.

capazes. Também qualquer pessoa poderia emitir dinheiro e, portanto, quase ninguém o poderia fazer. E qualquer um poderia ser burlado, já que não haveria estado para proibir ou garantir o sancionamento dos contratos, e, por isso mesmo, e principalmente por isso, quase ninguém seria burlado na esfera monetária, ao contrário do que ocorre hoje, porque o estado expropriou os mecanismos de mercado que o impediriam, entre os quais, e muito principalmente, a nossa própria cautela, a nossa previdência e a nossa responsabilidade.

5

A Teoria Austríaca do Monopólio e o Estado

Max Weber, numa das definições mais famosas da história das ciências sociais, identificou o estado como o ‘detentor do monopólio da violência legítima num território’. A definição é extremamente interessante, ainda mais por ter sido feita por um autor não anarquista, pois identifica o estado com a violência, algo que influenciou muito tradições como a da sociologia histórica (Charles Tilly, Michael Mann, Barrington Moore, John A. Hall...), que desde então derrubaram o mito da origem contratual ou consentida do estado moderno e revelaram, portanto, os seus primórdios nada imaculados.²²⁸

No entanto, tem-se insistido muito menos no seu carácter monopolista. A teoria austríaca do monopólio difere em muitos aspectos da teoria *mainstream* e é um dos principais pontos de desacordo com as outras escolas económicas (basta observar as acirradas controvérsias entre Frederic M. Scherer, do lado neoclássico, e Dominick T. Armentano, do lado austríaco). Um deles é a inexistência de monopólios naturais, que, portanto, exigem algum tipo de intervenção correctiva por parte do governo. A teoria económica *mainstream* defende que, em alguns casos, um estado ou uma empresa privada pode fornecer um bem ou serviço de forma

²²⁸ Referência a um conceito filosófico associado sobretudo a Robert Nozick, posteriormente criticado por Murray Rothbard no seu livro *A Ética da Liberdade* (capítulo 29, “Robert Nozick e a Imaculada Conceição do Estado”). Esse conceito defende que o estado minimalista poderia emergir de um estado de natureza pré-político através de um processo de “mão invisível”, surgindo de forma moralmente neutra e sem recorrer à coerção. Assim, o Estado apareceria como se tivesse sido “imaculadamente concebido”, isto é, sem qualquer ‘pecado original’ ou origem ilegítima.

monopolística a um custo muito inferior ao que existiria num ambiente competitivo. Isto dever-se-ia às ineficiências decorrentes da sua duplicação, que aumentariam os custos sem oferecer um produto ou serviço melhor. A água corrente urbana ou o fornecimento de electricidade seriam exemplos clássicos desses monopólios naturais.

Alguns dos argumentos habitualmente utilizados para defender a existência do estado partem de princípios muito similares aos da teoria do monopólio natural, no sentido de que se presume que a prestação de determinados serviços públicos, como a defesa ou a justiça, é mais eficiente num regime de monopólio por razões muito semelhantes. Ou seja, presume-se que a duplicação desses serviços não só aumentaria os custos económicos, mas também poderia trazer consigo aumentos nos custos sociais, como instabilidade, conflito ou falta de segurança jurídica. Devemos, portanto, analisar a pertinência desses argumentos. Neste artigo, analisaremos, em primeiro lugar, os aspectos económicos, deixando para um artigo posterior a análise dos custos sociais do monopólio público.

No que diz respeito aos custos económicos da concorrência num determinado território entre várias empresas ou organizações dedicadas a prestar os mesmos serviços, creio que o argumento estatista não é fácil de defender. Em primeiro lugar, a defesa é um bem subjectivo, ou seja, nem todas as pessoas têm a mesma percepção de insegurança nem percebem da mesma forma quais são os inimigos potenciais. A última invasão sofrida pelos espanhóis foi a francesa. Bom, na altura houve espanhóis (os famosos liberais afrancesados)²²⁹ que a perceberam como positiva e colaboraram com ela, enquanto outros resistiram ferozmente à mesma. Nem todos os cidadãos se sentem igualmente inseguros. Alguns vêem

²²⁹ Durante as invasões napoleónicas a Espanha (1808–1814), houve um grupo de espanhóis que apoiou os franceses, acreditando que a presença de Napoleão traria reformas modernizadoras inspiradas nos ideais da Revolução Francesa. Esses apoiantes ficaram conhecidos como "afrancesados". Eram geralmente membros da elite intelectual, administrativa ou burguesa, que viam na França um modelo de progresso, racionalismo e fim do absolutismo.

inimigos ou ameaças potenciais à segurança por toda a parte, enquanto outros se voluntariam para combater nas piores guerras do mundo ou entram sem medo nos bairros mais perigosos.

Em segundo lugar, e derivado do anterior, nem todos estão dispostos a pagar o mesmo por tal serviço e, inclusive, alguns pagariam para serem invadidos, se isso fosse possível. Dada a forma de prestação do serviço, nem todos os cidadãos estão igualmente seguros quanto à forma como o monopólio da segurança presta o serviço. Os habitantes rurais estão mais protegidos do que os urbanos em caso de bombardeamentos, os que vivem em zonas fronteiriças correm mais risco de serem invadidos, assim como os que vivem perto de um alvo estratégico. Ou seja, nem todos os cidadãos estão igualmente defendidos e é lógico que apresentem exigências diferentes e, portanto, não estejam dispostos a aceitar os mesmos preços monopolistas. Na verdade, o monopólio realiza aqui um trabalho redistributivo da segurança que satisfaz apenas uma pequena parte da sociedade.

Em terceiro lugar, mesmo que houvesse algum tipo de consenso sobre a quantidade de defesa necessária, não haveria forma de estabelecer os meios pelos quais ela deveria ser realizada (o argumento da impossibilidade do socialismo não diz respeito aos bens desejados, mas sim à impossibilidade de saber qual é a forma correcta de os produzir). Os governos, ao operarem de forma monopolista, determinam a quantidade e a qualidade necessárias de defesa e estabelecem os meios necessários, mas, ao não disporem das informações necessárias, não podem determinar os meios adequados. É verdade que autores como o “Nobel” Jan Tinbergen²³⁰ tentaram, por exemplo, calcular as dimensões óptimas

²³⁰ ‘Prémio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel’ de 1969, ano em que o prémio foi criado. Ele partilhou o prémio com o economista norueguês Ragnar Frisch, e ambos foram distinguidos “pelos seus trabalhos pioneiros no desenvolvimento e aplicação de modelos dinâmicos para a análise de processos económicos”. Desenvolveu os primeiros modelos econométricos, que combinam teoria económica, matemática e estatística para analisar e prever fenómenos económicos e aplicar esses modelos à política

dos arsenais, mas não tiveram muito sucesso, pois não só é necessário determinar o número perfeito de armas, mas também determinar como, a quem, quando e onde aplicá-las, e estes são elementos alheios ao cálculo meramente económico. Aplicá-las com motivos de desmoralização, de maior destruição económica, de maior valor simbólico, em regiões específicas com o objectivo de dividir...? É mais um cálculo político do que económico. Sem contar que, de acordo com a teoria das eleições, não há nenhuma garantia de que determinados grupos de interesse não capturem e estabeleçam a dimensão de acordo com os seus próprios interesses. Autores como Mary Kaldor (em seu genial *El Arsenal Barroco*) afirmam que grande parte do armamento estatal não responde a necessidades de defesa, mas a imperativos de prestígio ou de impressionar o inimigo ou a própria população (basta observar os desfiles militares para perceber que a maior parte das armas ali exibidas nunca são usadas nem têm utilidade bélica, mas servem para exibir como um ritual o poderio estatal). Outros, como o libertário Seymour Melman (o seu *Pentagon Capitalism* continua a ser leitura obrigatória), explicam-nos como grande parte das despesas com a defesa é determinada pelas pressões da indústria de armamento e suas ligações com o poder político. Não é novidade na história a captura dos gastos com a defesa por parte dos lobistas do armamento desde os tempos dos romanos, e que, receio, continua tão actual como sempre (a esse respeito temos o famoso livro *Los Comerciantes de la Muerte*, de Engelbrecht). Dar-se-iam, portanto, custos extraordinários decorrentes da busca de rendimentos por parte de grupos de interesse, derivados em grande parte do facto de, não existindo mercados livres, os preços desses bens serem desconhecidos pela população e ser fácil que tais assimetrias de informação sejam resolvidas a favor do monopolista e dos seus contratantes - algo que é comum a muitas das compras e concessões realizadas pelas administrações públicas. Os manuais de gestão pública estão repletos de exemplos de desperdício nas compras de

económica prática, especialmente na elaboração de políticas de planeamento económico e estabilidade.

bens militares (Trump, nos seus primeiros dias,²³¹ revelou alguns deles, embora agora pareça tê-los esquecido).

Disto se pode deduzir que a prestação de serviços de segurança e defesa num ambiente em monopólio não é necessariamente mais barata do que seria numa situação de livre concorrência e, acima de tudo, que para o consumidor desse serviço pode ser um desperdício total, porque ou não é produzido em quantidade suficiente ou é produzido em excesso. Portanto, a principal característica de um monopólio natural não se daria no caso da defesa e da segurança e, por isso, o monopólio não está justificado, mesmo aceitando (que não aceito) as teorias *mainstream* do monopólio.

Outra crítica dos austríacos aos neoclássicos na teoria do monopólio é a falta de definição no que diz respeito ao âmbito geográfico do monopólio. Para os austríacos, é normal que num determinado espaço exista um único fornecedor e, nesse aspecto, podemos dizer que todo estabelecimento ou empresa possui um monopólio de localização com características próprias e que depende dos gostos e necessidades do consumidor. Uma cafetaria pode estar ao lado de outra e uma ter sombra e a outra não. Onde eu moro, há apenas um quiosque nas proximidades. Se eu me zangasse com o vendedor, teria de ir à cidade comprar o jornal, com um aumento do preço em tempo e estacionamento. O café e o quiosque são monopolistas? Para mim, de facto, seriam, mas não creio que incorram em qualquer prática ilícita que mereça sanção, nem que, portanto, deva existir provisão estatal dos mesmos, pois, em última instância, se não me satisfazem, posso trocá-los, mesmo tendo de incorrer em custos mais elevados. Algo semelhante pode ocorrer com a defesa. Obviamente, tal como acontece com a estrada ou o quiosque, posso preferir uma organização de defesa de proximidade pelas vantagens que ela pode oferecer (eles podem

²³¹ Durante a sua primeira campanha presidencial (eleição de 2016), Donald Trump fez declarações criticando o que considerava ser um desperísimo excessivo no sector de armamento, dizendo que era possível reconstruir o poder militar dos EUA sem gastar mais, apenas cortando no desperdício e na corrupção.

conhecer melhor as minhas necessidades ou estar mais próximos culturalmente), mas deve ser o consumidor a determinar qual a agência lhe presta melhor o serviço e não que esta lhe seja imposta. Os gibraltinos²³² parecem não desejar agências de protecção de proximidade e preferem ser defendidos à distância e, neste caso, como em outros enclaves que existem no mundo, a teoria do monopólio natural, por razões geográficas, não parece funcionar bem. Suponhamos um estado chamado Rallónia,²³³ monopolista da violência num território. Suponhamos que a sua população tem diferenças irreconciliáveis sobre a questão da moeda real e o tipo de reserva e se separam, criando dois estados onde antes havia um, o Rallistão e a Rallolândia, mas a sua divisão não é compacta, criando-se vários enclaves, que preferem ser defendidos pelos seus correligionários. Bem, onde antes havia um monopólio, agora existem monopólios, mas de forma descontínua e sem poder descartar que algum desses enclaves se separe por sua vez. Essas situações existiram historicamente e existem hoje em países como o Líbano, a Arménia ou a Bósnia, com enclaves desse tipo. Lembremos que, teoricamente, a secessão não tem limites definidos, uma vez que os estados não têm uma escala óptima. Então, em que difere esta situação de monopólio estatal em pequenos enclaves de uma situação de mercado livre em que existem agências voluntárias em concorrência também protegendo pequenos enclaves? Uma agência de protecção também não tem uma escala definida e pode proteger uma residência particular, um condomínio, um bairro, uma cidade, uma região, etc., e, por sua vez, pode perfeitamente ser a única agência em cada um desses territórios, sem que possamos falar de monopólio. Da mesma forma que eu tenho apenas um quiosque e este não é monopolista, também posso ter uma única agência de protecção privada sem que esta seja monopolista. A única diferença

²³² Naturais ou residentes de Gibraltar, um território britânico ultramarino localizado no sul da Península Ibérica.

²³³ O Autor ao atribuir o nome hipotético de Rallónia, Rallistão e Rallolândia está a provocar o Prof. Juan Ramón Rallo, presidente do Instituto Juan de Mariana, para o qual este artigo foi escrito, no âmbito da sua colaboração.

é que, num caso, usa-se a força para subjugar a clientela e, no outro, não, mas não é uma questão de necessidade estrita.

Outro aspecto a abordar sobre o monopólio natural é o que se refere aos custos de duplicar serviços, ou seja, que é extremamente caro duplicar as redes de abastecimento e, portanto, só compensa ter uma. No âmbito da defesa, trata-se de saber se pode ser conveniente ou não a redundância no que diz respeito à concepção e logística no fornecimento desse serviço, ou se é mais conveniente a prestação única, não só em termos económicos, mas também no âmbito da paz social. Ou seja, podem coexistir num território diferentes agências de protecção sem que existam conflitos sociais, étnicos ou religiosos decorrentes dessa multiplicidade? Podem existir vários exércitos ou polícias num território sem que lutem entre si? Eu acredito que sim e, de facto, isso já acontece, mas essa ideia será desenvolvida em próximos artigos.

6

O Euro e a Nação Galega

No sábado passado,²³⁴ Xacobe Ferreiro, colaborador deste nosso jornal convidou a minha professora Dra. Maria do Carme Garcia Negro, e a minha colega a professora Maria Bastida, para um interessante debate sobre os 25 anos do euro. Gostei muito das duas posições, que, embora por razões diferentes, partilham um certo cepticismo em relação à moeda da União Europeia. Ceticismo que eu também partilho. Mas a análise das duas professoras, como a maioria dos estudos que estou a ler nestes dias sobre o aniversário do euro, centra-se, como é esperável, nos aspectos económicos da moeda, nas suas consequências na vida quotidiana ou na economia galega, e evitam-se os aspectos políticos ligados à criação de tal moeda, especialmente os que se referem à questão nacional no âmbito europeu, e aí reside um dos aspectos que deveria ser essencial em qualquer análise.

Quando se decidiu substituir o velho Mercado Comum²³⁵ (que foi a verdadeira causa da paz e prosperidade dos povos da Europa Ocidental contemporânea), por essa superestrutura burocrática chamada União Europeia (o “monstro gentil de Bruxelas”, como lhe chamou num livro de ensaio o defunto Hans Magnus Enzensberger),²³⁶ e que, ao contrário da anterior, pretende sim criar um grande estado europeu que acabe com as velhas soberanias, optou-se por fazer a integração por meios económicos e não políticos. Conhecedores da capacidade da moeda para criar identidades culturais, decidiram utilizá-la para criar uma base

²³⁴ Artigo publicado originalmente em Março de 2024, no periódico Nós Diario.

²³⁵ O Autor aqui refere-se à Comunidade Económica Europeia (CEE).

²³⁶ Em Portugal, *O Afável Monstro de Bruxelas*.

nacional que legitimasse o futuro mega-estado europeu. A outra grande estratégia para a dissolução das velhas nações é o Erasmus,²³⁷ que, tal como o antigo serviço militar (os espanhol e francês tinham essa tarefa), procura retirar os jovens do seu ambiente, desenraizá-los, para que lhes seja mais fácil (ou não tenham outra hipótese) adquirir uma identidade europeia.

A utilização da nova moeda, sobretudo se for física e não electrónica, ao permitir viajar e pagar em diferentes países, contribui para diluir as diferenças entre os diferentes estados europeus, anteriormente emissores da sua própria moeda, e é, portanto, contra estas identidades nacionais que o novo regime é concebido, contribuindo para criar um sentimento comum de comunidade política. Se o modelo for bem sucedido e este sentimento surgir, será o momento de avançar para as fases seguintes da integração política, por enquanto travadas pelo fracasso da Constituição Europeia e pelos sentimentos negativos suscitados pela má gestão política da crise económica de 2008, em que muitos países foram abandonados, se não mesmo condenados, pelas instituições da UE. A prova é que ainda não conseguimos adaptar a nova moeda ao nosso imaginário cultural, como fizemos com o sistema monetário espanhol, que utilizávamos com as nossas próprias denominações, como *pesos*, *cans*, *cadelas* ou o mítico *patacón*, que só se conserva com parecido nome em antigas colónias portuguesas, como Macau.²³⁸

Mas os engenheiros sociais europeus esqueceram-se de uma coisa. A moeda cria identidade, mas a identidade também cria moeda. O marco era respeitado porque era a moeda dos alemães ou o franco por ser a dos franceses e o seu valor era influenciado, positiva ou negativamente, pelas características nacionais de cada povo. O euro é hoje a moeda dos europeus, mas essa identidade ainda está por descobrir e é, no mínimo, incerta, o que também se pode ver na valorização simbólica e do mercado do euro por parte

²³⁷ Programa europeu de mobilidade académica.

²³⁸ A pataca, ou pataca macaense, é a moeda oficial de Macau.

Miguel Anxo Bastos

dos agentes económicos fora do noso espaço. E isso também ainda está por descobrir.

7

Poder e Lei Económica

Acompanho com grande atenção a cobertura deste jornal sobre as greves e protestos que estão a ocorrer em França.²³⁹ As informações parecem, mostrar uma grande combatividade por parte de largos sectores da população francesa e uma grande capacidade de organização e coordenação entre os manifestantes e as forças políticas de esquerda. Embora a sua posição não seja conhecida à data da redacção deste texto, é possível que estas medidas encontrem também apoio por parte de membros do Tribunal Constitucional francês. Vários projectos de reforma propostos por presidentes anteriores tiveram de ser retirados no passado devido à combatividade dos afectados pela reforma, muitos deles trabalhadores privilegiados de sectores estratégicos, como o ferroviário, e, por isso, com capacidade para causar muito sofrimento ao resto da sociedade. Não sei se o mesmo acontecerá desta vez, embora sinta que desta vez será levado avante, uma vez que o Presidente Macron já não está preocupado com a popularidade, pois, como não pode ser reeleito, não tem nada a perder com uma reforma deste tipo, e ainda faltam muitos anos para as próximas eleições, para as quais ainda não estão determinados os candidatos a suceder-lhe.

Mas a questão é diferente, daí o título do artigo, e consiste no facto de protestos poderem ter alguma utilidade em alguns casos, como reverter alguma injustiça, reivindicar algum direito ou até derrubar um governo tirânico, mas terão pouca utilidade quando se

²³⁹ Os protestos foram devido à anunciada reforma do sistema de pensões, que visava alargar a idade mínima de reforma de 62 para 64 anos, bem como aumentar de 42 para 43 anos de contribuições para acesso à reforma completa.

trata de medidas económicas que impliquem aumentos de recursos no âmbito da reforma da segurança social. A medida específica pode ser revertida, mas isso não resolve o problema económico das pensões. A única coisa que se poderia conseguir é que outros, e não os pensionistas, fossem afectados, a não ser que o protesto, por algum acto de magia, conseguisse aumentar a produção de bens e serviços no país e, sobre esta nova base fiscal, arrecadar mais. Se os recursos pudessem ser aumentados simplesmente através de revoltas, não haveria pobreza na Terra. Bastaria que as pessoas de um país pobre saíssem à rua para protestar para que, de repente, alcançassem as condições laborais ou as pensões de um suíço, por exemplo. Os problemas económicos, como as pensões, resolvem-se com desenvolvimento económico, e isso demora; não apenas com o passar do tempo, mas somente criando as condições para que ocorra.

O que aconteceu na Grécia há dez anos deve servir de lição. A dada altura, o governo grego não conseguiu lidar sozinho com as despesas com pensões nem com a manutenção dos serviços públicos mínimos. Os cidadãos protestaram e até incendiaram a Praça Sintagma, em Atenas. Votaram em referendo para não cumprir as condições impostas pela Troika.²⁴⁰ De nada serviu, porque gritar por si só não só não melhora a classificação de crédito, como na verdade a piora, de tal forma que ninguém quer emprestar dinheiro, e o governo e esquerda radical do Syriza,²⁴¹ depois de

²⁴⁰ A Troika foi o *petit-nom* dado ao grupo de três instituições internacionais (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) que intervieram nas crises financeiras da Grécia e de Portugal durante a crise da dívida soberana europeia, a partir de 2010. A sua missão era negociar, conceder e monitorar programas de resgate financeiro em troca da aplicação de medidas de austeridade e reformas estruturais nos países ajudados.

²⁴¹ O Syriza, "Coligação da Esquerda Radical", é um partido político grego de esquerda fundado em 2004, e que teve um papel central durante a crise financeira da Grécia enquanto pertencente ao governo. Durante a crise da dívida grega, o Syriza ganhou destaque por se opor frontalmente à Troika e à austeridade imposta pelos programas de resgate.

expulsar Varoufakis,²⁴² teve de ceder e aceitar os cortes brutais que lhe foram indicados. E ainda por cima privatizar portos e praias; depois digam que a esquerda não sabe aplicar o neoliberalismo quando é preciso, e com a consciência, claro, muito mais tranquila do que a dos governos de direita e da social-democracia que os antecederam. Os portugueses também se manifestaram em massa com o slogan popular "Abaixo a Troika" e creio que as suas mobilizações de pouco lhes serviram. Receio muito que os franceses consigam protestar bastante, mas isso por si só não tornará o seu sistema sustentável. Na melhor das hipóteses, só conseguirão adiar as medidas, pelo que a reforma, dentro de poucos anos, terá de ser ainda mais severa. O poder, seja político ou social, não pode derrotar a lei económica.

²⁴² Yanis Varoufakis foi o Ministro das Finanças da Grécia durante parte crucial das negociações com a Troika, no primeiro governo do Syriza, em 2015.

8

Controlo de Preços, a Ruína
do Pequeno Comércio

Quando Diocleciano ou Robespierre promulgaram, após um período de desvalorização das suas moedas (uma com a adulteração com metal de baixa qualidade e outra com a emissão de papel-moeda, que é o que sempre causa o aumento dos preços), leis de controlo de preços, estas eram aplicáveis a todos os comerciantes, pois o conceito de grande distribuição ainda não existia. Os controlos de preços aplicavam-se a retalhistas e *acaparadores*²⁴³, que eram de dimensões muito reduzidas, não sendo nem de perto as multinacionais que são hoje, nem sequer cadeias de médio porte. Os controlos de preços do passado acabaram, como sempre, em falta de abastecimento das lojas, em diminuição da qualidade dos bens ou longas filas para adquirir os poucos bens finais a preço controlado, que muitas vezes têm de ser racionados. Parece que a história não ensina nada e, em vez de tentar encontrar outras soluções mais imaginativas, como favorecer a concorrência ou que os produtores se associem e vendam directamente sem intermediários (o que não é fácil, certamente), vamos sempre punir o elo final da cadeia, que é quem supostamente aumenta os preços.

Mas num controlo de preços, nestes tempos, ignora-se que os mecanismos de distribuição de alimentos e outros bens básicos mudaram substancialmente desde os tempos em que Franco controlava preços e rendas e impunha cartões de racionamento. Agora existem grandes cadeias de distribuição que se expandiram

²⁴³ Termo sem tradução específica em português. Historicamente, eram acumuladores de grandes quantidades de produtos, especialmente alimentos ou bens essenciais, com a intenção de criar escassez no mercado com isso e aumentar os preços.

precisamente porque tendem a ser mais baratas do que o comércio de proximidade. Na actual crise inflacionária, os preços dos alimentos aumentaram espectacularmente devido à política errática do BCE,²⁴⁴ mas aumentaram em todos os estabelecimentos, grandes, pequenos e multinacionais, com a diferença de que muitas grandes superfícies, devido ao seu poder de negociação, aumentaram um pouco menos do que os demais. Daí que aumentem a sua quota relativa de mercado e ganhem cada vez mais presença nas decisões de compra.

Um controlo de preços ou é selectivo, aplicado apenas a alguns estabelecimentos - presumivelmente os maiores -, ou é geral para todas as lojas, para evitar discriminações arbitrárias, pois seria necessário determinar a partir de que tamanho são aplicadas. No caso de ser geral, é preciso considerar que o pequeno comércio não compete por preços, mas sim por qualidade, proximidade, especialização ou personalização no atendimento. Muitos compradores preferem pagar um pouco mais em troca de uma melhor qualidade no serviço. Um controlo geral dos preços seria fatal para estes pequenos comerciantes, que dificilmente poderiam vender produtos a custo ou abaixo de custo, obrigando-os a competir com os grandes supermercados sem a sua capacidade de compra. Se o controlo for selectivo, para as multinacionais ou as consideradas pelo decreto regulador “grandes superfícies”, estas apareceriam perante os consumidores como lojas ainda mais baratas, aumentando o diferencial de preços com o pequeno comércio e tornando-as relativamente mais atraentes. Recordemos que, em tempos de crise, as grandes cadeias de desconto ou de preços baixos, mesmo sem controlo de preços, tendem a prosperar substancialmente em detrimento das mais caras e especializadas, pelo que o problema se agravará. Sem contar que as grandes superfícies têm a capacidade de fazer subvenções cruzadas dos produtos regulados.

²⁴⁴ Referência à política monetária do Banco Central Europeu.

Miguel Anxo Bastos

Se queremos acabar com a inflação, deixemos de lado medidas comprovadamente ineficazes e pressionemos para que o BCE deixe de emitir dinheiro ou de adquirir massivamente a já muito afectada dívida pública. Seria muito mais eficaz.

9

Os Preços e a Grande Distribuição

O filósofo José Ortega y Gasset descreveu, em tempos, os espanhóis como um povo curioso, que quando não tem pão incendia as padarias. O velho filósofo não estava muito enganado, pois quando consultei recentemente um relatório sobre os valores económicos das diferentes populações do mundo, publicado num dos últimos números do *Cato Journal*, os espanhóis estavam numa posição muito baixa nas suas atitudes em relação ao capitalismo e ao mercado livre, desde logo bem mais abaixo do que lhes corresponderia pelo nível de desenvolvimento alcançado pelos seus mercados e instituições capitalistas. Ao que parece, Espanha tem muito mais capitalismo do que a população hispânica parece preferir. Esta introdução vem à história pelas muitas opiniões lidas na imprensa galega, e neste jornal²⁴⁵ especialmente, sobre a questão da redução do IVA sobre os produtos alimentares ou sobre a conveniência de tributar as grandes empresas de distribuição. Quase todos atacam a distribuição, que é maioritariamente capital galego, culpando-a pelas subidas dos preços, temendo que alargue as suas margens com a redução dos impostos e exigindo que os seus supostos enormes lucros sejam tributados. Concluo, portanto, que a “espanholização” dos nossos valores económicos, se certas as afirmações de Ortega e pelos índices de valor, é muito maior do que eu supunha. E, pelo que vejo, a nossa assimilação cultural não se limita à língua. Os galegos, tal como os espanhóis neste tópico, também atacam, quando os preços sobem, aqueles que os colocam mais baixos, ou pelo menos aqueles que os impedem de subir ainda

²⁴⁵ Este artigo foi publicado no Jornal “Nòs Diàrio”, de Santiago de Compostela na Galiza onde o autor mantém estrita colaboração na sua coluna de “Opinião”

mais. E penso que a cultura espanhola tem coisas muito melhores para imitar do que a sua visão da economia.

Talvez pela pouca consideração que o pensamento marxista sempre teve pela esfera da distribuição, do marketing ou da publicidade, vendo-as como algo improdutivo, é que não lhes atribua valor, encarando o comerciante, o intermediário ou o distribuidor como alguém que enriquece "sem fazer nada" e, portanto, alguém a ser vigiado e controlado para que não obtenha lucros "caídos do céu". Ou talvez pela sobrevivência de inúmeros mitos populares sobre o acumulador ou especulador que semeiam a desconfiança em relação ao trabalho do comércio e da distribuição, a verdade é que continuamos sem compreender o seu funcionamento.

Lembro-me que, há pouco tempo, houve protestos de agricultores contra certas cadeias de distribuição, porque supostamente vendiam leite abaixo de custo e usavam-no como chamariz comercial. Ou seja, estavam a combater essas lojas por venderem muito barato. Ainda que a prática, a existir, pudesse ser discutível, a verdade é que agiram com a lógica económica correcta. As grandes cadeias de distribuição obtêm os seus lucros a partir do volume de vendas, ou seja, vendendo grandes quantidades com uma pequena margem e não vendendo poucas unidades com uma grande margem. Mas agora a grande distribuição, de forma incoerente, está a ser atacada exactamente pelo contrário, ou seja, por aumentarem os preços e supostamente obtendo grandes lucros no processo. É verdade que os preços subiram na grande distribuição, mas menos do que na distribuição em geral; a prova é que estão a ganhar na percentagem geral de vendas e, seguramente, também porque os preços subiram menos do que teriam feito com outra forma de organização de vendas. O seu aumento dos lucros vem daí, do facto de venderem mais do que nunca, porque a concorrência aumentou ainda mais os preços. E, já agora, gostaria que me explicassem qual seria o ganho para os consumidores ou produtores de alimentos se os grandes distribuidores tivessem prejuízo. Sei que estas posições

são muito impopulares neste jornal, mas penso que, mais dia menos dia, é necessário um debate sobre o papel dos grandes distribuidores na Galiza.

10

Competência Fiscal

Faz sessenta anos que o economista e geógrafo Charles Tiebout propôs a ideia da concorrência entre unidades políticas e administrativas com autonomia fiscal,²⁴⁶ pertencentes a um mesmo espaço político, como no nosso caso seriam as comunidades autónomas e, em certa medida, os municípios. Também pode ser aplicada a estados soberanos nos quais existe livre circulação de pessoas e capitais, como é o caso do actual quadro europeu.²⁴⁷ Simplificando muito a sua tese, defende que, nesse caso, e sem regulamentação externa, as unidades políticas competiriam entre si baixando os impostos, uma vez que as pessoas, especialmente aquelas com rendimentos mais elevados, prefeririam votar com os pés e mudar-se para outro município próximo mais favorável fiscalmente, em vez de se organizarem politicamente para conseguir reduções fiscais. Se o professor Tiebout estivesse vivo hoje, sorriria satisfeito ao ver como as suas teorias se cumprem na perfeição no quadro fiscal do estado espanhol.

Poderia estranhar-se que esta concorrência²⁴⁸ esteja a ocorrer especialmente num imposto como o do património (a deflação do IRPF²⁴⁹ não foi estritamente uma redução fiscal, mas sim uma atualização das faixas), que afecta muito poucas pessoas, embora muito ricas, e que arrecada, em relação a outros impostos,

²⁴⁶ O artigo *A Pure Theory of Local Expenditures* foi publicado em 1956.

²⁴⁷ Ver também o livro *The State In The Third Millenium*, do Príncipe Hans-Adam II do Liechtenstein.

²⁴⁸ Referência à chamada “batalha fiscal” de 2022 entre os vários governos regionais espanhóis.

²⁴⁹ *Impuesto sobre la Renta de las Personas Físicas* (IRPF) em Espanha, correspondente ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) em Portugal.

relativamente pouco. Mas é normal que assim seja, porque o facto de se conseguir recensear numa comunidade ou território este tipo de pessoas costuma trazer aumentos na arrecadação por outras vias, uma vez que passariam a pagar outros impostos, como os de renda ou de propriedade no novo território, compensando com folga as perdas de arrecadação e património e, sobretudo, conseguir-se-ia que os próprios ricos não quisessem sair de onde vivem. Isto foi muito bem compreendido pelos portugueses, que ao verem os altos impostos que se pagam noutros territórios europeus souberam ver a oportunidade e implementaram há alguns anos um ambicioso programa fiscal de atracção de grandes fortunas estrangeiras que ficam isentas de impostos sobre o património e sucessões, além de um imposto muito baixo sobre o rendimento.²⁵⁰ Isso atraiu ricos de todo o mundo, como Madonna (com escândalo incluído), o Aga Khan, príncipe dos ismaelitas, ou até mesmo algum militante rico de um partido defensor da unidade da nação espanhola. Este programa fiscal foi desenhado pela direita portuguesa de Passos Coelho, mas mantido na sua essência pelos governos de esquerda que se sucederam em Portugal. Este processo de concorrência fiscal levou a que a Galiza também tivesse de baixar os impostos e até mesmo comunidades governadas pela esquerda espanhola fizeram o mesmo. Intuo que um governo nacionalista de esquerda na Galiza teria de fazer algo semelhante, gostasse ou não, tal é a força da concorrência fiscal.

Qual seria o remédio? O único é eliminar de uma forma ou de outra a autonomia fiscal, impondo impostos estatais sobre a riqueza ou o património que contrabalancem a medida. Mas isso implica uma perda de soberania no domínio tributário que deveria ser difícil de aceitar para um nacionalista, pois ou se opta por impostos elevados ou se opta pela soberania fiscal. O que devemos escolher? Eu opto claramente pela soberania, mas receio que este debate, como muitos outros, não esteja a ser travado no seio do nacionalismo galego.

²⁵⁰ Referência ao regime fiscal para Residentes Não Habituais (RNH).

11

Preços

A inflação, explicada em termos gerais, expressa a relação entre a quantidade de dinheiro em circulação e a quantidade de bens oferecidos no mercado. Se a quantidade de bens se mantiver estável, a procura dos mesmos não diminui e, ao mesmo tempo, a quantidade de dinheiro aumenta, esta reflecte-se no preço dos bens, subindo-os, embora não em todos por igual ou ao mesmo tempo. Também, se a quantidade de dinheiro se mantiver estável, há uma quebra na produção de bens em geral e a procura também não se altera, os preços sobem, embora esta seja uma situação menos frequente. Nos últimos anos, e para fazer face às consequências da pandemia, a economia tem sido "estimulada" com grandes compras de dívida pública ou outro tipo de activos. Para além disso, os agora keynesianos bancos centrais criaram do nada enormes quantidades de dinheiro, sem que a quantidade de bens disponíveis para o consumidor crescesse na mesma proporção. Dado que nesta ocasião, ao contrário das anteriores, o dinheiro criado não foi devidamente compensado por medidas para evitar o seu excesso em circulação, logicamente ela tem que se expressar na subida dos preços, primeiro de alguns bens, como a energia, e depois nos restantes, num processo que parece ainda não ter terminado.

Faz sentido. Os detentores do dinheiro recém-criado procuram oportunidades de investimento e acreditam que não há nada melhor do que investir em bens energéticos, dada a recuperação da economia e o aumento previsível do preço da mesma. Isto eleva os seus preços e, por sua vez, torna ainda mais atractivo investir, iniciando uma espiral de subidas, até que a bolha rebente. Mas este aumento de preços ao longo do tempo transfere-se para o resto da economia, com consequências redistributivas previsíveis. Bonança

para os sectores económicos que recebem o dinheiro primeiro e pobreza para os últimos a receber,²⁵¹ ou para aqueles que, por diversas circunstâncias, como contratos de longo-prazo, não conseguem repercuti-lo nos seus preços nem renegociar salários ou pensões. É o caso dos nossos produtores de leite, por exemplo.

A curto-prazo, os grandes beneficiários são os governos, que se financiam de forma barata, enquanto se cria mais empregos, aproveitando os salários reais reduzidos, mas a longo-prazo geram consequências muito nefastas para os sectores politicamente mais indefesos da sociedade, como os reformados ou os pequenos aforradores que vêem os seus depósitos ou pensões literalmente transformados em pó, e que os podem levar a investimentos mais arriscados e sem garantia para escapar a este processo. Isto levará também a um aumento das taxas de juro a médio-prazo, derivado da retirada de estímulos e de os investidores exigirem também taxas mais elevadas, tanto na dívida pública (o que já está a acontecer) como na dívida privada, o famoso prémio de inflação. Isto não será feito sem consequências, tanto para os governos, que encontrarão o seu financiamento mais difícil e mais caro, como para aqueles com dívidas de taxa variável, como acontece com muitas pessoas hipotecadas. Aqueles que têm títulos de rendimento fixo também verão o seu valor reduzido, e esperemos que os bancos tenham aprendido a lição e não estejam demasiado expostos - só faltava agora que tivessem de ser novamente resgatados. Ou seja, é muito provável que, a médio-prazo, novos cortes na despesa pública ou a revalorização das pensões abaixo do IPC (Índice de Poder de Compra), ou ambos ao mesmo tempo, que infelizmente, vai implicar uma deterioração da qualidade de vida de muitos sectores já empobrecidos. É claro que quanto mais tempo se demorar a tomar as medidas adequadas, mais radicais serão. Se reagirmos com rapidez e prudência, haverá danos, mas não chegarão aos extremos de há 10

²⁵¹ Este efeito é chamado “efeito Cantillon”, que indica que a criação de dinheiro novo beneficia primeiro quem o recebe, causando inflação e desigualdade ao reduzir o poder de compra dos que recebem depois.

Miguel Anxo Bastos

anos. Mas temo muito que o imediatismo prevaleça e os governos não o queiram enfrentar. E estes fenómenos devem servir para consciencializar a população de que o dinheiro criado do nada não resolve os problemas, mas sim os agrava.

12

Em Defesa do Dinheiro em Efectivo

O dinheiro é um bem com o qual os seres humanos modernos têm relações muito complexas e contraditórias. Forma parte íntima das nossas vidas, tanto quanto a língua ou a moral, mas, por vezes, a dependência que temos dele pode ser prejudicial. Além disso, o significado e a atitude em relação ao dinheiro variam de acordo com as culturas, como se pode observar nos estereótipos sobre a avareza de alguns povos ou a prodigalidade de outros, e fazem parte da definição das mesmas. Não é de se estranhar, portanto, que nos processos de construção dos estados, assim como tentaram homogeneizar a língua ou os pesos e medidas, tentaram fazer o mesmo com o dinheiro, que de ser internacional, passou a ser um dos símbolos de soberania do novo poder.

Os cidadãos espanhóis não só tinham de saber falar espanhol, como tiveram de se habituar a utilizar as pesetas espanholas nas suas transacções comerciais, quando antes podiam operar com qualquer moeda baseada num metal precioso. Unificaram-se com o resto de Espanha, mas separaram-se comercial e monetariamente dos restantes países com os quais mantínhamos relações. Ainda assim, houve alguma resistência cultural à imposição da peseta e quase tivemos um sistema monetário próprio com os nossos *patacos* e *patacóns*, *cans* e *cadelas* ou os míticos pesos com os quais se aprendia a contar o dinheiro.

Com o euro, já tudo mudou e abandonámos as contas antigas, uniformizando-nos com o resto dos europeus e utilizando cada vez mais todo o tipo de dispositivos digitais (já se fala em pagar com a íris do olho), perdendo a antiga ligação cultural que tínhamos com o dinheiro físico. Basta lembrar o infinito engenho que os nossos

antepassados tinham para escondê-lo ou mesmo os rituais de pagamento que se faziam antes nas feiras e que demonstravam boa fé por ambas as partes.

O último golpe é o anúncio de ir limitando pouco a pouco o dinheiro físico até conseguir o objectivo de fazê-lo desaparecer completamente a médio prazo.²⁵² Supostamente, isso seria um grande avanço tecnológico que tornaria as nossas vidas mais confortáveis, além de supostamente eliminar a fraude fiscal e a economia paralela, uma vez que estaríamos sujeitos a controlo em todas as ocasiões em que agora utilizamos dinheiro físico. No entanto, considero que esta não é uma boa medida, não só pelo já referido desaparecimento de uma referência cultural de primeira ordem, mas por várias razões.

A primeira é que a abolição do dinheiro físico levaria a um controlo absoluto dos nossos rendimentos pelo estado. Este poderia inflacionar a moeda à vontade ou aplicar um imposto sobre os depósitos sem que os cidadãos pudessem reagir. Creio que a insistência em querer eliminar o dinheiro vai mais além do que querer reduzir a incidência do coronavírus.²⁵³ A segunda consequência seria o enorme controlo que os governantes teriam sobre as nossas vidas, pois, ao fazerem-se os pagamentos electronicamente, estes ficariam registados e os governantes saberiam o que compramos e onde o fazemos. Saberão como nos vestimos, que livros lemos ou o que comemos. Mas não é só isso, tal como acontece com o bilhete de identidade ou o passaporte, o importante não é tê-los, o problema é que no-los tirem. Num sistema deste tipo, um exilado ou um perseguido político ficaria sem recursos não só no país, mas também fora dele. Bastaria bloquear as suas contas, algo semelhante ao que aconteceria aos imigrantes sem documentos ou a grupos marginais. É isto que queremos?

²⁵² Referência ao objectivo tácito das *Central Bank Digital Currencies* (CBDC), em concreto ao Euro Digital.

²⁵³ Este artigo foi publicado originalmente em Junho de 2020, no jornal Nós Diário.

VII

CIÊNCIA, HISTÓRIA E
IDADE MÉDIA

1

Sobre a Tecnologia

Como foi referido num artigo anterior, as pessoas que integram os estados desenvolveram tecnologias sociais engenhosas para tornar a sua posição de domínio mais sofisticada e eficaz. Mas também souberam aproveitar as tecnologias materiais para atingir os mesmos objectivos. O estado moderno, que tem as suas origens na época do Renascimento, é indissociável das tecnologias bélicas associadas ao uso da pólvora (canhões, mosquetes...) que surgiram no século XV. Estas tecnologias permitiram destruir facilmente castelos e fortalezas e, portanto, facilitaram aos governantes acabar com as fontes de poder local e nobiliário que dificultavam o seu domínio territorial (lembramos que uma das características determinantes do estado moderno é o seu monopólio territorial do poder). Os nobres e os poderes urbanos foram lentamente sendo despojados da sua capacidade de defesa face aos melhores meios militares à disposição de reis hábeis no uso dessas tecnologias modernas (os Reis Católicos são um bom exemplo),²⁵⁴ até que finalmente ficaram subordinados ao poder central. A destruição dos castelos dos nobres galegos rebeldes, por exemplo, privou-os do seu poder local e facilitou a introdução de instituições de justiça e segurança próprias da forma política moderna (eliminação da justiça senhorial e estabelecimento de milícias estatais do tipo *Santa Hermandad*).²⁵⁵

²⁵⁴ Os “Reis Católicos” foram Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, monarcas que unificaram grande parte da Espanha no final do século XV.

²⁵⁵ Forças policiais rurais criadas pelos Reis Católicos para manter a ordem e combater o banditismo nas estradas e aldeias. A *Santa Hermandad* era uma milícia organizada pelas autoridades locais, mas apoiada e regulada pelo monarquia, funcionando como uma espécie de polícia nacional primitiva.

Este processo é relativamente lento e complexo e foi comum em vários países europeus até à sua consolidação no sistema de Vestefália,²⁵⁶ que dará origem, com o tempo, à configuração do espaço europeu moderno de estados. Este processo é bem narrado por Günter Barudio no seu livro sobre o absolutismo *Das Zeitalter des Absolutismus und der Aufklärung (1648-1779)* ou na obra de Hendrik Spruyt, *The Sovereign State and Its Competitors: An Analysis of Systems Change*, sobre a derrota das formas tradicionais de poder (cidades-estado, ligas, império) face ao estado-nação moderno. Muitos destes historiadores salientam o papel central das aplicações da pólvora nestes processos.

As tecnologias aplicadas pelos governantes não serviram apenas para a construção de estados, mas também de impérios. Headrick, no seu livro *The Tools of Empire: Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century*, explica como o telégrafo ou a quinina, entre outras invenções, foram usados na construção do Império Britânico. Muitos impérios foram auxiliados no seu desenvolvimento por invenções que originalmente foram concebidas para outros propósitos, mas que foram convenientemente apropriadas pelos governantes, servindo-lhes de grande apoio. O arame farpado, ao qual nos referimos noutro artigo, as cartas marítimas ou o tractor (adaptado para carro de combate), foram alguns dos inúmeros exemplos de invenções habilmente aproveitadas.

Esses bens não são apenas aproveitados para o domínio, mas entre as diferentes aplicações ou desenvolvimentos que um determinado artefacto ou técnica pode alcançar, os governantes costumam promover aqueles que melhor favorecem os seus interesses. É o caso, por exemplo, do desenvolvimento de determinadas fontes de energia ou de transporte. Lewis Mumford, autor de livros como *Técnica e civilização* ou *The Highway and the City*,

²⁵⁶ A Paz de Vestefália (1648), que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos na Europa, consagrou o princípio da soberania dos estados, reconhecendo que cada país tem autoridade exclusiva sobre o seu território e assuntos internos, e que todos os estados são juridicamente iguais no plano internacional.

desenvolveu uma teoria muito elaborada a esse respeito. Mumford explica-nos detalhadamente como os governos optaram por promover formas de produção de energia eléctrica de forma centralizada e em grande escala (em vez da forma descentralizada com barras eléctricas locais que tinha sido imposta no início da electrificação),²⁵⁷ de modo que os governantes puderam controlar facilmente o fornecimento de electricidade do país. O próprio desenho dos sistemas de energia segue esquemas estatistas, pois está adaptado à escala do próprio estado e não segue imperativos técnicos de produção. Além disso, os governantes de muitos países tentam controlar o abastecimento através da titularidade estatal das empresas eléctricas ou regulando-as rigorosamente se estas forem privadas. Elas também impedem o acesso de empresas de outros países ou a introdução de novas empresas no sector, se isso não for do seu interesse. Algo semelhante ocorre, com diferentes graus de intervenção, no âmbito das telecomunicações, também obrigadas a seguir uma lógica de escala nacional, sendo que seria muito fácil estabelecer redes de telecomunicações internacionais ou em escala continental ou global ou, ao contrário, de tipo local ou regional, se fosse pertinente. A lógica estatal é causa de inúmeras ineficiências na prestação de serviços. O mesmo acontece com a lógica estatal dos transportes. Por exemplo, com os sistemas de correio ou os sistemas de transporte público. As tecnologias aeroportuárias, ferroviárias ou rodoviárias estão desenhadas em alguns estados, os de tradição mais jacobina, para centralizar o tráfego de pessoas ou mercadorias. Desta forma, o poder central procura controlar a partir do centro as infraestruturas, como é o caso da chamada “L’Étoile

²⁵⁷ As "barras eléctricas" são uma parte essencial da infra-estrutura eléctrica, especialmente em contextos onde a electricidade precisa de ser distribuída de maneira controlada.

de Legrand” francesa²⁵⁸ ou do sistema radial espanhol,²⁵⁹ com o seu famoso ‘quilómetro zero’, de onde partem as principais estradas espanholas, ou o seu *hub* aeroportuário em Barajas.²⁶⁰

Muitas tecnologias têm sido, portanto, utilizadas para centralizar e facilitar o poder estatal, mas será que o contrário também é possível? Ou seja, será que as tecnologias existentes podem ser utilizadas para diminuir o poder do estado, dificultar o seu domínio ou substituir as suas funções? É claro que sim, desde que sejam utilizadas para esse fim. As tecnologias, como tais, são neutras, não são pró ou anti-estatistas, mas o seu uso concreto ou a forma como são concebidas, sim. De facto, existe um enorme potencial em muitas das tecnologias modernas para atingir esse fim. Pensadores libertários como Karl Hess, conscientes desse facto, propuseram há bastante tempo a ideia de criar tecnologias que pudessem ajudar na tarefa de minar os poderes estatais.²⁶¹ Ou seja, orientaram o seu discurso para destacar que o confronto com o estado não deveria ser feito apenas no âmbito da economia ou da teoria política, mas no projecto consciente de tecnologias anti-estatistas.

Pensemos, por exemplo, no design da Internet. Trata-se de uma tecnologia muito descentralizada que, quando bem gerida, impossibilita ou dificulta muito o controlo estatal e pode funcionar de forma autónoma. Desde o seu início, tem havido uma luta feroz entre os defensores de facilitar o seu controlo por parte dos agentes

²⁵⁸ A ‘estrela de Legrand’ é o nome do projecto de rede ferroviária centrada em Paris, apresentado oficialmente em 1838 por Baptiste Legrand, director-geral de Pontes e Estradas que a projectou). Em 1842 obteve a sua expressão legislativa, delineando a arquitectura que ainda hoje conserva o traçado ferroviário francês. A lei determinou a construção de numerosas linhas com uma disposição radial com centro em Paris, apenas acrescentando duas linhas transversais.

²⁵⁹ Ponto de origem de onde partem as seis principais estradas nacionais da Espanha. O Km “0”, serve como o ponto de partida para a medição de distâncias em todo o país. É a partir desse ponto que as seis rodovias radiais, que ligam Madrid às principais regiões da Espanha, são numeradas e se expandem, como os raios de uma roda, para diferentes direcções.

²⁶⁰ Barajas é o nome popularmente usado para se referir ao Aeroporto de Madrid-Barajas, o principal aeroporto da capital espanhola.

²⁶¹ V. *Community Technology*, por Karl Hess.

estatais e os defensores de poder ocultar os seus conteúdos à fiscalização do Governo. Nos anos 90, como bem relata o livro *Crypto: How the Code Rebels Beat the Government*, de Steven Levy, Al Gore tentou obrigar as incipientes empresas fornecedoras de internet a abrir os seus códigos de forma que o governo pudesse aceder sem obstáculos aos seus conteúdos.²⁶² Foi um grupo de ciber-libertários que, graças ao desenvolvimento de técnicas criptográficas avançadas, conseguiu preservar a privacidade no uso das redes. A luta continuou e grandes batalhas foram travadas, como todas as que envolveram a tentativa de controle estatal de tecnologias do tipo Napster,²⁶³ que, ao se verem atacadas, desenvolveram alternativas do tipo Kazaa,²⁶⁴ e, depois, todos os modelos absolutamente descentralizados do tipo eMule ou eDonkey,²⁶⁵ até chegar às modernas tecnologias baseadas na arquitectura *blockchain*²⁶⁶ e às suas sucessivas e cada vez mais sofisticadas derivações. É verdade que os estados podem rastrear qualquer informação que apareça na Internet, mas isso exige cada vez mais esforço para obter resultados cada vez mais escassos. Isso tem muito a ver, como Brafman aponta em seu brilhante livro *A estrela do mar e a aranha*, com a dificuldade de tentar controlar organizações ou grupos descentralizados e sem um líder claro. Brafman refere-se à dificuldade que os espanhóis, mexicanos e

²⁶² Al Gore serviu como o 45º vice-presidente dos Estados Unidos durante o governo de Bill Clinton, de 1993 a 2001.

²⁶³ Software pioneiro que revolucionou a forma como as pessoas partilhavam música online. A sua tecnologia baseava-se num modelo *peer-to-peer*, o que significa que os utilizadores partilhavam ficheiros directamente entre os seus computadores, sem a necessidade de um servidor central que armazenasse todas as músicas.

²⁶⁴ O Kazaa utilizava um protocolo chamado FastTrack, que era mais avançado que o do Napster. Diferentemente do Napster, a rede FastTrack era descentralizada, o que significava que não havia um servidor central para indexar todos os ficheiros, tornando-o mais resistente a tentativas de encerramento legal.

²⁶⁵ A tecnologia P2P que ambos popularizaram foi a base para outras plataformas de partilha de ficheiros que surgiram mais tarde, como o BitTorrent.

²⁶⁶ A *blockchain* é um registo digital descentralizado que armazena transacções em blocos interligados por criptografia. Esta tecnologia distribui cópias idênticas do registo por uma vasta rede de computadores, tornando os dados imutáveis e extremamente seguros.

americanos tiveram em dominar os apaches, devido à sua enorme descentralização e ao facto de responderem às ofensivas com uma maior descentralização e nomadismo. De facto, segundo o autor, seguindo Thomas J. Nevins, historiador dos apaches, tiveram de criar um proto-estado para os centralizar e confiná-los em reservas.

De momento, os programadores da Internet estão muito mais avançados do que as tentativas dos governantes de controlá-los, e daí podem surgir alternativas que reduzam substancialmente o poder dos estados. As redes podem criar comunidades auto-governadas fora, em alguns âmbitos, do controlo dos governantes, ao estilo das *phyles*²⁶⁷ propostas por David de Ugarte e desenvolvidas, entre outros, por informáticos libertários hispânicos como Juanjo Pina, e podem desafiar alguns dos poderes centrais do estado ao possibilitar a criação de comunidades alternativas, dificilmente controláveis, pelo menos com as formas actuais de controlo. À partida, os contratos inteligentes associados a estas tecnologias poderiam pôr em causa o papel do estado como garante da propriedade, ao possibilitar a criação de registos privados de propriedade, com um duplo resultado: primeiro, ocultar as propriedades ao escrutínio do governo e, segundo, poder negociá-las na ausência de regulamentação e controlo. O ataque ao poder fiscal seria rapidamente perceptível. Poderiam também, por exemplo, desafiar o actual quase-monopólio estatal da criação de moeda e crédito através do desenvolvimento de criptomonedas ao estilo da Bitcoin ou das suas cada vez mais sofisticadas derivações. Se fossem bem-sucedidos, o controlo fiscal do estado e a sua capacidade de financiamento seriam seriamente afectados. O mesmo se aplica à criação de bancos digitais através de páginas da Internet que quebrem o controlo e as regulamentações dos bancos centrais sobre a banca comercial. Não é preciso lembrar que o actual

²⁶⁷ *Phyles* é um termo que David de Ugarte popularizou, adaptado de um conceito histórico que se refere a comunidades autogovernadas da Antiguidade grega. No contexto actual, são comunidades transnacionais e descentralizadas que se organizam em redes, em vez de se basearem em territórios nacionais ou hierarquias empresariais. O seu livro "Filés: De las naciones a las redes" explora esta ideia em profundidade.

sistema estatal de controlo monetário implica a cooperação de bancos comerciais que gozam de certos privilégios em troca de sua colaboração. Isso não significa que, se o uso de moedas digitais se generalizar, o poder do estado desaparecerá completamente, mas sim que ele poderá perder uma de suas principais ferramentas de controlo social.

Algo semelhante pode ocorrer com o monopólio estatal da educação e da emissão de diplomas académicos. As novas tecnologias educativas, desde cursos gratuitos em sites como Coursera ou Khan Academy, até à divulgação de tutoriais gratuitos sobre todas as disciplinas do ensino básico, combinadas com a enorme quantidade de materiais gratuitos que podem ser encontrados nas inúmeras bibliotecas digitais disponíveis na Internet. Até agora, o conhecimento superior de alta-qualidade estava centralizado em institutos de investigação e universidades, grande parte deles sob a tutela do estado. O acesso ao conhecimento implicava muitos custos, decorrentes da dificuldade de acesso a professores e livros e do tempo necessário para chegar até eles. Agora, qualquer pessoa que tenha um dispositivo conectado à Internet pode aceder a milhões de livros e as aulas dos professores que desejar, e isso em todos os níveis, desde o mais básico até o mais avançado. As universidades e escolas foram, em grande parte, projectadas para controlar e regular o acesso a ideias e conhecimentos, mas o desenvolvimento dessas tecnologias pode contribuir para quebrar o monopólio do conhecimento. Gostaria apenas de lembrar que há apenas vinte e cinco anos, mesmo para alguém como eu, que trabalha numa universidade relativamente bem equipada, o acesso a livros da Escola Austríaca ou da teoria libertária era extremamente difícil e caro, enquanto hoje em dia qualquer pessoa interessada pode encontrar (e traduzidos) centenas de livros dessas tradições, com os quais pode aceder ao conhecimento neles contido. E isso ocorre com todas as escolas de pensamento e em todas as áreas do conhecimento, de forma que as ideias das diferentes escolas e filosofias podem ser facilmente comparadas. Na minha época de universitário, determinadas doutrinas académicas

predominavam na universidade (keynesianas e marxistas) e não só não sabíamos que existiam outras escolas, como, mesmo que soubéssemos, era muito difícil aceder a elas. Hoje em dia, o monopólio das ideias sobre o poder, o estado e a economia já não pode ser garantido.

Os desenvolvimentos das novas tecnologias podem questionar o poder do estado em muitos outros domínios, como a saúde ou mesmo a segurança. Fica para trabalhos posteriores desenvolver esses temas, mas gostaria de enfatizar o ponto de que o desenvolvimento das ideias de liberdade não compete apenas aos teóricos. Engenheiros e técnicos têm muito a contribuir, e o seu trabalho é fundamental. É, portanto, uma tarefa crucial que, ao projectar as suas criações, eles o façam a partir desse ponto de vista e não a partir do ponto de vista de favorecer o trabalho do estado. Aqui está a chave.

2

Ciência numa Sociedade Anarcocapitalista

É indiscutível o enorme impacto que teve nas sociedades modernas a descoberta e o desenvolvimento do método ou métodos científicos de análise, tanto do mundo físico como social, e que, associados aos avanços tecnológicos (a ciência e a tecnologia estão hoje intimamente associadas, mas não são nem foram exactamente a mesma coisa), conduziram a enormes melhorias na qualidade de vida dos seres humanos (embora se discuta se é o desenvolvimento económico que está em primeiro lugar e, consequentemente, mais recursos para a ciência ou o contrário). Mas, actualmente, a ciência (entendida como o trabalho das pessoas que seguem e aplicam estes métodos na sua investigação e desenvolvimento) está, em muitos casos, estreitamente ligada a organizações estatais, de tal forma que uma parte muito substancial é financiada através de impostos ou orienta a sua investigação para fins politicamente determinados (a indústria bélica, por exemplo). Por conseguinte, é lógico perguntar como se poderia organizar a investigação científica numa sociedade anarcocapitalista e como poderia ser financiada na ausência de fundos estatais.

Antes de mais, é preciso dizer que a ciência, desde os seus primórdios, se organizou em anarquia. Constituiu-se como uma espécie de comunidade privada, com as suas próprias regras de funcionamento (métodos científicos), e quem não soubesse ou não quisesse segui-las seria simplesmente excluído do rótulo científico nos resultados do seu trabalho académico. Michael Polanyi, por exemplo, descreve no seu *The Logic of Liberty* uma espécie de república científica que funcionava como uma anarquia

autogovernada. Ninguém era obrigado a ser cientista, mas se quisesse usar esse nome tinha de seguir essas regras. Ao mesmo tempo, aqueles que seguiam esse método tinham de enfrentar a concorrência de outras formas de conhecimento que seguiam outros métodos ou outras formas de raciocínio (a alquimia, por exemplo). Nalguns domínios do conhecimento, como os relativos ao conhecimento da natureza física, impôs-se esta forma de pensar, enquanto que noutras áreas, como as humanidades ou os estudos sociais, este método de pensamento ou não se impôs ou foi apenas parcialmente imposto. Mas isso foi conseguido através de métodos anarquistas, ou seja, da livre associação. Por exemplo, se quiserem publicar nesta ou naquela revista ou editora, devem seguir o nosso método e, se não gostarem, procurem noutro lado. Se quiserem trabalhar no nosso centro, têm de seguir as nossas regras e, se não gostarem, criam outro com as vossas próprias regras. Ninguém era obrigado a fazer nada e podia aderir ou abandonar esta forma de trabalhar à vontade. O que aconteceu com o tempo é que estes métodos, ao contrário dos seus concorrentes, passaram a ser associados a resultados muito melhores na compreensão do mundo e, por isso, tornaram-se formas de conhecimento muito mais prestigiadas e reputadas. Ser rotulado de científico passou a ser associado ao rigor e à veracidade, enquanto que os seus competidores foram sendo progressivamente afastados.

Tal como noutros sectores, este tipo de abordagem do conhecimento foi-se impondo lentamente na livre concorrência, mas, como acontece muitas vezes com as empresas de sucesso, ocorreram dois fenómenos. O primeiro é a vontade do estado de intervir no sector ou de o nacionalizar, no todo ou em parte. O segundo tem a ver com a defesa da concorrência. As empresas perdedoras, neste caso as tecnologias do conhecimento perdedoras, queixaram-se do monopólio e, em vez de competirem para melhorar as suas tecnologias ou o seu modo de funcionamento, exigiram a "abertura do mercado" para que também elas fossem chamadas ciências e reconhecidas como tal. Assim, hoje em dia, são raros os saberes que não se reclamam científicos, o que, na minha opinião, é

um erro, porque as suas lógicas académicas ou de conhecimento dificilmente se adaptam aos métodos utilizados nas ciências naturais, que foram as que iniciaram esta forma de pensar e de investigar. Em vez de se apoiarem nos seus próprios métodos, aperfeiçoando-os e melhorando-os, preferiram utilizar procedimentos que, por um lado, não atingem os resultados das ciências naturais e, por outro, atingem resultados muito piores do que aqueles que obteriam com os seus métodos tradicionais. Mas isto também tem a ver com o processo de estatização do conhecimento científico.

Como vimos, a ciência surgiu de forma anárquica e rapidamente conquistou um nicho para si própria, competindo com os saberes estabelecidos. Os governantes rapidamente viram nela uma oportunidade para legitimar o seu poder e tirar partido dos seus frutos, pelo que foram surgindo gradualmente academias de ciência estatais, numa tentativa de, através de cientistas com ideias semelhantes, controlar e orientar a sua investigação. Mas o controlo estatal da ciência ainda estava longe de ser alcançado, uma vez que esta era esmagadoramente financiada pelo sector privado, como mostra Kealey no seu *The Economic Laws of Scientific Research*. Seja através da indústria, de prémios, de universidades privadas ou eclesiásticas, de sociedades científicas ou do próprio pecúlio do cientista, foi-se construindo um impressionante corpo de conhecimento que conduziu a uma inquestionável melhoria tanto do conhecimento como, associado à indústria e ao capital, da saúde e do nível de vida de uma grande parte da população mundial. Para além disso, como esta fase histórica do desenvolvimento económico mundial coincidiu com a ascensão do conhecimento científico, estabeleceu-se na opinião pública a ideia de que a primeira se deve sobretudo à segunda, algo que é necessário discutido.

Em primeiro lugar, porque, como refere Kealey, é verdade que existe uma relação entre ciência e crescimento económico, mas essa relação pode muito bem ser o inverso daquilo em que habitualmente acreditamos, ou seja, pode muito bem ser que seja o desenvolvimento económico que leve a mais e melhor ciência e não

o contrário. Em segundo lugar, porque ter mais ciência não conduz necessariamente a mais desenvolvimento económico, mas dependerá do tipo de ciência que tivermos e em que sectores. Em terceiro lugar, porque muitas vezes se esquece que a ciência sem a tecnologia para transformar as suas descobertas em bens úteis para o consumidor e sem o capital necessário para produzir esses bens em grandes quantidades seria de pouca utilidade para melhorar a vida das pessoas. Serviria, é certo e não é pouco, para incrementar o volume de conhecimento humano, mas não gozaria nem de perto nem de longe do prestígio de que goza actualmente.

Os governantes, dado o seu merecido prestígio, não hesitaram em tentar controlar ou, pelo menos, orientar e influenciar os conteúdos da ciência. Algo foi alcançado em grande medida e com a cumplicidade de muitos deles. Convém ressaltar que, entre as diferentes famílias de intelectuais, os cientistas têm sido historicamente os mais promovidos pelos governos e provavelmente os mais bem tratados, ou pelo menos os menos perseguidos, com algumas excepções, muitas vezes devido a factores externos à ciência, como a religião, a raça ou as ideias políticas. São, com numerosas excepções, um grupo (infelizmente não o único) que, historicamente, se tem caracterizado por exigir mais intervenção do estado e reclamar para que esta se adeque às suas exigências. Os governantes proporcionariam então financiamentos abundantes e empregos estáveis e prestigiados aos cientistas e, em troca, estes fariam investigação sobre os temas que lhes indicassem e com a orientação que lhes dessem. Assim, a investigação para desenvolvimento de armamento ou com fim a questões relacionadas com a segurança ou o poder dos estados (certas energias, meios de transporte, sistemas de telecomunicações) recebeu frequentemente financiamentos abundantes, muitas vezes muito superiores aos da própria ciência fundamental ou aos das utilizações civis não tão estatistas. E, mesmo assim, os resultados relativos foram piores do que os obtidos por empresas privadas e centros de investigação

privados, como mostra um estudo publicado recentemente pelo Instituto Juan de Mariana.²⁶⁸

O problema é que a intervenção do estado na ciência não se tem centrado apenas no seu financiamento ou orientação, mas, à semelhança de outras áreas da vida intelectual, muitos estados tentaram ou estão a tentar determinar o que é e o que não é ciência. O caso Lysenko, na União Soviética de Estaline,²⁶⁹ é talvez o pior e mais conhecido caso deste tipo de interferência, mas ainda hoje acontece de forma mais subtil em algumas controvérsias científicas, como as que dizem respeito às alterações climáticas. Obviamente, não tenho qualquer posição sobre esta questão, pois não possuo os conhecimentos científicos rigorosos para me pronunciar. Do que percebo um pouco é de política, e é por isso que me surpreende que estejam a ser feitas declarações sobre este assunto através de um painel intergovernamental, o famoso IPCC,²⁷⁰ com cientistas seleccionados pelos governos (não quer dizer que lhes falte competência, apenas que são politicamente seleccionados entre os seus pares não necessariamente menos competentes) e que estes decretem uma verdade incontestável e que esta e só esta versão merece ser financiada com fundos públicos. Eu pensava que a ciência era precisamente o contrário, ou seja, que qualquer afirmação pudesse ser questionada ou contestada em qualquer altura, seguindo o método adequado, e que no final e em livre concorrência a verdade triunfaria, sem precisar do apoio dos media estatais para triunfar. Isto não significa que a versão oficial seja falsa, apenas que não compreendo por que razão essa verdade tem de ser estabelecida como oficial. As grandes formulações científicas, como as leis da gravidade, a genómica ou as teorias da relatividade, para dar alguns

²⁶⁸ “El Estado Emprendedor – Mitos Y Realidades. ¿Realmente es el Estado el impulsor de la investigación básica y la innovación? Un informe del Instituto Juan de Mariana. Agosto 2016”. ISSN 2530-3775

²⁶⁹ A pseudociência de Trofim Denisovich Lysenko, biólogo e agrónomo ucraniano, rejeitava a genética mendeliana. As suas ideias, impostas centralmente com o apoio de Estaline, tiveram como consequência enormes retrocessos científicos e fome tanto na União Soviética como na China.

²⁷⁰ Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas.

exemplos, nunca precisaram de um decreto no jornal oficial do estado para serem aceites. Foram e são discutidas e melhoradas pelos cientistas, podendo ser descartadas no futuro por hipóteses melhores, num processo de concorrência que tem muitas analogias com os processos de mercado. A ciência não precisa do estado para cumprir sua nobre função.

Uma sociedade sem estado sentir-se-ia particularmente confortável com a visão tradicional da ciência, na qual as diferentes teorias científicas competem entre si e são impostas pela sua melhor qualidade ou poder explicativo. Numa tal sociedade, a ciência seria financiada, como no passado, através de donativos, cooperação com empresas, universidades e centros de investigação. Não é possível saber *a priori* qual seria a quantidade de conhecimento científico, nem a sua qualidade, nem quanto se gastaria com ele, nem em que áreas seria investido. Caberia aos indivíduos e às comunidades determinar estes parâmetros, mas pode dizer-se que o dinheiro e os recursos aí investidos responderiam às suas exigências e, portanto, pode presumir-se que seriam investidos de forma mais responsável, sem que existam áreas estratégicas ou prioritárias. As prioridades, tal como no mercado, seriam decididas pelos produtores e consumidores de ciência. O que seria diferente neste tipo de sociedade é que a ciência não gozaria *a priori* de um estatuto privilegiado em relação a outras formas de conhecimento. Da mesma forma que, no passado, a ciência foi capaz de enfrentar com sucesso a concorrência de formas alternativas de conhecimento e, provavelmente, derivou daí o seu sucesso, numa sociedade sem estado não poderia reivindicar prioridade ou exclusividade em relação a outras. Tal como podia excluir quem quisesse das suas fileiras, negando-lhe o estatuto de cientista, não podia excluir a concorrência de outras formas de raciocínio, por mais extravagantes ou distantes deste método que pudessem ser, e enfrentar os desafios que delas pudessem advir no futuro. Também não poderia, ao contrário da situação actual, exigir um financiamento forçado através de meios políticos. A ciência não deve, em caso algum, ser forçada ou obrigatória, pois algumas pessoas podem ter outras

prioridades, podem não concordar com certas utilizações da ciência ou não têm por que financiar com os seus impostos descobertas que as podem afectar economicamente. Embora ninguém possa impedir o desenvolvimento do conhecimento e da investigação e os seus resultados práticos, também não se pode obrigar uma pessoa a financiar algo que afecta a sua consciência ou os seus interesses económicos. A ciência sobreviveu e floresceu sem a intervenção do estado, e fê-lo bem. Para continuar a sê-lo, tem de voltar a ser o fruto brilhante da anarquia que foi e, em grande medida, continua a ser.

3

Ciência e Estado

O recente manifesto sobre a gestão política da pandemia suscitou alguma controvérsia, tanto no que se refere à gestão da pandemia²⁷¹ levada a cabo pelo Governo espanhol (e suponho que também por muitos outros países), e o papel que a ciência deveria ter neste processo, ou melhor, os cientistas, pois um bom individualista metodológico não pode reificá-la ou hipostatizá-la.²⁷² Nunca é demais lembrar que a ciência (assim como o estado) não tem entidade ontológica e, quando nos referimos a ela, na verdade estamos-nos a referir a um conjunto de pessoas, que supomos terem um certo grau de capacidade em suas respectivas especialidades, que usam determinadas metodologias (métodos científicos) na hora de investigar e que divulgam os seus resultados, também de determinada forma e em determinadas publicações (publicar fora delas quase as exclui automaticamente do que se denomina “ciência séria”), hierarquizadas e com rigorosos controlos de acesso.

Um dos factores mais característicos daquilo a que chamamos de ciência, e que explica boa parte do seu sucesso, é o facto de ela sempre ter operado internamente em anarquia, apesar das inúmeras interferências externas que sofreu, normalmente por parte dos estados, embora nem sempre. Além disso, essas intervenções que pretendem restringir o seu funcionamento causaram mais danos do que benefícios. Em muitos aspectos, as mesmas intervenções podem ser comparadas às que os governantes realizam nos mercados e na vida económica, com consequências análogas. As

²⁷¹ Este artigo foi publicado originalmente em Outubro de 2020.

²⁷² Reificar e hipostatizar – neste caso o mesmo sentido para ambos os termos: atribuir existência ou substância a algo que é apenas uma abstracção.

razões para a intervenção também são análogas (e tão inconsistentes) às que são usadas para justificar as intervenções no âmbito económico, ou seja, bens públicos (deixada à sua vontade, a ciência produziria muito pouco conhecimento em determinadas áreas ou muito pouca ciência básica), externalidades (neste caso, positivas, derivadas dos bens que a investigação produz) e também, embora em menor medida, falhas de mercado ou assimetrias de informação. As críticas que podem ser feitas a esses argumentos também são análogas às das falhas de mercado e, por isso, não me deterei neste ponto, pois já nos referimos a ele em outras ocasiões.

Mas a verdade é que, concretamente, a ciência é um esquema que funciona na anarquia e, por isso, tem funcionado historicamente de uma forma mais do que aceitável. Na verdade, ninguém é obrigado a aceitar os métodos estabelecidos pela maioria dos cientistas. Qualquer pessoa pode publicar por conta própria, mesmo num blogue, os resultados ou argumentos que desejar. A única coisa que sofrerá será a indiferença dos outros se estes forem inconsistentes ou descabidos. Mas se forem rigorosos de uma forma ou de outra, acabarão, mais cedo ou mais tarde, por fazer parte do *corpus* oficial da ciência, impondo-se pelo seu próprio peso. Muitas teorias hoje aceites começaram a sua trajectória entre chacotas e críticas até se tornarem oficiais, e passaram a ser alvo de chacotas e críticas aqueles que se opuseram a elas. Desde a teoria da deriva continental de Wegener²⁷³ até à hipótese de que um asteróide foi o causador do desaparecimento dos dinossauros, formulada há algumas décadas por Walter Álvarez, muitas teorias foram aceites após serem criticadas e ridicularizadas, e outras, outrora dominantes, foram abandonadas com o tempo, como as antigas teorias do flogisto²⁷⁴ ou

²⁷³ A Teoria da Deriva Continental, proposta pelo meteorologista e geofísico alemão Alfred Wegener em 1912, defende a ideia de que os continentes da Terra não estão fixos, mas que se movem lentamente sobre a superfície do planeta. A teoria não foi aceite imediatamente pela comunidade científica. Na verdade, foi amplamente criticada e até ridicularizada durante décadas.

²⁷⁴ A Teoria do Flogisto foi uma das primeiras e mais influentes teorias da química, proposta pelo médico e químico alemão Georg Ernst Stahl no início do século XVIII. Procurava explicar o fenómeno da combustão (a queima) e da calcinação (a

da geração espontânea.²⁷⁵ Ao mesmo tempo, os próprios requisitos de validação científica mudam com o tempo, de acordo com as preferências dos cientistas, pois passou-se de um sistema baseado em princípios de autoridade para critérios de revisão cega. Em certa época, a forma ideal de publicação era o livro acadêmico. Agora, prevalece a revista com revisão por pares, e o livro passou para segundo plano, embora continue a existir juntamente com revistas de estilo tradicional, dirigidas por conselhos editoriais, e novidades como os blogs científicos, alguns de muita elevada qualidade. As universidades, como criadoras de documentos científicos, também poderão ser substituídas no futuro por centros de investigação específicos ou por fórmulas mistas. Em qualquer caso, a profissão científica autoregula-se e opera segundo princípios anarquistas de exclusão, sem que se possa impedir qualquer pessoa de escrever ou publicar o que quiser. Simplesmente será excluído da comunidade “respeitável” de cientistas e assumirá um certo ostracismo ou descrédito, a menos que, com o tempo, as suas teorias se tornem respeitáveis, o que acontecerá se as suas evidências forem reveladas como aceitáveis por alguma descoberta ou mudança de paradigma. O velho Feyerabend, com as suas teorias do anarquismo metodológico,²⁷⁶ provou com o tempo o seu acerto.

transformação de metais em cinzas ou "cal"). De acordo com a teoria, todas as substâncias combustíveis (madeira, carvão, metais) continham uma substância misteriosa chamada flogisto que provocava a combustão

²⁷⁵ A Teoria da Geração Espontânea, também conhecida como ‘abiogénese’, foi uma das primeiras e mais antigas ideias a propor uma explicação para a origem da vida. Defendia que os seres vivos poderiam surgir de forma espontânea a partir de matéria inanimada ou de matéria orgânica em decomposição, desde que houvesse uma “força vital” presente.

²⁷⁶ A Teoria do Anarquismo Metodológico, proposta pelo filósofo Paul Feyerabend, é uma crítica radical à ideia de que a ciência avança seguindo um único “método científico” fixo e universal. A ideia central é que a ciência é uma actividade muito mais complexa e caótica do que os filósofos da ciência tradicionalmente descrevem. Não existe uma regra ou conjunto de regras metodológicas que os cientistas seguem sempre ou que deveriam seguir para alcançar o progresso. Ele resumiu essa visão com sua famosa frase: “Tudo vale” (*anything goes*).

O anarquismo científico também provou a impotência dos estados na tentativa de controlar a investigação científica. Seria estranho que estes não quisessem controlar as investigações científicas da mesma forma que tentaram controlar o dinheiro, a educação ou outros domínios da vida social e privada. Embora tenham conseguido influenciá-la, sobretudo nos temas que são investigados, não conseguiram subordiná-la aos seus fins, simplesmente porque então deixaria de ser o que é. Tal como acontece no domínio da economia, todas as tentativas de subordinar o pensamento científico ao poder político derivaram em resultados desastrosos, como bem prova o caso de Lysenko na antiga União Soviética, em que se tentou estabelecer por decreto uma ciência biológica subordinada aos princípios dialécticos próprios do marxismo-leninismo.²⁷⁷ O resultado foi atrasar durante décadas o avanço da ciência biológica soviética, sem qualquer resultado prático, muito pelo contrário. Assim como ‘o poder não pode derrotar a lei económica’ (uma das frases favoritas do grande Bohm-Bawerk), também não pode derrotar a lei científica.

Outra coisa é o estado intervir e desviar parte da investigação científica para os seus próprios fins. Através de regulamentações, pode conseguir que determinados temas não sejam investigados no território que domina, como os ensaios de clonagem humana, embora seja difícil evitar que isso aconteça noutros lugares, pois os governantes também diferem entre si em valores éticos. Por meio de subsídios, pode privilegiar algumas áreas da ciência em detrimento de outras, inclusive no que se denomina ciência básica. Os governantes têm preferências, sejam elas ideológicas ou ligadas a grupos de interesses “estratégicos”, que os levam a privilegiar a

²⁷⁷ Trofim Lysenko (1898-1976) foi um agrónomo e biólogo que ganhou enorme poder na União Soviética de Estaline, influenciando de forma devastadora a ciência e a agricultura do país por décadas. Ele é o exemplo mais notório das consequências trágicas da interferência da política e da ideologia na ciência. Lysenko rejeitou a genética mendeliana (a genética moderna, que se baseia nos genes e na hereditariedade) e promoveu suas próprias ideias alinhadas com o marxismo-leninismo, como uma forma de provar que a sociedade soviética, através da "engenharia social", poderia criar uma nova e melhor "espécie" de ser humano.

ciência básica ou a aplicada e, dentro destas, as disciplinas ou subdisciplinas que mais lhes interessam. O estado não é, portanto, neutral no que diz respeito ao desenvolvimento científico. Historicamente, tem-se privilegiado a investigação em áreas do conhecimento com aplicação militar, das quais às vezes derivam aplicações civis (daí se dizer que muitos avanços científicos se devem à guerra e ao militarismo) e agora, sem descuidar este aspecto, privilegia-se a investigação civil, mas sempre orientadas para os sectores que o Governo estabelece como especialmente relevantes (basta consultar os boletins oficiais para verificar, a cada momento, quais as áreas consideradas prioritárias).

Mas, inversamente, também ocorre o fenómeno da intervenção, e o manifesto ao qual nos referimos no início é um bom exemplo disso. Alguns cientistas, ou pelo menos alguns dos seus representantes, também pretendem usar o governo para os seus fins e, como já apontámos em algum artigo anterior sobre a tecnocracia, essa forma de intervenção é uma das piores que se pode conceber, porque gera governantes sem qualquer tipo de responsabilidade.²⁷⁸ Apoiados e protegidos por algo tão ambíguo como a “ciência”, pretendem decretar medidas que poderiam ser muito mais prejudiciais às liberdades ou ao bom andamento da vida económica do que o intervencionismo tradicional, responsável, em certa medida, perante a população. Para isso, baseiam-se em conceitos muito discutíveis, como o da política baseada em evidências, tão em voga na análise das políticas públicas. O problema não é a evidência, mas como ela é interpretada. Nas ciências sociais, os factos são interpretados pelos estudiosos de acordo com seus próprios valores e circunstâncias pessoais. As ideias ou ideologias do teórico influenciam a interpretação e a análise da situação. Uma mesma situação - por exemplo, uma determinada situação de pobreza num país - será interpretada por um marxista como uma consequência do capitalismo ou do neoliberalismo selvagem, enquanto que para um defensor do capitalismo de mercado-livre será causada pelo excesso

²⁷⁸ V. cap. II.3: A Tecnocracia.

de intervenção estatal ou por um desenvolvimento insuficiente do capitalismo nesse país. Para interpretar correctamente as “evidências”, é necessário determinar previamente (se possível) qual das duas interpretações é mais consistente teoricamente e pode, portanto, contribuir para explicar melhor o fenómeno. Os cientistas das ciências naturais também podem ser influenciados por ideologias políticas como o marxismo, mas é mais comum que os seus preconceitos ao interpretar as “evidências” venham mais da sua especialização científica ou do tipo de metodologia utilizada. Podemos ver isso perfeitamente nos debates sobre a pandemia. Virologistas, epidemiologistas, matemáticos, biólogos, médicos e até veterinários, diante dos mesmos factos, oferecem explicações muito diferentes (veja, por exemplo, o debate lido na imprensa sobre a forma de transmissão do vírus e os aerossóis) e, portanto, propõem soluções diferentes. Porque, essa é outra questão, não se pode esperar que os governantes implementem soluções baseadas na ciência, quando os próprios cientistas não são capazes de oferecer uma proposta unificada. Se o fizessem, provavelmente seriam mais ouvidos. Mas quando vemos cientistas com credenciais muito respeitáveis (e muito semelhantes entre si, aliás), que desenvolvem o seu trabalho em centros de investigação de prestígio, discutindo sobre as “evidências”, não é de se estranhar que os políticos, a maioria deles leigos nessas matérias, aproveitem essas divergências para adoptar as medidas que consideram mais convenientes para os seus programas políticos.

Eles também reivindicam uma espécie de autoridade sanitária “independente”, inspirada em princípios científicos, que decida sobre as medidas a serem adoptadas. Mas parece que tal autoridade vive no reino da alta teoria e que, um belo dia, descera das alturas e ilustrará os mortais sobre a praxis correcta. Digo isto porque não explicam quem serão os escolhidos para ditar os protocolos de acção nem que especialidade ou área de conhecimento liderará a tomada de decisões. Também não somos informados sobre como serão escolhidos, dentro dessa área, os responsáveis por liderar o processo. Serão escolhidos a nível mundial ou cada país terá os seus?

Esta última solução não parece muito científica, uma vez que a ciência não deve entender de barreiras estatais e, portanto, o lógico seria estabelecer uma única autoridade a nível mundial. Também não nos é dito qual deve ser o processo de eleição. Poderia ser uma eleição democrática, mas seria necessário determinar quem comporia o universo eleitoral, algo que também não é fácil de delimitar e muito pouco científico, pois a ciência não é de forma alguma uma actividade democrática em que todos os votos têm o mesmo peso. Poderiam ser seleccionados por prestígio ou por conhecimento, mas isso também traria o problema de determinar a composição do júri encarregado de julgar os méritos. Poderiam ser sorteados, à maneira da Grécia clássica, mas não sei se seria uma solução muito feliz.

A ciência, em conclusão, deve continuar a ser uma actividade essencialmente anárquica, pois é daí que deriva o seu sucesso histórico, e evitar a intromissão na política estatal, tanto resistindo às interferências como evitando a tentação de querer constituir-se num grupo governante. Só assim poderá continuar a manter o respeito que merece e a contribuir para o bem-estar humano.

4

Veículos Eléctricos e Transição Energética

Esta semana li duas notícias aparentemente não relacionadas entre si sobre o processo de electrificação parcial da indústria automóvel. Digo parcial porque não se prevê que os grandes camiões, os aparelhos militares e as grandes máquinas industriais adiram para já a este processo, por razões técnicas e logísticas e por conseguinte a produção de combustíveis fósseis continuará, portanto, a ser necessária para o seu funcionamento.

Por um lado, o que parece ser uma boa notícia é a adjudicação a Vigo de parte da produção de pequenos veículos eléctricos pela multinacional Stellantis. Por outro lado, e indirectamente relacionada com a anterior, é a queixa da Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen. Ela protesta contra o facto de os veículos eléctricos serem fabricados na China a um custo muito inferior e estarem a conquistar o mercado europeu, e aponta a imposição de medidas restritivas para limitar a sua importação (a desculpa das emissões de gases não se aplica aos carros eléctricos).

Em princípio, parecem ser notícias que não chamam muito a atenção, que fazem parte do quotidiano e que não são muito relevantes a não ser para os sectores afectados, mas o problema é que ambas as medidas podem ser contraditórias e podem revelar um discurso subjacente muito relevante. Há muitos anos, um professor ensinou-nos que, em economia, quando os títulos dos jornais dizem que as notícias são más, elas tendem a ser boas a médio prazo e vice-versa. Receio que estejamos perante um desses casos.

A electrificação do parque automóvel é justificada pela necessidade de reduzir as emissões de CO² para a atmosfera que estão na origem das alterações climáticas. Dado que são os motores de combustão que o emitem, seria necessário substituí-los por motores eléctricos ou a hidrogénio verde, este último ainda não desenvolvido comercialmente.

Este processo tem prazos e prevê-se que descarbonize a maior parte da mobilidade na Europa até 2050, dada a urgência de evitar o agravamento do aquecimento global. Por outras palavras, a electrificação e todos os custos que lhe estão associados são uma espécie de imperativo quase existencial para a humanidade. Até aqui tudo bem, mas o problema surge quando vemos que impedir a chegada de carros eléctricos baratos é um travão à electrificação do parque automóvel. Se queremos descarbonizar, o que é melhor do que importar milhões de automóveis baratos para que a população europeia possa facilmente mudar os seus veículos e, assim, reduzir as suas emissões?

Mas a presidente parece preocupar-se mais com o futuro da indústria europeia do automóvel do que com a transição energética, o que sugere que a redução das emissões não é uma prioridade para ela e para os seus comissários, que o que realmente importa são outros interesses, e que a descarbonização é apenas mais uma desculpa para subsidiar o sector. Algo semelhante aconteceu no ano passado com o regresso à produção de carvão na Europa para proteger a indústria, principalmente a alemã, dos elevados custos da energia. Daí a imagem de Greta²⁷⁹ a ser expulsa de uma mina de lignito²⁸⁰ reaberta na Alemanha.

O que isto implica é que as decisões sobre a mudança do modelo energético não seguem qualquer tipo de lógica ambiental ou mesmo económica, mas estão subordinadas a decisões políticas e daí o problema de atribuir a produção destes veículos a Vigo, porque

²⁷⁹ Greta Thunberg, *poster-girl* sueca, autodenominada activista climática.

²⁸⁰ Carvão de baixo poder calorífico, usado como combustível para geração de energia.

agora torna-se dependente da vontade da China em concordar ou não com isso.

A vontade política é mutável, não só a curto prazo, mas também a médio e longo prazo, e não tem normalmente uma perspectiva de longo prazo. Qualquer mudança na vontade política, que não é improvável, pode deixar as empresas confiantes de que as medidas de transição são irreversíveis esgotadas, enganadas e arruinadas, algo que já o vimos antes. E nada garante ou pode garantir que o sejam.

5

O Medo dos Robots e da
Inteligência Artificial

Observo na imprensa galega, e neste jornal em particular,²⁸¹ que se debatem as consequências que a robótica pode ter no emprego e, conseqüentemente, nas próprias dinâmicas sociais. E é certo que as terá, mas, como qualquer outra invenção humana as teve. Uma parte muito substancial das ferramentas, máquinas ou desenhos técnicos têm precisamente o propósito de poupar trabalho humano.

Desde um machado, um carrinho de mão, a um tractor ou um robot, passando pela electricidade, pelas telecomunicações ou pelas canalizações, todas as invenções associadas ao trabalho têm como propósito reduzir o esforço humano ou torná-lo mais confortável.

E também, claro, de garantir que, com o mesmo esforço, podemos produzir mais bens e serviços, daí que a capitalização das sociedades, expressa num maior número de bens de capital, como as máquinas, está na base da melhoria do nível de vida ocorrida no último século e meio. Todas estas mudanças geraram perdas a curto-prazo, mas em pouco tempo as inovações melhoraram a vida dos povos que as adoptaram.

Esta vez não será diferente das outras. Alguns falam da inteligência artificial capaz de substituir empregos e condenar grandes massas da população ao desemprego, mas isso já era dito quando surgiram os teares mecânicos, a electricidade ou o computador.

²⁸¹ Este artigo foi originalmente publicado no jornal galego “Nós Diário”, em Fevereiro de 2023.

O carácter supostamente diferente da IA é que pode superar os humanos em inteligência. Eu não acredito nisso. As máquinas têm tradicionalmente superado os humanos em algumas das suas características, como a velocidade ou a força, e mais recentemente, com as calculadoras e os computadores, na capacidade de computação. A IA também pode superar os humanos em capacidades específicas associadas à inteligência, como jogar xadrez, mas não em inteligência entendida de forma geral.

Esta é, por exemplo, contextual, o que significa que pode adaptar-se em questão de instantes a diferentes ambientes, mudando o seu registo linguístico ou mesmo de idioma; como infelizmente nós os galegos bem sabemos; ou o seu comportamento, se necessário.

Numa igreja, num tribunal, numa sala de aula, numa fábrica ou com amigos e familiares, mudamos e adaptamo-nos conforme a conveniência, algo que a máquina dificilmente faz, pelo menos não ainda.

A máquina superinteligente também não tem noção do tempo, pelo que lhe falta outro dos grandes atributos da inteligência humana: a capacidade de tomar decisões num espaço de tempo que sabemos ser finito. A máquina, não sendo um ser vivo, não pode ter a noção de morte ou da desapareição e, por isso, não é impelida a decidir. Pode fazer tudo o que quiser, porque não tem pressa. Também não sente dor nem prazer, nem tem medo, amor ou ódio. Se os tivesse, seriam os da pessoa que a programou.

Como acabámos de ver, o problema não é que as máquinas possam substituir os humanos, porque todas o fizeram e é precisamente isso o que se pretende. O problema para nós é o contrário, que não as possamos ter. Muitas pessoas pensam que, por termos tecnologia, esta nos chegará de forma automática e sem esforço.

Quem viaja para alguns países africanos, por exemplo, vai perceber que não estão cheios de *robots*, nem sequer de máquinas mais simples. E não porque desconheçam a existência desta

tecnologia, mas porque não têm o capital para a adquirir. O problema que a Galiza pode ter não é a introdução de máquinas equipadas com inteligência artificial, mas sim ficar atrasada por falta de capital para as adquirir. E como adquiri-las é o que temos de debater.

6

A Evolução Tecnológica e o Monopólio Estatal do Conhecimento

Um dos debates mais substanciais que se podem abrir no domínio da teoria do anarcocapitalismo é o da estratégia a seguir para se poder alcançar um modelo de sociedade no futuro, se é que este conceito tem algum significado no nosso campo de discussão. Gostaria de excluir, desde já, que um tal cenário provenha, de uma forma ou de outra, de uma revolução violenta, de um golpe de estado ou do recurso ao terror. Para além do facto de o anarcocapitalismo ser uma ideia pacífica que aspira a uma sociedade pacífica de trocas livres, entendo que nada de bom poderia resultar de um tal começo e tudo o que conseguiríamos seria lançar as sementes de um novo cunho de estatismo. A transição para uma sociedade autogovernada, como diria Benegas Lynch,²⁸² não resultará de uma qualquer conquista do estado, nem que seja para o dissolver, mas da sua extinção, como salientou o jovem Karl Marx.

Nas sociedades actuais, existem tendências evolutivas nas esferas económica, política e ideológica que, se bem exploradas e devidamente informadas pelos princípios anarcocapitalistas, podem conduzir, em determinados lugares, a cenários pós-estatais. Estas tendências resultam da dinâmica do mercado e de novas formas de gestão da violência. Apresentá-las-ei neste e nos próximos artigos, mas, repito, sem ideias que as orientem, estas tendências serão exploradas por novos empresários da violência para estabelecer novas formas de dominação. A disseminação de ideias deve ser

²⁸² Alberto Benegas Lynch (1909-1999), economista e intelectual argentino, conhecido por introduzir o pensamento da Escola Austríaca na Argentina.

sempre o primeiro passo, e se estas forem disseminadas pelo menos entre minorias intelectualmente activas, as tendências evolutivas potencialmente libertárias podem ser devidamente aproveitadas nesta direcção.

A primeira destas tendências deve necessariamente envolver uma mudança na forma como as ideias e o conhecimento em geral se difundem, antecedendo a mudança das próprias ideias. O conhecimento em geral, e a ciência em particular, sempre foram anárquicos. A própria dinâmica da evolução científica sempre funcionou em anarquia e de forma auto-organizada. As grandes vacas sagradas da ciência, das humanidades ou das artes sempre assistiram impotentes ao facto de qualquer pessoa poder desafiar a sua influência com a única arma contar com melhores argumentos. Os muros da academia, embora protejam temporariamente contra a investida de novas teorias, não podem, no final, impedir que estas sejam suplantadas por outras que têm origem mesmo fora do quadro académico. A própria ciência, mesmo que disponha de mecanismos de exclusão bastante eficazes (como o chamado método científico ou a revisão pelos pares), não pode impedir a contestação de novas ideias que suplantem até a própria definição de ciência (Kuhn abordou muito bem a questão nos seus estudos sobre as revoluções científicas).²⁸³

O mundo do conhecimento não é apenas anárquico, mas tem também um enorme poder de dissolução das estruturas de poder existentes, razão pela qual estas sempre procuraram não controlar as ciências, o que em si mesmo é impossível, mas controlar o ensino e a divulgação da ciência, o que historicamente lhes foi mais viável. Os sistemas educativos e universitários estatais sempre procuraram, através de vários mecanismos, da imposição à subvenção, estabelecer um saber oficial, dotado de um certo selo de respeitabilidade, por oposição ao saber oficioso; e também relegando para o esquecimento ideias e autores excluídos do sistema educativo oficial em quase todos os domínios do saber. Por

²⁸³ *A Estrutura das Revoluções Científicas*, livro de Thomas S. Kuhn.

exemplo, na área em que trabalho, que é a ciência política, uma percentagem muito elevada de pessoas adquire posições ideológicas elaboradas sobre o estado, a democracia ou as eleições através do sistema escolar e nunca questiona esse conhecimento adquirido. Isto é normal, a maioria das pessoas está envolvida em jardinagem, construção, enfermagem, química, trabalho fabril ou em supermercados, e o seu conhecimento irá, como sempre, concentrar-se nessas áreas. A menos que alguém se especialize na área da política, nunca discutirá criticamente o que aprendeu e, mesmo que se especialize, o que aprenderá, salvo raras excepções, será o que está estabelecido nos currículos oficiais reflectidos em currículos aprovados pelos respectivos ministérios. Adquirir conhecimento aprofundado de política, economia, história, ciências naturais... estava reservado a pequenos grupos de especialistas e as suas conclusões, se críticas, nunca passariam desse pequeno grupo. Obras altamente críticas, como as teorias sobre a origem do estado de Robert Carneiro ou Charles Tilly, apesar de terem uma excelente reputação dentro da academia, raramente são conhecidas fora dela.

A isto acresce a própria dificuldade de adquirir conhecimentos fora do domínio da educação oficial. O acesso a publicações especializadas, a professores especialistas ou mesmo a outras pessoas interessadas nos mesmos assuntos era caro e difícil, quase reservado aos que tinham acesso a um ensino monopolizado ou quase monopolizado pelo estado.

Assim, manter a disseminação de ideias mais ou menos sob controlo, embora exija um grande esforço prévio para conformar a população a este sistema, traz grandes benefícios em termos de legitimidade para os poderes do estado. Deste modo, qualquer mudança na forma como os valores ou as ideias são transmitidos pode ser potencialmente letal para os governos existentes, se essa mudança ocorrer num ambiente de grande consciência das ideias libertárias. Pode ser potencialmente fatal, pois, como já referimos em trabalhos anteriores e como nos recorda um artigo de há dois anos de Caleb Miles e Edward Stringham (na compilação de Liberty

Guinevere Nell, *Austrian Theory and Economic Organization*)²⁸⁴, a crença no estado, nos seus poderes e virtudes é essencial para que o estado não só mantenha a sua capacidade actual como persista na sua forma actual. E esta crença é transmitida principalmente através de sistemas educativos (os meios de comunicação social também têm influência, mas quem escreve neles já foi educado nestes valores), que são quase monopolizados pelos estados. Se estes forem enfraquecidos, o estado não desaparece, mas perde grande parte da capacidade de impor a sua vontade.

No entanto, estas tendências já estão cada vez mais presentes nas nossas vidas. O estado dificilmente conseguirá manter a sua posição de quase monopólio no domínio da educação, com o aparecimento na Internet de aplicações educativas cada vez mais sofisticadas, a custo zero. Universidades virtuais, como a Coursera ou a Khan Academy, estão a revolucionar o mercado universitário e, por um preço modesto, começam a certificar os seus estudos para aqueles que querem ou precisam deles. No âmbito do ensino básico e secundário, proliferam todo o tipo de aulas virtuais e tutoriais para as mais diversas disciplinas, com correcção virtual de exercícios *online*. As bibliotecas virtuais de livros e materiais audiovisuais permitem o acesso a milhões de livros sobre qualquer assunto, dispondo apenas de um telemóvel ou um pequeno computador. Assim, qualquer pessoa, mesmo com recursos limitados, pode aceder facilmente à grande maioria do conhecimento e às últimas descobertas científicas. As tecnologias da informação facilitam também o contacto e a coordenação de milhares de pessoas que antes operavam isoladamente e sem qualquer capacidade de acção cultural consciente. E estamos apenas no início.

A tecnologia pode muito bem quebrar o domínio do estado na ciência e na cultura de uma forma que poucos teriam previsto há alguns anos. Os institutos libertários de todo o mundo parecem ter compreendido bem este facto e as ideias que defendemos estão a disfrutar de um *boom* sem precedentes. O objectivo agora é

²⁸⁴ O paper referido é “Eliminating the Perceived Legitimacy of the State” (2014).

aproveitar esta tendência para difundir ideias diferentes e conseguir corroer a base de legitimação dos estados contemporâneos. Estes podem, evidentemente, tentar limitar a sua difusão, mas não podem fazê-lo sem, ao mesmo tempo, minar a tecnologia que lhes serve de base, o que levaria inevitavelmente os que tentarem fazê-lo a ficar para trás e a minar a própria base económica em que assentam. A Internet não pode ser atacada parcialmente (há milhares de formas de contornar a censura) e atacá-la totalmente seria um fracasso económico a médio prazo.

Mas não são só os libertários que estão atentos a esta tendência. À esquerda, começaram a surgir tendências "aceleracionistas" que procuram tirar partido das novas tecnologias, neste caso com o objectivo de ultrapassar o sistema capitalista. Autores como Jeremy Rifkin e a sua *A Sociedade de Custo Marginal Zero*, Paul Mason e o seu *Pós-Capitalismo* ou Toni Negri e Paolo Virno com as suas teorias sobre o *Êxodo*, propuseram um futuro tecnológico em que as "multidões", graças ao baixo custo do conhecimento, podem escapar ao sistema capitalista. À direita, o britânico Nick Land, um dos filósofos de referência da moderna *Alt-Right*, com seu *Dark Enlightenment*, ou Peter Diamandis, com a sua *Abundância*, desenvolvem também doutrinas da aceleração segundo as quais seria necessário aumentar a velocidade do desenvolvimento tecnológico, eliminando os obstáculos que o impedem, para poder alcançar rapidamente, neste caso, a singularidade. A combinação de seres humanos com tecnologias apropriadas permitiria também escapar às formas actuais de dominação política num futuro pós-estatista.

Inversamente, a revolução tecnológica pode também contribuir para um maior controlo do estado, como James Bovard salientou há alguns anos no seu brilhante *Terrorism and Tyranny*. As novas tecnologias permitem um maior controlo sobre as pessoas e os dispositivos que utilizamos, porque, embora facilitem uma melhor coordenação, deixam vestígios e os governantes podem saber exactamente quais são as nossas leituras, conhecer todas as nossas relações e até o conteúdo das nossas conversas. Através da *big data*,

poderiam tentar prever os nossos movimentos e até conhecer em pormenor as nossas viagens ou mesmo o conteúdo das nossas compras. Estas tecnologias poderiam até dificultar as nossas deslocações sem necessidade de grandes investimentos (bastaria colocar-nos numa lista negra para que fosse muito difícil sair do país ou impedir-nos de abrir contas bancárias). O estado poderia também utilizar esta tendência em seu proveito.

Por último, é possível que estas tendências tecnológicas tivessem um impacto quase irrelevante nas consciências, tanto mais que a maioria das pessoas não utiliza os seus dispositivos tecnológicos e o seu imenso potencial de conhecimento precisamente para descarregar textos sobre economia austríaca ou teoria política libertária. Se, por um lado, estes permitem que as ideias se difundam entre aqueles que já se interessam por elas, por outro, a sua mensagem pode não chegar à população sem uma estratégia deliberada e consciente para o fazer. As ideias libertárias e anarcocapitalistas não se impõem pela simples força da tecnologia, mas por uma acção determinada e consciente para as estudar e propagar, aproveitando as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias. A imprensa em algum momento também poderia ter contribuído para esta tarefa, mas perdeu-se a oportunidade. A ocasião de quebrar o domínio do estado sobre o conhecimento formal e a cultura está de novo nas nossas mãos e, quiçá concentrando-nos na luta pela desestatização do conhecimento e da ciência, possamos dar um passo crucial na evolução para uma sociedade livre.

7

União Europeia e Intervencionismo Energético

A verdade é que não consigo ultrapassar o meu espanto ao ler as declarações de destacados membros do Conselho e da Comissão Europeia. Por vezes criticamos os nossos políticos pela sua incompetência ou baixa qualificação, mas parece que os líderes da União Europeia foram escolhidos por desconsideração, ou de tal forma que venceram aqueles que demonstraram em grande medida a sua incapacidade. Não sei que critérios de selecção seguirão agora, antes escolhiam entre primeiros-ministros de países pequenos para não perturbar o equilíbrio, mas com experiência política e uma certa capacidade. Agora, os que temos parecem ser meros mandatos de quem realmente dirige a UE, mas poderiam ter procurado outros mais competentes. A classe política galega, de todos os partidos, é muito melhor do que estes cultos tecnocratas que dirigem as nossas principais políticas. E digo-o a sério. Se os poderes excepcionais que solicitam a nível europeu se justificam pela sua maior competência ou conhecimento, é melhor que saíamos desta aberração burocrática o mais rapidamente possível. Antes, ainda pensava que nos queriam enganar, mas agora acho que não, que são assim e acreditam no que dizem.

Na semana passada, por exemplo, após várias reuniões, decidiram restringir os vistos de entrada de cidadãos russos na UE, ao mesmo tempo que decidiram estabelecer um preço máximo para o petróleo russo e discutir a mesma medida para o preço do gás importado de

lá.²⁸⁵ É claro que também foi aprovado um novo pacote de ajuda militar aos ucranianos. Em princípio, independentemente do que se pense das sanções (sou contra elas), parecem ser medidas coerentes no contexto da tentativa de estrangular a economia russa, dificultar a vida aos seus cidadãos e apoiar militarmente o lado que a UE decidiu tomar. Até aqui, tudo é mais ou menos lógico. Mas depois li na imprensa que os líderes da UE ficaram furiosos quando o governo russo decidiu restringir temporariamente o envio de gás, logo, acusaram-no de chantagista e afirmando que não era um fornecedor fiável. Além disso, estão a protestar porque Putin prefere queimar o gás a vendê-lo a nós. Deixe-me ver se percebi, sancionas outro país – com razão ou sem ela, isso seria outro debate – e logo depois queres que ele te venda petróleo e gás mais barato do que o mercado, e com um fornecimento constante e fiável, ainda por cima. Nunca vi nada assim. Suponho que quando os russos decidirem não nos vender a estes preços, ou vender a outros países para que estes nos possam vender a um preço mais elevado, também protestarão. Parecem crianças que querem brincar à guerra, mas sem assumir as consequências ou sem explicar à população que estas medidas têm consequências.

Também não são de se deitar fora as propostas de política energética que querem implementar a partir de Bruxelas para acabar com o aumento dos preços da electricidade e do gás. O melhor seria, naturalmente, levantar as sanções e retomar o comércio com a Rússia, mas, como isso é impensável, propõem uma série de medidas para intervir nos mercados. Propõem, no fundo, limitar o preço das energias infra-marginais para que sejam vendidas ao seu custo, ou seja, impedir que o preço das energias renováveis seja vendido acima de um limite. Recordemos que o actual regime de preços está pensado para remunerar as energias renováveis muito acima do custo de produção, de forma a incentivar a sua implementação. Daí, da energia eólica e solar, provêm os grandes

²⁸⁵ Este artigo foi originalmente publicado em Setembro de 2022, no periódico galego Nós Diario, em plenas sanções da UE à Rússia devido à guerra na Ucrânia.

lucros que as empresas de electricidade estão a obter e sobre os quais este jornal noticiou. Por um lado, impõe-se um limite ao preço, mas, por outro, propõem-se também continuar a subsidiá-las com prémios e auxílios que irão, em parte, para as tarifas. Mas o carvão e a energia nuclear são também infra-marginais, e os seus preços aumentarão enquanto lhes mantém ou sobem os direitos de emissão que desincentivam o seu uso. Tudo muito racional, como se pode ver na nossa UE.

8

As Tecnologias Sociais

Lewis Mumford escreveu há muito tempo um volumoso livro, *The Myth of the Machine*, que foi recentemente traduzido para castelhano, mas que, na minha opinião, não teve a repercussão que merecia no nosso meio. É verdade que o autor está próximo das ideias socialistas, mas isso não deve diminuir a sua visão sobre a origem e a organização do estado. Num livro anterior, *Técnica e Civilização*, tinha advertido como os estados, no seu processo de centralização, preferem e promovem algumas tecnologias em detrimento de outras, pois estas favorecem a sua capacidade de domínio. Assim, haverá tecnologias típicas do estado moderno e tecnologias típicas de situações pré-estatais, ou com poderes muito menos concentrados. Não é a mesma coisa, diz ele, produzir electricidade em grandes centrais eléctricas e produzi-la em pequenas centrais locais, como os mais velhos ainda se lembrarão. A primeira favorece e é favorecida pelo poder estatal, enquanto a segunda conduziria a uma desconcentração do poder. No caso do conflito catalão, li algures que o estado espanhol poderia deixar a Catalunha praticamente sem fornecimento de electricidade, bastando para isso puxar algumas alavancas, e receio que isso possa ser verdade, mas se não for, gostaria de ser corrigido. Com o antigo sistema descentralizado, seria muito mais difícil. O mesmo se passa com as infra-estruturas de transporte (Mumford dedicou outro livro ao papel da estrada na construção do poder moderno)²⁸⁶ ou mesmo com as grandes redes de telecomunicações convencionais. No seu livro sobre o mito da máquina, Mumford refere-se, por outro lado, a uma espécie de tecnologia mental, e não física, que constitui e

²⁸⁶ *The Highway and the City* (1963).

cimenta o artefacto imaginário que é o estado, seja ele o antigo sistema imperial ou o moderno estado-nação contemporâneo. Para ele, o estado não é mais do que uma máquina sofisticada, mas não uma máquina física, mas um complexo sofisticado de ideias e técnicas que permitem estabelecer um aparelho de dominação. Algo semelhante pode ser encontrado noutro famoso esquerdista (embora no final da sua vida, nas suas aulas no Collège de France, ensinava com aprovação as doutrinas dos economistas austríacos), Michel Foucault, que em livros como *Vigiar e Punir* referia como os estados e outras organizações tinham desenvolvido ao longo da história sofisticadas tecnologias de dominação sobre os seus dominados. O facto é que o exercício do poder requer certas tecnologias para ser exercido de forma eficaz. Algumas dessas tecnologias foram concebidas para o efeito. Outras resultam do facto de os dominadores se apropriarem de tecnologias pré-existentes e lhes darem novos usos. A tecnologia enquanto tal, convém recordar, é neutra, e o que pode ser contestado é a sua utilização pelas pessoas que a utilizam. Mesmo as técnicas inicialmente concebidas para serem utilizadas pelos governos podem ser apropriadas pelos seus inimigos e utilizadas contra eles. Vejamos então algumas dessas tecnologias e a utilização que os governos lhes deram.

A primeira delas é, sem dúvida, a escrita. Os arqueólogos que encontraram as primeiras tábuas escritas referiram que a maior parte delas era dedicada a cálculos fiscais e tributários. É muito difícil gerir uma máquina burocrática sem algum tipo de registo escrito, seja para estabelecer regras e ordens claras, para registar pagamentos, cobranças, para registar propriedades ou mesmo para mitificar os governantes inventando histórias ou genealogias. A escrita, até há relativamente pouco tempo, era muito dispendiosa, pelo que as suas utilizações eram reservadas à maior glória dos governantes e estes criavam corpos de escravos ou funcionários denominados escribas. Como qualquer tecnologia, pode virar-se contra os seus criadores, e o que era uma invenção inteligente para facilitar o controlo dos governados, foi utilizada para escrever ideias contra eles e,

sobretudo, para que estas permanecessem no tempo e se propagassem. Daí que os governantes tenham sempre, de uma forma ou de outra, estabelecido algum tipo de controlo penal sobre o que se escreve e até sobre a forma como se escreve, já que a ortografia é um monopólio do estado em muitos países e pode ser utilizada como instrumento político para a construção de estados e nações (pense-se no caos de sérvios e croatas ou, entre nós, nos debates ortográficos sobre a língua galega em relação à portuguesa).

Da escrita derivam algumas outras técnicas que facilitam a tarefa do estado. A primeira é a estatística. Trata-se de um tipo de matemática originalmente aplicada ao mundo político (como o seu nome sugere) e que mais tarde encontrou aplicação em muitos outros domínios. Jean Bodin, um dos pais teóricos do estado moderno, teve uma grande influência no desenvolvimento destas técnicas no seu famoso tratado *Os Seis Livros da República*. Rothbard escreveu uma vez que esta constitui o calcanhar de Aquiles de todos os governos, pois sem o seu uso nenhum estado pode funcionar. Pensemos por que razão quererá um cidadão saber se o PIB per capita da Andaluzia é inferior ou superior ao de Castela e Leão, ou qual o número de camas por habitante em La Rioja e qual na Cantábria? As diferenças salariais, as pensões médias ou dados económicos como o aumento do IPC ou o índice de desenvolvimento humano são exemplos de estatísticas fornecidas pelos governos (que curiosamente são "oficiais" e têm o pressuposto de veracidade *a priori*). A lógica de conhecer estes dados é quase sempre justificar a intervenção do estado e ter a informação adequada para a poder levar a cabo (obviamente que há excepções, como as estatísticas relativas ao negócio dos seguros, por exemplo, que aproveitaram alguma da informação disponível através dos censos para o seu negócio). Saber se o IPC está a subir ou a descer não diz nada aos cidadãos, porque o seu cabaz de consumo nunca coincide com o cabaz ideal de bens em que se baseia o IPC, mas diz ao governo, que o vê como um pretexto para levar a cabo esta ou aquela política económica. Lembro-me de ter ouvido dizer (não encontro a fonte e pode, portanto, ser um apócrifo) que um

governador britânico de Hong Kong proibiu a elaboração de estatísticas porque estas só levavam à criação de queixas entre grupos (entre bairros de Hong Kong, homens e mulheres, minorias entre si, ricos e pobres...), e só levavam a conflitos desnecessários e à criação de um grande estado.²⁸⁷ O estado intervém com as informações fornecidas pelas estatísticas e actua não sobre as causas do problema, mas sobre o indicador. A subida do IPC é atacada com artilharia pesada (importando frangos da Roménia, como se fez não há muito tempo em Espanha, devido ao peso dessa tão popular carne no índice, ou retirar o tabaco do mesmo), mas as raízes do problema não são abordadas. Mesmo no âmbito económico, as estatísticas governamentais têm relativamente pouca utilidade para o mundo dos negócios. Uma empresa está interessada nos seus preços de referência, não nos preços de índice. Por exemplo, a evolução dos preços do petróleo nos últimos anos tem sido de percentagens muito elevadas, com subidas ou descidas de dois dígitos percentuais. Que importância pode ter para os sectores em causa, das refinarias aos transportes, saber que o IPC subiu ou desceu um ou dois pontos? O IPC ou as estatísticas em geral são úteis para os sectores dependentes do estado, como os reformados ou os funcionários públicos, ou para a elaboração de rubricas orçamentais. O mesmo acontece com muitas outras estatísticas que apenas servem para facilitar o trabalho do governo.

As técnicas de quantificação estão estreitamente associadas à estatística. Theodore Porter, no seu livro *Trust in Numbers*, refere-se a esta técnica como uma técnica política. Consiste em reduzir os fenómenos complexos a números, para que possam ser mais facilmente processados pelas administrações: como poderia uma universidade funcionar sem as notas médias? Como poderiam as prestações sociais ser distribuídas sem o IPREM²⁸⁸ ou números que atestem uma situação de carência? Coeficientes de Inteligência (QI)

²⁸⁷ Não é apócrifo. Há várias citações documentadas de Sir John Cowperthwaite, secretário das Finanças de Hong Kong, referindo-se com desdém a estatísticas.

²⁸⁸ Indicador Público de Renta de Efectos Múltiplos (IPREM), correspondente ao Indexante de Apoios Sociais (IAS) em Portugal.

que simplificam em números as complexas capacidades intelectuais ou cognitivas dos jovens contribuem também para simplificar a gestão das administrações educativas. Por exemplo, nas universidades, ao atribuir estágios, bolsas de estudo ou colocações em programas de intercâmbio, reduzimos cada estudante a dois números, o do seu bilhete de identidade e o da média ponderada das suas notas, e a partir daí atribuímo-los "objectivamente" e de uma forma muito simples. Se não fosse assim, teríamos ainda de falar com eles, descobrir a sua motivação e ver a sua aptidão para o trabalho (que horror, como numa empresa!, porque as empresas ainda não têm em conta sistemas tão avançados). O processo para o governante é claro. Consiste em reduzir um problema socialmente complexo, a desigualdade social, por exemplo, a números. Depois, intervém-se politicamente com alguma medida que afecte o dito número e, mais tarde, se o novo número resultante for mais satisfatório, dizemos que a política foi bem sucedida e, se não for, que falhou. Pelo meio está um complexo e astuto sistema mental, criado, entre outros, pelos positivistas franceses do século XIX, que nos leva a identificar o problema com um algoritmo numérico para tentar dar-lhe uma solução numérica.²⁸⁹

O sonho de todo o engenheiro social ou governante é encontrar algum tipo de número que possa medir com exactidão a utilidade, para que possa usar o poder do estado para a distribuir da forma como entender pertinente por entre todos os cidadãos. Felizmente, essa medida ainda não foi encontrada ou, pelo menos, não foi encontrada de forma incontestável, apesar dos esforços que realizaram durante muitos anos os chamados economistas do bem-estar. Caso a encontrem, os governantes verão reforçada a sua legitimidade para interferir na vida e nas finanças dos seus súbditos.

Outra tecnologia derivada da escrita é a contabilidade. Inicialmente, parece ter sido uma invenção de comerciantes e industriais, para facilitar o conhecimento do bom ou mau desempenho das suas actividades. Mas rapidamente foi apropriada

²⁸⁹ Referência à Lei dos Três Estados, do positivista August Comte.

pelo estado, que, com o tempo, conseguiu estabelecer normas contabilísticas para simplificar a cobrança de impostos. Sem elas, os estados não poderiam estabelecer orçamentos ou provisões de despesas, ou não teriam informações suficientes para sustentar os complexos sistemas fiscais ou de dívida pública que permitem aos estados modernos atingir as enormes dimensões, tanto quantitativas como qualitativas. Esta questão não está muito estudada, mas é possível que os períodos contabilísticos tenham sido adaptados às necessidades, ritmos e padrões de funcionamento dos estados). Porquê fechos anuais e não diários, semanais, decenais, etc., de acordo com os ritmos de cada empresa?

Outras técnicas de controlo social utilizadas pelos estados são o controlo dos calendários, dos pesos e das medidas. Os calendários, por exemplo, têm uma origem mista, religiosa (quase sempre de religiões associadas ao poder político) e política, como é o caso do calendário juliano. Os calendários raramente são estudados do ponto de vista político, mas têm uma enorme influência na organização social. O desenho da semana, por exemplo, determina os ritmos de trabalho e tem um enorme carácter simbólico. Uma semana de sete dias não é a mesma coisa que as semanas decimais propostas por alguns reformadores políticos. O desenho e a estrutura dos feriados também afectam os ritmos de produção, e têm sido, como bem estudou Max Weber, uma fonte de conflitos políticos, uma vez que são um sinal claro dos valores dominantes. É indiferente que o feriado seja ao domingo, à sexta-feira, ou ao sábado, ou quais os dias que são feriados e qual o motivo do feriado. Não é, pois, de estranhar que as duas últimas grandes revoluções da época contemporânea na Europa tenham procedido à alteração dos calendários. O calendário revolucionário francês procurou eliminar as referências religiosas e estabelecer uma maior racionalidade dos feriados e das semanas. Um dos primeiros gestos da Revolução Soviética foi a adopção do calendário gregoriano para a Rússia, que na altura teve uma enorme carga simbólica.

Os pesos e medidas de comprimento e capacidade, enquanto instrumentos de controlo, merecem um estudo à parte. Como o merecem também as técnicas sociais apropriadas, ou em vias de apropriação, pelos estados, como o dinheiro ou a ciência. Mas isso ficará para outros ensaios.

9

Reivindicar a Idade Média

Deve haver poucos ofícios mais ingratos que o estudar ou investigar a Idade Média e, especialmente, esta fase da história galega. No campo do nacionalismo, temos muito bons estudos de Anselmo López Carreira, Camilo Nogueira Román ou Francisco Rodríguez Sánchez, para não falar dos numerosos ensaios e monografias de alto nível que se produzem nas nossas faculdades de história. Costumam destacar o esplendor comercial, cultural e político da Galiza naquela época. Mas de pouco vale se depois tudo o que ali se afirma, que deveria servir para fortalecer a nossa auto-estima, for negado com todo o tipo de enganos e descrédito dessa época histórica. Neste mesmo jornal,²⁹⁰ que não é de modo algum uma exceção a este respeito, enquanto esta época é reivindicada com excelentes monografias, o conceito de medieval é utilizado para o associar a todo o tipo de maldades e, muitas vezes, com pouco fundamento. Por vezes fala-se de obscurantismo medieval, da Inquisição como na Idade Média, do regresso da situação das mulheres aos tempos feudais, de tal modo que esta época está associada a uma era de trevas e ignorância.

De pouco vale então o que possamos dizer sobre a situação relativamente boa da Galiza naquela época. Esta depreciação histórica não se faz, por exemplo, do chamado Renascimento ou do Iluminismo, considerados etapas da luz quando, na verdade, se deram muitos retrocessos ocorreram na esfera social. Foi na época do Renascimento que a Inquisição atingiu a sua maior severidade, e não se recorda que foi o Rei Católico que ordenou o seu

²⁹⁰ Este artigo foi originalmente publicado no jornal galego “Nós Diário”, em Fevereiro de 2023.

estabelecimento.²⁹¹ O tráfico de escravos, quase extinto na odiada era feudal, foi também reavivado, e no qual ilustres iluminados como Locke ou Voltaire fizeram investimentos muito lucrativos.²⁹² O fim da Idade Média também não trouxe tempos de paz, mas as guerras na Europa atingiram uma virulência desconhecida nos tempos medievais da paz de Deus e das batalhas de cavaleiros. Mas sim, a má fama vai para a Idade Média.

Não sei exactamente as razões de tanta animosidade, mas tudo aponta para uma tentativa dos ilustrados de denegrir uma época em que o papel da religião e da Igreja Católica era preponderante. Algo que no nosso caso é mais do que evidente, é que ela foi uma das causas do nosso esplendor naqueles tempos e sem o qual ele não poderia ter sido alcançado. Sinto também que os reis e os governantes dos novos estados centralizados, como o espanhol, não achem muita graça a uma época em que existiam centenas de unidades políticas na Europa que se saíam bem por si próprias, como era o nosso caso.

Consideremos que, só nesses tempos, na Península Ibérica, existiam, incluindo os chamados Reinos Taifa,²⁹³ dezenas de unidades políticas, muitas delas de grande esplendor, que distorciam enormemente o discurso centralizador do poder político. Só existiram entre vinte e cerca de quarenta taifas, no seu período de máxima fragmentação, às quais se devem acrescentar os diversos e variados reinos cristãos. Embora as taifas não nos interessem muito, também é raro encontrar alguma obra que não as mencione, apesar de se tratar de uma época de esplendor cultural e económico, como

²⁹¹ O estabelecimento da Inquisição na Espanha foi no ano de 1478 pelo Rei Fernando II de Aragão, que governava em conjunto com sua esposa, a rainha Isabel I de Castela. Juntos, ficaram conhecidos como os "Reis Católicos".

²⁹² John Locke foi accionista da Royal African Company, uma empresa britânica que dominou o tráfico de escravos no Atlântico. Além disso, ajudou a redigir a "Fundamental Constitutions of Carolina," um documento que concedia aos senhores de escravos "poder e autoridade absolutos" sobre seus escravos. Voltaire, igualmente, investiu em empresas que traficavam escravos, como por exemplo a Companhia das Índias.

²⁹³ Os Reinos de Taifa foram pequenos reinos muçulmanos independentes que surgiram na Península Ibérica após o colapso do poderoso Califado de Córdova em 1031.

nos lembram Pierre Guichard ou o anarquista alemão Rudolf Rocker, grande defensor deste modelo político.

No entanto, se queremos reivindicar o nosso passado, creio ser necessário libertarmo-nos um pouco da escravidão dos estereótipos históricos e começarmos a valorizar não só o nosso caso concreto, mas também os tempos em que a nossa terra alcançou prestígio e esplendor. De nada serve realizar tão excelentes estudos se a própria época em que se inserem for denegrida, muitas vezes por nós próprios.

10

Idade Média

Considero que, de todas as épocas históricas, a chamada Idade Média deve ser uma das que pior reputação tem entre os cidadãos. Sempre retratada como uma era de trevas e superstições, é frequentemente utilizada na linguagem política como epíteto depreciativo de qualquer proposta que não seja do agrado do interlocutor e como exemplo de onde nos levaria tal ou qual proposta. Os chamados iluministas criaram uma lenda negra em torno dela, lenda que parece imune a qualquer argumento contrário que se lhe apresente. Sempre digo, meio a brincar, meio a sério, que não invejo a sorte dos professores de História Medieval, pois não importa o que eles demonstrem nos seus estudos, no imaginário popular essa época será sempre o paradigma da infâmia. Mas os iluministas, que foram os que criaram tal lenda, sabiam bem o que faziam. Primeiro, porque não podiam tolerar que uma época tão religiosa fosse também uma era de esplendor político e cultural. Era necessário, portanto, associá-la a superstições, inquisições e caça às bruxas (todas elas, aliás, atingiram o seu apogeu no Renascimento, tal como o renascimento da escravatura), para poder denegri-la à vontade. Mas a Idade Média tinha outra característica que não agradava muito nem aos iluministas nem aos modernos construtores de estados centralizados, que era a sua fragmentação política.

Na Idade Média existiam na Europa centenas de unidades políticas. Sim, centenas. E dessa fascinante fragmentação surgiu o génio político, cultural e económico da nossa civilização, como bem apontam Jean Baechler ou Eric Jones.²⁹⁴ Taifas, cidades-estado, reinos e principados eclesiásticos coexistiam sem grandes problemas

²⁹⁴ V. *O Milagre Europeu*, de Eric Lionel Jones.

no espaço europeu (os problemas sérios surgiram mais tarde, quando os grandes estados se confrontaram), e essa variedade permitiu o desenvolvimento de liberdades, cultura e mercados que construíram boa parte do que somos. Mas todo este esplendor foi apagado com a chegada dos modernos estados nacionais, que para se legitimarem tiveram de apagar e também denegrir este passado. As taifas, por exemplo, na historiografia espanhola, são difamadas como uma era de caos e confronto que não corresponde ao que realmente foram, uma era de grande esplendor cultural e prosperidade económica, como bem mostram as obras de Pierre Guichard.²⁹⁵ Os historiadores dos modernos estados “nacionais” europeus fizeram algo semelhante com os seus reinos e principados medievais (excepto, claro está, com aqueles que saíram vitoriosos, como Castela, Inglaterra ou a Île-de-France, que foram, pelo contrário, glorificados) e fizeram tudo o que estava ao seu alcance para apagar a sua memória ou subvalorizá-los. Sempre me pareceu curioso, por exemplo, que a ordem dos reis de Espanha corresponda à dos reis de Castela, como se não houvesse outros reinos na configuração do actual estado espanhol.

A Galiza não foi diferente desses processos e o nosso esplendor político e religioso medieval foi apagado dos livros de História, tornando-se desconhecido não só para os espanhóis, mas também para os próprios galegos, que nem sequer sabem que os seus reis estão enterrados na catedral de Santiago de Compostela. Além disso, desconhecem até que tivemos reis próprios, pois essa época da história, quando não é ignorada, é denegrada, tal como acontece em muitos outros lugares da Europa moderna, que também procura apagar esse período da história, que não se caracterizava precisamente pela unidade política.

Sejam bem-vindos, portanto, os estudos, como os que se destacam neste jornal, que contribuem para lembrar o nosso

²⁹⁵ V. *Los reinos de taifas: fragmentación política y esplendor cultural*, de Pierre Guichard e Bruna Soravia.

passado, e não apenas para recordá-lo, mas para inspirar, imaginar um futuro baseado nos valores que nos construíram como povo.

VIII

SOCIEDADE

1

O Espaço para Uma Comunidade Anarcocapitalista

Numa entrevista que o Sr. Boltó gentilmente me concedeu recentemente,²⁹⁶ ficou por formular uma pergunta sobre como seria a organização do espaço numa sociedade sem estado. Um amável crítico fez algumas observações muito pertinentes a esse respeito e gostaria aqui de explicar quais são as soluções que poderiam ser propostas a esse respeito. A crítica, de facto, incide sobre este aspecto, que entendo ser fundamental nesta doutrina e que não deve ser ignorado sob nenhum conceito. Não é uma pergunta, é a pergunta.

Em princípio, pareceria que uma sociedade anarcocapitalista seria algo semelhante à sociedade actual, só que sem uma organização centralizada de pessoas que impusesse o seu domínio sobre este território. A sociedade manteria mais ou menos os seus vínculos pré-estatais e organizaria a prestação de serviços com base nisso. Mesmo presumindo que os laços culturais e linguísticos anteriores à nova situação se mantiveriam, é muito provável, em contrapartida, que a escala da organização social variasse substancialmente de uma situação para outra. A organização do espaço na nova realidade variaria muito substancialmente em relação à actual, daí ser imprescindível a análise das diferentes possibilidades que se podem abrir.

²⁹⁶ Ignasi Boltó, fundador do canal no YouTube "SpanishLibertarian", canal com entrevistas e análises sobre o liberalismo económico e político. Boltó também é autor do livro *18 Miradas Liberales* e foi neste contexto que entrevistou o autor.

A inexistência do estado implica que, de uma forma ou de outra, todo o território dos actuais estados passará a ser organizado sob alguma das formas que a propriedade privada pode assumir, seja de uma forma individual ou colectiva. Convém recordar, como bem estabeleceu Elinor Ostrom nos seus livros sobre gestão dos bens comuns,²⁹⁷ que podem existir propriedades privadas geridas de forma colectiva e que estas continuam presentes mesmo em países como o nosso (por exemplo, os montes comunais)²⁹⁸. Também podem existir propriedades em nome de corporações como igrejas ou universidades (como era frequente em Espanha antes de os liberais hispânicos as expropriarem). Eram de uso colectivo, mas de propriedade privada, ou seja, os seus proprietários podiam decidir sobre o seu uso. Também podem coexistir no mesmo espaço propriedades com características diferentes. Um condomínio ou *resort* combina espaços públicos, aos quais têm direito de acesso aqueles a quem a propriedade concede essa permissão, com espaços mais privados, como casas ou quartos, cujo acesso é restrito aos inquilinos ou proprietários e seus convidados. Este modelo é muito mais comum do que parece. Ele ocorre em hotéis e parques de campismo, por exemplo, ou em centros comerciais nos quais há espaços públicos (que procuram atrair o maior número possível de pessoas, inclusive pagando serviços àqueles que os frequentam) e espaços mais reservados, como lojas, escritórios, consultórios ou, até mesmo, residências privadas.

Em todos estes casos, estamos a falar de áreas totalmente privadas, mas com vários tipos de uso da propriedade a operar de forma concorrente. Uma das críticas mais frequentes feitas aos libertários e aos ancaps é que a ideia de privatizar as ruas é utópica.

²⁹⁷ V. cap. I.8: O Anarquismo Conservador.

²⁹⁸ Os "montes comunais" são terrenos de titularidade pública, que pertencem a entidades locais como os municípios, mas cujo uso e aproveitamento pertencem à comunidade de vizinhos.

O conceito é muito similar ao dos "baldios" em Portugal. Estes terrenos não são propriedade de um indivíduo ou de uma empresa, mas sim da colectividade, e são geridos para benefício comum dos residentes de uma determinada localidade.

Estas já existem em muitos lugares do mundo e entendo que funcionam muito bem, uma vez que não param de se expandir. É claro que não se chamam ruas, mas sim centros comerciais, embora, se prestarem atenção, a sua estrutura seja idêntica à de uma rua convencional. No meio rural, esse tipo de solução também não é nem nunca foi incomum. Em muitos lugares de Espanha, propriedades privadas, tanto individuais como familiares, coexistiram historicamente com propriedades comunais, da Igreja ou de outras corporações, como universidades ou concelhos, formas que, mesmo de forma muito mais limitada, ainda persistem, agora coexistindo com propriedades estatais. Ou seja, existem zonas privadas de acesso para a comunidade (por exemplo, os chamados “campos de festa” na Galiza, próximos às igrejas paroquiais)²⁹⁹ e zonas privadas restritas. Mas, em ambos os casos, falamos de propriedade privada porque é possível excluir quem não goza de algum direito de acesso à mesma ou por decisão do seu proprietário, seja ele um indivíduo ou algum tipo de corporação através dos seus órgãos de representação. Por exemplo, o acesso a lenha, restolho ou outros produtos da floresta comum é restrito aos membros da comunidade e através de regras tácitas ou explícitas de uso. E ninguém pode aceder sem algum tipo de direito ou permissão prévia.

Por sua vez, esses proprietários podem ou poderiam partilhar a propriedade com outros da comunidade ou privados e partilhar direitos de propriedade sobre espaços mais amplos e não-habitados, como podem ser os coutos de caça ou os “TECOR”³⁰⁰, que bem poderiam ser propriedade partilhada de vários habitantes pertencentes à comunidade, com as regras de uso e acesso que estes acordarem. Ou seja, é perfeitamente viável atribuir direitos de

²⁹⁹ ‘Campos de Festa’ são os terreiros centrais das vilas e aldeias, normalmente junto à igreja matriz e têm este nome pelo facto de ali se realizarem as festas populares. Nestes espaços, podemos encontrar três tipos de propriedade: tanto podem pertencer ao concelho, ser comunitários ou mesmo pertencer à Igreja com uso público.

³⁰⁰ TECOR significa “Terreo Cinexeticamente Ordenado” (Terreno Cinegético Ordenado) e é a figura legal criada pela Lei de Caça da Galiza de 1997, que substituiu os antigos coutos de caça. A lei admite três tipos de gestão: privada individual, societária e municipal.

propriedade a toda a terra de um espaço como o de um actual estado, combinando as diferentes formas jurídicas de propriedade que se desenvolveram ao longo do tempo.

As combinações podem ser muito numerosas. Olhando para o passado, especialmente para a Alta Idade Média (podemos gostar mais ou menos dessa época, pessoalmente adoro-a e acho que é injustamente vilipendiada, mas deu-nos um sem número de soluções para esse tipo de problema e que funcionaram de forma estável durante séculos), podemos encontrar numerosas combinações desse tipo. Desde mosteiros com as suas terras com diferentes estatutos jurídicos, até comunas, como as que existiram nas terras fronteiriças entre os reinos cristãos hispânicos e os muçulmanos, numa espécie de velho oeste medieval (Félix Rodrigo Mora estudou-as muito bem),³⁰¹ passando por todo o tipo de cidades-livres e ligas.³⁰² Instituições como forais e “*cartas pueblas*”³⁰³ estabeleciam os direitos e obrigações dos seus habitantes no momento da colonização. Muitas destas figuras chegaram até aos dias de hoje muito atenuadas, embora algumas delas ainda sobrevivam de forma residual. Não poucas poderiam perfeitamente adaptar-se às novas realidades sociais e, como se isso não bastasse, poderiam ser utilizadas muitas das formas jurídicas modernas que a evolução do direito de propriedade horizontal elaborou ao longo do tempo, como o condomínio em todas as suas variantes.

Não é difícil, portanto, se tivermos um pouco de imaginação histórica, termos comunidades ao estilo da Idade Média (chegaram a existir mais de mil unidades deste tipo no espaço actual da Europa), de pequena extensão geográfica, mas compartilhando

³⁰¹ Vide, por exemplo, a sua obra *Naturaleza, Ruralidad Y Civilización*.

³⁰² Ligas foram associações ou federações de cidades medievais que se uniram para defender os seus interesses comuns, principalmente económicos e de segurança.

³⁰³ Modelo comparável às Cartas de Foral e com o mesmo tipo de privilégios, mas direccionado ao repovoamento das terras conquistadas aos muçulmanos. As “*Cartas Pueblas*” concediam uma série de privilégios aos colonos para atraí-los e fixá-los nessas terras. Estes privilégios incluíam a posse de terras, isenções fiscais, liberdades pessoais e um conjunto de regras para a organização independente da vida local.

valores, moeda e direito. Só que, no futuro, estariam desprovidas de formas violentas de exercício do poder. Embora se requeira uma certa adaptação às modernas realidades urbanas, não deveria ser muito difícil resolver os problemas que estas pudessem levantar, pois, embora as cidades continuem sendo locais com uma densidade populacional e de contactos muito maiores do que nas zonas rurais, não deixa de ser verdade que se encontram mais segregadas, diferenciadas e estratificadas do que as zonas rurais. O seu habitat é, na realidade, muito mais compacto do que o rural, no qual pessoas de diferentes rendimentos e ocupações partilham um mundo espacial e, portanto, não deveria ser muito difícil estabelecer comunidades habitacionais geridas de forma privada. Tenho a certeza de que, se o leitor destas linhas vive numa grande cidade, corrobora que há zonas da sua cidade que nunca visitou nem tem intenção de visitar, ao contrário do que acontece no meio rural, onde certamente conhece as diferentes freguesias ou aldeias da sua localidade, nas quais se sente tão à vontade como na sua própria, ao constatar que os respectivos modos de vida não diferem muito. A diferença de modos de vida dentro de uma grande cidade, apesar das distâncias geográficas serem pequenas, pode, ao contrário do que se pensa, favorecer o estabelecimento de agrupamentos regidos por normas de direito privado.

Seriam geridas de forma privada, quer por gestores nomeados pelos proprietários, ao estilo dos antigos abades, quer por cargos estabelecidos por sorteio, eleição ou rotação (como muitas comunidades de vizinhos actuais), e estes seriam responsáveis pela gestão dos serviços comuns, normalmente através de contratos ou externalizações, muito provavelmente em conjunto com outras comunidades do mesmo tipo. Dedicarei outro artigo à descrição deste tipo de acordos.

Como dissemos anteriormente, neste tipo de comunidades, tanto nas antigas como nas actuais ou futuras, não existe direito de livre acesso ou estabelecimento, uma vez que são, de uma forma ou de outra, privadas. Quem quiser estabelecer-se nelas deve aceitar as

regras estabelecidas no contrato fundacional (seja este um foro ou um contrato inteligente moderno de *blockchain*), que normalmente incluem os princípios de dissolução do contrato e os critérios que determinam a resolução de possíveis disputas entre os seus habitantes. Estas regras podem estabelecer quem pode ou não ter acesso à propriedade comum e em que termos. É provável que exista uma grande variedade de fórmulas de acesso à residência na comunidade (exactamente como acontece hoje entre os diversos estados da Terra), e que estas possam estabelecer limites ao número de seus habitantes. Haveria comunidades fechadas ou muito restritas, ao estilo dos amish ou dos “Hutteritas”³⁰⁴, e comunidades muito abertas no que diz respeito à admissão de novos membros. Algumas precisarão de mais mão-de-obra e a exigirão, enquanto outras serão mais relutantes. Outras estabelecerão critérios morais ou religiosos muito rígidos e outras, por outro lado, serão menos restritivas moral ou socialmente. Exactamente como acontece no mundo dos estados, onde também existe uma grande variedade de leis e normas, só que no caso das comunas anarcocapitalistas seria muito mais fácil do que actualmente optar por soluções que nos agradem mais, uma vez que o número de comunidades seria muito maior e mais variado. Mas isso também obrigaria o migrante da comunidade a adoptar as normas ou costumes do local de adopção se quisesse ser lá aceite, pois não haveria nenhum direito de ser admitido.

Uma questão à parte seria a organização do transporte entre comunidades privadas. Estamos habituados a sistemas de transporte e comunicação públicos, aos quais se pode aceder quase sem restrições. E estamos também porque, ao circular numa auto-estrada ou num comboio, observamos que estes foram construídos sobre o espaço de um estado já pré-existente, normalmente através da expropriação de terrenos e, muitas vezes, sem ter em conta se é ou

³⁰⁴ Os Hutteritas são um grupo religioso cristão anabaptista, que vivem em comunidades agrícolas isoladas e que defendem a posse e o trabalho em comum. Eles se distinguem de outros anabaptistas, como os Amish e os Menonitas, por este princípio fundamental de vida comunitária.

não a melhor via de comunicação possível. É, portanto, razoável ter dúvidas sobre como seria estabelecido um sistema de comunicações interurbanas na ausência de um poder estatal. Num sistema de comunidades privadas, estradas, ferrovias, portos e aeroportos serão privados e determinarão as regras de acesso aos mesmos. Quando digo que seriam privados, refiro-me a que podem ser geridos como um bem privado dentro da comunidade ou porque fazem parte da propriedade comum de uma comunidade privada. Poderiam até existir comunidades criadas para a gestão destas infraestruturas (os portos têm sido historicamente uma das principais causas da origem de cidades e vilas). Mas, em qualquer caso, podem existir formas de interligação entre diferentes comunidades, a menos que estas deliberadamente não queiram estar ligadas, o que seria perfeitamente possível. Os sistemas de comunicações, no entanto, serão concebidos para atender à procura da comunidade privada e não às do órgão central do estado, que actualmente desenha os seus sistemas de acordo com as preferências dos actores ou regiões politicamente relevantes e impõe os custos dos mesmos a outros, que sofrem os transtornos, mas não tiram necessariamente benefícios deles. Neste sistema, se for construída alguma infraestrutura que não beneficie o território em que se estabelece, isso repercutir-se-á necessariamente no preço do terreno, ao contrário do que acontece actualmente.

Em conclusão, a organização do território na ausência do estado não só não deveria representar nenhum problema grave para uma comunidade, como contribuiria para resolver muitos deles. Problemas como a imigração não podem ser resolvidos pelos estados sem violar algum tipo de liberdade ou propriedade previamente estabelecida ou sem impor custos a terceiros. O mesmo se aplica a muitos problemas ambientais causados pela má gestão dos recursos por parte do estado. Vislumbrar a gestão privada de todo o território não deveria ser um problema para alguém com imaginação fundada na história e com um mínimo de conhecimento das diferentes formas de gerir a propriedade privada.

2

A Família

*A José Augusto Domínguez e Pilar González Gomis no mês em que constituem uma nova família.*³⁰⁵

O poder político e as diferentes formas de família sempre estiveram intimamente ligados, quer porque a forma familiar, como o clã, por exemplo, condiciona a forma de poder político, quer vice-versa, porque é o estado que influencia ou condiciona as formas familiares, ou mesmo as define. No primeiro caso, a força relativa da família prevalece sobre a do poder e, no segundo caso, é a capacidade deste último de moldar as relações sociais que se manifesta. Tal como acontece com os estados, definir o que é ou não uma família não é tarefa fácil, uma vez que estas têm variado enormemente ao longo do tempo e do espaço, ao ponto de não ser difícil encontrar precedentes históricos para qualquer das suas formas, mesmo aquelas que na modernidade dizemos ter inventado. De facto, nenhuma das formas coexistentes foi totalmente imposta. Consoante o tempo e o lugar, foram escolhidas diferentes formas de família e algumas conseguiram uma maior expansão do que outras, como, por exemplo, a família nuclear típica do Ocidente ou a família poligínica típica das culturas islâmicas. Outras, como a família poliândrica, como ainda existe no Nepal, ou a família alargada patriarcal (como descrita, por exemplo, em referência aos patriarcas bíblicos), ou não se espalharam tanto, ou estão em claro declínio. E mesmo as formas familiares mais comuns sofreram mutações internas importantes, pois a família nuclear foi muito reduzida em termos de número de membros ou, na família poligínica, o número

³⁰⁵ Este artigo foi publicado originalmente em Setembro de 2018, no Instituto Juan de Mariana.

de esposas foi circunscrito, o que fez com que os grandes haréns dos califas, paxás e marajás da antiguidade praticamente desaparecessem. A ideia de família aqui é, portanto, a de uma instituição que agrupa pessoas de forma estável, vivendo juntas no mesmo espaço e com uma vocação para a permanência. Normalmente, mas nem sempre, inclui várias gerações, relações de sangue, e normalmente inclui algum tipo de ritual explícito para a instituir. Esta é uma definição propositadamente muito ampla, pois não me cabe a mim estabelecer quando e como uma união humana é ou não é uma família, pois incorpora um elemento muito importante de subjectividade, só a pessoa sabe ou sente se pertence ou não a uma determinada unidade familiar.

Nunca houve uma única forma de família, mas as famílias sempre existiram como unidades sociais básicas e como uma das fontes de lealdade humana. Apesar de nem sempre terem sido idílicas, nem o são, e de terem sido fonte de inúmeros conflitos e abusos, têm sido uma fonte de entreajuda entre gerações, fornecendo alimento e apoio aos mais fracos. Christopher Lasch, no seu livro *Refúgio num Mundo Sem Coração*, descreve muito bem as funções da família e as mudanças que está a sofrer. Estas mudanças não se devem tanto a alterações nos costumes e valores, que, como já foi referido, apenas reproduzem, com algumas matizes, formas pré-existentes, mas à intervenção do estado na família, que a está a deslocar e a fazer perder o seu papel de fonte de serviços e cuidados. Muitas vezes, os defensores dos valores conservadores, entre os quais me incluo, centram o debate na defesa do modelo tradicional ocidental de família face à emergência de modelos supostamente disruptivos, que são apresentados como estando em conflito uns com os outros, quando na realidade não estão. De facto, como já referimos, diferentes formas sempre coexistiram, muitas vezes com conflitos, mas também muitas vezes sem eles. O casamento monogâmico tradicional coexistiu historicamente, como se pode ver, por exemplo, na literatura do Século de Ouro, com uniões de facto sem papéis, relações poligínicas ou poliândricas de facto ou uniões homossexuais estáveis, também sem reconhecimento legal, mas

estáveis e com traços familiares completos. Não eram legais, mas existiam e podiam gozar de uma certa sanção social, embora não legal. Seria interessante saber como eram regulados estes tipos de uniões familiares, mas suspeito, embora possa estar enganado, que existiam instituições de direito privado ou simplesmente de direito consuetudinário adequadas a estas realidades. Ao mesmo tempo, é também altamente improvável que aqueles que rejeitam a família tradicional, como muitos dos jovens modernos anti-*establishment*, decidam formar uma família tradicional pela simples razão de que as formas alternativas de família não são legalmente protegidas. Simplesmente, ou não constituirão família de todo ou fá-lo-ão fora de qualquer institucionalidade, pública ou privada.

A principal transformação da instituição familiar, desde que o estado começou a intervir na vida familiar em grande escala, é a sanção legal de uma dessas formas de família, normalmente a socialmente predominante ou a que goza de maior prestígio social, que ele privilegia legalmente (só os filhos nascidos nessa instituição são legítimos, ou privilégios sucessórios, por exemplo). Desde a Revolução Francesa, quando o estado nacionalizou o matrimónio, obrigando todos os casais a recorrerem ao casamento civil, acompanhado ou não de uma cerimónia religiosa, o estado passou também a sancionar a forma e até a liturgia do mesmo. Adoptou a fórmula do casamento heterossexual e monogâmico e estabeleceu-a como quadro jurídico não só em matéria de herança e filiação, mas também na determinação das prestações sociais (pensões de viuvez ou de orfandade), autorizações médicas, indemnizações por acidente, etc. É lógico, portanto, que outros tipos de uniões familiares reclamem para si os mesmos privilégios que o casamento estatal e que surjam guerras culturais em torno destas questões. O problema é que é o estado, que, em última análise, decide sobre disposições que deveriam permanecer na esfera privada, aparece como o criador e o garante da existência da família, quando sempre foi um dos seus principais inimigos. Em primeiro lugar, porque a partir do momento em que intervém (ou seja, não há família legal sem a sanção do estado), o estado não se contenta em dar ou retirar

direitos, mas procura regulá-la internamente. Por exemplo, controlando o número de filhos, quer promovendo a natalidade com subsídios, quer restringindo-a com castigos, como na China comunista. Ou regulando a sua dissolução através de várias leis de divórcio ou de deserdação.

Ou estabelecendo regras sobre quem pode ou não casar, como as leis que impediam ou dificultavam os casamentos inter-raciais ou os casamentos com não-nacionais do país. O matrimónio e a família passam a estar subordinados aos interesses dos governantes no poder em cada estado. Mas os ataques à família não vieram apenas da regulamentação interna, mas também do exterior. A família sempre foi uma fonte de lealdade e solidariedade entre os seres humanos. Os seres humanos tendem a ser mais leais à sua família do que ao estado, e a respeitar mais os seus valores do que os do próprio estado. Com o enfraquecimento de outras lealdades, como a das regiões ou localidades de origem e a das religiões, o processo de construção do estado confrontou-se com instituições como a família, que disputam o seu papel de sujeito de lealdade e obediência.

Então, uma vez conseguida a sua regulação, passa lentamente a usurpar funções anteriormente exclusivas da família. O primeiro passo será, por conseguinte, tentar controlar a educação formal, obrigando todas as crianças a frequentar escolas e colégios sujeitos a normas e currículos estatais. Ou seja, os pais, quaisquer que sejam os seus valores, serão privados de educar os seus filhos nos seus valores, pelo menos numa parte substancial deles, e se os valores familiares entrarem em conflito com os ensinados na escola, estes últimos serão sem dúvida determinados como sendo os correctos, uma vez que são os oficialmente decretados. E terão de os aceitar e estudar, sob pena de serem excluídos do sistema educativo "oficial". Por exemplo, para entrar no sistema universitário, é preciso conhecer certos filósofos e escritores. Se as nossas preferências ou as dos nossos familiares forem noutras direcções, e não as estudarmos ou estudarmos outras equivalentes ou mesmo melhores, seremos muito provavelmente excluídos da carreira que

escolhemos. Em caso de conflito de valores, a opinião dos pais e dos familiares será ignorada, se não mesmo ridicularizada. Os valores e as opiniões da família serão cada vez mais substituídos pelos do estado e, consoante a orientação do estado, receberão um ou outro valor. A lealdade para com os membros mais velhos da família enfraquecerá e os seus valores serão desprezados pelo jovem estudante como retrógrados e inadequados para a adaptação ao mundo moderno. Quem sabe, claro está, é o estado e não as nossas mães e avós.

A família é também largamente suplantada pela concepção dos actuais sistemas de protecção social. Estes prestam serviços principalmente nas fases mais vulneráveis da vida humana, tanto na infância como na velhice, pois era precisamente aí que a função social da família era mais evidente. A ideia é que o nosso cuidador é uma espécie de agente do estado e que reclamamos a sua presença quando nos encontramos desamparados ou incapazes. É também o estado que atribui o poder paternal ou decide se os filhos podem ou não ficar com os pais ou ser acolhidos. O desenho actual de muitos sistemas de pensões também contribui para separar o indivíduo da sua família e torná-lo dependente do estado. Mesmo em caso de pobreza ou de infortúnio económico, que costumava ser uma função da família e dos amigos (e continua a ser, como vimos na última crise), pretende-se que seja a intervenção do estado a proteger-nos. Isto fez com que, em países como a Espanha, existam vários milhões de pessoas que dependem do estado e que, por isso, não só exigem a existência do estado, mas também que o estado seja cada vez maior e ofereça cada vez mais benefícios. Ao mesmo tempo, a instituição da família está a deteriorar-se.

Muitas outras intervenções do estado enfraquecem a família indirectamente. A fiscalidade, os sistemas de saúde ou as regulamentações urbanísticas podem, em princípio, ter consequências indesejadas na constituição ou não de famílias ou na sua forma, mas a questão que se coloca aqui é qual o papel que as famílias desempenhariam numa sociedade sem estado. Parece claro,

pelo que foi dito, que nesta sociedade hipotética o papel da família seria muito mais importante do que na sociedade ocidental moderna. Além disso, a forma da família pode ser um dos factores que decidem se uma pessoa é integrada numa determinada comunidade voluntária. Haveria comunidades com certos tipos de famílias, umas mais conservadoras ao estilo amish, outras mais modernas ao estilo das comunas *hippies*, e outras em que ambas coexistiriam. Exactamente o mesmo que no mundo actual. Na ausência de um estado, nenhuma delas seria promovida legalmente e as relações entre os seus membros seriam estabelecidas por acordos privados ou por leis consuetudinárias, como acontecia em grande parte antes da nacionalização do matrimónio. Isso permitiria também verificar qual a forma de família que tem melhores resultados, tanto em termos de estabilidade social como em termos de prosperidade e de educação, e, por conseguinte, se assim o desejássemos, imitar esse modelo em grande escala. Posso ter mais ou menos claro o modelo que me agradaria (gosto particularmente do modelo escolhido por Pilar e José Augusto), mas não seria legítimo impedir que outras pessoas experimentassem outros modelos, em paz e sem recurso à violência ou à imposição. O que seria claro é que a família, como instituição, estaria mais bem protegida, em qualquer das suas formas, do que com a situação actual de um estado que tenta apropriar-se das suas funções e que age, mais ou menos conscientemente, com a intenção de a minar.

3

A Convivência com Outras Formas de Organização Social

Um dos principais problemas que uma hipotética sociedade sem estado poderia levantar é o da sua convivência com formas de organização estatal ou mesmo com estados de carácter totalitário que poderiam ser uma ameaça à sua própria existência. Também poderia ocorrer o caso inverso, em que sociedades sem estado atacariam sociedades estatistas, e se isso seria ou não legítimo.

Em primeiro lugar, é importante destacar que esses problemas não são novos. Esse tipo de situação já ocorreu muitas vezes ao longo da história, e poderíamos aprender com as soluções encontradas no passado, embora, como sempre lembramos, uma hipotética sociedade anarquista só possa existir no futuro e em condições muito diferentes das do passado. Situações de coexistência entre poderes políticos centralizados de todos os tipos e sociedades anarquistas têm sido as mais frequentes ao longo de toda a história da humanidade, e só muito recentemente os estados se impuseram a nível global (embora ainda existam territórios e pessoas que não são efectivamente dominados por eles). James Scott, o grande historiador das sociedades anarquistas históricas, a quem me referi em algum texto anterior,³⁰⁶ explica as relações entre esses povos e os estados incipientes, que consistiam principalmente em que aqueles se escondiam destes e procuravam estar o mais longe possível. As relações, evidentemente, não pareciam muito pacíficas para ambos os lados, e nem sempre a vantagem ficava do lado do proto-estado. Muitas dessas unidades políticas incipientes

³⁰⁶ V. cap. IV.4: Anarcocapitalismo e Nacionalismo.

desapareceram, como se pode constatar ao estudar as suas ruínas após pestes, secas ou pela desafecção dos seus membros, que voltaram à anarquia. E, por vezes, podiam ser um inimigo bélico formidável. Como se explicam, senão assim, muralhas como as de Lugo, construídas em pleno Império Romano, quando supostamente a Gallaecia³⁰⁷ estava dominada e romanizada? O mais provável é que, em muitas zonas, o domínio efectivo do território não correspondesse ao imperador ou à sua burocracia, e as zonas urbanas e estatizadas tivessem de conviver durante muitos séculos com zonas onde imperavam formas de organização não estatais, que lhes faziam frente. E esta situação, segundo alguns historiadores, durou até à Idade-Média, pelo menos em muitas zonas da antiga Hispânia. Mas isso não aconteceu apenas aqui, foi um fenómeno que ocorreu em muitas zonas do mundo.

O estado não nasceu grande, mas sim pequeno e, pouco a pouco, foi deslocando ou dominando os povos vizinhos, mas não sem luta e resistência constantes, que, segundo Scott, duraram em algumas zonas da Ásia até ao bem avançado século XIX. Os povos sem estado guerreavam entre si, contra os estados e, por vezes, intervinham em guerras civis e lutas entre estados. Mas pode-se inverter o argumento e afirmar que, apesar do conflito, ambas as formas de organização social puderam coexistir de forma estável e permanecer estáveis por longos períodos de tempo. A solução: evitar-se mutuamente (os povos sem estado também não eram, como vimos, um exemplo de pacifismo) ou fazer uso de intercâmbios por meio de mediadores ou intermediários. As grandes religiões também contribuíram, de certa forma, para estabelecer algum tipo de valores comuns entre ambos. Lembremos que os missionários cristãos muitas vezes pregaram a povos sem estado e converteram-nos, embora seja verdade que isso serviu em

³⁰⁷ A Gallaecia foi uma província romana que existiu no noroeste da Península Ibérica. O território da Gallaecia era significativamente maior que a actual Galiza, abrangendo uma vasta área a que correspondem a contemporânea Galiza, partes das Astúrias e de Leão (em Espanha) e o norte de Portugal.

numerosas ocasiões para proceder à sua posterior estatização, o que nem sempre se deu de forma imediata.

A pergunta que podemos logicamente fazer, a grande questão do anarcocapitalismo, é como seriam as relações entre os dois tipos de sociedades, no mundo contemporâneo, no caso do surgimento de algum tipo de sociedade sem estado? Seria uma situação como antigamente, de guerra mais ou menos latente? Os estados atacariam os novos territórios? Seria possível estabelecer algum tipo de equilíbrio em que ambos se tolerassem e respeitassem? A história é feita pelas pessoas e não está escrito que tenha de haver um estado em conflito contínuo. Em quase todos os domínios, a violência diminuiu muito nas últimas décadas. Até mesmo o estado, seu pretensu monopolista, reduziu muito sua aplicação directa nas suas formas mais extremas, e preferiu a hegemonia cultural à coerção. É nesse ambiente de baixa violência e alta civilização que autores como Huemer (*The Problem of Political Authority*) situam o possível início de uma sociedade sem estado moderna. Países pequenos como o Liechtenstein, rodeados por vizinhos altamente civilizados ou pacíficos, poderiam ser os primeiros exemplos de uma sociedade sem estado. O Liechtenstein tem governantes conscientemente libertários, como o seu 'Príncipe Soberano, Hans-Adam II', e reconhece o direito de secessão a todas as suas comunas. Numa situação como essa, eliminar o governo teria relativamente pouco impacto na vida dos cidadãos, uma vez que este exerce uma influência relativamente pequena sobre as pessoas. Por estar rodeado de vizinhos pacíficos e com um bom nível de vida, é mais provável que toleraram a sua existência e não o atacaram. Na pior das hipóteses, acusá-lo-iam de ser um paraíso fiscal e tentariam algum tipo de sanção económica ou administrativa, mas é muito improvável que recorressem à força bruta. Por outro lado, também não parece que hordas de saqueadores de Liechtenstein ou Mónaco iniciem incursões contra os seus vizinhos. A sua defesa poderia muito bem ser revelar dados fiscais dos governantes dos países vizinhos... Neste ambiente, seria possível observar como funciona uma sociedade do tipo aqui abordado e, se for o caso, imitá-la.

Curiosamente, também se poderia observar o funcionamento de sociedades deste tipo nas partes mais violentas e atrasadas do mundo, os chamados estados falidos. Num ambiente de fraca estabilidade estatal — e frequentemente assolado pela violência — resultante de classes governantes incapazes e extremamente depredatórias, numerosos e extensos territórios, formalmente sob a soberania de algum estado no âmbito internacional, sobrevivem sem que esse estado exerça de forma efectiva o seu domínio. Nestes territórios também podemos observar o funcionamento de uma sociedade anárquica no mundo contemporâneo, pois, mesmo não sendo modelos de paz e prosperidade, eles contam com algumas das ferramentas da modernidade, como o acesso quase ilimitado às tecnologias da informação, como a Internet ou o telemóvel. Há alguns anos, uma série de trabalhos de economistas associados à Escola Austríaca, como Benjamin Powell ou Peter Leeson, sobre a anarquia na Somália despertou muita controvérsia. Num ambiente semelhante ao descrito anteriormente, Leeson descrevia a situação deste país após o colapso do seu incipiente estado. Sem ser uma situação idílica, reflectia o surgimento de incipientes instituições sociais de mercado, o estabelecimento de tribunais de justiça não estatais e o desenvolvimento de tecnologias como as telefónicas, que estavam entre as melhores de África.³⁰⁸ Percebiam-se até melhorias na esperança de vida. Obviamente, o modelo somali não inspiraria ninguém do nosso meio a adoptar uma sociedade sem estado, mas também serve como contraste entre uma realidade mais ou menos anárquica e uma estatista. A anarquia somali não deveria ser comparada com a Dinamarca, mas com sociedades vizinhas estatistas como a Eritreia, e aí poderíamos também comparar qual é menos má.

Ao que parece, em ambos os casos, podemos dizer que as relações com os seus vizinhos são muito semelhantes às comuns na região do mundo em que se encontram. No caso do Liechtenstein (que, repito, não é uma sociedade totalmente libertária, mas é uma

³⁰⁸ A este fenómeno de saltos tecnológicos dá-se o nome de “*leapfrogging*”.

das que mais se assemelha a ela no mundo), pacífica e baseada no comércio; no caso africano, com certo grau de violência, piratas e violência guerrilheira. Mas também podemos observar que a convivência pode ser perfeitamente possível e estável ao longo do tempo. Assim como no mundo convivem formas de vida, religiões ou ideologias muito diferentes, muitas delas incompatíveis entre si, em países diferentes, ou mesmo dentro do mesmo país, sem que exista um estado de guerra constante entre elas, da mesma forma, sociedades podem coexistir sem especiais problemas com e sem estado.

O próprio sistema económico das sociedades anarcocapitalistas pode ajudar nisso. Uma das principais causas da diminuição da violência no mundo, e muito especialmente da violência de origem política, é a difusão de sistemas económicos baseados no capitalismo, no mercado-livre e na propriedade privada, e não devido à expansão do estado, como gostam de acreditar os estatistas ilustrados como Pinker. Um livro publicado há alguns anos de Patrick McDonald, *The Invisible Hand of Peace: Capitalism, The War Machine, and International Relations Theory*, ilustra muito bem, com uma profusão de dados e casos (embora o melhor sejam os seus raciocínios teóricos), como a expansão mundial do sistema económico capitalista contribuiu para a diminuição da violência nos últimos 50 anos. Este autor explica, em linha com a chamada tradição liberal nas relações internacionais, as razões pelas quais a interdependência económica entre os diferentes países contribuiu para reduzir enormemente as guerras. A antes belicosa China Popular, por exemplo, desde que iniciou as suas reformas económicas e se orientou para soluções capitalistas, reduziu a sua agressividade para com os seus vizinhos. Os seus fluxos económicos com Taiwan, cuja interrupção causaria grandes prejuízos a ambas as partes, são cada vez maiores, pelo que os conflitos que ocasionalmente surgem são resolvidos pacificamente, em vez de se recorrer às armas, como acontecia anteriormente.

Uma sociedade anarcocapitalista seria, portanto, uma sociedade muito envolvida no comércio e na produção, e muito pouco interessada em guerras e conflitos que a interrompam. Por sua vez, os vizinhos, sejam ou não estatistas, não estariam interessados em eliminar uma fonte de prosperidade próxima da qual podem obter grandes benefícios. Lembremos que, como bem aponta Stephen Brooks nos seus trabalhos sobre a economia das conquistas, a imensa maioria da riqueza de um país desenvolvido não pode ser apropriada por um conquistador externo, uma vez que depende em grande medida de tecnologias e habilidades técnicas que não podem ser apropriadas pela mera conquista.³⁰⁹ Desta forma, mesmo um hipotético conquistador poderia tirar proveito da invasão do território da sociedade sem estado. Embora a irracionalidade humana e a violência continuarão a existir, a coexistência entre os dois tipos de sociedades provavelmente ocorreria sem problemas excessivos, e muito mais se o novo modelo se espalhasse até que os estados se tornassem uma relíquia do passado. Mas ainda falta muito para isso.

³⁰⁹ “Muito do excedente económico disponível para o conquistador já não pode hoje ser definitivamente capturado; a terra é fixa e pode ser tomada, mas as pessoas — e as informações que elas possuem — são móveis e podem potencialmente fugir.”, em “The Globalization of Production and the Changing Benefits of Conquest”. *Journal of Conflict Resolution* [tradução nossa].

IX

RELIGIÃO

1

Comentário a Um Livro de Beniamino Di Martino (I)

Bernardo Ferrero deu-me um presente de Natal maravilhoso. Deu-me o último livro do padre italiano Beniamino di Martino³¹⁰ (*Stato di diritto. Divisione dei poteri. Diritti dell'uomo*, Leonardo Facco editore, Firenze, 2019) que aborda, de um ponto de vista católico, várias questões relativas ao poder do estado e ao processo de elaboração de leis que estão perfeitamente de acordo com um programa anarcocapitalista. Dado que existe alguma controvérsia sobre a possível incompatibilidade entre a religião (especificamente a religião católica) e o anarcocapitalismo, e dado que muitos de nós, anarcocapitalistas, também professamos esta religião, gostaria de comentar alguns aspectos deste livro.

Antes de mais, convém salientar que não há nada nos dogmas da Igreja Católica que se oponha à ideia de uma sociedade sem estado. A Igreja Católica é indiferente à forma política e não se pronuncia dogmaticamente sobre a forma correcta de organizar uma sociedade. É verdade que encíclicas e outros documentos doutrinários mostram uma preferência por algumas formas em detrimento de outras, mas como não é um dogma de fé segui-las, elas podem ser legitimamente discutidas pelos seus membros. Ao longo dos tempos, a Igreja coexistiu com todo o tipo de formas políticas, desde o império, passando por senhorios feudais até ao moderno estado-nação. Também pregou por vezes a fé a povos sem estado, pelo que não vemos o problema da sua adequação a uma sociedade

³¹⁰ Beniamino Di Martino é um sacerdote católico da diocese de Sorrento-Castellammare, em Itália. É autor de vários livros, focados principalmente em temas de religião, história e política.

anarquista. Além disso, coexistiu com praticamente todas as formas de organização possíveis desde a antiguidade até aos nossos dias, e embora tenha tradicionalmente preferido as formas corporativas, com as suas guildas e grémios, nada impede teoricamente a sua presença em sociedades comunistas ou capitalistas (a reacção dos poderes políticos à sua presença, normalmente mais hostil nos regimes comunistas, ainda que nem sempre, é outra questão). Portanto, não há nada contra os católicos viverem num regime de propriedade privada e economicamente gerido por instituições capitalistas.

Em segundo lugar, embora exista uma doutrina social da Igreja, ela tem variado ao longo do tempo e tem sido e é contestada pelos teólogos. Da esquerda, de S. João Crisóstomo à teologia da libertação, foram propostas soluções económicas socialistas, enquanto da direita (se é que podemos usar estes termos aqui) foram propostas soluções a favor da propriedade e do mercado livre. Este Instituto, por exemplo, tem o nome de um famoso teólogo católico,³¹¹ tal como o Xoán de Lugo³¹² tem o nome de um cardeal católico. O livro que estamos a comentar é escrito por um padre, que não está sozinho nesta posição, tal como Robert Sirico ou Martin Rhonheimer defendem posições semelhantes, tal como numerosos economistas seculares. E ainda que não o fizessem, a doutrina social não é um dogma de fé e constitui, por isso, uma orientação, de peso, é certo, mas apenas uma orientação. Não se pode negar que a doutrina social "oficial" influenciou muito as orientações de muitos crentes, nem que influenciou substancialmente a formação das políticas económicas em muitas fases da história, mas não se pode negar que também foi debatida em muitas ocasiões por muitos teólogos e crentes.

³¹¹ Juan de Mariana, escolástico jesuíta.

³¹² A Associação Xoán de Lugo tem como objectivo a produção e divulgação de estudos e opiniões no âmbito das ciências sociais que promovam os valores do livre mercado, da propriedade privada e, em geral, de uma sociedade de indivíduos livres.

Feitas estas ressalvas, podemos passar a comentar o livro do Padre Martino e o facto de nada no seu raciocínio contradizer a posição anarcocapitalista (embora o autor nunca afirme pertencer a esta escola de pensamento, faz-lhe inúmeras referências ao longo do livro, a começar pela citação de Rothbard com que abre o livro). O livro é uma série de críticas a vários dos mitos que enformam o estado liberal-democrático moderno, não à forma do estado em geral ou à legitimidade do poder político do ponto de vista católico, e é pena que não aprofunde nisso. Centra-se mais em analisar e questionar os princípios da representação política, da divisão de poderes e da moderna doutrina dos direitos humanos, que são reconhecidamente os fundamentos do actual estado democrático de direito e que lhe conferem uma enorme legitimidade de exercício. Começemos pelo primeiro caso, tão actual ao debate político em Espanha. O conceito de representação, tal como tradicionalmente entendido, refere-se à prestação de uma acção ou serviço por uma pessoa que actua em nome ou representação de outra, como um representante comercial, um procurador legal ou uma das partes contraentes num casamento por procuração. Este conceito estava presente nas Cortes do Antigo Regime, que eram compostas por procuradores que se limitavam a transmitir, nessa instituição, o mandato dos seus eleitores sem possibilidade de mudança. No caso hipotético de quebrarem o princípio sagrado do mandato imperativo, estavam expostos a duras represálias, até mesmo a serem enforcados numa árvore, como aconteceu a um procurador castelhano que, traíndo a disposição dos seus eleitores, votou a favor do aumento de impostos de que Carlos V necessitava para comprar o título de imperador.³¹³

³¹³ Referência ao famoso caso de Rodrigo de Tordesillas, que foi procurador da cidade de Segóvia nas Cortes de La Coruña de 1520. Nestas, Rodrigo de Tordesilhas foi subornado e, violando o seu juramento, aceitou os impostos e nomeações propostos pelo rei Carlos I (Carlos V da Áustria). Ao regressar à cidade, deu conta da sua actuação nas Cortes e a multidão, enfurecida, linhou-o e enforcou-o.

Mas, em grande parte devido ao famoso *Discurso aos Eleitores de Bristol* de Burke³¹⁴, o conceito de representação mudou de tal forma que agora qualquer pessoa, pelo mero feito de ser eleita, se transubstancia em representante da nação como um todo e deixa de prestar contas pelas suas acções após a eleição, podendo alterar completamente as propostas para as quais foi eleita sem mais demoras. Esta mudança foi acolhida com entusiasmo pelos liberais de todo o mundo, incluindo os hispânicos, que rapidamente incorporaram nas suas constituições este princípio, que teve consequências tão negativas como facilitar, primeiro, a criação do conceito moderno de estado e, depois, a sua lenta mas constante expansão. As consequências são hoje facilmente visíveis em todo o mundo. Os políticos podem prometer qualquer coisa na campanha eleitoral e depois renegar sem quaisquer consequências para além do seu próprio prestígio pessoal. Qualquer contrato de representação, por exemplo, inclui o direito de revogar um mandato, algo que em caso algum é considerado no modelo actual. Implica também a obrigação de prestar contas dos seus actos, o que também não está previsto. Nos tempos coloniais, o vice-rei ou o titular do cargo tinha direito a uma prova de residência após o seu mandato,³¹⁵ mas agora nem isso, mesmo que apenas de forma simbólica. Sem ir mais longe, ainda nem há dois meses³¹⁶ o actual presidente do governo espanhol³¹⁷ prometeu nunca fazer um pacto com o Podemos ou com os independentistas catalães e, depois, quando viu que tinha

³¹⁴ Edmund Burke (1729-1797), político e filósofo anglo-irlandês, considerado o fundador do conservadorismo.

³¹⁵ O *juízo de residência* era um procedimento judicial do direito castelhano e da Lei das Índias, que consistia na revisão do desempenho de um funcionário público no final do seu mandato. Durante o processo, o funcionário não podia deixar seu posto nem assumir outro cargo. A investigação era geralmente conduzida pelo sucessor nomeado e permitia que qualquer pessoa com queixas fosse ouvida. As penalidades, em geral, consistiam em multas. Foi especialmente relevante nas colónias espanholas pela distância e falta de supervisão directa da Coroa. Aplicava-se a cargos de diversos níveis, do vice-rei aos oficiais locais. Com a Constituição Espanhola de 1812, o procedimento foi extinto.

³¹⁶ Artigo publicado originalmente em Janeiro de 2020.

³¹⁷ Refere-se a Pedro Sánchez, do PSOE.

hipóteses de ser eleito Presidente, quebrou a sua promessa. Ao contrário de muitos comentadores críticos do novo Governo, considero muito mais grave o incumprimento da palavra dada do que o pacto em si, o que, numa democracia parlamentar como a nossa, é perfeitamente legítimo. Talvez porque ainda considero que a palavra dada e a honra de quem a expressa têm algum valor! Mas estes são valores antigos e desacreditados actualmente, em grande parte devido à extensão deste princípio, que, se fosse aplicado, tornaria escritos como este largamente desnecessários.

Outro aspecto interessante da representação clássica (ver, por exemplo, na linha do Padre Di Martino, o livro de Galvão de Sousa, *Da Representação Política*) é a limitação não só do mandato, mas também do seu alcance, ou seja, o representante tem uma certa autonomia, mas não pode ultrapassar um orçamento ou realizar acções não relacionadas com o mandato, pois tais actos podem ser juridicamente nulos. Na representação moderna, o representante não tem limites claros e pode executar uma agenda de governo contornando os mandatos sem que estes sejam declarados nulos.

Outra questão que pode ser debatida é a de saber quem são realmente os representantes num estado moderno. Presumivelmente, são os deputados eleitos como representantes da nação, como diz a doutrina da representação, mas, na realidade, vemos que, para todos os efeitos, são aqueles que exercem efectivamente o poder, quer este seja exercido de forma legítima ou ilegítima. É o poder executivo que, de facto, assina compromissos, estabelece tratados, elabora orçamentos ou mesmo decreta leis, e dependerá da força real que tenha o poder legislativo ou judicial para se lhe poder opor. E hoje, no chamado estado de direito, quem tem todas as vantagens é o governo, que controla as forças armadas e a polícia ou a para-polícia, como se pode ver no caso da Venezuela. Sem ir tão longe, os governos em exercício ou sem base parlamentar (simplesmente porque os partidos opositores não chegam a acordo) podem perfeitamente agir como representantes de facto da suposta vontade do povo. Porque são as suas decisões (que são muito

difíceis de reverter) que comprometem efectivamente o povo, como por exemplo, através da emissão de dívida pública. Recordemos que, por exemplo, após a morte de Franco, o novo estado democrático teve de assumir a dívida, os compromissos internacionais ou os direitos de pagamento derivados do sistema de segurança social, independentemente do facto de o antigo regime ser ou não legítimo. O mito da representação é uma história bonita, mas creio, tal como Di Martino, que não se dá na realidade, pois é uma das elaboradas ficções que os governantes criaram ao longo do tempo para justificar o seu poder.

Poder-se-ia argumentar que o dito poder está limitado pela lei ou pela Constituição, mas esse é outro mito que é bem criticado no livro e que abordaremos no próximo artigo.

2

Comentário a Um Livro de Beniamino Di Martino (II)

Outro dos aspectos abordados no livro que estamos a comentar, escrito pelo padre Di Martino, é o do governo das leis, em vez de um governo dos homens, como suposta garantia de um governo limitado e equilibrado. No âmbito da economia política, houve há pouco tempo um debate muito interessante entre regras e discricionariedade no campo da política económica. Em vez de deixar ao arbítrio dos governantes a fixação de parâmetros como a taxa de juros, a determinação da quantidade de dinheiro em circulação (no caso de poder ser determinada com precisão) ou a percentagem da dívida pública em relação ao PIB, estimava-se que deveriam ser estabelecidas “tecnicamente” uma espécie de regras fixas que impedissem os governantes de ultrapassar determinados limites em relação a essas variáveis. Uma vez atingidos esses limites, o governante perderia toda a discricionariedade e deveria subordinar-se a essas regras. A Escola de Chicago³¹⁸ propunha, por exemplo, uma regra fixa de crescimento monetário para disciplinar o governo norte-americano. Inspirada nessas ideias, a União Europeia propôs alguns critérios de convergência e, posteriormente, um grupo de indicadores que não poderiam ser ultrapassados, como uma percentagem da dívida em relação ao PIB ou uma determinada taxa de inflação. Esses critérios foram ignorados de forma subtil para poder integrar a Grécia no espaço do euro e, posteriormente, em inúmeras ocasiões (nem sempre em períodos de crise). Na mesma linha, o Governo espanhol, em colaboração com o principal partido da oposição, modificou de forma expressa a Constituição

³¹⁸ V. cap. I.10.

Espanhola para introduzir no seu artigo 135.º critérios muito rigorosos em matéria de défice, para supostamente controlar a discricionariedade financeira dos governantes e impedir que estes abusassem do endividamento para se financiarem. Esta reforma foi feita na altura com o objectivo de “acalmar os mercados”, pois o Governo espanhol, receoso de violar a “Magna Carta”, ficaria de mãos atadas e nunca ousaria violá-la. Receio que, uma vez passada a pressão da crise, tal artigo, salvo por acaso, nunca será cumprido, nem vejo intenção de o fazer. Será encontrada alguma desculpa e será ignorado. Antes, falava-se entre os fiscais do temor sagrado ao défice, agora nem sequer se faz menção de querer cumpri-lo, nem mesmo nos orçamentos oficiais. Isto não acontece apenas no nosso país, pois é algo que ocorre em praticamente todos os lugares do mundo, de forma mais ou menos transparente, mas é quase uma regra geral o pouco receio de cumprir não apenas as leis comuns, mas a lei suprema que “a nós mesmos nos demos” para ordenar e servir de inspiração ao quadro jurídico.

Também podemos ler que uma parte do estado - os governantes democráticos -, querem alterar o Código Penal para libertar um dos seus que se encontra em apuros penais. Mesmo sem concordar com a sentença que os condenou, o método proposto para libertá-los não parece muito edificante, mas mostra empiricamente algo que o padre Di Martino aponta muito bem: que as leis são feitas pelas pessoas que compõem os estados e executadas e sancionadas por outras pessoas que também pertencem a essa organização. E essas pessoas, em primeiro lugar, não vão elaborar leis que as prejudiquem; em segundo lugar, se as prejudicam, ou as alteram ou as incumprem e, em terceiro lugar, no caso de serem aplicadas, é porque já perderam anteriormente na disputa política e caíram em desgraça, tendo sido, portanto, “expulsas” da organização. Só assim se explica o diferente critério de avaliação entre uns e outros casos. Aqueles que mantêm a sua força política são, na maioria das vezes, exonerados e aqueles que não o fazem são punidos, por vezes com dureza, se não compreenderam bem a sua nova situação e resistem.

O que se afirma no livro que aqui comentamos é que não há quem possa fazer cumprir as leis ao poder soberano se este continuar a ser, pois carece da força que só o soberano tem, por definição, para o fazer, e as leis são apenas um limite relativo. De facto, qualquer violação de alguma delas, se for em nome de algum bem abstracto (razão de estado), pode até ser defendida como um bem ou, em qualquer caso, um mal menor. Não há, portanto, governo das leis, mas sempre governo dos homens, e esse mascaramento é um dos grandes triunfos do estado moderno e abstracto. Um leitor atento de um clássico hoje esquecido, *Teoria Pura da Política*, de Bertrand de Jouvenel, ou de *The Principles of Power*, de Guglielmo Ferrero, perceberá imediatamente tudo isto. Creio que os antigos teóricos da política eram menos sensíveis à propaganda do que os modernos e matematizados politólogos de hoje.

E o que dizer então da Constituição e da famosa divisão de poderes?

Quando há uma tomada de posse de ministros ou altos cargos, todos podemos observar que eles colocam a mão sobre um livro e juram ou prometem cumprir os seus deveres e fazer cumprir o que está escrito nesse livro. Esse livro, apesar do que possa parecer, não é nenhum dos textos sagrados que formaram a nossa civilização, mas um tratado relativamente breve escrito há pouco mais de quarenta anos por um pequeno grupo de professores e juristas, alguns ainda vivos, no qual são desenvolvidos os princípios fundamentais do nosso ordenamento político. É um livro contraditório em muitos dos seus artigos, de tal forma que seria impossível cumpri-los todos ao mesmo tempo, e que é usado estrategicamente para acusar os rivais políticos de o não cumprirem. Não parecem levá-lo muito a sério, para além dos gestos rituais de respeito que lhe prestam em alguns dias assinalados. Já foi incumprida em várias ocasiões, tanto na letra como no espírito: a primeira, pouco depois de ser sancionada, com a questão do estatuto

de autonomia da Andaluzia,³¹⁹ que precisamente celebra esse evento nestes dias. Princípios como a igualdade dos cidadãos perante a lei, o direito à propriedade ou a liberdade educativa são sistematicamente violados sem que nada pareça acontecer, daí que se justifique questionar se um documento deste tipo, que pode ser violado ou alterado (excepto alguns artigos) à vontade, pode servir de garantia contra os abusos do poder e se a ele devemos, como dizem os teóricos do patriotismo constitucional, as nossas liberdades. Pelo menos eu vejo isso como duvidoso e acredito mais que é a existência de forças externas ao estado ou as disputas dentro dele a que devemos as minguantes liberdades de que ainda podemos desfrutar.

Esta Constituição sanciona um princípio muito importante sobre o qual insiste o padre Di Martino, que é o da divisão de poderes. Este é um princípio muito apreciado por pensadores ilustres como Montesquieu, e consiste em que, numa ordem política, os três ramos do poder, executivo, legislativo e judicial, devem estar separados para poderem controlar-se uns aos outros. Os antigos teóricos, desde Aristóteles e Políbio, também apreciavam a divisão de poderes e as constituições mistas, mas referiam-se ao facto de estas deverem incorporar elementos monárquicos, aristocráticos e povo, e não ao facto de os poderes estarem divididos, o que, na minha opinião, é outra das ficções jurídicas em que se baseiam os estados modernos, como bem demonstrou Anthony de Jasay no seu magnífico, mas pouco apreciado livro *El Estado*.

Em algum artigo anterior, referimo-nos ao carácter anárquico do estado e como os seus membros se agrupavam em várias categorias permeáveis entre si (políticos, altos cargos da administração, incluindo o poder judiciário, grupos económicos associados ao

³¹⁹ A Constituição Espanhola de 1978 estabelece dois mecanismos para a concessão de comunidades autónomas. O Art.º 151 reservado às "nacionalidades históricas" (Catalunha, País Basco e Galiza) e o Art.º 143 para as demais, iniciando estas com uma autonomia mais limitada. Após pressão da Andaluzia, foi aprovada em 1980 uma lei que permitiu dar desde o início e esta província um estatuto semelhante ao determinado no Art.º 151.

estado e o aparelho de hegemonia cultural). Entre eles, há disputas e, no final, sai uma decisão. Dependendo da força relativa de cada um e das circunstâncias particulares de cada sociedade, às vezes impõem-se uns e às vezes outros, daí a ideia de que há divisão de poderes. O que existe é uma decisão final em cada caso por parte do estado como um todo, que é imposta ao conjunto da sociedade. Por exemplo, quando Trump assumiu a presidência,³²⁰ descobriu que alguns juízes federais estavam a travar as suas políticas de imigração. O que aconteceu foi que Trump, recém-chegado, ainda era politicamente fraco e não conseguiu impor-se aos juízes, que obrigaram o resto da sociedade a aceitar a sua interpretação da medida. Nesse momento, essa parte do estado impôs-se à outra. Uma vez consolidada e alterada a maioria no Supremo Tribunal, já não se opuseram tanto. O mesmo acontece quando o Governo é fraco parlamentarmente e as suas decisões são controladas ou é possível ser derrubado. Neste caso, é uma parte da classe política, o parlamento, o soberano quem se opõe ao Executivo: o controlo que o parlamento espanhol exerce sobre Pedro Sánchez³²¹ não é o mesmo que era exercido sobre Felipe González,³²² por exemplo. O poder judicial, analogamente, mesmo podendo controlar eficazmente as decisões, é muito improvável que o faça perante um Executivo ou um parlamento forte. Maurice Joly, um escritor quase maldito, escreveu no século XIX um livro chamado *The Dialogue In Hell Between Machiavelli And Montesquieu: Humanitarian Despotism And The Conditions Of Modern Tyranny*, proibido durante muitos anos, no qual explica que a melhor estratégia para controlar o poder judiciário é tornar os juízes funcionários públicos. Assim, podem promovê-los, destituí-los, mudar a sua comarca, se necessário, ou criar

³²⁰ O autor refere-se à primeira eleição de Donald Trump em 2016.

³²¹ Após as eleições de Novembro de 2019, o PSOE foi o partido mais votado, mas sem a maioria necessária para governar sozinho. Para que Sánchez pudesse ser investido como Presidente do Governo, ele precisou de formar uma coligação com o partido de esquerdas unidas Podemos.

³²² De 1982 a 1989 o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), liderado por Filipe González, governou com maioria absoluta. Esta maioria permitiu-lhe governar de forma estável e sem depender de outros partidos.

tribunais de excepção (como a Audiência Nacional)³²³ para retirar-lhes os casos que possam incomodar. Pode-se alterar o tamanho dos tribunais para alterar a maioria (como fez Roosevelt na sua época)³²⁴ ou aposentá-los antecipadamente (como na Polónia)³²⁵ se forem um incómodo. Também é possível alterar a própria lei de forma que o poder judiciário fique sem base para discordar. E tudo isto legalmente. O poder judiciário só é um incómodo quando é externo ao estado (juizes religiosos ou nobres, como era antes). No caso da classe política convencional, pode haver alguma discrepância entre os parlamentares e o Executivo (em muitos casos, eles pertencem aos dois ao mesmo tempo), mas acaba sempre por prevalecer um deles, o líder do partido ou facção dominante. Como estes são algo mutáveis, pode também parecer que existe alguma divisão entre ambos, mas o que existe é algum tipo de luta que acaba quase sempre por se resolver a favor de um deles de forma temporária, até que a composição das forças se altere. Não existe divisão de poderes para o cidadão, que é o que teoricamente se defende com esta doutrina, pois a disputa entre os grupos é sempre resolvida com uma decisão vinculativa para os cidadãos e sem que estes possam contestá-la.

³²³ A Audiência Nacional foi criada em 1977, no mesmo dia em que foi abolido o Tribunal de Ordem Pública, um tribunal especial do regime de Francisco Franco. Este tribunal, o TOP, tinha como objectivo julgar crimes políticos e crimes "sociais" contra a 'ordem pública', fora da jurisdição dos tribunais comuns. A principal razão pela qual a Audiência Nacional é chamada de tribunal de excepção reside nas suas competências únicas e centralizadas. Ao contrário dos tribunais regionais, a Audiência Nacional tem jurisdição em todo o território espanhol.

³²⁴ Tentativa de Franklin D. Roosevelt, Presidente dos EUA, de reformar o Supremo Tribunal na década de 1930, conhecida como o "Plano de Acondicionamento do Tribunal". Roosevelt propôs uma lei em 1937 que lhe daria o poder de nomear um novo juiz para o Supremo Tribunal por cada juiz que tivesse mais de 70 anos e 6 meses. A ideia era que, ao nomear juizes mais favoráveis às suas políticas, ele conseguiria alterar a maioria do Supremo e, assim, garantir que as suas leis do "New Deal" fossem aprovadas. A proposta de Roosevelt foi um fracasso político.

³²⁵ Reforma judicial controversa na Polónia, implementada a partir de 2017 pelo partido no poder, o Lei e Justiça (PiS). O ponto principal dessa reforma foi a antecipação da idade de reforma dos juizes do Supremo Tribunal. A lei aprovada diminuiu a idade de reforma dos 70 para os 65 anos. O Governo polaco argumentou que a medida visava "modernizar" o sistema judicial e livrar-se de juizes que remontavam ao período comunista.

Somente no caso de os cidadãos disporem de algum contrapoder externo ao estado (igrejas não-estatais, organizações sociais independentes, meios de comunicação livres ou apoio de outros países) poderíamos falar, em sentido estrito, de divisão de poderes.

A última parte do livro do padre Di Martino refere-se aos direitos e às declarações de direitos. A eles dedicaremos a última parte desta anotação num próximo artigo.

3

Comentário a Um Livro de Beniamino Di Martino (III)

Nos dois artigos anteriores, abordámos vários aspectos do pensamento do Padre Di Martino sobre o constitucionalismo, o estado de direito e a divisão de poderes. Neste terceiro e último comentário ao seu livro, seria interessante centrarmo-nos na questão dos verdadeiros e falsos direitos. O livro mostra-nos como, de um modo geral, o pensamento jusnaturalista de Rothbard está mais próximo do magistério da Igreja Católica do que o pensamento de autores aparentemente mais próximos desta visão, como Hayek, mas há um ponto em que o pensamento anarcocapitalista parece divergir do pensamento católico, e que é na posição que ambos mantêm relativamente aos chamados direitos sociais. Desde o século XIX, a Igreja parece ter-se posicionado a favor da definição de direitos positivos, enquanto os libertários continuam a manter a sua oposição radical aos mesmos, com base no princípio da não-agressão, argumentando que a verdadeira liberdade é sempre de natureza negativa e que a existência de um direito positivo implica sempre a violação da liberdade de um terceiro que seria obrigado a participar directa ou indirectamente no seu financiamento ou prestação.

O Padre Di Martino parece estar mais próximo da posição dos libertários (incluindo Ayn Rand) do que da posição oficial do magistério "oficial" da Igreja. O nosso autor é muito claro na defesa dos direitos negativos e não apenas em princípios éticos, ou seja, nenhuma entidade tem o direito de usar a coerção ou a ameaça de coerção sobre uma pessoa, isto é, de violar um dos seus direitos, a fim de garantir a prestação de outro direito a um terceiro. Esta é uma

questão muito complicada do ponto de vista moral, porque não existe uma medida objectiva para pesar a perda de um em relação ao benefício do outro e, em caso de dúvida, entendo que deve prevalecer o princípio da não agressão. Mas compreendo que esta questão pode ser moralmente discutível e que a outra parte pode também ter bons argumentos. A força do raciocínio do padre Beniamino é outra, que é a impossibilidade de, antes de mais, garantir o mesmo direito a todos ao mesmo tempo. Um direito negativo pode perfeitamente ser exercido por todos ao mesmo tempo, uma vez que basta não atacar ou interferir na vida dos outros. Um direito positivo, pelo contrário, exige não só que existam beneficiários do direito, mas também que existam pessoas que não exercem o direito e que podem contribuir financeira ou fisicamente para a sua realização. O direito à habitação pode existir, mas entende-se que deve haver um certo número de contribuintes para financiar o direito dos outros. É o mesmo que acontece com o chamado rendimento básico, que supostamente garante ao surfista (o exemplo é de Van Parijs, não meu)³²⁶ o direito de levar uma vida de lazer e de gozo da vida, se o nosso desportista assim o desejar. Mas o problema do surfista é que, se todos decidissem aplicar a si próprios este direito atraente, não teriam ninguém que produzisse os factores de produção necessários para desfrutar do seu desporto. Alguém teria de fabricar o seu fato de mergulho, a sua prancha, produzir o combustível e o transporte para o levar a si e à sua prancha para a praia, etc. Alguém teria de trabalhar para que o nosso amigo pudesse usufruir do seu direito. Se todos fizessem como ele, não haveria surf nem lazer, e nada garante que uma parte substancial da população activa não queira imitá-lo, se não todos.

Em segundo lugar, todo o direito positivo exige uma memória económica, ou seja, recursos suficientes para o realizar. Não basta escrever o direito numa constituição ou numa lei para que ele seja

³²⁶ Referência ao artigo “Why surfers should be fed: The liberal case for an unconditional basic income”, do filósofo belga Philippe Van Parijs, um defensor do rendimento básico universal.

executado; é preciso que haja meios económicos suficientes, ou seja, que o resto da sociedade produza os bens e serviços necessários para o poder pagar. Isto significa que, para satisfazer direitos deste género, é necessária uma sociedade rica. O paradoxo é que nas sociedades muito ricas não é necessário constitucionalizar estes direitos mínimos, porque de uma forma ou de outra acabam por ser satisfeitos (é o que se chama rendimento situacional, ou seja, se os nossos vizinhos ou amigos forem ricos, é muito pouco provável que eu não usufrua de bens e serviços que não receberia se eles não fossem ricos). Pelo contrário, em sociedades pobres, que são as que normalmente mais necessitam de direitos positivos, é onde, embora garantidos e constitucionalizados, temos menos hipóteses de os ver cumpridos, uma vez que os nossos compatriotas não têm meios para os pagar. Um país acossado pela pobreza não é o melhor sítio para usufruir dos direitos sociais.

A isto acrescentaria que alguns dos chamados direitos positivos são discutidos por razões éticas, morais e religiosas, como o aborto ou a eutanásia, e o seu reconhecimento como direitos positivos pode implicar não só um dispêndio económico, mas também um conflito moral para aqueles que são obrigados a financiá-los apesar de os desaprovarem. É verdade que não há praticamente nenhuma despesa pública que não possa ser, de uma forma ou de outra, ética ou moralmente contestada, mas também é verdade que nem todas as despesas moralmente discutíveis (produção de armas, fecho de fronteiras...) se justificam como um direito.

Outro aspecto que é desenvolvido no livro é o que se refere às declarações de direitos que proliferaram desde a primeira, em plena Revolução Francesa, até aos nossos dias, e que se tornaram cada vez mais específicas e detalhadas, incluindo não só os direitos dos seres humanos, mas também os dos animais e até da natureza. A análise apresentada neste documento é também extremamente interessante. Estes direitos contradizem-se em numerosas ocasiões. Por exemplo, as declarações dos direitos do Homem incluem muitas vezes uma referência ao direito de propriedade, para logo a seguir serem

subvertidas pela subordinação desses direitos a uma espécie de função social do direito de propriedade. Dado que, ontologicamente, a sociedade não tem existência, entendo que o que os artigos querem dizer é que, em qualquer momento, a propriedade estará subordinada aos critérios do que é social ou não que cada governante terá em cada momento e de acordo com as ideias predominantes da altura. Isto dá azo a um grande potencial de arbitrariedade no exercício do direito. As declarações de direitos modernas são ainda mais difíceis de objectivar. O direito à paisagem, à natureza ou mesmo à felicidade são difíceis de operacionalizar, na medida em que é quase impossível encontrar um critério único para os definir. Por exemplo, o direito à paisagem (que está a tornar-se cada vez mais influente na competição entre direitos) incorpora critérios estéticos que obrigam os detentores de outros direitos, como o de propriedade, a subordinaram-se aos gostos de quem? Qual é o tratado de estética que servirá de cânone para determinar se uma paisagem é bonita ou feia? Pior ainda é a felicidade, que é um conceito muito difuso, com significados diferentes para pessoas diferentes. Suponho que também acabará por ser definida normativamente. O problema é que os direitos de terceira ou quarta geração, quase todos positivos, são cada vez mais numerosos e sobrepõem-se aos direitos tradicionais, quase todos negativos. Desta forma, a própria definição de direitos está cada vez mais associada aos direitos positivos, sendo que os negativos se tornam, com excepção de alguns, uma mera antiguidade. Pense-se no antigo direito à liberdade de expressão, cada vez mais limitado por direitos positivos arbitrários, ou na evolução dos direitos de propriedade que não só alteram o título da propriedade, sendo hoje mais adequado designá-la por usufruto, mas também a sua utilização, como é o caso de certos regulamentos urbanísticos, que chegam a limitar a gama de cores que podem ser utilizadas na pintura de uma casa em nome da harmonia paisagística.

Tudo isto está relacionado com um conceito omnipresente nas declarações de direitos e nas constituições desde que estas começaram a proliferar, primeiro na Europa, e depois,

gradualmente, no resto do mundo, nomeadamente o do interesse geral ou o seu parente ideológico, a vontade geral de Rousseau. Supõe-se que existe um interesse (ou uma vontade) comum a todos e que é distinto dos interesses particulares de cada cidadão. É também uma espécie de ser hipostático, ou seja, uma entidade nebulosa que flutua acima dos indivíduos particulares e lhes diz, ou aos seus governantes, quais os princípios que devem orientar as suas decisões. O problema é que esse interesse metafísico, tal como o estado, também não tem existência ontológica, e a sua realização deve-se à vontade, neste caso não metafísica, das pessoas que exercem o poder político. Este é um debate antigo. Todos nós parecemos compreender a ideia de um interesse geral ou colectivo que pode ser expresso de forma positiva, ou seja, através de uma acção concreta, quando, na melhor das hipóteses, o único interesse geral que pode ser expresso é negativo, isto é, como uma não-intervenção que permite a cada pessoa prosseguir os seus próprios interesses como entender, sem agredir ou violar os direitos dos outros. Mas, por exemplo, com a gestão da crise do coronavírus, o conceito de interesse geral vem à tona quando é expressa a necessidade de o estado fazer algo para a aliviar. Até aqui poderíamos estar de acordo, mas o problema surge quando decidimos operacionalizar esse suposto interesse geral e constatamos que há muitas alternativas, muitos pontos de vista (económicos, médicos, logísticos) e até muitas posições morais. Os governantes tomaram uma decisão, em que não é de somenos importância terem pensado nos seus próprios interesses, e puseram-na em prática, ainda que defendidos por uma análise técnica rigorosa. É por isso que os antigos analistas políticos nos lembravam que é normal que o político decida e depois justifique a sua acção com algum técnico, e não o contrário, que decida depois de ouvir os técnicos. Mas a questão é que essa decisão, seja ela qual for, nunca estará de acordo com o interesse geral, mas sim com o de uma parte maior ou menor da população, e que, em última análise, não será mais do que a decisão dos governantes justificada com base nessa premissa. O governante estatal contemporâneo nunca pode afirmar

Miguel Anxo Bastos

que está a agir por interesse próprio, mas sim por um qualquer princípio técnico ou moral nobre envolto em belas palavras.

Termina aqui a série de artigos sobre o grande livro do Padre Di Martino. Sei que, infelizmente, outros temas como as epidemias, que estão intimamente relacionados com os temas aqui tratados, são actuais. Tentarei abordá-los em futuros artigos.

4

Correspondência entre Miguel Anxo Bastos e Álvaro D. María

Álvaro D. María³²⁷

Caro Miguel,

A pergunta que lhe fiz foi como ele conciliava as suas crenças católicas, especificamente o dogma da Trindade, com o seu nominalismo ontológico. A origem desta pergunta está na condenação por triteísmo³²⁸ de João Roscelino de Compiègne, considerado o pai do nominalismo, uma vez que, se só existe o individual, não se pode dizer que Deus é uno e trino, mas sim que estaríamos perante três deuses. A questão do dogma da Trindade também levou à confusão dos mouros quando se referiam aos católicos como politeístas.

Bem, o que eu queria “denunciar” com esta pergunta é um suposto erro ao falar da inexistência “ontológica” do estado. Esta afirmação sustenta, implicitamente, um erro principal, na minha opinião, que seria dar o salto do individualismo metodológico para o individualismo ontológico. Um erro semelhante a considerar que a dúvida cartesiana era uma dúvida ontológica, quando Descartes

³²⁷ O texto reproduzido é fruto de uma série de e-mails trocados entre Álvaro D. María e Miguel Anxo Bastos entre 24 e 27 de Agosto de 2018, editado para uma melhor compreensão pelo Instituto Juan de Mariana. Dada a pertinência da correspondência, optou-se pela inclusão neste livro.

³²⁸ O triteísmo é a crença de que as três pessoas da Trindade não são apenas distintas, mas três deuses separados e independentes. Em vez de uma única essência divina partilhada, o triteísmo postula a existência de três essências e substâncias divinas distintas.

em nenhum momento duvida da existência, por exemplo, do mundo que percebe, simplesmente faz uma ficção metodológica.

Como considero que a afirmação original se baseia nas abordagens de Mises, acredito que ele mesmo deixa essa questão clara em “A Acção Humana”, Primeira parte, Capítulo II, Epígrafe 4. O princípio do individualismo metodológico:

“Não menos inadequado em relação ao nosso problema é a referência ao antagonismo entre realismo e nominalismo, ambos os termos sendo entendidos com o sentido que lhes atribuíam o escolasticismo medieval. Não se contesta que, na esfera da acção humana, as entidades sociais têm existência real. Ninguém se atreveria a negar que nações estados, municipalidades, partidos, comunidades religiosas são factores reais determinantes do curso dos eventos humanos. O individualismo metodológico, longe de contestar o significado desses conjuntos colectivos, considera como uma de suas principais tarefas descrever e analisar o seu surgimento e o seu desaparecimento, as mudanças em suas estruturas e em se funcionamento. E escolhe o único método capaz de resolver este problema satisfatoriamente. (von Mises, L., “A Acção Humana, tratado de economia”, 3.1 edição, Instituto Ludwig von Mises Brasil, p. 70)”

Pois bem, o que pretendo salientar é que há uma ontologia subjacente à sua afirmação, que deveria ser explicada, uma vez que dizer que o estado não tem existência ontológica depende das coordenadas ontológicas que se dão. Por exemplo, no materialismo filosófico de Gustavo Bueno, tal existência ontológica não seria questionada, uma vez que se consideram três tipos de materialidade. E essa ontologia subjacente seria incompatível com os dogmas católicos e, além disso, considero que vai contra os princípios filosóficos da Escola Austríaca, por fazer de um método apenas uma ontologia.

Aproveitando que estou a entrar em contacto consigo para esclarecer este assunto, gostaria de lhe colocar outra questão — que me consta também está em debate nas suas terras — que é a de falar

do estado como o político. Seguindo correntes da “direita dura”, como Dalmacio Negro, ou o tradicionalismo hispânico³²⁹ — ou mesmo Carl Schmitt —, o estado não é o político, mas uma das formas do político. Se se é anti-estatista — como é o meu caso —, é preciso indicar por que se é contra essa forma política e não multiplicar os estados desnecessariamente, mesmo que sejam muitos pequenos.

Muito obrigado, antecipadamente, pela sua atenção.

Cumprimentos cordiais,

Álvaro D. María

Miguel Anxo Bastos

Caro Álvaro,

Em primeiro lugar, muito obrigado por se dar ao trabalho de discutir esses pontos. É assim que o conhecimento avança. Não sou filósofo e agradeço duplamente por isso, pois isso me obriga a levar esses aspectos em consideração. Provavelmente, meu manejo dos conceitos filosóficos é muito primitivo e não consigo diferenciar bem os diversos conceitos da ontologia. Creio que Mises se contradiz, pois é também na “Acção Humana” que ele diz que não é o estado que executa, mas o carrasco, etc. A ideia de que o estado influencia a vida e a evolução humana, mas não passa de uma ideia ao serviço de pessoas concretas, que são as que têm existência, interesses e vontade. Mas influencia algumas pessoas e outras não (por exemplo, os pigmeus, um povo sem estado, não), portanto, na minha opinião, não deixa de ser uma ideia, embora muito sofisticada, partilhada por muitas pessoas. Para essas pessoas, é um ente ontologicamente real e, como tal, opera, mas isso não significa que você possa apresentá-lo a mim e irmos jantar com ele. Mas o

³²⁹ V. cap. I.8.

estado não passa de um ente imaginário e, se você pesquisar bem, poderá descobrir quem expressou e racionalizou tal contexto. Anexo um livro que me influenciou muito e que talvez seja do seu interesse - *Imagining The State* de Mark Neocleous

Quanto à Santíssima Trindade, compreenderá que é uma questão de fé, e aí reside a graça da questão. Se fosse racional, seria uma evidência e não teria mérito, daí a frase “creio porque é absurdo” de Tertuliano.³³⁰

Quanto à sua afirmação “ockhamista”³³¹ de não multiplicar os estados sem necessidade, suponho que se referia ao facto de a escala dessa organização política ser importante. Entendo que a capacidade de causar danos de uma organização desse tipo é menor quanto menor for (por exemplo, a Alemanha da época de Goethe e a de Bismarck não foram exactamente as mesmas em termos de consequências)³³². E é verdade que o estado não é a única fonte de violência.

³³⁰ A frase "Creio porque é absurdo" (em latim, "*Credo quia absurdum*") é atribuída a Tertuliano, um teólogo cristão dos séculos II e III d.C. e é uma síntese, e não uma citação directa, de uma ideia mais complexa presente na sua obra *De Carne Christi* (Da carne de Cristo), escrita para combater o docetismo, uma heresia que negava a humanidade de Jesus Cristo. Tertuliano não defende a irracionalidade total ou o abandono da razão, mas sim afirma que a fé cristã se baseia em verdades que transcendem a lógica humana e que, por isso mesmo, não poderiam ter sido criadas pela filosofia ou pela sabedoria do mundo.

³³¹ O termo "ockhamista" ou "occamiana" refere-se a Guilherme de Ockham, um filósofo e teólogo inglês do século XIV. O seu nome está associado à 'navalha de Ockham' (também conhecida como 'princípio da parcimónia'), um princípio metodológico que estabelece que, entre várias explicações para um fenómeno, a mais simples é geralmente a mais provável. Pode ser resumidamente expresso como: "Não se devem multiplicar as entidades sem necessidade".

³³² A "Alemanha de Goethe" refere-se à era do Sacro Império Romano-Germânico (séc. XVIII-XIX), uma confederação de centenas de pequenos principados, cidades-estado e reinos. A "Alemanha de Bismarck" é a Alemanha unificada sob a liderança da Prússia, culminando na criação do Império Alemão em 1871. Bismarck, conhecido como o "Chanceler de Ferro", consolidou os vários estados alemães num único e poderoso estado-nação. A ideia de que a "escala" ou a dimensão do estado não é neutra. A fragmentação e descentralização da era de Goethe permitiram uma "Alemanha das ideias", mas não a tornaram uma potência política. Já a unificação e o gigantismo do

Espero ter a honra de conhecê-lo pessoalmente em breve.

Miguel

Álvaro D. María

Caro Miguel,

Muito obrigado pela sua gentil resposta e pela recomendação do livro.

Na minha opinião, o estado não é apenas uma ideia, é também uma forma de organização política. Também não posso apresentar-lhe um campo electromagnético para irmos jantar com ele (eles não são corpóreos), o que não significa que não existam.

Além disso, não me parece que Mises se contradiga. De facto, é o carrasco que executa, e não o estado. Da mesma forma, são os jogadores de futebol individuais que marcam os golos, mas reduzir os clubes de futebol a eles, ou negar a existência dos clubes precisamente como organizações, é o salto que considero errado, justamente por considerar que se parte de uma ontologia nominalista que nega a existência das relações, pois só considera como realmente existente o individual (o que lhe comentei no e-mail anterior sobre um salto da metodologia para a ontologia). Assim, do seu ponto de vista, seria necessário atacar as “sociedades” de responsabilidade limitada, uma vez que seriam um álibi por parte dos empresários individualmente para se evadirem de certas responsabilidades.

Mas é que as morfologias também são operacionais, claro, ligadas a elementos físicos. Um guarda-chuva só cumpre a sua função com uma determinada forma; se a maneira de compor os seus elementos deixasse espaços entre as partes, deixaria de cumprir a sua função e,

estado na era de Bismarck criaram uma "Alemanha da potência", com consequências geopolíticas e militares que marcaram o século XX.

portanto, de ser um guarda-chuva. Além disso, a forma está tão presente na hora de agir que, ao falar de indivíduos, não dizemos que o indivíduo é meramente uma ideia que carece de existência real porque só existem órgãos e tecidos conectados e, por sua vez, que estes são ficções porque só existem células, que por sua vez são apenas ficções... e assim por diante. Precisamente, é pela incapacidade de dar conta das funções que os indivíduos desempenham a partir dos elementos que os compõem que eles são considerados como existentes.

No que diz respeito à questão da dimensão das organizações políticas, creio que parte directamente do princípio de que são organizações destinadas a “causar danos”. Prefiro os EUA à Venezuela, e a dimensão não é o problema. Além disso, sabendo que o poder está nas armas, dividir uma potência militar como os EUA em pequenos fragmentos abriria caminho para outras potências. Ser capitalista e respeitar as tradições/instituições (jurídicas, culturais, etc.) reduzirá mais a violência do que o tamanho, penso eu. Mas também não considero que a violência seja má em todos os casos, precisamente porque pode ser a salvaguarda de ambos (sem ser necessariamente estatal).

Muito obrigado, novamente, pela sua atenção e foi um prazer falar consigo. Espero poder ir às Xuntanzas³³³ e conhecê-lo, a honra seria toda minha.

Um abraço

Álvaro

³³³ Em galego, a palavra "xuntanza" significa "reunião" ou "encontro", sendo utilizada para descrever desde um simples convívio entre amigos até uma assembleia formal. Neste caso, refere-se às “Xuntanzas Austriaco-Galaicas”, organizadas pela Associação Xoán de Lugo.

Miguel Anxo Bastos

Debate muito interessante, senhor D. María. O seu raciocínio é muito pertinente.

Não nego a importância das relações, apenas digo que estas têm de ser interiorizadas (por experiência, educação, aprendizagem...) pelos indivíduos. Um pigmeu não compreenderia o significado do futebol, tal como nós não compreenderíamos os seus rituais nem lhes daríamos a mesma importância. É claro que estamos aculturados e partilhamos valores. Um deles é o de pertencer a um estado, mas se deixarmos de acreditar nele, ele desaparece. Tal como antes existia o “Oráculo de Delfos”³³⁴ ou o “Culto a Moloch”³³⁵ (com os seus corpos sacerdotais). Deixámos de acreditar neles e eles desintegraram-se. As pessoas que compõem o estado também acreditam nele, mas coordenam-se por valores, rituais ou interesses monetários. Assim que surge uma nova organização em que acreditar, a antiga desaparece. Muitos estados desapareceram na Europa e, historicamente, houve até processos de reversão do estado para a anarquia, e durante séculos.

É interessante o que diz respeito às sociedades limitadas (Neocleous dedica-lhes um capítulo no livro que lhe dei). O estado configurou-se historicamente como uma corporação, para pretender ser imortal e diferenciar-se, pelo menos como ficção jurídica, das pessoas que o compõem. E depois tentou moldar parte da sociedade civil à sua imagem e semelhança. As sociedades anónimas ou

³³⁴ O Oráculo de Delfos foi o mais importante e famoso oráculo do mundo antigo, localizado no templo de Apolo na cidade de Delfos, na Grécia. Funcionava como um suposto canal entre o mundo humano e o mundo divino, permitindo que as pessoas buscassem orientação e previsões para a sua vida.

³³⁵ O Culto a Moloch é uma prática religiosa antiga e sinistra, principalmente associada aos povos cananeus e amonitas no Próximo Oriente, e fortemente condenada na Bíblia. O culto a Moloch é um dos exemplos mais extremos de sacrifício humano na Antiguidade.

limitadas são criações jurídicas do estado e, quando surgiram, houve resistência, até que estas se impuseram.

Resta saber se é mais fácil derrotar os Estados Unidos ou fragmentá-lo em partes. Keeley, em *War before Civilization*, explica que os povos anárquicos são mais difíceis de conquistar do que os “árquicos”³³⁶, como provaria o caso dos incas e aztecas (conquistados em semanas) ou dos apaches, que não só não foram conquistados pelos espanhóis, como chegaram a ganhar terreno. Se Hernán Cortés, em vez de lutar contra um império, lutasse contra 400 mini-estados, seria mais fácil ou mais difícil, o que acha?

Estou ansioso por conhecê-lo. Vamos ver se consegue vir.

Um abraço e obrigado.

Miguel

Álvaro D. María

Caro Miguel,

Tenho de começar por concordar consigo, as relações têm de ser “interiorizadas”. No entanto, é precisamente isso que faz com que não sejam meramente subjectivas e, se necessário, são “interiorizadas” à base da paulada. Se as formas políticas desaparecem, não é porque se deixa de acreditar nelas (da mesma forma que se pode deixar de acreditar num deus antigo), mas porque são destruídas ou transformadas (insisto em limitar o termo estado a uma forma concreta do político). Será que, por força da falta de crença dos venezuelanos no estado, este desaparecerá? O estado é uma ilusão ou as relações que o compõem são tão objectivas quanto podem ser as relações materno-filiais?

³³⁶ A palavra “árquico” não é um termo comum em português. O autor está a usar uma simplificação para se referir a sociedades com um sistema de governo mais hierárquico, centralizado e organizado.

Quanto à questão militar, o senhor levanta, como possível tese, que “os povos anárquicos são mais difíceis de conquistar do que os árquicos”, questão sobre a qual não tenho conhecimentos históricos e militares suficientes para poder emitir um juízo. Não obstante, o que eu estava a pensar não era que tipo de povos são mais difíceis de conquistar, mas que são os impérios que impõem a sua ordem e conquistam, e que renunciar a ser um império supõe, à partida, adoptar uma posição sobre “como é melhor defender-se”: “*Imperium, quod inane est, nec datur umquam*” (O poder não pode ser conferido a quem não tem a substância ou a capacidade para o exercer), Lucrécio, *De rerum natura*, III, 998. Se o comunismo foi praticamente banido do mapa político, não foi graças a Luxemburgo ou Liechtenstein, ou por ter deixado de acreditar nele. Foi o imperialismo dos EUA que o colocou contra as cordas.

Estado e Império são categorias políticas, na minha opinião, distintas. O Império espanhol carecia de estado porque não havia decisões soberanas, jurídico-políticas (a ideia de soberania é estranha à hispanidade, como dizia o próprio Gaspar de Añastro Isunza ao traduzir *Os Seis Livros da República* de Bodin) por parte da monarquia, entre outras coisas. O próprio Dalmacio Negro, na sua *Historia de Las Formas del Estado*, contrapõe às formas estatais a Monarquia Hispânica, os Governos de *Rule of Law* (Império da Lei) e a República Federal Norte-Americana. Se bem me lembro, d'Ors tem um artigo,³³⁷ ou algo semelhante, sobre o não estatismo de Roma. Sobre a ideia de Império, o próprio Dalmacio e Gustavo Bueno têm contribuições interessantes.

Debate muito interessante. Espero que nos vejamos em Outubro e continuemos estes debates com uma boa mesa.

Um abraço,

Álvaro

³³⁷ Ensaio de Eugénio d'Ors intitulado "Sobre el no-estatismo de Roma".

5

Comentários sobre as Festas Natalícias

Como este artigo será publicado em plena época natalícia,³³⁸ não resisto a fazer alguns comentários do ponto de vista ancap sobre estas festas. Como parece óbvio, sou muito favorável à celebração destas festas, embora compreenda bem quem possa não gostar delas, uma vez que são festas tradicionais, de origem religiosa, pouco dependentes dos estados, e que ainda despertam a ilusão das crianças e contribuem para salvaguardar os valores familiares. Daí os ataques furiosos que recebem dos meios progressistas, que procuram, com mil e uma desculpas, desvalorizá-las, uma vez que, por enquanto, não conseguiram acabar com elas.

Até os regimes comunistas, que queriam acabar com elas declarando esses dias como dias úteis, tiveram que recuar. Até mesmo Estaline e os seus sucessores tiveram que reviver o velho Ded Moroz, a versão russa do santo, é claro, soviétizando-o ao associá-lo à corrida espacial e colocando uma estrela vermelha no seu gorro. Para ser justo com o Pai Natal soviético, convém lembrar que ele buscava fomentar o espírito de trabalho entre as crianças comunistas, associando os presentes à sua diligência e cumprimento das tarefas encomendadas.

Adaptação aos tempos modernos

As festas natalícias foram, entre as de origem cristã, as que melhor se adaptaram aos tempos modernos, camuflando-se com o consumismo imperante, que, embora desvirtue os seus princípios originais de celebração do nascimento do Menino Jesus, pelo menos

³³⁸ Artigo publicado em Dezembro de 2024, no periódico Nós Diário.

o mantém vivo e presente, pois é inevitável, mesmo para o jovem mais descristianizado, questionar-se sobre o motivo de tais celebrações. Ao mesmo tempo, embora cada vez mais em segundo plano, as referências cristãs na forma de presépios, canções de natal ou cartões com motivos religiosos são onnipresentes e contribuem subtilmente para a preservação desta herança cultural.

As forças do mercado e da publicidade contribuem com todo o seu potencial para manter um espírito que muito provavelmente decairia sem esse apoio, e, mesmo não sendo algo procurado, mantém vivo o espírito da cristandade. A história do cristianismo mostra-nos que sempre soube incorporar os valores imperantes em cada época e associar-se a eles. Assim como santificou, em seu tempo, os locais de culto pagão e lhes deu forma cristã, colocando santos onde antes havia divindades pagãs, conservando em parte os ritos e os locais de devoção, hoje poderia muito bem estar a fazer o mesmo com os valores consumistas que, infelizmente, imperam no presente.

Boas festas pelo solstício de Inverno

As tentativas por parte dos estados modernos de mudar o nome, na forma de celebrações do solstício (sem fazer uma contrapartida com o outro solstício, o de São João, ou com os equinócios), o uso impessoal de *boas festas* ou presépios e enfeites natalícios pós-modernos, não tiveram sucesso e parecem cada vez mais desfasados. É também uma celebração que mantém vivo o espírito da cultura ocidental-cristã, pois é celebrada sem excepção em todos os países do nosso ambiente cultural, sendo até exportada para fora deste espaço.

No caso espanhol, as festas começam com a lotaria de Natal, que marca o ponto de partida. Numa apropriação hábil do espírito da época, o estado utiliza habilmente uma ferramenta fiscal como são as lotarias de duas formas, a primeira como uma forma inteligente de arrecadar, pois, ao ser uma contribuição voluntária, não é percebida como um imposto, parecendo até mesmo um

instrumento de redistribuição de renda para os mais necessitados, cujas desgraças são divulgadas com grande apoio dos media, assim como a alegria que experimentam ao serem repentinamente solucionadas pela generosa administração das lotarias estatais.

Nacionalismo

A segunda tem a ver com o nacionalismo banal ao qual já nos referimos em outras ocasiões. A lotaria nacional é comprada e partilhada em todo o território espanhol, e os rituais a ela associados, no sorteio e ao que se segue, fazem parte do imaginário colectivo de todos os espanhóis, incluindo os independentistas, que até utilizam o tradicional acréscimo nas participações. Utilizam-nas para financiar as suas actividades, mas cooperando involuntariamente com o estado central. A construção simbólica da nacionalidade espanhola actual não poderia ser compreendida sem este tipo de rituais comunitários e é muito eficaz para reforçar a legitimidade do estado. Mesmo eu, que estou ciente disso, não deixo de adquirir um bilhete. Faço-o apesar de saber o seu significado e de que, matematicamente, o que se investe se perde. Tal é a força da tradição aprendida desde criança.

A figura central do Natal actual é o Pai Natal, figura lendária inspirada num santo cristão, São Nicolau, a quem se atribui um carácter bonacheirão e que, em princípio, distribuiria brinquedos às crianças que se comportavam bem durante o ano. A tentativa de apropriação política do Pai Natal, além da ressignificação comunista que relatámos anteriormente, encontra-se na obra de Frank Baum, famoso especialista em marketing que já tinha publicado outro conto infantil que pode ser lido numa chave económica (inflacionista): *O Feiticeiro de Oz*.

Natal e Pai Natal

Baum descreve Pai Natal³³⁹ como uma espécie de túbio social-democrata, que não distribui brinquedos de acordo com as boas

³³⁹ *The Life and Adventures of Santa Claus* (1902).

acções, mas de acordo com a renda da criança. Aplicando critérios de justiça redistributiva, o Pai Natal de Baum dará mais brinquedos às crianças mais pobres do que às ricas, quebrando o princípio do esforço em prol de uma melhor distribuição dos presentes. Ele também antecipa princípios da pós-modernidade, pois as fadas que o criaram ensinaram-no a ser vegetariano. Esses princípios de distribuição tornam o santo mais um lutador pela justiça social³⁴⁰ do que o ser benéfico, independente de programas políticos, que era antes.

O potencial político desta figura fez com que em alguns territórios espanhóis fossem recuperadas antigas personagens do folclore popular, como o Olentzero basco ou o Apalpador galego, para construir personagens natalícias com um certo ideário político por trás, para serem utilizadas também de forma aparentemente banal a serviço de objectivos políticos, sejam eles de corte nacional ou social. Também teóricos agoristas como Sam Konkin,³⁴¹ com a sua figura do Anarco-Noel, tentaram interpretar esta figura de acordo com princípios, neste caso anarquistas, para difundir, embora com pouco sucesso, as suas ideias.

O outro grande dia das festas natalícias, com excepção do dia de Ano Novo, que é mais uma festa civil derivada do calendário moderno e que encerra as festas, é o dos Reis Magos. No nosso meio, esta festividade teve de enfrentar tentativas, possivelmente mais duras do que as do próprio Natal, de mudar o seu significado tradicional. No nosso meio cultural, tradicionalmente, eram os Reis Magos que se encarregavam de distribuir presentes às crianças. A figura do Pai Natal encarrega-se apenas de distribuir presentes menores.

³⁴⁰ Referência aos *Social Justice Warriors* (SJW), activistas que promovem ideais progressistas por motivos de validação pessoal, mais que por convicção ideológica e racional.

³⁴¹ Samuel Edward Konkin III foi um libertário americano-canadiano, que propôs uma filosofia política libertária que denominou agorismo. O agorismo advoga uma contra-revolução económica, não-violenta, onde todas as relações seriam voluntárias.

Natal e Reis Magos

A lista dos Reis Magos ou uma visita prévia à sua chegada oficial, em algum centro comercial, fazem parte do imaginário da maioria das crianças espanholas ainda hoje. No início, algumas cadeias de distribuição comercial tentaram transferir para o Natal o grande dia da distribuição de brinquedos, talvez porque estavam interessadas em antecipar as liquidações de Inverno, algo que fracassou em grande parte devido à força da tradição e porque as épocas de liquidações perderam boa parte de sua força, sendo antecipadas até mesmo para a Black Friday. Para além disso, os governos tentaram aproveitar a força mobilizadora dos desfiles e presépios para adaptá-los aos valores em voga.

Os desfiles de Madrid foram controversos na altura, pois pretendiam ser uma reivindicação da diversidade de acordo com os princípios pós-modernos em voga, assim como os presépios inclusivos que ocasionalmente se vêem nas nossas cidades.³⁴² Foram um fracasso. A tradição popular, sobretudo no que diz respeito aos valores infantis, revelou-se demasiado poderosa para ser desafiada e, lentamente, o espírito original foi revivido, embora adaptado à tecnologia moderna, pois é cada vez mais frequente a presença de espectáculos electrónicos nestas festas ou que os Reis viajem em meios modernos, como helicópteros ou comboios de alta velocidade.

A Epifania de Nosso Senhor

Os Reis Magos não só têm uma tradição muito mais desenvolvida e uma literatura mais elaborada do que a de Pai Natal, veja-se, por exemplo, o ensaio de Franco Cardini, *Los Reyes Magos: historia y leyenda*, ou o delicioso romance de um velho católico conservador francês, Michel Tournier, *Gaspar, Melchior e Baltasar*, mas também

³⁴² A “Cavalcada dos Reis Magos” de Madrid já foi palco de várias polémicas, em vários anos. Entre elas a própria indumentária dos Reis Magos, a participação de grupos e entidades sociais “inclusivos”, ausência dos habituais camelos, música e carros alegóricos futuristas, participação de *drag queens*, etc.

representam valores muito exemplares no seu comportamento, não só por serem “sábios”, que é como são conhecidos noutros idiomas, nem pela escolha dos seus presentes, ouro e perfumes, com os quais mostram a sua predilecção por moeda sã e não por meios fiduciários, mas pela sua dedicação a uma causa e pela sua fé, pela qual estão dispostos a sacrificar o seu poder e a abandonar os seus tronos. Considero que, como modelo a seguir pelas crianças, eles são subvalorizados e merecem mais atenção.

6

Anarquismo Cristão

Apesar de (actualmente) as diferentes igrejas cristãs serem organizadas de forma anárquica, tanto na sua organização interna como na sua relação entre si, o seu resultado em termos de fiéis e influência social não só não diminui como mantém a sua proporção, ou até melhora a nível global, que é neste âmbito onde as diferentes religiões devem ser comparadas. Dentro delas, qualquer pessoa pode abandonar o seu credo sem grandes problemas; até mesmo membros da sua hierarquia, como nos mostra um caso recente na Catalunha.³⁴³ E entre elas, apesar das suas divergências em matéria de credo, são frequentes os casos de colaboração e diálogo ecuménico. Também é relativamente fácil, como ilustra o caso norte-americano, a criação de novas denominações, com maior ou menor sucesso ou duração, algo que, mantendo as devidas distâncias, se assemelha a um mercado dinâmico em que a criação e destruição de novas empresas é algo habitual... Além disso, ela só parece declinar em lugares como na Europa, onde esteve associada ao poder político, o que parece ter-lhe retirado dinamismo e capacidade de competição. A isso se soma o facto de que os estados se apropriaram de muitas de suas funções tradicionais.

É surpreendente, portanto, que apesar de operar num ambiente anárquico e dinâmico, e sendo os estados o seu principal e mais temível concorrente (a maioria dos ateus não se torna anarquista,

³⁴³ Xavier Novell, então bispo de Solsona, uma diocese na Catalunha, pediu demissão do seu cargo por "razões estritamente pessoais", causando grande controvérsia. Novell, que chegou a ser o bispo mais jovem de Espanha, renunciou ao seu celibato e, em Novembro de 2021, casou-se pelo civil com a sua companheira. O caso ilustra perfeitamente o ponto: mesmo um membro da alta hierarquia da Igreja Católica tem a liberdade de abandonar o seu credo.

mas delega ao estado as questões morais e litúrgicas, como a educação em valores ou as uniões matrimoniais), a questão da relação entre o cristianismo e o estado não tenha despertado entre os teólogos o interesse que outras questões doutrinárias despertaram. A maioria das confissões continua a dar um lugar de preeminência aos seus respectivos estados e, com excepção de algumas congregações de tipo anabaptista, não procuraram desligarem-se deles. Daí que, salvo excepções que comentaremos, não tenha sido elaborada uma teologia sistemática em relação a esta questão.

Por isso, é surpreendente que, nas últimas décadas, alguns teólogos de muitas igrejas cristãs, incluindo a católica, tenham começado a discutir o estado e já se possa falar de anarquismo cristão. Talvez os primeiros a o elaborar na sua forma moderna tenham sido Jacques Ellul e Vernard Eller, com dois livros *Anarquia e Cristianismo* do primeiro, e *Anarquia Cristã: A Supremacia e Jesus Sobre os Poderes* do segundo. Ambos citam numerosos precursores no passado, desde os primórdios do cristianismo. Estes tinham reflectido sobre o tema, mas sem uma elaboração sistemática. Estes teóricos viram o seu trabalho continuado com o de teólogos como John Milbank ou William Cavanaugh. Os autores mencionados, entre muitos outros, foram estudados na melhor obra existente sobre o tema, *Christian Anarchy*, de Alexandre Christoyannopoulos.

Destaca-se apenas que, com excepção de alguns autores como James Redford, que defende o anarcocapitalismo de Cristo, a maioria dos autores não aborda a questão do capitalismo nem o defende, concentrando-se apenas na crítica ao poder estatal e à sua incompatibilidade com um programa de vida cristã. Também é relevante o facto de que esses autores, especialmente Ellul e Eller, centram as suas análises na Bíblia, especialmente no Novo Testamento. E as suas análises e referências raramente saem do âmbito teológico, pelo que não incorporam contribuições do âmbito económico, político ou sociológico que poderiam reforçar as suas posições. Talvez as excepções sejam dois dos já citados: Cavanaugh,

que incorpora reflexões da sociologia histórica ou da história (é especialmente interessante o seu artigo de 2004 “Killing for the Telephone Company” na revista *Modern Theology*), e Milbank, *Teologia y teoria social*.

Uma das principais críticas que esses teólogos fazem em relação à moralidade dos actores estatais é que eles violam um dos princípios básicos da ética cristã: a famosa regra de ouro, ou seja, “não faças aos outros o que não queres que façam a ti mesmo”. De facto, como bem apontou Rothbard na sua famosa *Anatomia do Estado*,³⁴⁴ os estados são absolutamente assimétricos nas suas relações com os cidadãos. Ou seja: o que o estado faz é uma espécie de bem moral, mas se for recíproco, é um crime de ‘lesa-majestade’.

Vejamos, os estados podem extrair rendimentos dos cidadãos com uma espécie de ameaça difusa de uso da violência em caso de resistência, porque entendem que precisam desse dinheiro mais do que o contribuinte, ou porque estabelecem que farão melhor uso dele do que este. Mas esse comportamento, feito ao contrário - um cidadão que precisa imperiosamente do dinheiro não pode recorrer à força para retirá-lo do erário público, nem mesmo tentando recuperar uma parte do que já contribuiu. Seria multado ou preso.

Mas, acima de tudo, referem-se ao crime violento, ou seja, se os chefes de um estado ordenam a morte de pessoas inocentes noutros países, numa “guerra preventiva”, por exemplo. Isso parece ser justificado em nome da segurança do próprio estado, mas se for o contrário, ou seja, se um cidadão de um país “libertado” atacar quem deu essas ordens, isso não só não será tolerado, como será duramente reprimido.

Não é apenas nesse âmbito que se pode observar a assimetria. Podemos vê-la no âmbito fiscal, onde a agência tributária tem uma posição predominante, ou, como vimos em algum artigo anterior,

³⁴⁴ Editado entre nós pela Cataláxia Editora, 2025

no âmbito do urbanismo. Não parece ser um comportamento muito de acordo com a lei que Cristo nos ensinou.

Autores como Cavanaugh também relativizam o mito da violência religiosa, especialmente num livro com esse título.³⁴⁵ A violência tem sido exercida historicamente pelos poderes temporais, estatais ou pré-estatais, incluindo o papado como poder terreno, usando a justificação da religião. Mas isso não implica necessariamente que tenham sido organizações religiosas que a tenham levado a cabo. Da mesma forma que se culpa o capitalismo por muitas violências exercidas pelo estado em seu nome, a religião serviu de desculpa para iniciar conflitos regidos por motivações menos nobres.

Cavanaugh demonstra como em muitos conflitos, como a Guerra dos Trinta Anos,³⁴⁶ paradigma da guerra religiosa, as motivações eram puramente políticas e respondiam aos interesses dos governantes da época, como mostra o facto de haver católicos e protestantes em ambas as alianças rivais, e que uma delas chegou mesmo a convocar potências muçulmanas para combater ao seu lado. Embora seja verdade que há figuras ligadas à religião, como papas, cardeais ou bispos, que incentivaram o conflito, estas fizeram-no mais no seu papel como governantes temporais do que como líderes religiosos.

Assim como hoje em dia sectores capitalistas estão imbricados no aparelho dos estados e são difíceis de separar, noutros tempos eram os actores religiosos que se envolviam no governo, sendo difícil distinguir entre as suas funções religiosas e temporais. Se o capitalismo, como tal, não é responsável pelas guerras que são travadas em seu nome, também a religião, como tal, não será culpada

³⁴⁵ *The Myth of Religious Violence: Secular Ideology and the Roots of Modern Conflict*. Nesta obra, publicada em 2009, o teólogo e professor William T. Cavanaugh argumenta que a ideia de que a "religião" é uma fonte de violência intrínseca e universal é um mito.

³⁴⁶ A Guerra dos Trinta Anos (1618–1648) foi um dos conflitos mais longos e devastadores da história europeia, que começou como uma guerra de religião e rapidamente se transformou numa luta geopolítica onde as alianças de conveniência política suplantaram as fidelidades religiosas.

de tão grande pecado, mas sim aqueles que se encarregam de iniciá-las.

As análises dos anarquistas cristãos, especialmente os protestantes como Eller ou Ellul, concentram-se muito, demasiado na minha opinião, na análise das escrituras sagradas, quando poderiam também concentrar-se nas próprias dinâmicas organizacionais das religiões ou nas formas como estas organizam a vida social na ausência de um monopolista do poder político.

Por exemplo, poderiam ter estudado como as igrejas cristãs organizaram sistemas eficazes de protecção aos pobres, instituições educativas que incluem universidades, hospitais e até sistemas de justiça. Também seria interessante que tivessem investigado as diferentes formas que as comunidades cristãs têm usado ao longo do tempo para resistir ou confrontar com sucesso o poder estatal, desde as catacumbas até aos regimes totalitários de hoje. Mas, mesmo assim, as suas análises não deixam de ser interessantes, pois mostram-nos a grande riqueza de ideias anarquistas que estão presentes na Bíblia e noutros textos sagrados.

A minha favorita é a tentação de Jesus, que é destacada em pelo menos três dos Evangelhos, especialmente em Mateus (Mateus IV 1-11). Na terceira tentação, o demónio tenta Jesus levando-o ao topo de uma montanha e mostrando-lhe todos os reinos da terra com a sua glória, e diz-lhe em seguida: “Todos estes reinos estão no meu poder e serão teus se te prostrares diante de mim e me adorares”. Ou seja, os reinos da terra são propriedade do demónio e a ele lhe obedecem, o que, à primeira vista, não parece uma forma muito boa de legitimar o poder político, pois está implicitamente a reconhecer o seu carácter demoníaco.

Outro exemplo poderia ser uma das famosas armadilhas saduceias,³⁴⁷ nas quais os críticos de Jesus entre os judeus tentam

³⁴⁷ O termo "saduceias" refere-se aos Saduceus, uma das principais seitas judaicas do tempo de Jesus Cristo, conhecidos por serem conservadores e por não acreditarem na ressurreição dos mortos.

fazer com que Cristo entre em contradição para poder acusá-lo de impiedade ou de obediência ao poder imperial romano. Mostram-lhe uma moeda e fazem-no escolher entre Deus e César (hoje em dia seria impossível fazê-lo, uma vez que o dinheiro são notas bancárias) e Cristo escapa muito bem do dilema afirmando “a Deus o que é de Deus e a César o que é de César”. Mas também podemos observar como Cristo em nenhum momento determina o que corresponde a César. Cristo não elabora nenhuma lista com as funções que aquele deve desempenhar naturalmente ou com exclusividade. Há muitas outras citações no Antigo e Novo Testamento. Por exemplo, no livro de Samuel (Samuel 8, 4-22), os israelitas pedem a Deus um rei e este adverte-os sobre o que lhes irá acontecer e como um rei os saqueará e dominará. Mesmo assim, eles pedem, mas logo se arrependem, pela sua voracidade, e pedem a Deus que os salve dessa figura. Se quiserem consultar, James Redford cita quase todas.³⁴⁸

Mas então, os possíveis críticos deste texto rapidamente citarão a Epístola de São Paulo aos Romanos (Romanos XIII, 1-7), na qual o fundador da Igreja cristã estabelece a obrigação de obedecer às leis do lugar e aos seus governantes, pois estes foram colocados lá por Deus. Inclusive recomenda pagar os impostos devidos e não apenas obedecer, mas respeitar as autoridades. Sobre este texto foi construída toda a teologia do estado cristão, e tem sido a orientação dominante da postura da maioria das suas igrejas, com exceção de algumas pequenas seitas.

Deixando de lado a questão de que não faz parte dos evangelhos sinópticos que relatam a vida e os ensinamentos de Jesus Cristo, sendo uma epístola de São Paulo (embora isso não impeça que, para todos os efeitos, faça parte do cânone bíblico), o certo é que entra sem dúvida em contradição com o exposto anteriormente. Isso não seria novidade, pois na Bíblia não são raras as divergências entre os diferentes livros que a compõem. Mas é surpreendente que o santo

³⁴⁸ *Jesus Is an Anarchist. A Free-Market, Libertarian Anarchist, That Is – Otherwise What Is Called an Anarcho-Capitalist.*

fundador da Igreja altere o relato do seu mestre, a menos que este esteja escrito de forma simbólica e não expresse o que à primeira vista parece indicar.

O jovem Karl Barth (anarquista na juventude, mas que depois se tornou social-democrata) parece compreender isso e, numa análise ponderada (recolhida nos livros de Ellul e Eller), desmonta com grande erudição a interpretação estatista do texto de São Paulo,³⁴⁹ expondo que, quando se refere ao poder, está a fazer referência a outras realidades espirituais e não terrenas. Mas, em qualquer caso, os anarquistas cristãos abrem a possibilidade moral de uma sociedade sem monopólio estatal da violência e com bons argumentos, que deveriam fazer parte de qualquer análise séria tanto da questão religiosa como da anarquista.

³⁴⁹ *A Carta aos Romanos*, de Karl Barth (1886-1968), teólogo calvinista suíço.

7

Sobre a “Opção Beneditina” de Rob Dreher

Alasdair MacIntyre, no final do seu livro mais aclamado, *Depois Da Virtude: Um Estudo Sobre Teoria Moral*, defende a necessidade de um novo São Bento para que os cristãos possam enfrentar os desafios que a modernidade e, sobretudo, a pós-modernidade impõem aos cristãos de hoje. A antiga Cidade Católica, tão querida por tradicionalistas como Rubén Calderón Bouchet,³⁵⁰ que consiste numa ordem social e política que reforça, através de leis e instituições, a visão cristã do mundo, deixou de existir há já alguns anos.

O poder político e os costumes sociais de hoje não só não corroboram os valores cristãos, como, em grande medida, se opõem a eles. É muito difícil, nos tempos que correm, cumprir os seus princípios sem ser confrontado, de uma forma ou de outra, pelos poderes políticos que impõem os seus pela força ou por uma opinião pública que, por vezes, os vê com agressividade, outras com desprezo e, na maioria das vezes, com indiferença. Viver de forma cristã exigiria espaços próprios onde se pudessem cultivar esses valores.

“A opção beneditina”

Rod Dreher, no seu livro *A Opção Beneditina. Uma Estratégia para Cristãos no Mundo Pós-Cristão*, e também John Senior, *A Restauração da Cultura Cristã*, enfrentam o desafio e tentam oferecer-nos soluções para viver de forma coerente num mundo pós-cristão. Mas, como

³⁵⁰ V. *Formação Da Cidade Cristã*, de Rubén Calderón Bouchet.

analisaremos a seguir, as suas propostas também podem inspirar aqueles que se sentem motivados a construir uma sociedade hipotética sem estado. Bem adaptadas, poderiam também servir para uma hipotética comunidade inspirada nos valores do anarcocapitalismo, sejam estes cristãos ou não.

Embora, se fossem, a sua adaptação seria, na minha opinião, muito mais fácil. A razão é que partilhariam valores morais comuns desde o início muito compatíveis com este ideário. Insisto no aspecto da comunidade, pois, sem entrar em discussões profundas sobre o comunitarismo filosófico que impregna esses autores, acredito que a configuração inicial de uma sociedade com essas características requer um certo compromisso com a causa e um conhecimento prévio - um pouco mais do que superficial - dos valores que a impregnam, para que os pioneiros superem as dificuldades, que seriam muitas. As soluções propostas por Dreher seriam essencialmente duas, que não são incompatíveis entre si, embora possam funcionar de forma autónoma, dependendo das circunstâncias.

A criação de comunidades cristãs afastadas do mundo

A primeira é a criação de comunidades cristãs afastadas do mundo, nas quais se vive voluntariamente de acordo com os princípios cristãos. Dreher não o afirma explicitamente, mas pode-se deduzir que seriam comunidades privadas, isto é, a partir de um território comprado ou cedido, configurar uma sociedade regida por normas livremente aceites pelos seus habitantes, neste caso inspiradas nos valores cristãos.

O modelo é o das comunidades monásticas organizadas por São Bento de Núrsia no século V, em plena decomposição do Império Romano. São Bento, para poder levar a plenitude os seus princípios, decidiu criar comunidades de frades, masculinas e femininas, regidas por uma regra que deveriam aceitar aqueles que quisessem viver nelas. Estabeleceriam este compromisso certo com a ordem no

sentido de aceitar a autoridade (não o poder) dos abades e abadessas, a divisão do tempo entre trabalho e oração e liturgias em comum nas horas marcadas.

Normas que superam as romanas e as substituem.

Estabeleceram-se em terras cedidas por nobres, herdadas ou compradas, que incluíam, além dos edifícios para o culto e a vida comum, terras de trabalho de onde podiam obter bens para a vida material ou mesmo para a troca com aldeias e cidades vizinhas. Não posso deixar de recordar, como faz Rodney Stark no seu livro sobre o triunfo do Ocidente (*Triumph of Christianity*) não traduzido para o português), que destas comunidades surgiram os primeiros germes do capitalismo industrial moderno, ao organizarem-se de forma adequada para a produção em escala e com o aparecimento de gestores profissionais, cálculo económico e incipientes sistemas de crédito.

A consequência foi que, no final, com o passar dos séculos, foram os valores impulsionados pelo monasticismo que acabaram por se impor na vida social. E o que desapareceu foram as modas e os modos de vida próprios do fim da civilização romana. Dreher inspirou-se nas novas comunidades monásticas, como a de Núrsia, que atraíram muitos jovens, desencantados com o mundo moderno, a comunidades religiosas organizadas. E propõe a criação de comunidades deste tipo para, pelo menos, manter em algum lugar os valores antigos.

Comunidades em bairros convencionais

Uma variante desta proposta é criar comunidades em cidades e bairros convencionais, mas próximos de algum templo. A proximidade física é essencial, para que os seus valores possam ser vividos em comunidades densas, não afastadas de tudo, mas também não totalmente imersas no mundo. Também a criação de escolas com valores de acordo com o cristianismo. Mas, acima de tudo, o facto de desenvolver de forma contínua (a permanência e a

fidelidade ao projecto também são fundamentais) muitos aspectos da vida quotidiana numa comunidade que apoia e reforça os princípios contribui para a sua viabilidade. Princípios que podem ser um refúgio num mundo impiedoso para aqueles que querem viver a sua fé de forma coerente.

Como vemos, muitos destes princípios podem ser perfeitamente válidos para uma comunidade sem estado, seja ela de que tipo for. Recordemos que, para os defensores da opção de vida beneditina, o estado já não é um aliado, mas um dos principais inimigos do seu modo de vida. Trata-se de não confrontar directamente as normas estatais, mas de viver nos interstícios do sistema, à margem delas. Viver aproveitando os restos de propriedade privada que o actual sistema estatal ainda permite. Se funcionassem como os antigos mosteiros, poderiam muito bem tornar-se um ponto focal que servisse de inspiração para o resto da sociedade, pelo menos para os mais insatisfeitos com ela.

Segunda opção: uma sociedade paralela

A segunda opção é mais ambiciosa. Dreher mostra a possibilidade de criar uma sociedade paralela à maioria, que compartilhe os valores cristãos. Ou seja, não adopta necessariamente a forma de uma comunidade fechada, mas de uma rede mais ou menos organizada de relações nas quais se podem partilhar princípios e experiências. Uma vez mais, o modelo são os primeiros cristãos, numa época em que o cristianismo não só não gozava de qualquer consideração oficial, mas era perseguido de forma generalizada no território do Império Romano, como nos tempos de Galério e Diocleciano.

Dreher encontra nessa época um modelo de organização, em que os primeiros cristãos tinham locais onde se esconder e praticar o culto: as famosas catacumbas. Os jovens libertários dos tempos actuais parecem nunca ter ouvido falar delas (o desconhecimento da cultura religiosa entre os jovens de hoje é por vezes impressionante). Eles também criaram redes comerciais e locais de culto bem

conectados entre si. De tal forma que, mesmo vivendo à margem da sociedade oficial, os cristãos da época contavam com uma rede de apoio.

Vivemos o século católico

O projecto original da Igreja clandestina revelou-se muito útil em tempos de perseguição, que foram vários ao longo da história. Neles, os cristãos recuperaram as antigas estruturas e foram capazes não só de sobreviver, mas também de manter, de uma forma ou de outra, o culto e a organização. Conseguiram florescer novamente após os momentos de tribulação. Recordemos que os primeiros cristãos tiveram que viver em ambientes em que a moral social, com a escravidão ou os espectáculos sangrentos de gladiadores, para citar alguns exemplos, não só era muito diferente da cristã, mas radicalmente oposta. Não só o estado lhes era adverso, mas também grande parte da sociedade civil, que gostava dos seus jogos no anfiteatro dos seus bacanais. E viam com desgosto que lhes fossem retiradas as suas diversões tradicionais.

A Igreja, de facto, é uma organização concebida desde as suas origens para viver à margem do estado. Uma leitura do livro de Manlio Graziano, *Il secolo cattolico*,³⁵¹ mostra-nos como, apesar da opinião comum, que pensa que o que acontece no Ocidente também acontece no resto do mundo, o número de católicos, e de cristãos em geral, não deixou de aumentar no mundo nas últimas décadas. O seu declínio limita-se à Europa Ocidental e, em menor proporção, aos Estados Unidos.

Protecção do estado e morte

Os católicos aumentam especialmente em países asiáticos e africanos, onde a religião católica não tem uma consideração especial por parte dos estados. Funciona melhor onde opera à margem do

³⁵¹ *El siglo católico. La estrategia geopolítica de la Iglesia*, RBA Libros, Barcelona, 2012

estado do que onde tem ou teve algum tipo de reconhecimento oficial. Parece que o seu espírito evangélico desperta quando tem de competir num terreno não propício, ou mesmo hostil. O caso da Igreja na Polónia comunista é outro bom exemplo da criação de uma rede social de apoio em ambientes adversos. Lá, a Igreja manteve a sua influência. Chegou mesmo a ser capaz de criar sindicatos ou organizações clandestinas que desafiaram o poder estatal. Onde ela definha é em ambientes como o nosso, onde a Igreja, acostumada à protecção tácita ou explícita do poder, e onde muitos dos seus valores se tornaram a base da legislação, não é capaz de se adaptar a viver sem ela.

Esta forma de organização à margem do poder poderia inspirar novas formas sociais, para os cristãos de hoje, mas também para aqueles que procuram novas formas de organização económica, religiosa ou cultural, como podem ser os grupos libertários. Também comunistas ou utópicos que desejam praticar pacificamente as suas crenças. Não necessariamente contra o estado, mas em grande medida à margem dele. Rod Dreher é um paleoconservador.³⁵² Escreve regularmente em *The American Conservative*.³⁵³ Não é excessivamente partidário do anarcocapitalismo, mas talvez sem saber escreveu um livro magnífico, repleto de ideias para a construção de uma nova sociedade.

³⁵² V. cap I.8, *O Anarquismo Conservador*.

³⁵³ Revista bimestral norte-americana, fundada em 2002 por Pat Buchanan, Scott McConnell and Taki Theodoracopulos.

POSFÁCIO

UM REACIONÁRIO RADICAL: O PENSAMENTO POLÍTICO DE MURRAY N. ROTHBARD³⁵⁴

“Então, como devemos chamar a nós mesmos? Não tenho uma resposta fácil, mas talvez poderíamos dizer que somos ‘reaccionários radicais’ ou ‘direitistas radicais’, o rótulo que nos foi dado pelos nossos inimigos nos anos 1950. Ou, se existe demasiada objecção ao temido termo ‘radical’, podemos seguir a sugestão de alguns do nosso grupo de nos chamarmos ‘a direita de linha dura’. Qualquer desses termos é preferível a ‘conservador’, e também serve a função de nos separar do movimento conservador oficial que, como vou assinalar em seguida, foi tomado pelos nossos inimigos.”

Murray N. Rothbard.
A Strategy for the Right ³⁵⁵

O pensamento político de Murray Rothbard ainda não foi suficientemente estudado. Neste artigo pretendemos analisar os principais pontos do seu ideário, como a sua teoria depredatória do estado, do seu isolacionismo e a sua teoria das classes sociais. O nosso objectivo é mostrar como o pensamento de Rothbard é fruto

³⁵⁴ Ensaio publicado originalmente na *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas* (RIPS), vol. 3, nº 1 (2004): pp. 111-124.

³⁵⁵ Excerto de ensaio extraído de uma compilação póstuma de artigos de Murray Rothbard, organizada por Lew Rockwell (*The Irrepressible Rothbard*, 2000).

da síntese da Escola Austríaca de Economia e da tradição libertária dos postulados teóricos da Old Right³⁵⁶ norte-americana.

Introdução

O pensamento político de Murray N. Rothbard já começa a ser bem conhecido entre nós graças ao ressurgir da Escola Austríaca de Economia (Huerta de Soto, 2000), da qual Rothbard foi um dos mais destacados membros, e à tradução para o espanhol de algumas de suas obras principais, como sua monumental obra póstuma *História do Pensamento Económico* (Rothbard, 1999)³⁵⁷. Assim, o seu pensamento político foi injustamente negligenciado entre nós em notas de rodapé dos manuais de teoria política,³⁵⁸ apesar de ter contribuído com uma das tradições mais férteis da direita norte-americana: o anarcocapitalismo ou libertarianismo radical (Zoll, 1971; Gottfried, 1993), sintetizando numa obra de profunda originalidade elementos extraídos da economia austríaca, da teoria política lockeana e da filosofia jusnaturalista (Barry, 1983; 1986). Rothbard foi um cientista social interdisciplinar que abordou de

³⁵⁶ A Old Right (em português: Velha Direita) é uma designação informal usada para referir um ramo do conservadorismo americano de proeminência preponderante entre 1910 até meados da década de 1950, mas que nunca se tornou um movimento organizado. A maioria de seus membros eram por republicanos. [N. do T.]

³⁵⁷ O pensamento de Rothbard é raramente citado entre nós. Além dos trabalhos do professor Huerta de Soto, que também divulga a sua obra em Espanha e tem construído um gigantesco edifício intelectual, destacando-se seu monumental livro de raiz rothbardiana sobre banca e dinheiro sob um ponto de vista politológico (Huerta de Soto, 2002b), um dos poucos trabalhos espanhóis que fazem referência à obra rothbardiana é o trabalho de Pedro Puy Fraga sobre a economia política do estado constitucional que, apesar de não seguir seu método, conhece e estuda a obra do nosso autor (Puy, 1996). Ver também Molina (2004).

³⁵⁸ O único ensaio que conheço dedicado exclusivamente ao estudo do pensamento político de Rothbard é o de Roberta Modugno (Modugno, 2000). A maioria dos estudos sobre Rothbard estudam bem sua filosofia, assim como seu pensamento económico, referindo-se só tangencialmente a sua teoria política. O trabalho mais completo sem dúvida é o de Sciabarra (Sciabarra, 2000) mas só lhe dedica uma parte do livro e dedica a maior parte do espaço ao seu pensamento filosófico.

forma interrelacionada o estudo da economia, política, história, e filosofia das ciências sociais como ciências da acção humana, rejeitando por sistema a pretensão de estudá-las a partir de paradigmas metodológicos formais provenientes das ciências naturais (Rothbard, 1997a; 1997b; 1997c). O seu pensamento político é de uma enorme coerência ao longo do tempo, centrado sempre na sua crítica da natureza essencialmente depredatória e coercitiva do estado, no seu isolacionismo em política exterior, na sua visão elitista das relações entre estado e sociedade e no seu libertarianismo radical, que o levou a idealizar uma ordem política libertária. Assim foi a sua prática política, oscilando da direita à esquerda, passando pela sua decisiva participação na fundação do Libertarian Party norte-americano, voltando a apoiar no fim da sua vida plataformas de direita de linha dura, mas sempre defendendo as mesmas ideias e sendo, nas suas próprias palavras, cada dia mais radical na sua defesa (Raimondo, 2000).

Pretendemos realizar uma aproximação aos aspectos mais originais do seu pensamento político, sem pretender abordar aqui, pelas características deste trabalho, o estudo das suas contribuições à ciência económica e nem as raízes filosóficas, que já foram tratadas, com precisa animosidade³⁵⁹ na obra de Sciabarra (Sciabarra, 2000), ou com mais simpatia no trabalho de Powell e Stringham (Powell and Stringham, 2004). Rothbard não precisa de introduções para ser lido (ele mesmo disse numa entrevista, que agora não consigo localizar, que a diferença entre Mises e Keynes era que o segundo precisa de livros introdutórios para ser entendido enquanto que Mises pode ser lido directamente por uma pessoa culta, o que demonstraria a sua superior clarividência de ideias) pois a sua prosa é assombrosamente clara, inclusive para um leigo nestas matérias, pelo que este trabalho pretende unicamente chamar a atenção sobre

³⁵⁹ Sciabarra é um objectivista seguidor da filosofia de Ayn Rand. Rothbard afastou-se desse movimento na sua juventude, por razões pessoais e metodológicas. Escreveu uma crítica dura contra os objectivistas (Rothbard, 1972) e desde então ambas as correntes do pensamento libertário, a anarcocapitalista e a objectivista, encontram-se confrontadas, mesmo conservando traços em comum.

um dos pensadores políticos, a meu entender, mais importantes do século XX, bem como procurar que as suas ideias entrem no debate académico hispânico.

A Ordem Libertária de Rothbard.

O anarquismo norte-americano em que Rothbard se inspirou³⁶⁰ permaneceu unido até as últimas três décadas do século XIX, quando a violência desencadeada pelos anarquistas de esquerda levou os libertários individualistas a romper com o movimento anarquista internacional e a constituir uma tradição própria (McElroy, 2000), centrada na crítica radical do estado, mas a partir de postulados não-colectivistas, e defendendo a ordem de mercado como base para uma sociedade anarquista. Autores norte-americanos como Josiah Warren, Voltairine de Cleyre, Lysander Spooner, Albert Jay Nock e Benjamin Tucker ou europeus como Herbert Spencer ou Gustave de Molinari (Zanotto, 2001; Hart, 1981a) formularam no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX duras críticas ao estatismo em todas as suas formas³⁶¹ e descreveram os princípios e instituições de uma sociedade sem estado, mas coordenada através do mercado e instituições capitalistas (Cubbedu, 1999). Destaca-se entre estes a obra de Gustave de Molinari, um economista belga que estabelece uma sociedade na qual até a defesa era feita por agências de segurança privadas e em que a plena propriedade privada seria a instituição que

³⁶⁰ Rothbard não se inspira apenas no anarquismo norte-americano. Na sua monumental *História do Pensamento Económico* (Rothbard, 1999) relata o movimento libertário da China antiga até os dias de hoje. No entanto, suas principais influências não contemporâneas foram os comentadores da monarquia franceses do Século XIV, a obra de Étienne de La Boétie, *O Discurso da Servidão Voluntária*, a obra de Juan de Mariana (que admirava muito) *Del rey y de la institución regia*, os tratados de Locke e os igualitaristas britânicos.

³⁶¹ As críticas mais duras ao estado são as de Lysander Spooner (Spooner, 1965), que compara o estado a um grupo criminoso, considerando um grupo criminoso como mais honrado, e de Spencer (Spencer, 1999).

permitiria definir e ordenar os deveres e obrigações sociais.³⁶² A partir dos seus antecessores, Rothbard constrói o seu sistema libertário individualista – primeiro através do esboço de uma ordem política libertária, expressa no seu manifesto *For a New Liberty* (Rothbard, 1978) e segundo através da sua diferenciação do conservadorismo clássico, do qual extrai muitos temas, mas que critica como estatista em vários artigos publicados ao longo de vários anos na revista conservadora *Modern Age* (Rothbard, 1961; 1980; 1981). Além da sua teoria dos direitos naturais, derivada das velhas ideias tomistas do direito natural, o mais interessante do libertarianismo é a descrição das instituições de mercado que supririam os serviços agora desempenhados pelo estado. Na educação Rothbard propõe uma privatização radical do ensino (Rothbard, 1978; 1999b) sem admitir sequer fórmulas intermediárias como os vouchers, que ele considera uma solução estatista. Rothbard parte da ideia de que não se pode definir objectivamente um conjunto de conteúdos mínimos que devam ser aprendidos pelos estudantes, considerando, portanto, que boa parte da aprendizagem escolar é doutrinação em valores funcionais aos governantes vigentes. A escola é uma fonte interminável de guerras culturais (oração, evolucionismo, nacionalismo, bandeira...) que só poderão ser resolvidas permitindo aos pais comprar a quantidade e qualidade que eles, os únicos legitimados para educar, conforme Rothbard, desejem de educação e nos valores e crenças que eles escolherem. O nosso autor é também muito crítico com a instituição escolar, seguindo a linha de outros libertários como Paul Goodman, pois considera-a apta como depósito de crianças ou instrumento de engenharia social, e não como a instituição mais adequada para a aprendizagem, pois padronizaria o conhecimento, deixando

³⁶² Molinari, nos seus primeiros trabalhos, defendeu a anarquia completa, no entanto na sua obra mais tardia *The Society of Tomorrow*, voltou atrás na sua anarquia e reconheceu a necessidade do estado para algumas funções como a defesa. Molinari é sem dúvida a principal influência na descrição do anarcocapitalismo rothbardiano. O pensamento de Molinari foi estudado por David Hart em três artigos publicados no *Journal of Libertarian Studies*, (Hart 1981a, 1981b, 1982), mas é um completo desconhecido entre nós.

insatisfeito e frustrado quem se afasta da média, se é que se possa falar de alunos médios.

No que se refere ao estado-social, Rothbard clama a sua completa abolição, e substituição, para atender casos extremos de pobreza, por organizações privadas de caridade, sejam elas laicas sejam religiosas, como as dos mórmons ou as católicas. A sua crítica ao estado-social concentra-se principalmente em dois argumentos. O primeiro é a existência de direitos sociais. Os direitos sociais não são verdadeiros direitos derivados da natureza humana, mas sim direitos arbitrariamente estabelecidos por políticos e juristas. São direitos de conteúdo ambíguo e que implicam coerção sobre outros para serem financiados. Em segundo lugar, Rothbard usa um argumento de tipo económico para criticar as políticas sociais. Segundo ele, quando um determinado comportamento se subsidia, diminui o desinteresse em deixar de praticá-lo e aumenta o incentivo em praticá-lo. Desta forma subsidia-se o desemprego ou uma situação de marginalidade, diminuindo o desejo de abandonar essas práticas, pois a situação objectiva melhorará, alterando as preferências relativas a outro tipo de conduta. A guerra contra a pobreza não melhora a situação dos pobres, mas aumenta a pobreza, é a conclusão que a que chega Rothbard sobre os programas sociais.³⁶³ Mas talvez o mais apelativo de Rothbard são suas propostas radicais em temas sobre a segurança, justiça e meio ambiente, pois as suas propostas de não-intervenção do estado na vida económica não são novas no pensamento económico. Rothbard propõe a substituição dos exércitos e polícias estatais por agências de segurança privadas, ao estilo das agências de detectives existentes no oeste americano durante o século XIX (Anderson e Hill, 1979), por companhias de seguros (Osterfeld, 1989) e pela autodefesa, com plena liberdade de posse de armas. A justiça privada fará uso habitual de árbitros e

³⁶³ É também a conclusão de Charles Murray (Murray, 1994) nos seus estudos sobre a luta contra a pobreza de Lyndon B. Jonson.

juízes privados, ao estilo da “weberiana *justiça do cádi*”³⁶⁴ e será baseada na restituição à vítima pelo dano feito pelo agressor, inspirando-se nas práticas consuetudinárias presentes na Islândia ou na Irlanda medievais.³⁶⁵ Em relação ao meio ambiente, Rothbard começa por dissertar sobre o valor que terá a natureza, que é muito distinto do entendimento dos ecologistas,³⁶⁶ e depois passa a afirmar que, se o objectivo é conservar um meio ambiente impoluto, então os mecanismos do mercado são os mais adequados para garantir tal conservação. As coutadas de caça mantiveram virgens muitos lugares e garantiram a conservação da fauna sem impor custos a terceiros; os bosques privados garantiram a massa florestal devido ao interesse dos madeireiros em manter constante o stock de árvores e em incrementar o valor de suas terras; a compra de terras para mantê-las virgens ou para explorá-las turisticamente é a solução mais adequada para manter a beleza dos lugares naturais. Rothbard confia plenamente na eficácia dos mercados para manter limpo o meio ambiente e atribui ao estado o fracasso claro na conservação do ar, água e terra submetida há anos ao domínio público,³⁶⁷ sendo este que deve prestar contas de sua má gestão, não o mercado.

Mas, para além da sua original descrição institucional, Rothbard gostava de eliminar equívocos sobre o libertarianismo. Era um conservador cultural e estava cómodo em ambientes culturais da

³⁶⁴ A justiça do cádi refere-se ao sistema de justiça islâmico supervisionado por um cádi, um juiz muçulmano que toma decisões com base nos princípios da Sharia (direito religioso islâmico)[N. do T.].

³⁶⁵ É também conhecida a admiração dos libertários norte-americanos pelas sociedades medievais da Irlanda e Islândia. Veja os trabalhos de Joseph Peden (Peden, 1977), que inspiraram a obra de Rothbard e mais recentemente a de Bruce Benson (Benson, 2000).

³⁶⁶ Rothbard era uma pessoa que amava a civilização e a vida urbana moderna. Gostava de ficar rodeado das comodidades e facilidades da vida moderna e não apreciava especialmente os encantos da natureza.

³⁶⁷ A poluição e as externalidades em geral devem-se a uma má gestão estatal das competências sob seu domínio e a uma definição dos direitos de propriedade sobre esses elementos.

direita,³⁶⁸ por isso procurava delimitar bem o seu pensamento de forma negativa, isto é, criticando os mitos existentes sobre o movimento. Rothbard tinha o cuidado de dissociar o libertarianismo da libertinagem,³⁶⁹ associado com o anteriormente dito. A filosofia libertária (Rothbard, 1980) não estabelece nenhuma pauta de conduta, só a liberdade de que cada um pratique devidamente a forma que deseje. Existem libertários libertinos e libertários burgueses, e o ponto em comum é a sua oposição à imposição estatal de formas de vida. Tampouco têm os libertários uma postura definida sobre a religião ou os aspectos espirituais da vida, nem a favor e nem contra, por serem estes aspectos que cabe a cada indivíduo determinar. Os libertários consideram que cada indivíduo é o melhor juiz dos seus próprios interesses e que as pessoas que dirigem o estado não têm capacidade nem legitimidade para impor as suas visões sobre a vida humana ou sobre a sociedade a um indivíduo adulto e racional.

Como sucintamente acabámos de ver, o pensamento libertário de Rothbard é de uma grande originalidade, as suas análises são rigorosas e logicamente coerentes, mas padecem de um grave defeito, o carecer de uma estratégia adequada para as levarmos a cabo. Falta no pensamento de Rothbard, e em geral no pensamento libertário,³⁷⁰ uma reflexão sobre a democracia, isto é, se um governo

³⁶⁸ Rothbard, quando abandonou nos anos 1960 as plataformas conservadoras, por culpa do apoio da maioria destas à guerra do Vietnam, fez alianças táticas com grupos de extrema-esquerda, pois eram os únicos opositores à guerra, mas nunca esteve cómodo em tais ambientes. O mesmo lhe aconteceu quando fundou o Libertarian Party, que de pronto se viu povoado de hippies anti-sistema focados na liberalização das drogas e em propor modos de vida alternativos, direitos que ele defendia mas que nunca foram o foco de seu interesse político. Era uma pessoa de ordem, com uma mulher muito religiosa, e ele, sendo um judeu agnóstico, toda a sua vida preferiu os ambientes conservadores para as suas relações.

³⁶⁹ Walter Block também contribuiu com essa diferenciação (Block, 1994).

³⁷⁰ Para ser justo, Rothbard escreveu uma vez um livro, que permaneceu inédito, sobre alguns desses aspectos, bem como um artigo (Rothbard, 1965). Os que leram o manuscrito do livro dizem que combina ideias gramscianas sobre agitação cultural com elementos de estratégia extraídos dos grandes revolucionários do século XX (Raimondo,

eleito democraticamente pode acabar sem possibilidade de reversão com o sistema político existente, sobre se uma proporção de votos seria necessária, e falta definir se um país pode abolir o seu estado unilateralmente ou se devem fazê-lo todos de uma vez. A transição à sociedade anarquista apresenta problemas muito semelhantes aos da transição ao socialismo, como bem apontou um académico próximo dessas posturas (Kukathas, 2003).

A Política Externa na Old Right.

Rothbard formou-se intelectualmente no ambiente da Old Right (Rothbard, 1999c) norte-americana e permaneceu sempre fiel aos seus postulados isolacionistas. A Old Right era formada por um conjunto heterogêneo de intelectuais, de uma procedência ideológica muito diversa, mas unidos pela sua radical oposição às intervenções militares norte-americanas fora das suas fronteiras e mais especificamente às políticas estatistas do New Deal (Richman, 1996). O movimento teve as suas raízes na oposição à guerra de Cuba e sobretudo na oposição à Primeira Guerra Mundial (Raimondo, 1999),³⁷¹ principalmente com individualistas de direita como Mencken e Jay Nock aos escritores de ideologias similares como o discípulo de Mencken, Frank Chodorov, ou as escritoras Isabel Paterson ou Rose Wilder Lane, agricultores e populistas do sul ou do Middle West, como o escritor Louis Bromfield ou o coronel McCormick e inclusive liberais³⁷² desiludidos com Roosevelt como John T. Flynn ou Charles Beard (Raimondo, 1993; Philbin, 2000). Rothbard simpatizou desde sua juventude com as ideias de Mencken e introduziu-se no ambiente intelectual da nova

2000). Também há algumas referências a esses temas num ensaio de Jesús Huerta de Soto (Huerta de Soto, 2002a).

³⁷¹ O movimento desaparece temporariamente após o ataque ao Pearl Harbor e volta a aparecer renovado, porém bastante enfraquecido na Guerra da Coreia e durante a Guerra Fria. Actualmente chamam-se paleoconservadores ou paleolibertários aqueles que reivindicam uma política externa norte-americana e mais precisamente uma política social inspirada nas ideias da Old Right (Woltermann, 1993; Scotchie, 1999; Scotchie, 2002).

³⁷² No sentido americano da palavra estes são esquerdistas ou social-democratas.

direita, cujo ideário não assume como próprio, convertendo o isolacionismo em política internacional como o eixo sobre o qual gira toda a sua actuação política.³⁷³ O Rothbard isolacionista não estava preocupado com modelos teóricos abstractos, a não ser pela influência na vida política de seu tempo. É um Rothbard que abandona em parte o seu anarquismo e pensa na situação americana. As suas visões sobre o isolacionismo mantiveram-se em numerosos panfletos partidários e ensaios de protesto, mas também em ensaios académicos (Rothbard (1978b; 1999d) que nos dão uma visão teórica mais elaborada do seu pensamento e que ficam mais coerentes com sua visão geral da política. As suas visões teóricas sobre a política externa podem sintetizar-se com os seus principais argumentos, muito comprometidos, como dissemos, com o restante do seu pensamento político. Primeiro, opõe-se à guerra porque, usando uma frase do Rudolph Bourne,³⁷⁴ a guerra é a saúde do estado. Isto é, em tempos de guerra, o governo pode implementar políticas que não ousaria fazer em tempos de paz e pode, portanto, aumentar espectacularmente o seu tamanho e o seu poder aproveitando as épocas de crise.³⁷⁵ Em época de guerra e aproveitando o estado de ânimo da população, os governos sobem os impostos, reduzem as liberdades, recrutam cidadãos à força para os exércitos, impõe controles de preços e manipulam a moeda e o crédito. Um anti-intervencionista como Rothbard não pode, no mínimo, não suspeitar do uso político das guerras por parte dos governantes e, portanto, daí a sua radical oposição às guerras no exterior. Mas isso não quer dizer que Rothbard seja um pacifista, pois sua oposição é somente contra as guerras das quais não surjam ameaças claras contra o território americano ou às pessoas que vivem sem condições de se defender de agressões do próprio estado

³⁷³ Recordemos que Rothbard não hesitou em trocar de partido ou em deixar de colaborar com prestigiosas revistas como a *National Review* só pelas visões intervencionistas que estas defendiam a respeito da política externa.

³⁷⁴ Bourne era um jornalista isolacionista que se opôs com firmeza à Primeira Guerra Mundial e que faleceu em plena juventude deixando poucas obras escritas.

³⁷⁵ Esta tese foi mais elaborada por Higgs no seu livro *Crisis and Leviathan* (Higgs, 1987).

contra os seus cidadãos. Não crê, portanto, em guerras por ideais abstractos como a liberdade ou a democracia e, sim, em guerras em defesa dos direitos civis agredidos, como as guerras justas que cita: a da Independência dos EUA, e a da Secessão, do ponto de vista do Sul. Ambas são, na sua opinião, guerras por motivos fiscais e guerras de secessão, na qual um grupo de indivíduos decide separar-se de um estado e estabelecer outra unidade política.³⁷⁶ A segunda das razões pelas quais Rothbard defende a não ingerência nos assuntos internos de outros países é uma valorização da neutralidade como algo positivo, seguindo a doutrina clássica das relações internacionais. As relações internacionais actualmente entendidas praticamente obrigam a tomada de partido nos conflitos internacionais e a envolvimento neles quando isso meramente conduz a extensão e generalização dos conflitos, como foi o caso da Primeira Guerra Mundial. A intervenção em conflitos localizados gera pazes precárias e não resolve a raiz dos problemas, além de tornar vulnerável o princípio tão querido por Rothbard do direito à autodeterminação dos povos. O tema da política externa é vital para Rothbard. De facto, a principal explicação da mágoa de Rothbard em relação à corrente principal do conservadorismo norte-americano ou neoconservadorismo³⁷⁷ (Nash, 1996; Gottfried, 1993; Olliet, 1993) é o apoio destes últimos, e especialmente de seu líder William Buckley, editor da *National Review*, a revista conservadora mais influente da América do Norte, às políticas de contenção do

³⁷⁶ Para os libertários, o direito de secessão, seja de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos unidos voluntariamente, é direito humano irrenunciável. Nele se percebe a preferência das nações pequenas às grandes, seja porque o governo está mais próximo e é mais responsável pelo cidadão, seja porque as nações pequenas tendem a ser menos proteccionistas que as grandes. Rothbard simpatiza em geral com os movimentos secessionistas (Rothbard, 1998; 2000). Esse tema foi aprofundado por alguns dos seguidores de Rothbard (Hoppe, 1998; Hülsmann, 2003).

³⁷⁷ O principal inimigo de Rothbard, e em geral do movimento libertário que ele ajudou a formar, são os chamados neoconservadores, pensadores políticos nacionalistas que defendem o estado social e são partidários de uma política externa intervencionista. A visão libertária sobre os neoconservadores pode ser visto nos artigos arquivados sobre o tema em <http://www.lewrockwell.com>.

comunismo derivados da Guerra Fria e, para complementar, a Guerra da Coreia.³⁷⁸

A Teoria do Estado de Rothbard: Elitismo e Predação.

A teoria do estado de Rothbard expressa-se numa série de textos sobre a natureza do estado e suas polémicas com outros filósofos políticos, recolhidos posteriormente no livro “A Ética da Liberdade” (Rothbard, 1995a) e num ensaio sobre as elites (1995b) nos quais expõe sua peculiar visão do estado e das classes que o dirigem. Rothbard parte da natureza essencialmente coercitiva do estado. Rothbard, influenciado pelo sociólogo alemão Franz Oppenheimer³⁷⁹ (Oppenheimer, 1972) distingue os meios políticos e os meios económicos na hora de estabelecer interrelações sociais e económicas. Os meios económicos baseiam-se nas trocas e implicam relações pacíficas e cooperativas das quais ambas as partes beneficiam. Os meios políticos, nas trocas, implicam sempre algum grau de coerção por parte de algumas das partes sobre as outras. Rothbard vê no estado o paradigma do uso dos meios políticos, como um ente imoral por natureza, pois sua mera existência implica coerção, seja impedindo alguma pessoa de fazer o que deseja com a sua propriedade, obrigando algum indivíduo a realizar uma

³⁷⁸ Rothbard odiava tanto o imperialismo norte-americano que chegou a afirmar em *For a New Liberty* que a URSS era para todos os efeitos um estado pacífico, que praticamente nunca tinha realizado nenhum acto agressivo contra os seus vizinhos. Isto claro, rendeu-lhe duríssimas críticas inclusive dentro do movimento libertário (Reisman). Para um desconhecedor dos meandros da Old Right e da sua filosofia, pode parecer pitoresco que uma pessoa tão libertista em tantos aspectos possa ter um discurso tão radical sobre estes temas. Tenhamos sempre presente que, para os membros da Old Right, o principal *issue* de discussão é o do isolacionismo, que é o que os configura como grupo.

³⁷⁹ Franz Oppenheimer foi um sociólogo alemão de orientação esquerdista que escreveu um tratado geral sobre o processo social, sendo o volume sobre o estado parte desse tratado, embora o tenha publicado de forma independente. Sobre Oppenheimer ver o livro de Francisco Ayala (Ayala, 1949) e o artigo de Heimann, (1944).

determinada prestação monetária ou pessoal em benefício do estado ou impedindo que duas pessoas cheguem a acordos livremente para beneficiar uma terceira que é protegida pelo estado.³⁸⁰ Rothbard vê o estado como imoral desde o início, o que o levou a duras discussões com minarquistas³⁸¹ como Nozick, que critica num capítulo de *A Ética da Liberdade* por ignorar o vício de origem do estado, o seu carácter coercitivo.

Ao carácter coercitivo do estado, Rothbard acrescenta o seu carácter depredatório. Rothbard soma àqueles autores que vêem a sua origem na predação.³⁸² Segundo essa visão compartilhada por autores de muitas variedades ideológicas, o estado nasce da conquista de um território com seus agentes por parte de uma minoria guerreadora que primeiro se instala como dominadora impondo um domínio directo e cobrando tributos em troca de “protecção” e depois, com o tempo, institucionaliza e aproveita alguma oportunidade de legitimação religiosa ou intelectual³⁸³ para o seu domínio, conseguindo pouco a pouco que seja considerado como algo imprescindível na vida das pessoas. Rothbard descreve a face mais brutal do estado ao afirmar que o estado não é mais que

³⁸⁰ Rothbard define respectivamente cada um dos três tipos de intervenção como autista, binária e triangular. No seu livro *Governo e Mercado* (Rothbard, 1977), desenvolve esta tipologia da intervenção descrevendo todas e cada uma das possíveis intervenções, partindo sempre da sua imoralidade e injustiça de origem.

³⁸¹ Os minarquistas são aqueles liberais ou libertários que defendem a existência de um estado bem reduzido, mas que reconhecem a necessidade de sua existência.

³⁸² Além de Oppenheimer existem muitos autores que vêem na origem do estado não um contrato ou um acordo tácito, mas a conquista de grandes colectivos humanos por pequenas minorias predadoras que começam a cobrar tributos a troco de protecção e acabam por institucionalizar a relação. Entre eles destacam-se autores tão diversos ideologicamente como Gumpłowicz (Gumpłowicz, 1890), Levi (Levi, 1983), Tilly (Tilly, 1985; 1992) ou mais recentemente Martin Van Creveld (Van Creveld, 1999), que prediz um difícil futuro para os estados, devido à sua incapacidade de proteger as populações das novas ameaças a que enfrentam, tais como as novas formas de terrorismo.

³⁸³ Um dos temas mais recorrentes de Rothbard é a denúncia do papel dos intelectuais de corte na legitimação da figura do estado, pois sem estes o estado apresentar-se-ia na sua pior face e seu controlo ficaria mais difícil. Rothbard analisa, por exemplo, o papel interpretado pelos intelectuais na santificação de guerras ou nas origens do estado social norte-americano (Rothbard, 1989; 1996).

uma máfia ou grupo de bandidos protegidos por ideologias legitimadoras que lhe dão respeitabilidade.

Desta visão do estado Rothbard desenvolve uma teoria das classes sociais que curiosamente converge nas suas origens com a teoria marxista do estado (Raico, 1993; Stromberg, 2001), embora não nas suas conclusões. Rothbard e Marx compartilham a influência dos liberais franceses do Século XIX, Say, Comte e Dunoyer na sua visão dicotómica das classes sociais,³⁸⁴ segundo a qual em toda sociedade existem duas grandes classes, uma exploradora e outra explorada. A diferença é que para Rothbard e para os liberais clássicos,³⁸⁵ as classes definem-se em relação ao estado, enquanto que para Marx definem-se em relação à posse dos meios de produção. A teoria libertária das classes tal como é exposta por Rothbard define uma elite que é legitimada intelectualmente para governar, usando o aparato do estado em seu proveito às custas dos cidadãos, mas de uma forma bastante sofisticada e elaborando políticas que favoreçam essa mesma legitimação. A sua visão é assaz sofisticada e focada nas sociedades capitalistas avançadas, distinguindo vários níveis na tomada de decisões (Grinder e Hagel, 1977), desde a decisão final à gestão política diária, mas sempre tendo em conta que o beneficiário final do sistema é a elite económico-financeira que dirige o país. Rothbard, nos seus livros, especialmente nos referentes ao sistema bancário (Rothbard, 1983), explica como a elite económico-financeira, que ele associa especialmente com a família Rockefeller, manipula a moeda e o crédito para defender os interesses do sistema bancário ou realiza intervenções externas em benefício dos seus próprios interesses, prejudicando com tais medidas os cidadãos comuns. De facto, a sua

³⁸⁴ Somos conscientes da complexidade da análise das classes em Marx e sabemos que este, em algumas ocasiões, oferece uma visão dicotómica, como no Manifesto Comunista, enquanto na sua obra histórica oferece uma visão mais elaborada e mais complexa do fenómeno das classes. Nós aqui seguiremos ao Marx dicotómico.

³⁸⁵ Esta teoria está formulada também na obra de John Calhoun (Calhoun, 1996) um pensador conservador norte-americano de convicções sulistas, que formulou a tese de que em toda sociedade existe quem pague impostos e quem beneficie dos impostos (Calhoun).

análise sobre o FED norte-americano (Rothbard, 1944) mostra-nos um banco central estabelecido em defesa dos interesses bancários da oligarquia e sempre disposto a sair em sua defesa quando as circunstâncias são adversas. Haveria então duas classes, uma claramente beneficiada pelo estado e outra claramente prejudicada. Como vemos, a visão rothbardiana das classes, muito influenciada por autores esquerdistas como Mills (Mills, 1960) e Domhoff (Dohmhoff, 1969) e elitistas clássicos como Pareto,³⁸⁶ descreve uma elite unida por laços familiares e educativos, aliada a uma nova classe³⁸⁷ de intelectuais que contribuíram para a sua hegemonia político-intelectual.

O seus escritos levam à crítica desta classe defendendo os únicos, que a seu entender, podem impedir a sua ascensão, os populistas. Rothbard defende nas suas obras mais panfletárias (Rothbard, 2002) os movimentos populistas, por simpatia aos seus postulados, sem chegar nunca a elaborar uma análise política elaborada, como fizeram autores próximos a ele neste aspecto³⁸⁸ (Taguieff, 1995; Bresler, 1995), mas mostrando a sua preferência por movimentos políticos próximos ao homem comum. Rothbard abomina o dirigismo estatista das elites e das reformas culturais (multiculturalismo, “acção afirmativa”, integração escolar) e defende ideias próximas ao homem comum, encarnado nos habitantes do Sul e do Middle West norte-americano. Defende redução de impostos, isolacionismo, liberdade de porte de armas, boicotes aos negócios e interesses da nova classe, e o que se conhece como “*grass*

³⁸⁶ A obra de Pareto em relação à plutocracia é analisada, entre muitos outros trabalhos de Finer (Finer, 1968), Carreras (Carreras, 1991), Morán (Morán, 1993).

³⁸⁷ O estudo e a descrição da nova classe devem-se em primeiro lugar à obra de James Burham (Burham, 1962), um trotskista abandeirado e renegado a partir dos anos 1950 do movimento neoconservador, que descreve os mecanismos de poder aos seus conhecimentos técnicos. São interessantes também as análises que realiza Gouldner (Gouldner, 1985) no seu livro sobre a nova classe assim como numerosos artigos publicados na revista Telos.

³⁸⁸ A revista Telos publicou e debateu nos últimos anos numerosos artigos, dos quais os citados são uma amostra. Estes mostram-nos posições políticas próximas às esboçadas por Rothbard e, naturalmente, também visões críticas.

root politics”, isto é, política feita desde a base, não a partir dos despachos dos dirigentes dos grandes partidos.³⁸⁹

O pensamento de Rothbard sobre o estado e as classes é totalmente original e tem a virtude de chamar a atenção sobre o liberalismo francês do Século XIX e sobre a teoria das elites contemporâneas, ao sintetizá-las num discurso coerente, mas, no entanto, é também uma das partes do seu pensamento que pior se encaixa dentro do seu sistema. Rothbard, como bom subjectivista, não pode determinar tão tangencialmente quem são os beneficiados ou os prejudicados pela acção do estado, primeiro porque satisfação ou insatisfação para ele é algo subjectivo e dificilmente medível³⁹⁰ e segundo porque não se pode saber com exactidão quanto é o saldo líquido para cada indivíduo na sua relação com o estado. É mais correcto e inteligente afirmar como Bastiat, autor que Rothbard admirava muito, que o estado é uma ficção em que todos pretendem viver às custas dos outros, que tratar de determinar quem são os beneficiados e quem são os prejudicados pelo estado e sobretudo se existe uma consciência de ser o estado que permite a acção política consciente. O jogo político actual está cheio de transferências cruzadas que não permitem a priori determinar a existência de grupos conscientes de processos de redistribuição originados directa ou indirectamente pelo estado.

³⁸⁹ De facto, a diferença para com a maioria dos seus contemporâneos direitistas que simpatizavam com os fins de McCarthy, mas não com os meios, é que ele gostava dos meios, isto é, o boicote ao cinema comunista, mas não dos seus fins, isto é, a proibição das ideias comunistas por via censura estatal.

³⁹⁰ O próprio Rothbard reconhecia nos seus escritos sobre economia de bem-estar a impossibilidade de medir e comparar valores agregados e criticava a pretensão de comparar utilidades entre colectivos. Pode-se medir monetariamente as quantidades que um grupo recebe de outro, mas não medir objectivamente a utilidade ou desutilidade relativa de cada indivíduo. O próprio Rothbard poderia pertencer a uma dessas classes beneficiadas economicamente pelo estado, mas ainda assim considerava o estado como um mal, que não compensa os benefícios que lhe reportava e que contraria um prejudicado definido em termos económicos ao ser recompensado por patriotismo ou por outro factor. A consciência de benefício ou prejuízo é uma questão de ideias e valores, não algo objectivo.

Conclusão.

Murray Rothbard gostava de se considerar a si mesmo, como vemos na citação que encabeça o artigo, como um reaccionário radical, no sentido em que gostaria de voltar à América anterior a 1910, na qual o estado tinha poucas funções, os impostos eram baixos, a moeda sólida e nação vivia em feliz isolamento protegida por dois oceanos. O seu ódio pelo estado foi absoluto, e quanto mais este crescia, mais radical se tornava no seu combate. A sua teoria é o reflexo de uma paixão e como toda obra inspirada pela paixão impacta o leitor e não o deixa indiferente. É uma obra essencialmente original e extraordinariamente imaginativa, especialmente nas suas soluções; de mercado à justiça ou à segurança, que se encaixam de forma magistral na teoria libertária e a ética jusnaturalista com o rigor económico da Escola Austríaca.³⁹¹ Acerta também as suas referências à imoralidade da origem do estado e do contratualismo³⁹² e no elitismo com que se formam muitos políticos, mas falha ao explicar qual estratégia seria adequada para levar a cabo os seus projectos políticos sem incorrer em muitos dos males que ele mesmo critica. De qualquer modo, para o estudioso da teoria política, a obra de Rothbard é um filão de ideias e de temas novos de investigação e o obrigará a repensar muitas das certezas com que habitualmente opera.

³⁹¹ Recordemos que a Escola Austríaca é uma escola de pensamento económico metodologicamente livre de valores e não tem em princípio que postular um modelo determinado de sociedade.

³⁹² Um contrato para Rothbard só é moralmente válido para quem o realiza não para terceiros sem relação com os contratantes.

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE REMISSIVO

B

Buzan, Barry Gordon, 3

Ch

Childs Jr., Roy Alan, 2, 211

E

Estados Unidos da América, 2, 21, 48, 98,
144, 146, 149, 190, 214, 227, 240,
241, 255, 281, 311, 391, 396, 412,
414, 415, 423, 436

I

Irwin Allen Schiff, 6

L

Liechtenstein, 5, 207, 236, 297, 379, 381,
415

M

Machan, Tibor Richard, 2

N

Nozick, Robert, 8, 2, 5, 211, 216, 217

R

Rallo, Juan Ramón, 3, 282
Rand, Ayn, 2, 399

W

Wæver, Ole, 3

